



Universitat Autònoma de Barcelona

ADVERTIMENT. L'accés als continguts d'aquesta tesi queda condicionat a l'acceptació de les condicions d'ús establertes per la següent llicència Creative Commons:  http://cat.creativecommons.org/?page_id=184

ADVERTENCIA. El acceso a los contenidos de esta tesis queda condicionado a la aceptación de las condiciones de uso establecidas por la siguiente licencia Creative Commons:  <http://es.creativecommons.org/blog/licencias/>

WARNING. The access to the contents of this doctoral thesis it is limited to the acceptance of the use conditions set by the following Creative Commons license:  <https://creativecommons.org/licenses/?lang=en>



**Universitat Autònoma
de Barcelona**

**Parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios como estratégia de
gestão municipal compartilhada. Estudo de caso dos Municípios da
Cidade de Chimoio, da Vila de Sussundenga e das Rádios
Comunitárias de Sussundenga e GESOM**



**Universitat Autònoma
de Barcelona**

**Facultat de Ciències de la Comunicació
Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura**

TESE DE DOUTORAMENTO

Alexandre Dinis Zavale

Data: Julho de 2019

Director:

Enric Marín i Otto

Departament de Mitjans, Comunicació i Cultura

Título:

Parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios como estratégia de gestão municipal compartilhada. Estudo de caso dos Municípios da Cidade de Chimoio, da Vila de Sussundenga e das Rádios Comunitárias de Sussundenga e GESOM

Tese de Doutoramento em Media, Comunicação e Cultura apresentada na Faculdade de Ciências da Comunicação da Universidade Autónoma de Barcelona

Autor: Alexandre Dinis Zavale

Director: Enric Marín i Otto

Bellaterra (Cardanyola del Vallès), Julho de 2019

Aos meus pais, Dinis Jeremias Zavale
e Atalia Machaila, pelos seus ensinamentos,
(in memorim).

AGRADECIMENTOS

À Deus por me ter dado a possibilidade de continuar a viver para elaborar esta tese, pois sem Ele nem eu nem esta tese estaríamos aqui.

Ao meu orientador Enric Marín i Otto pelas sábias orientações e pela paciência que teve de orientar um moçambicano que pouco entende de Espanhol, obrigado professor foi um verdadeiro guia nesta busca pelo conhecimento.

À minha família, esposa Raquelina Domingos Siteo Zavale, meus filhos, Gerson Dinis Alexandre Zavale, Nádia Atalia Zavala, Vanessa Rute Zavala pelo seu apoio incondicional nesta caminhada em busca do conhecimento...obrigado pela ajuda!

Aos meus irmãos, André Dinis Zavale, Samuel Dinis Zavale, Lina Dinis Zavale, Albertina Dinis Zavale, Carolina Simbine, e Elias Horácio Zavale pela ajuda que sempre me prestaram nesta longa caminhada a vocês o meu obrigado.

Aos meus pais que cedo partirem para o lado do Senhor Deus, Dinis Jeremias Zavale e Atalia Machaila (*in Memoriam*) que sempre me disseram que o melhor homem é aquela que se faz pela busca constante do saber.

À Escola Superior de Jornalismo, pelo apoio institucional para a realização do Doutoramento.

Ao Director-Geral da Escola Superior de Jornalismo pelo incentivo que sempre deu-me para nunca desistir e continuar a buscar o saber para o enriquecimento intelectual próprio e da nossa instituição, Kanimambo Professor Doutor Tomás José Jane.

Aos meus amigos das lutas académicas que sempre acompanharam me nesta caminhada, Eulálio Mabuie, Isaías Carlos Fuel, Hélder Cumbe, Felisberto Lúcio, Filipe Baloi, Leonel Simila, Prof. Dr. Ernesto Nhanale, Fernando Rafael Chongo, Nelson Lino, Domingos

Getimane, Fulgêncio Muchisso, Ilídio Lobato, Elias Djive, Pe. Jorge Augusto, Pedro Wanela, Prof. Dr. Celestino Vaz Joanguete, Prof. Dr. Tomas José Jane, Alivia Guilamba, Edson Raso, Francisco Nguenha, Adelino Tchumene, Hilário Vilanculos, António Mathonhane.

As professoras Maria Dollores Montero e Maria Coromina por terem despertado em mim a possibilidade de fazer um doutoramento na UAB.

À Fundação Autónoma Solidária pela cooperação e disponibilização da Estadia, o meu muito obrigado.

Aos membros dos Conselhos Municipais da Cidade de Chimoio e da Vila de Sussundenga, e das rádios comunitárias GESOM e Sussundenga pela abertura para a pesquisa.

Ao Prof. Dr. Celestino Vaz Joanguete pelos conselhos e ensinamentos para nunca desistir.

As famílias Zavala, Siteo e Machaila o meu muito obrigado pela força!

Resumo

A gestão de bens públicos é uma questão que preocupa as comunidades municipais, os municípios e as rádios comunitárias, que buscam estratégias de gestão inclusivas desses bens. Uma das formas estratégicas de gestão desses bens é a constituição de parcerias entre entes comunitários em busca de uma gestão compartilhada que prevê a participação de todos como sujeitos do processo.

Esta tese aborda a questão da gestão compartilhada de bens públicos comunitários, sob o viés da comunicação comunitária, comunicação municipal, gestão compartilhada, participação, mobilização social, identidade municipal, comunicação pública, rádios comunitárias, organizações do terceiro sector com vista a traçar um panorama dessas relações e a sua contribuição para a gestão compartilhada tanto de rádios comunitárias, quanto de municípios, rumo ao desenvolvimento local inclusivo. Para tal, recorre-se ao estudo de caso, onde se analisa as parcerias entre rádios comunitárias e municípios, investigando como estas contribuem para a gestão compartilhada de bens públicos municipais e comunitários e por outro lado, como estas contribuem para o engajamento das comunidades municipais na gestão desses bens.

A pesquisa é de natureza mista, isto é, junta a perspectiva qualitativa e quantitativa, com vista a perceber como se tecem as relações entre rádios comunitárias, municípios e comunidades municipais com vista a gestão compartilhada de bens públicos municipais e comunitários. Para a coleta de dados foram usados entrevistas (com os membros dos conselhos municipais e membros das rádios comunitárias) e questionários (para os membros das comunidades municipais).

A partir do problema, objectivos e da revisão da literatura foram definidos cinco operadores analíticos (categorias de análise) para a percepção do fenómeno das parcerias como estratégia de gestão compartilhada de bens públicos comunitários quais sejam: a comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada do município; a participação das comunidades na gestão municipal: uma estratégia de gestão compartilhada; rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada; a participação das comunidades na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada; e

parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada.

Através das análises as entrevistas, aos questionários, a grelha de programa das rádios, de documentos normativos dos conselhos municipais e da revisão da literatura a pesquisa concluiu que a actual comunicação municipal dos dois municípios não permite que as comunidades municipais possam fazer parte na tomada de decisões, participarem, conhecerem, compreenderem os problemas e acções municipais, isto pela falta de uma estrutura organizada para promover a comunicação municipal (gabinetes de comunicação municipal). Por outro lado, a actual forma de governação municipal não abre espaço para a participação efectiva das comunidades municipais na gestão compartilhada do município, os tipos de participação que se instalam na relação entre municípios e comunidades municipais se configura como manipuladora, passiva, informativa.

Quanto as rádios comunitárias, a pesquisa concluiu que, primeiro é necessário uma nova abordagem sobre as rádios comunitárias geridas pelo Estado através do ICS, que devem passar a ser designadas rádios comunitárias públicas, isto devido a sua gestão que depende maioritariamente do Estado, embora tenham alguns membros voluntários das comunidades executando algumas tarefas. As duas rádios comunitárias não têm na sua grelha, programas destinados a mobilizar a comunidade a participar na gestão dos bens públicos municipais e comunitários, para além de que os membros que fazem parte da sua gestão não foram eleitos pelas comunidades o que retira o comunitário das rádios comunitárias. Por fim a pesquisa concluiu que as actuais parcerias existentes entre as duas rádios comunitárias e os dois municípios são de prestação de serviço e comerciais, essas parcerias não estão para a promoção da gestão compartilhada de bens públicos comunitários, isto advém pelo facto de não estar claro sobre a missão das rádios comunitárias e a falta do conhecimento do que é público e do que é privado por parte das comunidades municipais.

Palavras-chaves: Participação, comunicação e mobilização social, rádios comunitárias, comunicação municipal, bem público e gestão compartilhada.

ABSTRACT

The management of public goods is an issue that concerns municipal communities, municipalities and community radios, which seek inclusive management strategies of public goods. One of the strategic ways of managing these assets is the constitution of partnerships between community entities in search of a shared management that foresees the participation of all as subjects of the process.

This thesis addresses the issue of Partnerships between Community Radios and Municipalities as a shared municipal management strategy. Case study of Chimoio's Municipality, Sussendenga district and community radio of Sussendenga and GESOM. The study takes as frameworks the debate about community communication, municipal communication, shared management, participation, social mobilization, municipal identity, public communication, community radios and third sector organizations. This framework is drawing with aim of bringing relationships between those concepts and their contribution to the shared management of both community radios and municipalities, towards inclusive local development. To this end, a multi-case study is use in order to analyzes the partnerships between community radio stations and municipalities, where the study investigate how they contribute to the shared management of municipal and communal public goods. The study also question, how they contribute to the engagement of municipal communities management for this assets. Though, this research apply quantitative perspective, it is qualitative study in its nature, where it seeks to understand: how the relations between community radios, municipalities and municipal communities are intertwined with aim for shared management of municipal and community public goods. For data collection, the study used Interviews (with members of municipal councils and members of community radios) and questionnaires (for members of municipal communities).

Taking into account the problem, objectives and literature review five categories were appointed: Municipal communication as a strategy to mobilize communities for the shared management of the municipality; The community participation in municipal management: shared management as strategic; Community radio as strategic for mobilization of the community shared management; Participation of the community in

shared management of community radio: a shared management strategic and Partnerships between Community radio and municipality as a community mobilization strategic for shared management

Through interviews, the questionnaires, the radio program grid, the normative documents of the municipal councils and the review of the literature, the research concluded that the current municipal communication of the two municipalities do not allow municipal communities to participate in the decisions. It also deny to the communities to know what is going on within municipal and let the communities to understand municipal problems and actions. The study shows that it result of lack of an organized structure which can promote municipal communication (municipal communication offices). On the other hand, the current form of municipal governance does not open space for shared management. It because the types of participation installed between municipalities and municipal communities is configured as manipulative, passive and informative.

Looking at community radio stations, the research concluded that new approach is required needed for the community radio stations run by the State through the ICS. These community radios should be designated as public community radios, because their management depends, mainly, on the State, although they have some volunteer members of the communities. The two community radios do not have in their grid programs to mobilize the community to participate in the management of municipal and communal public goods. In addition, the communities did not elect the members who are in charge of community radio stations. Finally, the research concluded that the current partnerships between the two community radios and the two municipalities are commercial based. This partnership is not for the promotion of shared management of community public goods because either in community radios or municipality mission does not come. In addition to that, there is a lack of knowledge of what public and private means within municipal communities.

Keys words: participation, communication and social mobilization, community Radio, municipal communication, public goods, shared management

LISTA DE ABREVIATURAS

Ordem	Abreviatura	Significado das Abreviaturas
01	ICS	Instituto de Comunicação Social
02	FORCOM	Fórum das Rádios Comunitárias de Moçambique
03	UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura
04	IPA	Imposto Pessoal Autárquico
05	CMCM	Conselho Municipal da Cidade de Chimoio
06	FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
07	RENAMO	Resistência Nacional de Moçambique
08	OMM	Organização da Mulher Moçambicana
09	OJM	Organização da Juventude Moçambicana
10	FMI	Fundo Monetário Internacional
11	BM	Banco Mundial
12	PRES	Programa de Reabilitação Económica e Social
13	PRE	Programa de Reabilitação Económica
14	MAE	Ministério da Administração Estatal
15	PROLE	Programa de Reforma dos Órgãos Locais do Estado
16	OLE	Órgão Local do Estado
17	AMARC	Associação Mundial das Rádios Comunitárias
18	GABINFO	Gabinete de Informação
19	CMC	Centro Comunitário Multimédia
20	UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
21	MIRAC	<i>Media in Rural Community and Civil Society Empowerment</i>
22	ONG	Organizações Não-Governamentais
23	AMCS	Associação da Mulheres na Comunicação Social
24	ODM's	Organizações Democráticas de Massas
25	DTS	Doenças de Transmissão Sexual
26	SIDA	Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
27	RCS	Rádio Comunitária de Sussundenga

28	TVM	Televisão de Moçambique
29	RM	Radio Moçambique
30	PAU	Posto Administrativo Urbano
31	RCG	Rádio Comunitário GESOM

Índice

1. Introdução.....	28
1.2. Justificação do tema.....	33
1.3. Problema da pesquisa	35
1.4. Objectivo Geral.....	38
1.4.1. Objectivos específicos	38
1.5. Hipóteses	39
PARTE I. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	41
2. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa	43
2.1. Natureza da Pesquisa	44
2.2. Instrumentos de colecta de dados	47
2.2.1. Entrevistas	47
PARTE II. A GESTÃO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE: DA CENTRALIZAÇÃO À DESCENTRALIZAÇÃO, UM LONGO CAMINHO PARA A MUNICIPALIZAÇÃO.....	55
3. A gestão municipal em Moçambique: Da centralização à descentralização, um longo caminho para a municipalização	57
PARTE III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEPTUAL E CONTEXTUAL SOBRE A COMUNICAÇÃO PÚBLICA, COMUNICAÇÃO MUNICIPAL, RÁDIOS COMUNITÁRIAS, RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EM MOÇAMBIQUE, TERCEIRO SECTOR, BENS PÚBLICOS, COMUNIDADES MUNICIPAIS, IDENTIDADE MUNICIPAL, PARTICIPAÇÃO E COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.....	72
4. Comunicação pública: uma estratégia para a comunicação Municipal compartilhada	74
4.1. Comunicação pública	74
4.2. Comunicação Municipal como estratégia para a gestão compartilhada dos municípios	80

4.3.	Da comunicação comunitária às rádios comunitárias: uma estratégia para a mobilização comunitária.....	85
4.4.	Rádios comunitárias: uma estratégia para a mobilização comunitária.....	87
4.5.	Rádios comunitárias: Do conceito à influência na gestão municipal	88
4.6.	O panorama da radiodifusão comunitária em Moçambique.....	98
4.6.1.	Breve historial das Rádios comunitárias Administradas pelo Estado	99
4.6.2.	Rádios Comunitárias pertencentes a organizações cívicas e a igreja	103
4.7.	O contexto do surgimento das organizações do Terceiro Sector.....	107
4.7.1.	O terceiro Sector em Moçambique: seu papel na criação das rádios comunitárias e no apoio aos municípios.....	111
4.8.	Município e rádio comunitária como bens públicos: o desafio da formação do interesse público na gestão de bens públicos.....	115
4.8.1.	O desafio da formação do interesse público na gestão de bens públicos	121
4.9.	Comunidades municipais e a construção da identidade municipal	123
4.10.	A participação das comunidades na gestão de parcerias entre rádios comunitárias e municípios.....	133
4.10.1.	Graus de participação na relação entre município e comunidades	146
4.11.	Comunicação e mobilização social para a gestão de parcerias entre rádios comunitárias e municípios	147
	PARTE IV. PARCERIAS ENTRE RÁDIOS COMUNITÁRIAS E MUNICÍPIOS	
	COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO MUNICIPAL COMPARTILHADA.....	154
5.	Estudo de caso sobre o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga e da Rádio Comunitária de Sussundenga.....	156
5.1.	Da vila de Sussundenga ao Conselho Municipal da Vila de Sussundenga	157
5.2.	A rádio comunitária de Sussundenga	161
5.3.	A Comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada	164
5.3.1.	A participação das comunidades na gestão municipal: uma estratégia de gestão compartilhada	169

5.4.	Rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades para a gestão compartilhada municipal	176
5.4.1.	A participação das comunidades municipais na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada	179
5.5.	Parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada	183
5.6.	Breves conclusões.....	188
6.	Estudo de caso sobre o Conselho Municipal da Cidade de Chimoio e da Rádio Comunitária GESOM	194
6.1.	O contexto histórico da formação do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio	195
6.1.1.	Divisão Administrativa.....	197
6.2.	A rádio Comunitária GESOM	198
5.6.	A comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada do município.....	202
5.7.	A participação das comunidades municipais na gestão municipal: uma estratégia de gestão compartilhada	209
5.8.	Rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades para a gestão compartilhada municipal	220
5.9.	A participação das comunidades municipais na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada	226
5.10.	Parceria entre rádios comunitárias e Município como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada	232
5.11.	Breves conclusões.....	240
7.	Conclusões.....	243
8.	Bibliografia.....	253
8.1.	Legislação usada.....	265
	PARTE V-ANEXOS	268
9.	ANEXOS-PARTE I. (ENTREVISTAS).....	270
9.1.	Entrevista aos membros do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio.	270

9.1.1. Entrevista com o coordenador do gabinete de comunicação do Conselho Municipal de Chimoio: Siridzai Alberto Mussa.....	284
9.2. Entrevista aos membros da Rádio GESOM	289
9.2.1. Entrevista com Edgar Sabonte: voluntário da Rádio Comunitária GESOM..	289
9.2.2. Entrevista com Paulina Paulino Morteiro (PM): voluntária da Rádio Comunitária GESOM	296
9.2.3. Entrevista do coordenador da Rádio Comunitária GESOM Narciso Ernesto .	303
9.2.4. Entrevista com Siridzai Alberto Mussa Adjunto Mobilizador da Rádio Comunitária GESOM	317
9.2.5. Entrevista com Amadeu Massoco: Voluntário da Rádio Comunitária GESOM	328
9.2.6. Entrevista com Tercio Viola voluntário da rádio comunitária GESOM	338
9.2.7. Entrevista com Silvia Urena, Jornalista voluntária da RCG	349
9.3. Transcrição dos dados dos inquéritos aplicado as Comunidades do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio	356
9.4. Entrevistas aplicadas aos membros do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga e dos membros da rádio Comunitária da Vila de Sussundenga.....	374
9.4.1. Entrevista com o presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga: Venâncio Chacai Veremo	374
9.5. Entrevistas aplicadas aos membros da rádio comunitária da Vila de Sussundenga	381
9.5.1. Entrevistas ao adjunto coordenador da rádio comunitária de Sussundenga: Augusto Carvalho	382
9.5.2. Entrevista com o coordenador da rádio comunitária de Sussundenga Samisson Manuel Macone.	391
9.5.2. Entrevista com o voluntario da RCS: Marcos Matamba Trambuco.....	397
9.5.3. Entrevista com o ex coordenador da rádio comunitária de Sussundenga e actualmente técnico de comunicação social, responsável por alguns programas e pela manutenção da rádio senhor: Domingos Alberto Matai,.....	401

9.6. Questionário para a mensuração da participação dos munícipes na gestão compartilhada de municípios e rádios comunitárias com vista ao desenvolvimento e a construção da cidadania municipal.....	410
---	-----

Índice de tabelas

1. A tabela que demonstra as principais diferenças entre a lei 3/94, a lei 2/97 e a Lei 6/2018.....	64
2. Tabela resumo da distribuição dos municípios em Moçambique por província.....	67
3. Tabela descritiva das Rádios geridas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS).	101
4. Tabela descritiva das Rádios geridas pela igreja e pelas organizações cívicas.....	106
5. Tabela da divisão administrativa do CMCM.....	197

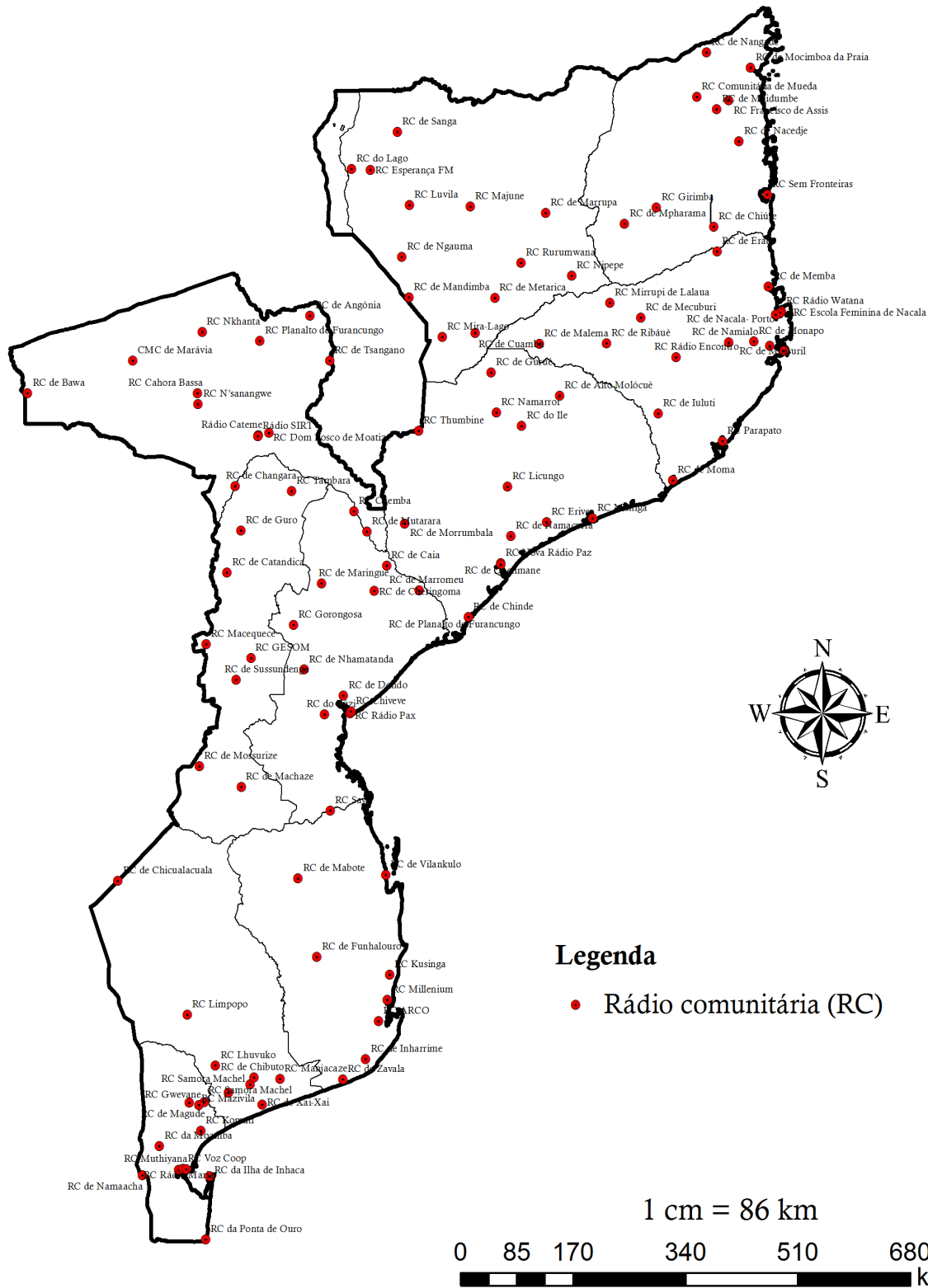
Índice de gráficos

1. Gráfico 1. referente ao conhecimento sobre a pertença do município as comunidades municipais.....	160
2. Gráfico 2. Ilustra o grau de conhecimento da pertença da rádio pela comunidade de Sussundenga.....	164
3. Gráfico 3. Sobre a forma como os munícipes recebem informações sobre as actividades municipais.....	166
4. Gráfico 4. sobre a participação dos munícipes na definição das actividades e do código de postura municipal.....	171
5. Gráficos 5. sobre a visita ao município.....	175
6. Gráfico 6. sobre as vezes que visitou o município.....	175
7. Gráfico 7. Sobre o serviço que levou o munícipe a visitar o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga.....	176
8. Gráfico 8. Sobre os meios usados pelos munícipes para comunicar com o munícipe a	

visitar o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga.....	178
9. Gráfico 9. Sobre a eleição do comité da comunidade para a gestão da rádio comunitária de Sussundenga.....	181
10. Gráfico 10. Sobre o conhecimento dos programas da rádio comunitária de Sussundenga que abordam actividades ou código de postura municipal.....	186
11. Gráfico 11. Sobre os programas da rádio comunitária de Sussundenga que os munícipes gostam.....	188
12. Gráfico 12. Referente aos gestores da RCG.....	200
13. Gráfico 13. Referente ao conhecimento que a comunidade tem sobre a pertença da RCG.....	201
14. Gráfico 14. Referente a forma como os munícipes recebem a informação sobre as actividades municipais.....	206
15. Gráfico 15. Referente a participação das comunidades municipais na formulação de políticas públicas municipais.....	214
16. Gráfico 16. Referentes as vezes que os munícipes visitaram o Conselho Municipal da Chimoio.....	216
17. Gráfico 17. Referente ao serviço que levou os munícipes a visitar o Conselho Municipal da Chimoio.....	217
18. Gráfico 18. Referente a forma como recebe informações sobre as actividades municipais.....	223
19. Gráfico 19. Referente aos programas que os munícipes gostam.....	225
20. Gráfico 20. Referente aos gestores da RCG.....	228
21. Gráfico 21. Referente a participação dos munícipes na eleição dos dirigentes da rádio GESOM.....	229
22. Gráfico 22. Referente a participação da comunidade na produção de programas da rádio comunitária GESOM.....	230
23. Gráfico 23. Referente aos programas produzidos pelo CMCC para promover a participação das comunidades na sua gestão.....	238
24. Gráfico 24. Referente a criação de espaços de participação dos munícipes para a definição de políticas públicas.....	239

Mapa das rádios comunitárias em Moçambique

MAPA 1. RÁDIOS COMUNITÁRIAS EM MOÇAMBIQUE



Fonte da base de dados:

Estações de rádio: CAICC (2015)

Divisão administrativa: CENACARTA (2008)



centro de apoio à informação e
comunicação comunitária

1. Introdução

Moçambique é uma nação jovem, com 27 anos de democracia. A questão da participação está inserida numa construção democrática muito recente, a sociedade civil ainda está em construção, o que é notório pelo número reduzido destes e da fraqueza dos que se propõem a discutir questões relacionadas aos bens públicos. Por outro lado, há uma confusão entre o que é público e o que é privado, o que, de alguma forma, gera o costume de paternalismo, clientelismo, nepotismo e corrupção nas organizações públicas.

As rádios comunitárias, enquanto instrumentos de promoção dos assuntos municipais, dão visibilidade aos assuntos municipais, participam na construção da cidadania e, por isso, ocupam um papel importante no processo da promoção da democracia participativa, onde cidadãos e instituições conhecem os seus deveres e direitos.

A constituição da República de 1990¹, no artigo 74 que na Constituição de 2004² passou para o artigo 48, no seu número 1, defende que “todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, à liberdade de imprensa, bem como o direito à informação³”; já o número 3 defende que “a liberdade de imprensa compreende, nomeadamente, a liberdade de expressão e de criação dos jornalistas, o acesso às fontes de informação, a proteção das independências e do sigilo profissional e o direito de criar jornais, publicações e outros meios de difusão⁴”. Estes artigos da Constituição da República deram origem a lei 18/91, de 10 de Agosto, a lei da imprensa moçambicana que abriu espaço para a pluralidade no ramo da comunicação com novas iniciativas de comunicação comunitária escrita e radiofónica.

¹ Constituição da República de Moçambique-(1990). Disponível em: [http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_\(as%20amended\)_pt.pdf](http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_(as%20amended)_pt.pdf), Acessado em 10 de Fev. 2016.

² Constituição da República de Moçambique-(2004). Disponível em: http://www.presidencia.gov.mz/files/republica/constituicao_republica_moc.pdf, Acessado em 10 de Fev. 2016.

³ idem

⁴ idem

Em Moçambique, as Rádios Comunitárias surgiram e se expandiram na segunda metade da década 90 como resultado da democratização do país e da necessidade de prover o cidadão de informações locais, produzidas no local para a comunidade.

Segundo o Instituto de Comunicação Social (ICS), rádio comunitária é um serviço de radiodifusão sem fins lucrativos, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o desenvolvimento de uma maneira progressiva, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação das comunidades. (ICS 1999:5)⁵.

As rádios comunitárias em Moçambique são geridas por vários segmentos da sociedade e das instituições públicas, privadas e religiosas, como advoga Jane (2015). OICS (Instituto de Comunicação Social) é uma instituição do Governo Moçambicano que faz a gestão de 61⁶ Rádios Comunitárias distribuídas em todas as províncias do país, que transmitem em línguas locais ou nativas e em português (língua oficial de Moçambique). Por outro lado, existem 51⁷ rádios comunitárias apoiadas pelo Fórum das Rádios Comunitárias (FORCOM)⁸. De referir que, actualmente, alguns municípios estão a apostar em instalar rádios comunitárias autárquicas, como é o caso de Gondola⁹.

A democracia participativa prevê a gestão municipal compartilhada, onde munícipes e municípios têm direito a palavra na gestão da coisa pública. Em Moçambique, a institucionalização dos municípios locais vem consubstanciado na Constituição da República de Moçambique, no artigo 272, n.º 1 e 2, que afirmam: 1. “O poder Local compreende a existência de municípios locais¹⁰”; 2. “Os municípios locais

⁵ ICS (1999) Estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique-Maputo.

⁶ Na época em o Professor Doutor Tomas José Jane fez o seu estudo para a obtenção do grau de Doutor haviam em Moçambique 33 rádios geridas pelo ICS, porém hoje esse número ascende as 61 rádios comunitárias e vários Centros Multimédias e algumas estações de televisões comunitárias.

⁷ A par do que aconteceu com as rádios geridas pelo ICS as rádios comunitárias geridas pelas organizações cívicas e igrejas passaram de 45 para 51 rádios comunitárias

⁸ Palestra proferida pelo Prof. Dr. Tomás José Jane, sobre Rádios Comunitárias em Moçambique, no Ministério de Ciência e Tecnologia Ensino Superior e Técnico Profissional. Disponível em: <http://www.mctestp.gov.mz/sites/default/files/sites/default/files/doc/PortalAgost31%2C2015PalestraRadiosComunitariasProfDrTomasJane%28psvs%29.pdf>

⁹ Rádio em fase de montagem.

¹⁰ Constituição da República de Moçambique de 2004. Disponível em: http://www.presidencia.gov.mz/files/republica/constituicao_republica_moc.pdf, Acessado em 10 de Fev.

são pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado”¹¹. Partindo do previsto na Constituição da República de Moçambique, no seu Título XIV “PODER LOCAL”, nos artigos 271, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 279, 280 e 281¹² foi produzida a lei 2/97 de 18 de Fevereiro- Lei-quadro da institucionalização dos municípios locais¹³ que foi revogada pela lei 6/2018. Esta lei prevê, no seu n° 1 do artigo 1, que “na organização democrática do Estado o poder local compreende a existência de autarquias locais¹⁴”. A mesma lei, no n° 1 do artigo 2, retoma o postulado na Constituição da República sobre as autarquias locais: “as autarquias locais são pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado¹⁵”. Já no n° 1 do artigo 2 da lei 6/2018, prevê que “as autarquias locais são municípios e as povoações”. No n° 2 do artigo 2, prevê que “o município corresponde à circunscrição territorial das cidades e vilas e, no n° 3, afirma que as povoações correspondem a circunscrição territorial do posto administrativo”¹⁶.

O objectivo dos Conselhos Municipais é prover a participação popular na gestão pública dos bens públicos comunitários e municipais, isto para que haja um melhor entendimento de que esses bens a todos pertencem e que todos devem participar na sua gestão. A proliferação destes Conselhos representa um aspecto positivo ao criar oportunidade para a participação da sociedade na gestão das políticas públicas.

2016.

¹¹ Idem.

¹² Vide em anexo a Constituição da República de Moçambique

¹³ vide em anexo a lei dos municípios locais

¹⁴ Lei 6/2018 de 03 de Agosto- Lei quadro jurídico-legal para a implantação das autarquias locais.

Disponível em: http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_legislacaopalop_cisbn.pdf,

Acessado em: 3 de Marc. De 2019.

¹⁵ 6/2018 de 03 de Agosto- Lei quadro jurídico-legal para a implantação das autarquias locais.. Disponível em: http://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_legislacaopalop_cisbn.pdf, Acessado em: 3 de Marc. De 2019.

¹⁶ Idem.

Actualmente, Moçambique tem 53 Municípios, dos quais, 23 com categorias de cidades e os restantes 30 com categorias de vilas.

Partindo dos pressupostos acima apresentados, a presente pesquisa busca entender através do estudo de caso como as parcerias entre as rádios comunitárias e os municípios pode contribuir para a gestão municipal compartilhada, partindo do pressuposto de que tantorádios comunitárias, quanto municípios actuam localmente em busca do desenvolvimento local.

A tese cruza autores que tratam das rádios comunitárias, comunicação comunitária, comunicação municipal, gestão compartilhada, mobilização social e comunicação pública com vista a traçar um panorama dessas relações e a sua contribuição para a gestão municipal compartilhada onde munícipes e municípios têm direito a palavra rumo ao desenvolvimento local.

A presente tese apresenta 7 (sete) capítulos, no primeiro capítulo apresentam-se: a introdução do trabalho; a justificativa do tema, onde se faz menção a relevância do estudo; o problema de pesquisa, nesta parte se levantam as questões que norteiam a realização da pesquisa; as hipóteses onde se busca mostrar as primeiras respostas ao problema de pesquisa e os objectivos do trabalho.

No segundo capítulo apresenta-se a metodologia de pesquisa, onde faz-se referência ao estudo de caso na perspectiva do autor Robert Yin, apresenta-se a natureza da pesquisa como sendo qualitativa e quantitativa. Para a recolha de dados, foram aplicadas entrevistas aos membros das rádios comunitárias e dos municípios com vista a percber o papel que estes exercem no processo da gestão compartilhada de bens públicos municipais, por outro lado foram aplicados inquéritos à alguns munícipes dos dois municípios afim de aferir a sua participação na gestão tanto da rádio comunitária, quanto do município, enquanto bens públicos. Por fim neste capítulo são aprsentados os operadores analíticos que foram usados na análise dos dados (estes operadores analíticos foram definidos a partir dos operadores teóricos, do problema e dos objectivos da pesquisa).

O terceiro capítulo aborda a questão da descentralização em Moçambique. Neste capítulo apresenta-se o caminho percorrido pelo país desde a independência até ao processo de municipalização. Para a melhor compreensão do fenómeno da

municipalização apresenta-se um quadro comparativo das três leis que foram concebidas para a implementação das autarquias locais, nomeadamente a lei 3/94; a lei 2/97 e a Lei 6/2018. Por fim é esboçado um esquema representativo do processo de descentralização e desconcentração.

O quarto capítulo apresenta os operadores teóricos que suportam a pesquisa, baseados na análise de autores que abordam sobre: a comunicação pública; a comunicação municipal; a mobilização comunitária; as rádios comunitárias; comunidades e identidades municipais; descentralização em Moçambique, terceiro sector, participação e outros.

No quinto capítulo são apresentados o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga e a rádio comunitária de Sussundenga. No mesmo capítulo usando os operadores analíticos definidos na metodologia são apresentados e analisados os dados coletados no campo através de entrevistas (com os membros do município e das rádios comunitárias) e inquéritos (aos membros da comunidade municipal). Através dessa análise chega-se a conclusão de que a questão de participação na gestão de bens públicos municipais constitui um desafio tanto para os gestores desses bens, como para as comunidades municipais, isto porque as comunidades por desconhecimento deixam para o município e para a rádio a sua gestão, e o município e a rádio nada fazem para que as comunidades possam saber que têm direito de participar na gestão de bens públicos.

No sexto capítulo apresentam-se o Conselho Municipal da Cidade de Chimoio e a Rádio Comunitária GESOM. Feita a apresentação são apresentados os dados coletados no processo de entrevistas com os membros da Assembleia Municipal e os responsáveis pelo gabinete de Comunicação e Imagem do Município. Neste capítulo também são apresentados e discutidos os dados referentes aos inquéritos aplicados a comunidade municipal de Chimoio. Das análises feitas foi possível aferir que o desconhecimento do que é público e o que é privado interfere negativamente no processo de gestão compartilhada de bens públicos municipais.

No sétimo capítulo são apresentadas as conclusões da tese. A partir das análises feitas aos dois casos foi possível concluir que a questão da gestão de bens públicos municipais constitui ainda um desafio para dirigentes e dirigidos, isto devido a uma fraca comunicação municipal para a mobilização das comunidades para tomarem parte na

gestão desses bens, por outro lado neste capítulo apurou-se que a falta de uma estrutura comunitária que fiscaliza os trabalhos das duas rádios faz com que estas não tenham um papel importante na mobilização das comunidades na gestão de bens públicos.

Finalmente, no oitavo capítulo são apresentadas as referências bibliográficas que suportaram o trabalho bem como anexos da transcrição de entrevistas, mapas e análise de inquéritos.

1.2. Justificação do tema

Em Moçambique existem muitos meios de comunicação, desde os nacionais, regionais, locais e comunitários. O acesso a esses meios difere de região para região, de província para província.

Os meios de comunicação comunitários, Rádios, Televisão, Jornais, Boletins, Murais e outros desempenham um papel importante na transmissão de informações as comunidades autárquicas, visto que são meios cujos programas são produzidos na comunidade para a comunidade e pela comunidade, espelhando aquilo que essas comunidades são, as suas necessidades, os seus anseios, a sua cultura, a sua economia e isso feito na língua local. De acordo com Jane (2006:76), as rádios comunitárias em Moçambique primam pela educação e formação do cidadão com vista a preservação da paz e ao combate a pobreza absoluta vivida no país. Com mensagens educativas e de conscientização popular, as rádios comunitárias procuram prestar sua contribuição para combater a violência e o tráfico das drogas; mobilizar as populações locais a se engajarem em actividades produtivas com vista a combater a miséria.

A pesquisa objectiva analisar e compreender como as parcerias entre as rádios comunitárias GESOM e Sussundenga e os Municípios da Vila de Sussundenga e da Cidade de Chimoio contribuem para uma gestão municipal compartilhada, partindo do pressuposto de que as rádios são meios na e para a comunidade, que lidam com assuntos da comunidade com vista a divulgação de informações que possam servir de aporte para a tomada de decisão por parte das comunidades autárquicas.

A escolha destas duas rádios prende-se com a diferença que apresentam tanto na origem como na sua gestão. A rádio GESOM é comunitária e funciona no Conselho Municipal da Cidade de Chimoio, criada pela iniciativa da UNESCO, não está sob alçada do governo, é uma rádio da comunidade e gerida pela comunidade. Em contrapartida, a rádio comunitária de Sussundenga, que se localiza no Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, é uma rádio comunitária, criada pelo Estado através do Instituto de Comunicação Social. É a partir destas diferenças que surge a necessidade de analisar e compreender como as parcerias entre estas rádios e os municípios podem contribuir para a gestão municipal compartilhada.

Os municípios, em Moçambique, são lugares do desenvolvimento do poder local, onde se promove a participação da comunidade na sua gestão. Nesta perspectiva, as Rádios Comunitárias localizadas nos municípios têm um papel importante na promoção da cidadania autárquica, da participação, para além de constituir um elo entre o município e as comunidades autárquicas¹⁷.

A democracia participativa prevê a gestão municipal compartilhada, onde municípios e municípios têm direito a palavra na gestão da coisa pública. Em Moçambique a institucionalização dos municípios locais vem consubstanciado na Constituição da República de Moçambique, no artigo 272, n.º 1 e 2, que afirmam: 1. “O poder Local compreende a existência de municípios locais¹⁸”; 2. “Os municípios locais são pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado¹⁹”.

O objectivo dos Conselhos Municipais é a participação popular na gestão pública para que haja um melhor entendimento da população. A proliferação destes Conselhos representa um aspecto positivo ao criar oportunidade para a participação da sociedade na

¹⁷ Designação nossa de municípios, isto porque no município encontramos várias comunidades, como por exemplo, comunidades compostas por membros residentes no centro da cidade e aqueles que se encontram na periferia da cidade.

¹⁸ Constituição da República de Moçambique de 2004. Disponível em: http://www.presidencia.gov.mz/files/republica/constituicao_republica_moc.pdf, Acessado em 10 de Fev. 2016.

¹⁹ Idem.

gestão das políticas públicas locais²⁰. Para a compreensão das parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégias de gestão compartilhada escolheu-se dois municípios, com características diferentes, um na cidade-Conselho Municipal da Cidade de Chimoio- e outro na zona rural, que é o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, com o intuito de analisar como as parcerias entre Rádios Comunitárias e municípios pode se configurar como o lugar da promoção do desenvolvimento autárquico, por outro lado, como espaço da promoção da cidadania autárquica, isto é, um lugar onde município e munícipe conhecem seus direitos e deveres, e esses direitos e deveres são largamente difundidos para que todos possam conhecer.

Espera-se que com os resultados desta pesquisa se possa traçar um panorama das parcerias entre as Rádios Comunitárias e os municípios tendo como base o poder local, a cidadania e as comunidades com vista a gestão compartilhada.

Por fim, esta pesquisa servirá de base para que futuras pesquisas sejam desenvolvidas tendo como ponto de partida as parcerias entre rádios comunitárias e os municípios com vista a gestão municipal compartilhada.

1.3.Problema da pesquisa

Os meios de comunicação comunitários, mais do que nunca, hoje, desempenham um papel fulcral na visibilização das instâncias do poder local, são responsáveis em dar voz aos que governam e aos governados.

No caso municipal vive-se, hoje, um cenário difícil, onde os munícipes não conhecem seus direitos e deveres face ao município, por outro lado, os municípios não conseguem penetrar no seio das comunidades municipais para mobilizar estas a aderirem aos serviços. Como resultado disso, impostos como o IPA (Imposto Pessoal Autárquico) quase que não são pagos pelos munícipes, pois estes desconhecem a sua importância e os benefícios que advém dessa contribuição. Por outro lado, o município não dá visibilidade as actividades que realiza embora tenha acesso aos meios de comunicação comunitários através das parcerias que mantém com estes.

²⁰Disponível em: https://pt.wikipedia-org/wiki/Conselho_Municipal#Hist.C3>B3ria

Omunicípio passou a ser apenas um lugar da tramitação de documentos, deixou de ser um lugar da construção da cidadania municipal como tal.

Partindo deste cenário, várias questões se colocam:

1. Como é feita a publicitação dos assuntos municipais?
2. Qual é o papel do município na interação com o munícipe e vice-versa?
3. Que meios de comunicação o município usa para a visibilidade dos seus assuntos?
4. Como é a participação dos munícipes na gestão municipal?
5. Que meios os munícipes têm ao seu dispor para participarem na gestão municipal?

Sobre rádios comunitárias em Moçambique muitas dissertações e teses já foram elaboradas, a título de exemplo, Jane (2006) analisa, na sua tese, o papel das rádios e televisões comunitárias no processo de desenvolvimento local sustentável, bem como sua contribuição na educação da população moçambicana para fazer frente a pobreza absoluta que afeta o país e, mais especificamente, as zonas rurais²¹. Numa outra abordagem, Alves (2005) reflecte, na sua dissertação, sobre a necessidade de edificação de espaços de participação democrática, o papel da “sociedade civil”, a coexistência de funções similares do Estado e do Terceiro Sector e a análise da participação da “sociedade civil” na construção da vida comunitária, (...)²². Enquanto Mkaima (2011) procura mostrar até que ponto as rádios comunitárias contribuem para o desenvolvimento

²¹ Tomas José Jane. **Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique**, tese apresentada na Universidade Metodista Unida de São Paulo, Brasil, 2006. Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/876/1/Tese_Tomas_Jane_final_1_.pdf

²² Anabela Maria Vara Alves. **As rádios comunitárias em Moçambique Estudos de caso**. Dissertação de mestrado em estudos africanos, faculdade de letras da universidade do Porto, 2005. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53820>

de Moçambique (socialmente, culturalmente, politicamente e economicamente) e no fomento da informação que acaba por fortalecer (*empowerment*) o povo²³.

Todas as teses e dissertações tinham como preocupação a questão da participação das rádios no processo do desenvolvimento comunitário.

Vários problemas têm sido levantados pelas rádios comunitárias, tais como:

1. Jornalistas (voluntários) das rádios comunitárias acusam as instituições governamentais de só cederem informações aos órgãos públicos²⁴.
2. Falta de acesso as fontes oficiais, que dão primazia aos órgãos públicos²⁵.
3. Mau relacionamento entre jornalistas (voluntários) das rádios comunitárias e as instituições governamentais²⁶.
4. Falta de apoio das comunidades para o funcionamento das rádios comunitárias.
5. Fraca participação das rádios comunitárias no desenvolvimento municipal.

Adicionado a estes problemas, há um desconhecimento por parte dos jornalistas comunitários da missão de uma rádio comunitária, vezes sem conta deixam os assuntos comunitários para tratarem de assuntos gerais que são missão da media nacional, local, comercial ou regional. Outro factor que inibe o comunitário das rádios comunitárias prende-se com a falta de clareza na definição de programas que são prioritários para as comunidades e a falta de definição de estratégias claras de participação das comunidades na sua gestão e na produção de conteúdos.

Partindo dos problemas acima levantados e das análises dos trabalhos dos autores acima referenciados, a presente pesquisa é norteada pela seguinte questão de pesquisa:

²³ Renato Fernandes da Costa Mkaima, dissertação submetida como requisito para a obtenção do grau de mestre em comunicação, cultura e tecnologias de informação, no Instituto Universitário de Lisboa 2011, disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/4330/1/Tese%20Renato%20Costa%20Mkaima%2C%2011565.pdf>

²⁴ DW- Moçambique: Rádios Comunitárias queixam-se de falta de acesso à informação oficial. Disponível em: <http://www.dw.com/pt-002/mo%3%A7ambique-r%3%A1dios-comunit%3%A1rias-queixam-se-de-falta-de-acesso-%3%A0-informa%3%A7%C3%A3o-oficial/a-38774166>, acessado aos 10 de Abril de 2018

²⁵ Idem.

²⁶ Ibidem.

Como e por que as parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios podem ser um espaço para a promoção do desenvolvimento e da cidadania e assim contribuir para uma gestão compartilhada (município/munícipe)?

1.4.Objectivo Geral

- Compreender como as parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios contribuem para a gestão compartilhada e para a construção da cidadania, com vista ao desenvolvimento municipal.

1.4.1. Objectivos específicos

- Identificar as formas de parceria existentes entre as Rádios Comunitárias GESOM e Sussundenga com os Municípios da Cidade de Chimoio e da Vila de Sussundenga, respectivamente;
- Analisar as contribuições que as parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios têm no desenvolvimento municipal;
- Avaliar o papel das parcerias entre as Rádios Comunitárias e os municípios na construção da cidadania municipal;
- Discutir o contributo das parcerias entre as Rádios Comunitárias e municípios na gestão municipal compartilhada;
- Analisar o contributo das parcerias entre as Rádios Comunitárias e os municípios na mobilização dos munícipes para a participação na gestão compartilhada;

- Identificar o grau de participação dos munícipes na gestão municipal.
- Identificar o grau de participação dos munícipes na gestão das rádios comunitárias e na produção de programas que ligam estes (munícipes) ao município, com vista a gestão compartilhada do município.

1.5.Hipóteses

H1. As parcerias entre Conselhos Municipais e rádios comunitárias têm sido um instrumento de participação das comunidades na gestão compartilhada e contribuem para a construção da cidadania autárquica.

H2. As parcerias entre Conselhos Municipais e rádios comunitárias têm-se configurado como um lugar da democratização de informações municipais para a participação das comunidades na gestão compartilhada.

H3. A existência de parcerias entre Conselhos Municipais e rádios comunitárias não é um factor decisivo para que haja democratização da informação autárquica nem um espaço de participação das comunidades para a gestão compartilhada.

H4. As parcerias entre Conselhos Municipais e rádios comunitárias são meramente comerciais, daí que a participação das comunidades não é um elemento fundamental, estas parcerias são apenas para a visibilização e publicitação do Município.

**PARTE I. ASPECTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DA
PESQUISA**

2. Aspectos teóricos e metodológicos da pesquisa

A presente pesquisa investiga, através de um estudo de caso, a contribuição das parcerias entre as rádios comunitárias e os municípios na gestão compartilhada. Escolheu-se trabalhar com estudo de caso como estratégia de pesquisa, o mesmo será desenvolvido sob óptica da constituição dos actos que abordam as rádios comunitárias, comunicação comunitária, comunicação pública, poder local, parcerias, comunidades municipais, comunicação municipal, gestão compartilhada, participação pública e comunicação organizacional.

Para Yani (1994:13), o estudo de caso é uma abordagem metodológica de investigação especialmente adequado quando se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, nos quais estão simultaneamente envolvidos diversos factores. Esta abordagem, segundo o autor, adapta-se à investigação em comunicação, quando o investigador é confrontado com situações complexas, de tal forma que dificulta a identificação das variáveis consideradas importantes, quando o investigador procura respostas para o “como?” e o “porquê?”, quando o investigador procura encontrar interações entre factores relevantes próprios dessa entidade, quando o objectivo é descrever ou analisar o fenómeno a que se acede directamente, de uma forma profunda e global, e quando o investigador pretende apreender a dinâmica do fenómeno, do programa ou do processo.

Nesta perspectiva, o estudo de caso servirá como base para dar resposta a “como” as parcerias entre as rádios comunitárias e municípios se configuram como um lugar da construção da cidadania, isto é, um lugar onde munícipes, municípios e rádios comunitárias conhecem seus direitos e deveres com vista ao desenvolvimento municipal e a gestão compartilhada, por outro lado, ao procurar dar resposta a pergunta “porquê”, a pesquisa buscará perceber o porquê de se firmaram parcerias entre rádios comunitárias e municípios e se essas parcerias contribuem para a participação do munícipe tanto na gestão da rádio comunitária como na gestão autarca.

Neste caso, a questão da gestão compartilhada de municípios e rádios comunitárias por parte de dirigentes e comunidades municipais configura, por si só, uma complexidade, isto porque as comunidades exigem dos dirigentes autárquicos boas

condições de vida, enquanto isso o município exige que os munícipes participem na gestão municipal através do exercício dos seus direitos e deveres, por outro lado, no que tange as relações rádios comunitárias e comunidades municipais a relação também é complexa, uma vez que as rádios comunitárias não dispõem de recursos financeiros para a sua sobrevivência, contam então com a boa vontade das comunidades para o seu funcionamento pleno. Nesta perspectiva, Yin (2001:31) apud Schramn (1971) afirma que a essência de um estudo de caso, (...), é que ele tenta esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões: o motivo pelo qual foram tomadas, como foram implementadas e com quais resultados, (...) esta definição cita o tópico das “decisões” como foco principal dos estudos de caso. Para além das decisões, o autor afirma que o estudo de caso preocupa-se em saber sobre “indivíduos”, “organizações”, “processos”, “programas”, “bairros”, “instituições” e mesmo “eventos”.

Nesta pesquisa, enquanto estudo de caso, interessa perceber “como?” e “porquê?” as parcerias entre rádios comunitárias e municípios podem funcionar estrategicamente para que haja uma gestão compartilhada. Ao primar por estas perguntas, o estudo impacta no mundo das decisões que serão, ou foram, tomadas para a persecução dos objectivos dos municípios, das rádios comunitárias e das comunidades municipais. Por outro lado, o estudo deste caso preocupa-se com o resultado que essa parceria trará para o indivíduo, para as rádios, para os municípios e para as comunidades.

2.1.Natureza da Pesquisa

A pesquisa será de natureza qualitativa e quantitativa. De acordo com Goldenberg (2004:62), numa dada pesquisa pode se fazer o cruzamento entre a pesquisa qualitativa e quantitativa. Para a autora, “a integração da pesquisa quantitativa e qualitativa permite que o pesquisador faça um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de alguma situação particular. Ele não se limita ao que pode ser colectado em uma entrevista: pode entrevistar repetidamente, pode aplicar questionários, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões, pode utilizar fontes documentais e dados estatísticos.” (GOLDENBERG 2004:64). Fundamenta a autora (op.cit:63) que “enquanto os métodos quantitativos pressupõem uma população de objectos de estudo comparáveis, que

fornecerá dados que podem ser generalizáveis, os métodos qualitativos poderão observar, directamente, como cada indivíduo, grupo ou instituição experimeta, concretamente, a realidade pesquisada.

A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente. A premissa básica da integração repousa na ideia de que os limites de um método poderão ser contrabalançados pelo alcance de outro. Os métodos qualitativos e quantitativos, nesta perspectiva, deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares.” (GOLDENBERG 2004:63).

Neste trabalho, a pesquisa qualitativa é “entendida como aquela que se fundamenta na discussão da ligação e correlação de dados interpessoais, na coparticipação das situações dos informantes, analisados a partir da significação que estes dão aos seus actos” (MICHEL, 2009). Acrescenta Duarte (2005) que as pesquisas qualitativas trabalham com significados, motivações, valores e crenças, e não requerem em seu uso, métodos e técnicas estatísticas, procurando intensidade nas respostas. Na mesma linha de pensamento, Gaskell (2002:68) afirma que a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Acrescenta Bouer (2002:23) que o objectivo da pesquisa qualitativa é apresentar uma amostra do espectro dos pontos de vista. A pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações das realidades sociais.

Nesta perspectiva, nos interesse é descobrir a variedade de opiniões sobre as parcerias entre rádios comunitárias e municípios, isto é, o olhar tanto do município, como das rádios comunitárias nesse processo. Como advoga Bouer (2002:21), o que interessa na pesquisa qualitativa é a maneira como as pessoas espontaneamente se expressam e falam sobre o que é importante para elas e como elas pensam sobre suas acções e as dos outros.

Partindo deste pressuposto, a pesquisa buscou perceber, através das falas dos dirigentes autárquicos, dos gestores da área de comunicação municipal, o entendimento que têm sobre o papel da comunicação pública, comunicação municipal e participação na gestão de bens públicos municipais, com vista a gestão compartilhada, por outro lado,

buscou-se perceber o papel que os gestores autárquicos e responsáveis pela área de comunicação atribuem aos meios de comunicação comunitária enquanto entes que produzem conteúdos locais no local para os locais.

Na perspectiva da rádio, a abordagem qualitativa ajudou a perceber a concepção que os dirigentes (coordenadores), voluntários e funcionários das rádios comunitárias atribuem a comunicação comunitária enquanto instrumento de difusão de informações locais, produzidas no local para os locais e como essas informações contribuem para a gestão compartilhada de bens públicos municipais e comunitários.

A escolha deste método reside no facto de a pesquisa estar a lidar com um fenómeno social e este requerer, antes de mais, não a quantificação das opiniões, mas sim a categorização das opiniões dos agentes com vista a ter uma abordagem holista sobre a gestão compartilhada de municípios e rádios comunitárias. Como advoga Bouer (2002:22-24), a mensuração dos factos sociais depende da categorização do mundo social. As actividades sociais devem ser distinguidas antes de qualquer frequência ou percentual que possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou outra categoria. Acrescenta o autor que a pesquisa social, portanto, apoia-se em dados sociais sobre o mundo social - que são o resultado, e são construídos nos processos de comunicação.

A abordagem quantitativa que aparece no trabalho justifica-se como instrumento de controlo da perspectiva institucional tanto da rádio, como do município. Empregou-se a perspectiva quantitativa para perceber, através de questões fechadas, a avaliação que os munícipes, enquanto parte da comunidade e participante no processo de gestão das rádios comunitárias bem como dos municípios entendem a questão referente a gestão compartilhada dos bens públicos e a sua participação nessa gestão. De acordo com Bouer (2002:20), um delineamento de estudo de caso pode incorporar um questionário de pesquisa para levantamento, junto com técnicas observacionais (...).

Ao primar por esta abordagem, buscou-se perceber a opinião dos munícipes quanto a gestão compartilhada de bens públicos, isto é, o sentido que os munícipes atribuem ao processo de gestão compartilhada. Nesta perspectiva, Bouer (2002:23) afirma que a pesquisa quantitativa lida com números, usa modelos estatísticos para explicar os dados.

O protótipo mais conhecido é a pesquisa de levantamento de opinião. É correto afirmar que a maior parte da pesquisa quantitativa está centrada ao redor do levantamento de dados (*survey*) e de questionários. Na mesma óptica, Kauark (2010:26) afirma que a pesquisa quantitativa é aquela que traduz em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão).

2.2.Instrumentos de colecta de dados

2.2.1. Entrevistas

A pesquisa recorreu a entrevista com os fazedores das rádios comunitárias e dirigentes municipais com a finalidade de buscar perceber se as parcerias entre municípios e rádios comunitárias contribui para a gestão compartilhada.

As entrevistas são uma técnica bastante utilizada em análise de fenômenos sociais. De referir que a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional.

Nesta perspectiva, Michel (2009:68) afirma que a entrevista é considerada um instrumento por excelência da investigação social, pois estabelece uma conversação face-a-face, de maneira metódica, proporcionando ao entrevistado, verbalmente, a informação necessária. Para a autora, a obtenção de melhores resultados no processo de entrevistas passa por esta ser aplicada a grupos táticos e gerenciais das organizações pesquisadas. Acrescenta a autora que os objectivos de uma entrevista passam pela: averiguação de factos, determinação de clima, sentimentos, expectativas, sonhos, descobertas de planos de acção, conduta actual ou passada, motivos conscientes para opiniões.

Numa outra perspectiva, Pinheiro (1997) afirma que as entrevistas são uma versão da realidade.

Para os autores, a entrevista quando considerada como uma interacção reconhece-se que o locutor se posiciona frente ao pesquisador, seleccionando o tom, as figuras, os trechos das histórias, as personagens, numa posição negociada.

Gaskell (2002:65) afirma que a entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os actores sociais e a sua situação. O objectivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos. Porém, Bouer et. al. (2002:21) chamam atenção que nas entrevistas é preciso prestar atenção visto que há o problema que surge quando os entrevistados dizem o que pensam que o entrevistador gostaria de ouvir. Acrescentam que se deve reconhecer falsas falas, que podem dizer mais sobre o que o pesquisador quer ouvir e sobre o processo de pesquisa, do que sobre o tema pesquisado.

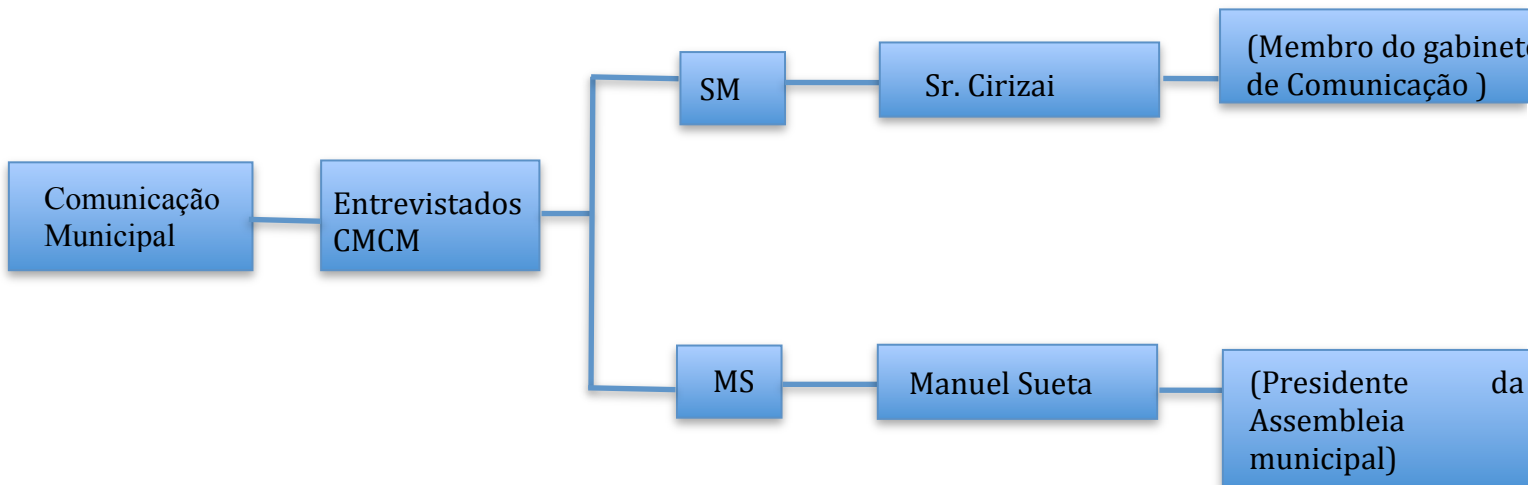
Para a recolha de dados, foi aplicada a entrevista em profundidade que, de acordo com Borgan (1994), *es los encuentros cara a cara entre el investigador y los informantes, encuentros éstos dirigidos hacia la comprensión de las perspectivas que tienen los informantes respecto de sus vidas, experiencias o situaciones, tal como las expresan con sus propias palabras. En la misma perspectiva Gómez, Flores e Jiménez (1996:168) afirman que la entrevista en profundidad el entrevistador desea obtener información sobre determinado problema y a partir de él establece una lista de temas, en relación con los que se focaliza la entrevista, quedando ésta a la libre discreción del entrevistador, quien podrá sondear razones y motivos, ayudar a establecer determinado factor, etc., pero sin sujetarse a una estructura formalizada de antemano.*

Nesta pesquisa foi entrevistado o Presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga. Optou-se por entrevistar este dirigente porque ocupa um papel importante na criação de políticas de gestão compartilhada, para além de que foi eleito para representar as comunidades na tomada de decisões sobre a gestão de bens públicos municipais. Esta entrevista foi realizada no escritório do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga.

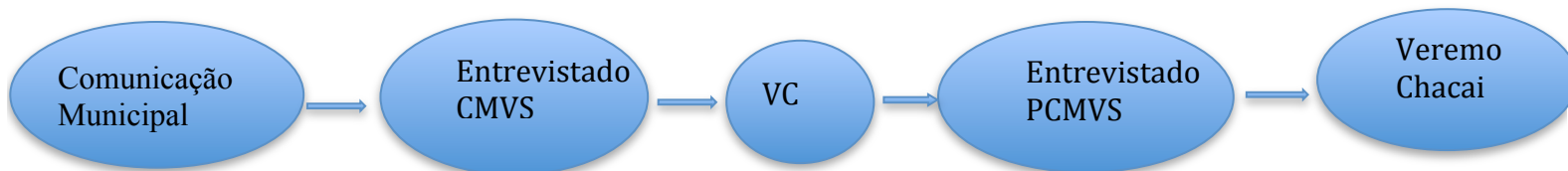
No Conselho Municipal da Cidade de Chimoio foi entrevistado o Presidente da Assembleia Municipal. Para completar o ciclo das entrevistas, foram entrevistados os responsáveis pela área de comunicação no Conselho Municipal da Cidade de Chimoio; não foi possível entrevistar os responsáveis pela comunicação no Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, pois este não existe e está a cargo do Gabinete do Presidente. As entrevistas também foram aplicadas aos coordenadores (dirigentes) das rádios comunitárias, bem como aos voluntários das rádios.

Esquema das entrevistas

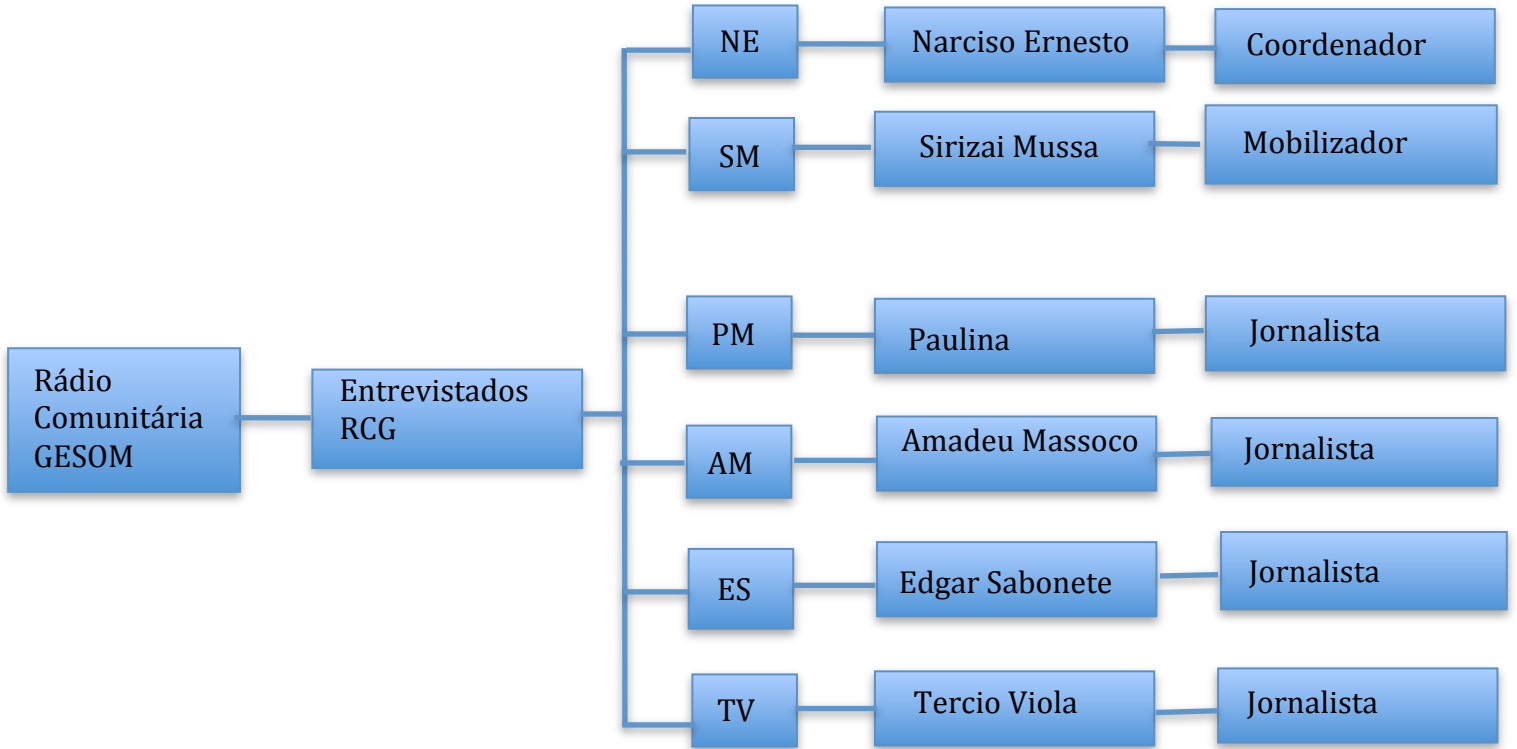
Gestão da comunicação Municipal Conselho Municipal da Cidade de Chimoio



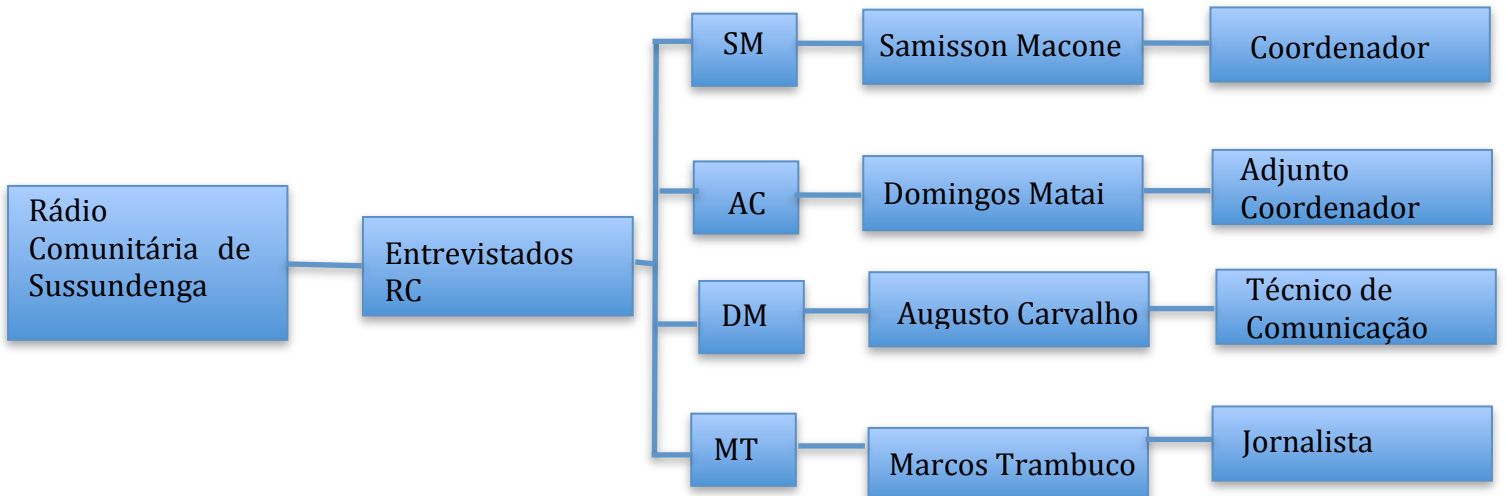
Gestão da comunicação Municipal Conselho Municipal da Vila de Sussundenga



Rádio comunitária GESOM



Rádio comunitária de Sussundenga



2.2.2. Questionário

Segundo Kauark (2010:58), o questionário, numa pesquisa, é um instrumento ou programa de colecta de dados. A confecção é feita pelo pesquisador; o preenchimento é realizado pelo informante. Acrescenta D’Ancona (1999:240), que *“lo cuestionario²⁷ puede definirse como la aplicación de un procedimiento estandarizado para recabar información (oral o escrita) de una muestra amplia de sujetos. La muestra ha de ser representativa de la población de interés; y, la información se limita a la delineada por las preguntas que componen el cuestionario pre-codificado, diseñado al efecto”*.

Na presente pesquisa, o questionário foi aplicado aos residentes dos municípios da cidade de Chimoio e da Vila de Sussundenga com o objectivo de perceber o grau de participação destes na gestão municipal e das rádios comunitárias. Nesta perspectiva, D’Ancona (1999:244) afirma que *la encuesta personal “cara a cara” consiste en la administración del cuestionario mediante perecimiento, por separado, pelos individuos seleccionados en la muestra.*

Para o sucesso do inquérito é necessário que o pesquisador tenha capacidade de escolher o tipo de perguntas que serão aplicadas aos inquiridos para a obtenção de opiniões necessárias para o andamento da pesquisa. Nesta perspectiva, D’Ancona (1999:254) advoga que *“existen una gran variedad de preguntas, pues con varios los criterios de clasificación posibles. El más usual diferencial las preguntas cerradas (o pre-codificadas) de las abiertas”*. Afirma o autor que *“las preguntas cerradas (también denominadas pre-codificadas o de respuesta fija) son aquéllas cuyas respuestas ya están acotadas, cuando se diseña el cuestionario”*. Neste tipo de inquérito, de acordo com o autor, *“el investigador determina, previamente, cuáles son las diversas opciones de respuestas posibles. Acrescenta que neste tipo de preguntas “el encuestado se limita a señalar cuál, o cuáles (si la pregunta es múltiple), de las opciones dadas refleja su*

²⁷*Le cuestionario constituye una estrategia de investigación basada en las declaraciones verbales de una población concreta. Puede utilizarse de forma aislada, o en conjunción con otras estrategias de investigación. Si bien, sus resultados mejoran cuando en su realización han intervenido otras estrategias, ya en fases precedentes (en la confección del marco teórico del estudio, el diseño del cuestionario y el diseño muestral) o en fases posteriores a su desarrollo (en la validación e interpretación de los resultados de encuesta)” (D’ANCONA 1999:239).*

opinión o situación personal”. Por outro lado, existem as “*preguntas abiertas que son aquellas que no circunscriben las repuestas a alternativas predeterminadas. Por lo que la persona puede expresarse con sus palabras.*” (D’ANCONA 1999:258).

No caso desta pesquisa, foram aplicadas perguntas fechadas onde o inquirido teve a possibilidade de escolher, dentre as várias alternativas, aquelas que expressavam a sua opinião referente a participação na gestão de bens públicos, nomeadamente, o município e as rádios comunitárias.

Para que a pesquisa alcançasse os seus objectivos, o questionário foi distribuído aos munícipes e de seguida o inquiridor teve a possibilidade de explicar aos inquiridos as questões que não fossem perceptíveis, isto porque se tomou a ideia de que caberia ao inquirido o preenchimento do inquérito para evitar a intromissão do pesquisador, porém, nos casos em que o inquirido não soubesse escrever e não tinha o domínio da língua²⁸ em que se elaborou o questionário, coube ao entrevistador formular as perguntas e registar as respostas, como suporta D’Ancona (1999:244), *el entrevistador puede formular las preguntas y anotar las respuestas en el cuestionario*.

Foram inquiridos 186 munícipes, dos quais, 95 no município da Cidade de Chimoio e os restantes 91 no município da Vila de Sussundenga.

2.2.3. Operadores analíticos

Para a análise dos dados foram definidos 5 operadores analíticos, a saber:

- I. A comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada do município;
- II. A participação das comunidades na gestão municipal: uma estratégia de gestão compartilhada;
- III. Rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada;

²⁸ O inquérito foi elaborado usando a língua portuguesa, que é a língua oficial de Moçambique, mas como maior parte da população dos dois municípios não têm domínio desta língua foi preciso recorrer a interpretes que pudesse explicar o objectivo do inquérito.

- IV. A participação das comunidades na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada;
- V. Parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada.

Estes operadores analíticos foram elaborados tendo em conta os objectivos da pesquisa, o problema, as hipóteses e os operadores teóricos levantados ao longo da revisão da literatura.

**PARTE II. A GESTÃO MUNICIPAL EM MOÇAMBIQUE: DA
CENTRALIZAÇÃO À DESCENTRALIZAÇÃO, UM LONGO CAMINHO
PARA A MUNICIPALIZAÇÃO**

3. A gestão municipal em Moçambique: Da centralização à descentralização, um longo caminho para a municipalização

Moçambique conta com uma superfície de cerca de 800 mil quilómetros quadrados, situa-se na costa sudoeste de África, faz fronteira a sul com a República da África do Sul e o Reino da Suazilândia, a norte com a Tanzânia, a noroeste com o Malawi e a Zâmbia e a Oeste com a República do Zimbabwe. De acordo com os dados preliminares do censo de 2017, actualmente o país conta com uma população de 28.861.863 habitantes, distribuídos em 11 províncias²⁹.

O processo de descentralização³⁰ em Moçambique é recente, como é recente a história do país independente. Moçambique é uma nação jovem com 44 anos de independência e 27 anos de democracia. O país é composto por 154 distritos divididos em 11 províncias. O processo de municipalização também é recente, dos 154 distritos apenas 53 são municípios, os restantes 101 estão sob gestão do governo central³¹ através dos Governadores Provinciais.

²⁹ Disponível em www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2017/devulgacao-os-resultados-iv-rgph-2017/view

³⁰ Segundo Faria e Chichava (1999: 8) “o processo de descentralização significa, no caso específico de Moçambique, uma combinação do processo de “desconcentração e de autarcização”. Desconcentração, na medida em que o governo central tem estado a transferir alguns poderes de gestão local para os governos provinciais; um exemplo é a gestão dos recursos humanos do Estado a nível local que há dois anos passou para os governos provinciais. Prevê igualmente uma devolução de poderes, de forma gradual, aos órgãos eleitos através dos municípios, desde Junho de 1998. O processo de autarcização foi objecto de debate na Assembleia da República em Dezembro de 1996, que culminou com a aprovação da lei 2/97. Neste contexto, o aumento do espaço de decisão local, potência em princípio um maior envolvimento dos cidadãos e das forças vivas que residem em cada uma das cidades e vilas, na gestão e resolução dos problemas de natureza local, para os quais a referida lei define as atribuições e competências”. Numa outra perspectiva a UKaid (2017: 2), afirma que o processo de descentralização em Moçambique apresenta duas vertentes, isto é, existem dois poderes locais diferentes no mesmo território municipal, de um lado o governo autárquico, do outro o governo distrital.

³¹ Na estrutura administrativa Moçambicana os distritos não municipalizados são dirigidos pelos administradores nomeados pelo governador da província que, por sua vez, é nomeado pelo presidente da República. Existe actualmente um debate entre a Frelimo e a Renamo para que os Governadores sejam eleitos em sufrágio universal e não nomeados como acontece actualmente. Nesta perspectiva a UKaid (2017: 2), afirma que o processo de descentralização em Moçambique apresenta duas vertentes, isto é, existem dois poderes locais diferentes no mesmo território municipal, de um lado o governo autárquico com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com seus órgãos executivos (Conselho Municipal, Presidente do Conselho municipal) e legislativo (Assembleia Municipal) e por outro lado, o Governo

Aquando da independência nacional, a 25 de junho de 1975, Moçambique assumiu-se como um Estado Unitário, dirigido pela FRELIMO e assumiu a planificação centralizada como ordem económica e política do país, como advogava a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 no seu artigo 3º “A República Popular de Moçambique é orientada pela linha política definida pela FRELIMO, que é a força dirigente do Estado e da Sociedade”. “A FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisiona a acção dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo”. Acrescenta, no artigo 9º, único “O Estado promove a planificação da economia, com vista a garantir o aproveitamento correcto das riquezas do País e a sua utilização em benefício do povo moçambicano”³².

Está claro que, segundo a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975, tudo, nesta fase embrionária do país, estava centrado na decisão da FRELIMO. O processo sociopolítico e económico do país estava sob direcção da FRELIMO, enquanto força política única saída da luta de libertação frente ao governo português. Para além da centralidade política, o país aptou por uma linha de orientação socialista que previa uma economia centralmente planificada. De acordo com Abrahamsson & Nilsson (1994: 42), essa linha de orientação foi marcada por uma forte intervenção do Estado ao estilo das economias centralmente planificadas, onde se verifica alocação administrativa de recursos, ao estabelecimento dos preços abaixo dos níveis de mercado por considerações relativas à equidade, o que os autores denominaram de fixação administrativa de preços, a transformação do Estado como principal agente económico e a limitação da intervenção de agentes privados. Acrescenta Adam (2005: 120) que a estratégia de desenvolvimento que foi posta em prática permitia o monopólio total do poder e hegemonia estatal sobre todas as forças sociais, económicas e políticas do país.

Ao optar por uma economia centralmente planificada e um Estado centralizado, Moçambique deixava os desígnios do país à decisão de um grupo de moçambicanos ora

Distrital como Órgão Local do Estado (OLE) subordinado ao Governo Central, ou seja, representante do Estado.

³² MOÇAMBIQUE. *Constituição da República Popular de Moçambique, 1975*, imprensa nacional. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>

regressados da luta de libertação nacional sem experiência na governação.

Quanto ao processo de governação local, a Constituição da República Popular de Moçambique de 1975 definia, no seu capítulo V sobre a organização administrativa e órgãos locais do Estado, no seu artigo 55, que “a República Popular de Moçambique está administrativamente organizada em províncias, distritos e localidades. Já no artigo 56 estabelece que “os princípios orientadores da administração regional são a unidade, o centralismo e a iniciativa local”. A lei 7/78, de 22 de Abril, retoma o predisposto na Constituição de 75 ao afirmar a substituição das estruturas coloniais orgânicas em quatro níveis: central, provincial, distrital e local. Por outro lado, a lei 7/78³³ de 22 de Abril introduziu a criação de assembleias do povo a nível local, distrital e provincial.

De acordo com o Banco Mundial (2007: 29), “após a independência, em 1975, o partido de Estado FRELIMO estabeleceu novos sistemas de governação e gestão urbanas”. Ainda que o aparelho formal do sector público, apesar da designação alterada para “conselhos executivos”, tenha continuado bastante similar, em estrutura e funções, às câmaras do período colonial, o seu papel e o seu relacionamento com um leque mais alargado de instituições sociopolíticas tornaram-se consideravelmente diferentes. As estruturas partidárias foram fundidas com as governativas: após a independência, o primeiro secretário nomeado pela FRELIMO em cada cidade era também o administrador e as assembleias do povo eram escolhidas por processos internos do partido como seu correspondente corpo representativo/deliberativo à nível local. Uma organização social, baseada em grupos dinamizadores populares, iniciada pela FRELIMO durante a luta pela independência como base do socialismo popular, fornecia a base para a criação de estruturas do partido à nível do bairro, do quarteirão e núcleo residencial (grupo de dez casas). Outros canais para a mobilização e participação popular eram proporcionados por outras “organizações de massas” ligadas à FRELIMO, como a Organização da Mulher Moçambicana (OMM) e a Organização da Juventude Moçambicana (OJM). Estas estruturas mobilizadoras e centradas no partido, desenvolvidas em torno dos secretários

³³Lei n° 7/78, “Cria os conselhos executivos das assembleias municipais e conselhos executivos das assembleias das cidades”. de 22 de abril. *Boletim da República*, I Série, n° 48, 22 de Abril de 1978. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

de bairro e das assembleias do povo, de maior ou menor escala, eram complementadas por mecanismos corporativistas planeados pelo Estado, em interligação com organizações económicas — incluindo aquelas que eram responsáveis pela prestação de serviços públicos básicos, alojamento e bens essenciais de consumo — e com o executivo local do partido.

Observa-se que tanto a CRPM de 75, como a lei 7/78 de 22 de Abril, não dotavam as estruturas locais de liberdade na tomada de decisão, estes eram meros receptores e executores das decisões tomadas ao nível central. Quanto a descentralização, tanto a CRPM de 1975, como a lei 7/78 de 22 de Abril, apresentam uma estrutura administrativa dividida em províncias, distritos, localidades, conselhos executivos, mas esses elementos do poder local estavam fortemente dependentes do poder central, não há uma definição clara sobre a descentralização³⁴ no processo de governação do país. Este sistema de governação adotado pela FRELIMO/Estado terá contribuído para a criação de uma distância entre dirigentes e dirigidos, no sentido em que assuntos locais do dia-a-dia dos cidadãos que poderiam ser resolvidos localmente eram transferidos para a decisão central da FRELIMO/Estado. Por outro lado, o centralismo ora adotado pecava em querer aplicar soluções uniformes num país que, por si só, é um mosaico cultural e étnico. O processo de Centralização ora adotado criou assimetrias de desenvolvimento entre as províncias, os distritos e as localidades, o que levou a que se assistisse a uma crise económica que se caracterizou por uma procura de bens e de serviços perante uma oferta declinante.

O processo de centralização adotado pelo governo Moçambicano não só trouxe problemas ao nível económico, mas também ao nível político. Como advogam Abrahamsson & Nilsson (1994: 45), no campo político, Moçambique estava mergulhado numa guerra civil que contribuiu para a desestabilização económica. Acrescenta Adam

³⁴De acordo com Faria e Chichava (1999) a descentralização pode ser definida como a organização das actividades da administração central fora do aparelho do governo central, podendo ser através de: (a) medidas administrativas (e fiscais) que permitam a transferência de responsabilidades e recursos para agentes criados pelos órgãos da administração central, ou (b) medidas políticas que permitam a atribuição, pelo governo central, de poderes, responsabilidade e recursos específicos para autoridades locais.

Faria e Chichava (1999) citam Mazula (1998) e definem a descentralização como sendo a criação de entidades autónomas distintas do Estado, paralelas a ele. Desaparece a hierarquia administrativa, surge um relacionamento entre pessoas jurídicas diferentes, com atribuições e responsabilidades juridicamente definidas pela lei.

(2005:125) que a guerra, a seca e as cheias constituíam um peso adicional que continuava a deteriorar a situação económica e social do país.

No respeitante ao relacionamento com os países da região, Moçambique sofria uma desestabilização económica e militar vinda da África do Sul, assim como as pressões vindas dos países capitalistas que condicionavam a concessão de créditos a uma mudança na linha de orientação política que favorecesse a diminuição ou eliminação do intervencionismo estatal na economia e a descentralização política e económica do país.

Para Abrahamsson & Nilsson (1994:47), a degradação económica, social e política do país obrigou este a iniciar negociações com as instituições da *Bretton Woods*, nomeadamente, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) e, posteriormente, a aderir a elas. Esta adesão era a única forma do país garantir crédito que necessitava, visto que os credores bilaterais internacionais não estavam confiantes na proposta de medidas económicas apresentadas por Moçambique, pois continuava a verificar a forte influência do Estado sobre a economia e política do país.

Em 1987 teve início o Programa de Reabilitação Económica (PRE) que, mais tarde, passou a ser designado Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES) devido ao alargamento do programa que passou a incorporar a componente social. Quando o PRE foi implementado tinha como objectivo restabelecer os equilíbrios macroeconómicos e restaurar um ambiente conducente ao desenvolvimento económico, revertendo às tendências do crescimento marcadamente negativo, que até então se registava, e a consequente degradação social sem perspectivas de qualquer melhoria (Abrahamsson & Nilsson 1994:49).

Com a nova conjuntura económica, política, social e financeira e a economia de mercado, traduzida no PRE e mais tarde no PRES, verificou-se que o regime jurídico aplicável às relações governamentais encontrava-se, sobremaneira, ultrapassado e havia necessidade de proceder-se a certas alterações de modo a adequar este regime a nova filosofia do momento. Para alcançar estes objectivos era necessário tomar uma série de medidas de reforma institucional cujo objectivo era eliminar a intervenção do Estado em todos os níveis da economia e descentralizar a administração do país, dando poderes as regiões, distritos e, mais tarde, aos municípios de tomar decisões para a resolução de assuntos locais.

Assim, foram introduzidos novos mecanismos jurídicos no sentido de garantir uma cada vez maior eficiência no sistema governativo do país. A Constituição da República de Moçambique de 1990, modifica o cenário anterior, de um Estado centralizado e personificado na FRELIMO, para a existência de um estado descentralizado e multipartidário. A constituição de 90 é um marco para a democratização do país e consequentemente a descentralização do poder.

O Banco Mundial (2007) advoga que “o processo de liberalização económica e política, contemplado na constituição de 1990, e impulsionado também pelas disposições do Acordo Geral de Paz de Roma de 1992 relativamente à governação local, resultou na formulação, pelo Ministério da Administração Estatal (MAE), de uma estratégia para a introdução de governação local descentralizada em Moçambique”. Neste sentido, de acordo com Moçambique (1990) no Título XIV (Poder Local), no seu artigo 271 no seu número 1. O Poder Local tem como objectivos, organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da sua comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado Moçambicano; e 2. O Poder Local apoia-se na iniciativa e na capacidade das populações e actua em estreita colaboração com as organizações de participação dos cidadãos. Nesta perspectiva, está claro que a nova Constituição abria espaço para a descentralização e a criação de municípios locais. Moçambique (1990), no seu artigo 272 (Municípios locais) no seu número 2, define municípios locais como pessoas colectivas públicas, dotadas de órgãos representativos próprios, que visam a prossecução dos interesses das populações respectivas, sem prejuízo dos interesses nacionais e da participação do Estado.

A constituição de 90³⁵ abriu espaço para o fim do partido único e da centralização da economia e da política. Era o fim da FRELIMO como Partido/Estado para a introdução do multipartidarismo.

Segundo Rosário (2011: 56), (...). A adopção de uma política de descentralização, que se esboçou com a aprovação da lei 3/94, era necessária porque as Assembleias do Povo (do nível distrital e Provincial) que existiam sob o regime do Partido único tinham perdido o seu papel com a assinatura dos acordos de paz (1992) e previam a realização de

³⁵ A Constituição de 1990 fora proposta e aprovada pela FRELIMO, e pela Assembleia Popular, pois nesta época tudo era decidido pela FRELIMO, era a época do Partido Único (monopartidarismo)

eleições pluralistas. Acrescenta o mesmo autor que até então não existia nenhum órgão intermediário eleito que servisse de ponte entre o cidadão e o Estado.

A primeira fase do projecto de descentralização, marcada pela lei 3/94 que criava os distritos municipais, começa em 1994 com a elaboração pelo governo do Programa da Reforma dos Órgãos Locais (PROLE) com o objectivo de reformular o sistema administrativo centralizado, pouco eficiente e desequilibrado, então em vigor. Adiciona o autor que a lei 3/94 previa estabelecer 23 distritos municipais urbanos (nas principais cidades e vilas do país) e 128 distritos municipais rurais. Esta lei foi aprovada por unanimidade no fim da última sessão da Assembleia monopartidária, no mês de setembro de 1994. Acrescenta o autor que a aprovação desta lei, embora tenha sido unânime, “não foi consensual” porque tinha suscitado grandes objecções oriundas de vários quadrantes, preocupados não só com uma eventual perda do controlo sobre os rendimentos económicos. A autonomia na gestão de recursos locais podia intensificar a competição entre as estruturas do partido (FRELIMO) ao nível central e as elites do poder local (ROSÁRIO 2011: 56-58).

O projecto proposto pela lei 3/94 não chegou a ser aplicado tendo sido revogado pela lei 9/96 que introduzia modificações no que tange ao poder local na Constituição de 90, e finalmente a lei 2/97 que anulou a lei 3/94 e passou a criar os municípios locais. Como advoga Rosário (2011: 58), a lei 2/97 designava como circunscrição territorial municipal não o distrito, como previa a lei 3/94, mas as cidades, vilas, povoações e sedes administrativas, excluindo assim uma parte do território rural e a sua população. Acrescenta o mesmo autor que os cidadãos passaram a estar divididos em duas categorias: uma primeira, constituída por aqueles que tinham direito de ser eleitos ou de eleger seus representantes locais, e a segunda, constituída por um grande número de habitantes das áreas rurais que se viam privados do direito de voto em eleições regulares e democráticas para a escolha de seus representantes locais. O facto de uns terem direito e outros não foi interpretado como sendo o regresso ao sistema centralizado de partido único, onde certas categorias, como por exemplo os líderes religiosos ou os chefes das chefaturas, não tinham direito de votar e ser eleitos (ROSÁRIO, 2011: 58-59).

Contrariamente a Frelimo, a Renamo era favorável ao previsto na lei 3/94 (aprovado pela Assembleia monopartidária, diferentemente da lei 2/97 que fora submetida a

Assembleia multipartidária saída das eleições de 1994). A Renamo considerava que as modificações introduzidas pela lei 2/97 eram inaceitáveis e exigia a realização de eleições em todo o país. Em contrapartida, para o Estado-Frelimo era impossível a realização de eleições em todo o território, porque os recursos financeiros disponíveis eram insuficientes não só para cobrir o custo das operações eleitorais, mas também para instalar cerca de 5000 membros das assembleias municipais e seus presidentes em tão pouco tempo (ROSARIO, 2011 apud LACHARTRE 2000: 326).

Para Rosário (2011: 59), havia uma constante desconfiança entre os dois grandes partidos saídos da guerra civil (Frelimo e Renamo), de um lado a Renamo recusava as propostas do governo e este recusava as da Renamo, o que levou ao boicote, pela Renamo, do procedimento parlamentar e à aprovação da nova lei municipal 2/97, sem consenso, mas pela maioria da Frelimo e pela União Democrática.

Como forma de acabar com as hostilidades entre a FRELIMO e a Renamo, o presidente da República de Moçambique Filipe Jacinto Nyusi, e o líder da Renamo Afonso Dlhakama chegaram a um acordo que possibilitou a revisão pontual da Constituição da República através da lei 1/2018 de 12 de Junho. Desta revisão deu origem a uma nova lei sobre as autarquias locais, a Lei 6/2018 de 3 de Agosto que vai regular a implantação das autarquias locais.

A tabela abaixo demonstra as principais diferenças entre a lei 3/94, a lei 2/97 e a Lei 6/2018

LEI 3/94	LEI 3/97	Lei 6/2018
Divisão administrativa em 128 distritos municipais rurais (= distritos) e 23 distritos municipais urbanos.	Criação de municípios, subdivididas em municípios (urbanos) e povoações (rurais). Cidades, vilas, aldeias, povoações (544) são à partida elegíveis para o estatuto de município. Ficam de fora do poder local, os 128 distritos geridos pelos órgãos administrativos locais e, por conseguinte, sob administração central.	Criação de autarquias, subdivididas em Conselhos autárquicos nas cidades e vilas e os conselhos de povoação nas povoações (rurais). No novo figurino os distritos sejam municipais ou não terão administradores eleitos pela lógica dos cabeças de listas apresentados pelos partidos ou grupos associados.
Eleição directa e secreta dos três órgãos municipais: Presidente (Administrador nas zonas rurais), Assembleia e Conselho municipais.	Eleição directa e secreta do Presidente e da Assembleia municipal (AM). Metade dos membros do Conselho municipal são designados pelo Presidente e metade são membros da AM.	É eleito a Presidente do Conselho Municipal o cabeça de lista do partido, coligação de partidos políticos ou grupo de cidadãos eleitores que obtiver maior número de votos na eleição para a Assembleia Municipal. O Presidente

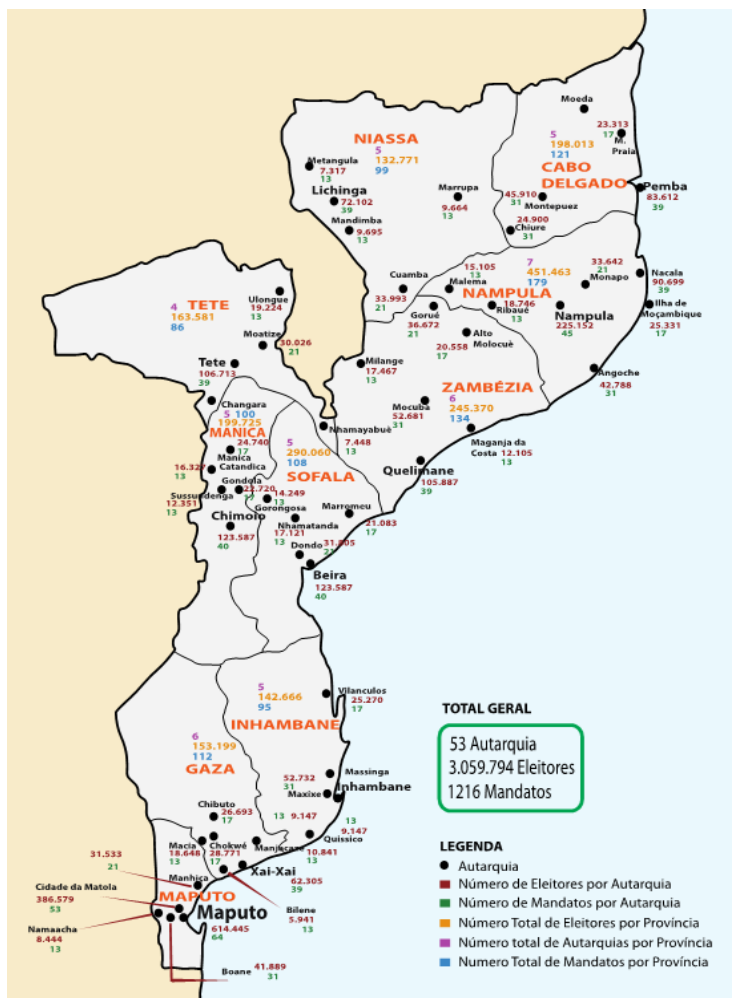
		da assembleia Municipal é eleito por votação secreta. os administradores dos distritos serão eleitos sob na mesma perspectiva da eleição dos presidentes dos conselhos municipais usando as listas dos partidos e cabeças de lista.
Enumeração clara das funções e serviços dos governos locais (inclui segurança pública, uso da terra, abastecimento de água, entre outros)	As funções dos governos locais são reduzidas em questões essenciais (como o uso da terra) e condicionadas à existência de recursos financeiros locais.	Enumeração clara das atribuições dos governos locais (desenvolvimento económico e social local; meio ambiente, saneamento básico e qualidade de vida; abastecimento público; saúde; educação; cultura; tempos livres e desporto; policia autárquica; urbanização; construção e habitação.
Definição clara das prerrogativas e competências da administração central e do município.	Representação dos órgãos de administração central na jurisdição territorial dos municípios. Possibilidade de controlo e participação destes no governo local (dupla administração).	Representação dos órgãos de administração central através dos secretários do estado à nível provincial e distrital. Existência de uma tripula administração (administrador distrital a ser eleito, Presidente da autarquia a ser eleito de acordo com a lei e o secretário do estado que representa o controlo e a participação do estado no governo local).
Autonomia orçamental, fiscal, patrimonial, de planeamento e organização.	Autonomia administrativa, fiscal, patrimonial e de organização. Subordinação administrativa dos municípios ao princípio da “unidade do poder político”.	Autonomia administrativa, fiscal, patrimonial e de organização. Subordinação administrativa dos municípios ao princípio da “unidade do poder político”.
Apoio orçamental previsto no OGE.	Apoio orçamental previsto no OGE.	Apoio orçamental previsto no OGE
Integração das autoridades tradicionais no processo de consulta e tomada de decisão locais (nomeadamente no âmbito de conflitos e em questões relacionadas com o uso da terra).	A participação das autoridades tradicionais é substancialmente limitada e sujeita a regulamentação ministerial.	A participação das autoridades tradicionais é substancialmente limitada e sujeita a regulamentação ministerial. Por outro lado, as autarquias locais podem auscultar as autoridades tradicionais no processo de tomada de decisões locais.
Direito à criação de uma associação de municípios.	Não há referência ao direito de associação dos municípios.	Não há referência ao direito de associação dos municípios.
Princípio do gradualismo: estabelecimento gradual dos municípios com base em condições socioeconómicas, administrativas e de infraestrutura mínimas.	Princípio do gradualismo. A lei da criação dos municípios (elaborada, discutida e aprovada posteriormente) limita o número de municípios na primeira fase a 33.	A descentralização respeita o Estado unitário, a unidade nacional, a soberania, a indivisibilidade e a inalienabilidade do Estado e guia-se pelos princípios de gradualismo. Por questões de gradualismo a lei actualmente limita o número de municípios para 53
Tutela legal e financeira dos municípios por parte do	Tutela legal e financeira dos municípios por parte de MAE e do MPF, respectivamente. A	As autarquias locais estão sujeitas a tutela administrativa do estado

Ministério da Administração Estatal (MAE) e do Ministério do Plano e Finanças (MPF), respectivamente.	lei da tutela administrativa do Estado sobre os municípios (elaborada, discutida e aprovada posteriormente) determina que a tutela pode ser delegada aos governos provinciais.	através do MAE e do MPF, respectivamente. A tutela consiste na verificação da legalidade dos actos administrativos e de natureza financeira.
---	--	--

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Faria & Chichava: in Descentralização e cooperação descentralizada em Moçambique 1999, página 8.

Foi neste ambiente turbulento que se realizaram as primeiras eleições municipais a 29 de Maio de 1998 sem a participação da Renamo e que contaram com a vitória da Frelimo. As primeiras eleições municipais foram realizadas em 33 municípios, dos quais 23 nas cidades e 10 nas vilas. Para o processo de descentralização de poderes, Moçambique optou pelo sistema de gradualismo municipal. De acordo com Hanlon (1997: 13) citado por Rocha e Zavale (2013:114), o princípio de gradualismo em Moçambique é essencialmente explicado pela inexistência ou insuficiência de condições económicas e sociais necessárias e indiscutíveis para a reimplantação e funcionamento da administração autárquica nas vilas em geral. Acrescentam que era necessário fazer previamente a consolidação e a capacitação de agentes locais e fazer acompanhar o processo de recursos técnicos e infraestruturas que permitam o funcionamento da máquina da organização municipal. Para os autores, este primeiro processo de implementação do poder local nas primeiras vilas fora tomado como uma ação piloto. Os autores consideram que a etapa subsequente da transformação de mais vilas em municípios e a realização de eleições seguiria o mesmo princípio.

O processo de descentralização do poder em Moçambique segue o princípio do gradualismo iniciado em 1997, com 33 municípios, que se foi desenvolvendo e em 2008, dos 33 municípios, passou-se para 43 e nas eleições de 2013 passou-se para os actuais 53 municípios, dos quais, 23 nas cidades e o restantes 30 nas vilas municipais, como ilustra o mapa e quadro abaixo.



Fonte: INE, 2013. Número de municípios saídas das eleições de 2013.

Tabela resumo da distribuição das municípios em Moçambique por província.

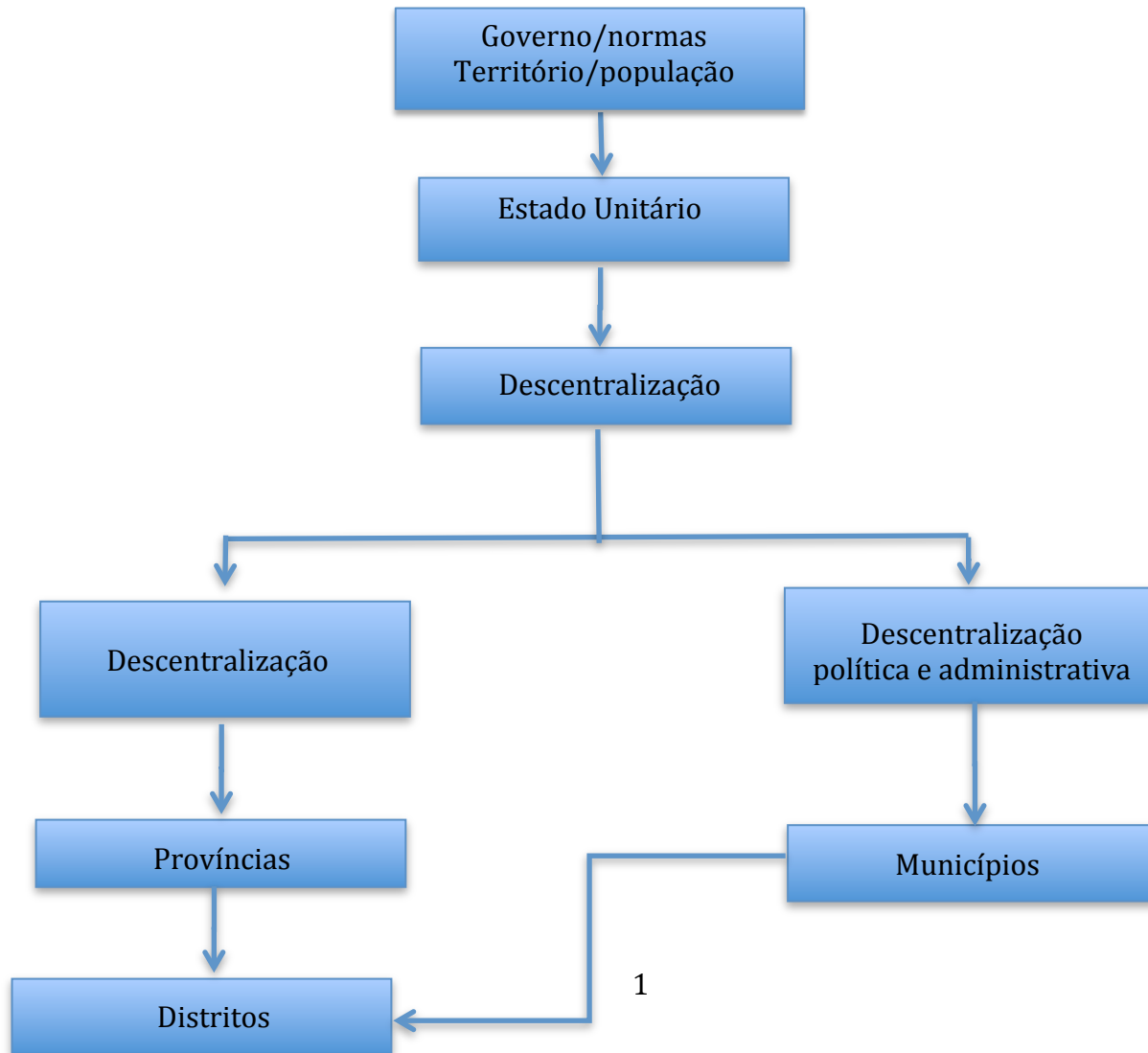
Província	Capital Provincial	Municípios		Total de Municípios nas cidades e vilas
		Cidades	Vilas	
Cabo Delgado	Pemba	Pemba (1º) C e Montepuez (1º) D	Mocímboa da praia (1º) , Moeda (IIº), Chiúre (IIIº)	5
Niassa	Lichinga	Lichinga (1º)-C e Cuamba (1º)- D	Metangula (Iº), Marrupa (IIº) Mandimba (IIIº)	5
Nampula	Nampula	Nampula (1º)-B, Angoche (1º)-C, Ilha de Moçambique (1º)-C e Nacala Porto-(1º)-C	Monapo (Iº), Ribáuè (IIº), Malema (IIIº),	7
Zambézia	Quelimane	Quelimane-(1º) C, Gúrué-(1º) D e	Milange (Iº), Alto Molócué (IIº),	6

		Mocuba-(1º) D	Maganja da Costa (IIIº)	
Manica	Chimoio	Chimoio-(1º) C, Manica-(1º) D	Catandica (Iº), Gondola (IIº), Sussundenga (IIIº)	5
Sofala	Beira	Beira-(1º) B e Dondo-(1º) D	Marromeu, (Iº) Gorongosa, (IIº) Nhamatanda (IIIº)	5
Tete	Tete	Tete-(1º) C	Moatize (Iº) , Ulógué (IIº), Nhamayábuè(IIIº)	4
Inhambane	Inhambane	Inhambane-(1º) C e Maxixe-(1º) D	Vilankulo (Iº), Massinga(IIº), Quissico (Zavala) (IIIº)	5
Gaza	Xai-Xai	Xai-Xai-(1º) C, Chibuto-(1º) D, e Chókwé-(1º) D	Mandlakazi (Iº) , Macia (IIº) Praia do Bilene (IIIº)	6
Maputo	Maputo	Matola-(1º) B	Manhiça (Iº), Namaacha (IIº) e Boane (IIIº)	4
Cidade de Maputo	Cidade de Maputo	Maputo-(1º) A		1
Total Municípios				53

Fonte: Rocha e Zavale (2015)

O sistema de descentralização em Moçambique vem sofrendo algumas críticas por apresentar duas formas de governação local no mesmo território autárquico, o que representa um encargo maior para o Estado e a confusão para as populações. Nesta perspectiva, a UKaid (2017: 2) afirma que o processo de descentralização em Moçambique apresenta duas vertentes, isto é, existem dois poderes locais diferentes no mesmo território autárquico, de um lado o governo autárquico com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com seus órgãos executivos (Conselho Municipal, Presidente do Conselho Municipal) e legislativo (Assembleia Municipal) e, por outro lado, o Governo Distrital como Órgão Local do Estado (OLE) subordinado ao Governo Central, ou seja, representante do Estado, conforme ilustra o esquema abaixo.

Esquema da descentralização em Moçambique



Esquema elaborado pelo autor

Explicando o esquema.

1. O presente esquema descreve o sistema de de descentralização administrativa (desconcentração) e o sistema de descentralização política e administrativa (municipalização). O objectivo do desenho deste esquema centra-se na necessidade de demonstrar que o actual sistema de descentralização faz com que num território municipalizado, por exemplo um distrito, para além da existência da estrutura

governativa municipal eleita, também existente uma estrutura governativa montada a partir da estrutura governativa central chefiada pelo administrador e seu aparato.

Esta forma de descentralização faz coexistir no mesmo território duas formas de governo isso pode, de alguma forma, dificultar a aplicação das políticas públicas municipais ou governamentais. Por outro lado, este sistema pode confundir as comunidades municipais que devem responder a dois comandos que têm, de alguma forma, políticas diferentes e um pensamento diferenciado no que tange a gestão compartilhada de bens públicos. Acrescido a este fenómeno a revisão pontual da Constituição da República, através da Lei nº 1/2018 (Lei da revisão pontual da Constituição da República de Moçambique) traz um outro peso as regiões municipalizadas. Com esta revisão a partir de 2022 teremos Administradores eleitos e um Assembleia Distrital. A existência de dois governos, duas Assembleias no mesmo território, a nosso ver, vai complicar a questão referente a mobilização das comunidades para a gestão de bens públicos municipais ou comunitários.

Em suma, neste momento, num único território encontramos dois governos: o da descentralização administrativa e política (Assembleia Municipal, Autarquia) eleito num sufrágio universal e o da descentralização Administrativa (governo distrital) nomeado pelo Governo do dia.

**PARTE III. ENQUADRAMENTO TEÓRICO, CONCEPTUAL E CONTEXTUAL
SOBRE A COMUNICAÇÃO PÚBLICA, COMUNICAÇÃO MUNICIPAL,
RÁDIOS COMUNITÁRIAS, RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA EM
MOÇAMBIQUE, TERCEIRO SECTOR, BENS PÚBLICOS, COMUNIDADES
MUNICIPAIS, IDENTIDADE MUNICIPAL, PARTICIPAÇÃO E
COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL.**

4. Comunicação pública: uma estratégia para a comunicação Municipal compartilhada

Em contextos democráticos, a comunicação pública assume um papel fundamental para o engajamento tanto das organizações, como das comunidades, na gestão de bens públicos. A comunicação pública possibilita a ampliação dos fóruns de debate e de negociação para a tomada de decisões sobre a gestão de parcerias entre rádios comunitárias e municípios enquanto entes públicos e fornecedores de serviços públicos.

Na gestão de parcerias entre rádios comunitárias e municípios, o acesso à informação de interesse público amplia a consciência para a participação dos cidadãos na tomada de decisões, segundo uma perspectiva do desenvolvimento da sociedade civil e do fortalecimento dos mecanismos democráticos, tendo em conta que é um direito e responsabilidade de todos (Estado, órgãos de governo e instituições públicas, cidadão, organizações da sociedade civil, governos locais, municípios, rádios comunitárias) tomarem parte da gestão de bens públicos.

Para a percepção da comunicação municipal e o seu papel na gestão compartilhada dos municípios e das rádios comunitárias é necessário, primeiro, discutir a questão referente à comunicação pública e o seu papel na democratização de informações e a mobilização das comunidades municipais para o seu engajamento na gestão municipal e das rádios comunitárias.

4.1. Comunicação pública

A comunicação pública é de extrema importância para o desenvolvimento das instituições públicas e da mobilização das comunidades ao engajamento na sua gestão. A comunicação garante que dirigentes e dirigidos tenham direito à informação que lhes possibilita a tomada de decisões e participação³⁶ na gestão de bens públicos.

³⁶Matos (2011:45) advoga que a comunicação pública exige, portanto, a participação da sociedade e de seus segmentos: não apenas como receptores da comunicação do governo, mas principalmente como produtores activos no processo comunicacional. Assim, são também actores, na comunicação pública a sociedade, o terceiro sector, a media, o mercado, as universidades, as instituições religiosas e os segmentos que se tem negado reconhecimento- estejam eles vinculados ou não a instituições ou associações formais. Acrescenta o mesmo autor que a determinação do conteúdo da comunicação pública, seja ela local ou não, é orientada pelo ideal normativo de referências convencionais, tais como: interesse público, o direito à informação, a busca da verdade e da responsabilidade social pelos meios de

De acordo com Zémor (1995), a comunicação pública é a comunicação formal que diz respeito à troca e à partilha de informações de utilidade pública, assim como à manutenção do liame social, cuja responsabilidade é incumbência das instituições públicas. Acrescenta o mesmo autor que as finalidades da comunicação pública não devem estar dissociadas das finalidades das instituições públicas e suas funções são de:

1. informar (levar ao conhecimento, prestar conta e valorizar);
2. ouvir as demandas, as expectativas, as interrogações e o debate público;
3. contribuir para assegurar a relação social (sentimento de pertencer ao colectivo, tomada de consciência do cidadão enquanto actor); e
4. acompanhar as mudanças, tanto as comportamentais, quanto as da organização social.

Na mesma perspectiva, Alhama (2016:49) afirma que a comunicação pública é “(...) *toda aquella actividad que se manifiesta como interacción comunicativa-relacional bidireccional, establecida entre la Administración y los ciudadanos mediante mensajes dotados de significados heterogéneos, objeto de comunicación, a través de diferentes medios-interpersonales, colectivos, colectivos de masa y telemáticos (...).*” (ALHAMA 2016:49).

Para Duarte (2011:126), a comunicação pública se refere à interacção e aos fluxos de informação e de interacção vinculados a temas de interesse colectivo. Nesta perspectiva, a comunicação pública inclui tudo o que está relacionado com o aparato estatal, as acções governamentais, os partidos políticos, o poder legislativo, o judiciário, o terceiro sector, as instituições representativas, o cidadão individualmente e, em certas circunstâncias, as acções privadas. Acrescenta o mesmo autor que a comunicação pública se ocupa da viabilização do direito social colectivo e individual ao diálogo, à informação e expressão

comunicação (MATOS, 2011:46). Na mesma perspectiva Alhama (2010) defende que; “ *la función de comunicación pública no consiste simplemente en informar, sino que debe servir como instrumento para asegurar la participación de los ciudadanos en la vida pública y hacerlos responsables de sus elecciones personales dentro de un contexto democrático*”.

e à participação. Assim, fazer comunicação pública é assumir a perspectiva cidadã na comunicação envolvendo temas de interesse público e da sociedade, simbolizado pelo cidadão (DUARTE, 2011:127).

Brandão (2007:9) advoga que a comunicação pública é um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objectivo de informar para a construção da cidadania. Configura assim a comunicação pública como a interacção entre o Estado e a sociedade, com vista à construção da cidadania.

Partindo das visões de Zémor (1995), Alhama (2016), Duarte (2011) e Brandão (2007), pode afirmar-se que a comunicação pública se instaura no relacionamento entre Administrados e administradores, onde as informações produzidas devem ser resultado da participação de todas as partes e devem espelhar os seus interesses, num espaço onde deve reinar o equilíbrio de interesses entre as partes para uma gestão compartilhada de bens públicos. Como observa Duarte (2007);

Comunicação pública, então, deve ser compreendida com sentido mais amplo do que dar informação. Deve incluir a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe, à possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido com interesse e a perspectiva de participar activamente, de obter orientação, educação e diálogo. (DUARTE, 2007:3).

Partindo das definições acima, pode afirmar-se que a comunicação pública deve ocorrer numa esfera pública³⁷ democrática, onde tanto conselho, como rádios

³⁷De acordo com Habermas (2003: 40), o surgimento de uma esfera pública significa a emergência de um espaço, no qual, assuntos de interesse geral seriam expostos, mas também controvertidos, debatidos, criticados, para, então, dar lugar a um julgamento, síntese ou consenso. Como decorrência, quanto mais assuntos forem trazidos para discussão, mais julgamentos acerca da realidade social existirão. Acrescenta o autor que, quando um tema ganha publicidade, isto significa que será submetido a uma avaliação pública. Nessa avaliação podem surgir conflitos sobre princípios de integração social, um espaço irrestrito de comunicação e deliberação pública, cuja extensão e cujos limites internos e externos não podem ser anteriormente estabelecidos, limitados ou restringidos. Na mesma perspectiva advoga Zémor (1995: 1) que a esfera pública é por definição aberta a todos e não deve ser opressor das liberdades, frequentemente ameaçado de serem manipulados por actores públicos, privados ou pela media. Acrescenta o mesmo autor que a esfera pública não devem ser perdidos de vista os interesses gerais ou os direitos do Homem. Nesta perspectiva Zémor afirma que a comunicação se situa necessariamente no espaço público, sob o olhar do cidadão. Suas informações, salvo raras exceções, são de domínio público, pois assegurar o interesse geral implica a transparência. A comunicação pública ocupa, portanto, na comunicação natural da sociedade, um lugar privilegiado ligado aos papéis de regulação, de proteção ou de antecipação do serviço público. O desenvolvimento da comunicação, notadamente a do serviço público, é uma resposta à complexidade crescente das nossas sociedades; ela facilita a busca do interesse geral que resulta de uma arbitragem difícil entre interesses singulares e categorias. A comunicação pública responde a uma busca de

comunitárias disponibilizam informações que possam contribuir para que as comunidades municipais possam tomar decisões e participar na gestão dos bens públicos municipais.

De acordo com Lopez (2011:64-65), a comunicação é pública quando cumpre duas condições essenciais:

1. que resulte de sujeitos colectivos, ainda que estejam representados ou se expressem por meio de indivíduos; e
2. que esteja referida à construção do que é público. Afirma o autor que esta comunicação é inclusiva e participativa, cuja vocação não pode estar a serviço da manipulação de vontades ou de eliminação da individualidade, características da comunicação fascista. Trata-se de uma comunicação eminentemente democrática, pela profundidade de sua natureza e por sua vocação.

Nesta perspectiva, Lopez (op.cit.: 65) aponta que a comunicação pública abarca cinco dimensões, a saber: (1) política, quando a comunicação pública está demarcada por processos comunicativos relacionados com a construção de bens públicos e propostas políticas; (2) mediática, quando a comunicação pública ocorre no cenário dos meios, (...) orientada para a gestão da informação e a criação de agenda pública; (3) estatal, quando tem a ver com interações comunicativas entre governo e sociedade. (...) a comunicação estatal é pública não porque se dá a partir de uma instituição pública, mas porque, pela própria definição, corresponde ao que envolve todos os actores sociais e remete ao interesse comum representado e gestionado pelos governos; (4) organizacional, contrariamente à suposição de que “público” somente diz respeito ao governo, se entendemos que uma organização privada é um cenário no qual circulam mensagens e interesses de grupos que lutam por predominar e impor seus sentidos, é claro que em seu interior há uma “esfera pública” particular. A população de uma organização é o conjunto de seus integrantes, sendo ela marcada por compreensões, imaginários, códigos de

significação, bem como a uma necessidade de relação constante entre o poder público e a sociedade civil.

comportamentos, práticas, instâncias e benefícios de interesse colectivo. Por isso, é possível falar de comunicação pública em uma corporação ou em uma empresa privada; e (5) da vida social, são todas aquelas interações comunicativas, espontâneas ou não, dos movimentos e das organizações sociais, nos quais interagem grupos ou colectividades e se jogam apostas de interesse público colectivo.

No processo de relacionamento entre municípios, rádios comunitárias e comunidades, a comunicação municipal assume um papel importantíssimo, pois funciona como elo entre as organizações que oferecem serviço de interesse público e as comunidades ou públicos que atende³⁸. Assim, pode afirmar-se que a comunicação pública não se baseia apenas na informação, tem como função primordial abrir espaço para um processo negocial, inclusivo que visa criar um lugar de interação entre administrados e administradores, um espaço onde a participação das comunidades é importante para o alcance dos objectivos tanto dos municípios, como das rádios comunitárias.

Por outro lado, pode dizer-se que a aplicação efectiva da comunicação pública por parte dos municípios e das rádios comunitárias pode abrir espaço para a participação das comunidades nos debates sobre temas de interesse público autárquico. Esta comunicação deve supor uma relação tripartida, isto é, deve abrir espaço para que tanto o município, quanto as rádios comunitárias, assim como as comunidades municipais, tenham direito à palavra na definição de políticas públicas.

Zémor (1995) afirma que a comunicação de uma instituição pública supõe uma troca de informações com um receptor que é também mais ou menos emissor. Na verdade, é a característica activa do receptor que estabelece a comunicação. A passividade pressupõe um distanciamento ou uma fascinação frente à autoridade do emissor público; acrescenta que,

“É justamente por causa dessa complexidade que os serviços oferecidos ao usuário público não podem ser reduzidos a um produto descrito em um catálogo

³⁸Escudero (1998:20) citando Miller (1987) afirma que “*al margen de las gratificaciones personales, la radio, como forma de comunicación pública, se adapta de manera muy especial a las necesidades de las pequeñas comunidades. Y es esta función de la radio local, lo que con frecuencia ha atraído a los poderes públicos (...)*”.

ou exposto em uma vitrine. Os casos apresentados em uma administração pública demandam um tratamento personalizado. O serviço deve ser ajustado, a aplicação das regras adaptadas ao interlocutor, os procedimentos corrigidos em seus detalhes. O serviço é, desta forma, quase que coproduzido com o usuário, o reclamante. A troca e a comunicação fazem parte integrante do serviço finalmente prestado”. (ZÉMOR, 1995).

Ainda para *Zémor*,

“A comunicação pública baseia sua legitimidade no receptor, ela é uma verdadeira comunicação, a autêntica, isto é, aquela praticada nos dois sentidos com um cidadão activo. A satisfação dessa condição repousa sobre a existência de uma boa relação entre as instituições públicas e seus usuários. As instituições, ao afirmar claramente sua identidade, assumem a responsabilidade pela qualidade de vida da relação. Aos decisores públicos cabe a iniciativa de informar e de fazer com que a comunicação balize os processos de decisão. O estabelecimento de uma relação depende também dos interlocutores do serviço público: acolher sugestões, escutar as questões colocadas, dar tratamento diferenciado ou segmentado. Uma vez estabelecidas as condições da comunicação entre o agente do serviço público e o cidadão, a linguagem ou o código da mensagem podem ser, assim como o conteúdo, adaptados. Essas condições práticas de acesso à informação tendem a responder à exigência de transparência dos actos públicos. Não somente os dados públicos devem ser colocados à disposição, mas também as decisões devem ser motivadas e os cidadãos consultados sobre os projectos”. (ZEMOR, 1995).

Na mesma linha de pensamento de Zémor, Duarte (2011: 127-128) afirma que ao tratar da comunicação pública, conceitos como cidadania, democratização, participação, diálogo, interesse público são chaves para a realização desta. Acrescenta o autor que são premissas da comunicação pública, mais poder para a sociedade, menos para os governos; mais comunicação, menos divulgação, menos dirigismo. Nesta perspectiva, afirma o autor que a ideia-chave é alavancar o espírito público, o compromisso de colocar o interesse da sociedade antes da conveniência da empresa, da entidade, do governante, do actor político. O objectivo central é fazer com que a sociedade ajude a melhorar a própria sociedade.

Compartilhando a mesma ideia de *Zémor* (1995) e de Duarte (2011), Brandão

(2007) defende que a comunicação pública tem o objectivo de representar o interesse geral e, portanto, precisa “ouvir o cidadão”, pois a comunicação pública seria composta justamente pela troca e democratização das informações de interesse público.

Partindo destes pressupostos, pode concluir-se que a comunicação pública é uma ferramenta importante tanto para a gestão dos municípios, como para a gestão das rádios comunitárias, pois a sua missão é abrir espaço para uma interlocução entre os que oferecem serviços de interesse público, os agentes do Estado nas suas várias formas e as comunidades.

Ademais, para falar da comunicação municipal e o seu papel nas parcerias com rádios comunitárias com vista a gestão compartilhada dos municípios, é necessário que haja uma comunicação pública municipal, essa comunicação deve ser capaz de convocar as comunidades a se engajarem na gestão municipal, por outro lado, é necessário que hajam rádios comunitárias que praticam uma comunicação meramente pública com vista a dar voz a quem não tem voz, dar visibilidade as demandas municipais e as demandas das comunidades.

Ao abordar a questão inerente a comunicação pública fica claro que esta se desenvolve em ambientes democráticos onde tanto municípios, quantorádios comunitárias, como comunidades municipais, têm direito à palavra, não como meros receptores, mas sim como sujeitos da gestão dos bens públicos.

4.2. Comunicação Municipal como estratégia para a gestão compartilhada dos municípios

Para o alcance dos objectivos autárquicos é necessário que se convoque uma comunicação pública autárquica que seja resultado de um processo de negociação, de participação, de diálogo e, acima de tudo, uma comunicação engajadora que consiga convocar vontades para a gestão dos municípios e das rádios comunitárias, enquanto bens públicos e organizações prestadoras do serviço público.

Em Moçambique, a questão da municipalização é recente e recente é ainda o processo da comunicação pública autárquica.

Na província de Manica, local do nosso estudo, maior parte dos municípios não têm um departamento específico de comunicação municipal, esta é desenvolvida por pessoas

que não têm formação na área de comunicação e não dominam as técnicas de comunicação municipal o que, de alguma forma, faz com que actividades, projectos e campanhas municipais não sejam do conhecimento das comunidades.

No processo de administração autárquica é preciso que as comunidades recebam informações sobre os assuntos de interesse público. Essas mensagens enviadas às comunidades servem para que estas possam ficar informadas sobre o que ocorre no município e, dessa forma, podem participar na sua gestão.

Para que o município consiga ligar administrados aos administradores é necessário que tenha uma comunicação municipal capaz de produzir um espaço de relacionamento, de intercâmbio e, sobre tudo, de uma comunicação bilateral. Nesta linha de pensamento, Alhama (2011: 25-26) afirma que:

“Los administraciones municipales se dirigen a los ciudadanos a través de procesos comunicativos y relacionales, para transmitir todo tipo de mensajes sobre la gestión pública; tales procesos se justifican desde la premisa fundamental de que el ciudadano debe estar informado de todas aquellas actuaciones e iniciativas que pueden incidir en su condición de administrado y, sin duda la comunicación pública municipal constituye, en este sentido una poderosa herramienta en manos de los equipos de gobierno que permite explicar, justificar y, en consecuencia, legitimar las decisiones políticas asumidas en cada periodo legislativo”. (ALHAMA 2011:25-26).

A lei dos municípios locais em Moçambique dota os municípios de autonomia de comunicar, informar, sensibilizar e procurar o engajamento das comunidades na sua gestão. De acordo com Moçambique (1997:4), artigo 13, sobre publicidade dos actos, na sua alínea 2, afirma que os órgãos dos municípios locais promoverão a criação de um sistema adequado de informação sobre a actividade pública autárquica.

Partindo das visões de Moçambique (1997) e Alhama (2011) pode-se afirmar que os municípios devem ter *gabinetes de comunicação*³⁹ capazes de aplicar a comunicação

³⁹ Para Alhama (2011: 31) os gabinetes de comunicação municipal tem como missão: (...) dar a conocer a los diferentes segmentos de la ciudadanía al ente municipal, como organización que presta servicios y desarrolla actividades de diferente índole, y, por otra parte propiciar políticas de proximidad y participación ciudadana a través de procesos de comunicación bidireccional, ambos, se plantean con el objetivo final de consolidar una imagen positiva que redunde en la credibilidad y legitimación de la organización pública (ALHAMA 2011: 31).

municipal integrada, que seja capaz de ser informativa, explicativa, engajadora e, acima de tudo, uma comunicação bilateral, onde município e comunidades municipais encontram-se para a troca de informações sobre a gestão dos bens públicos.

De acordo com Camilo (1998:15), entende-se por comunicação municipal o conjunto global, **coerente** e **contínuo** de acções comunicacionais concretizadas pela estrutura institucional do município, a Câmara Municipal, a Assembleia Municipal ou o Presidente da Câmara Municipal. Nesta perspectiva, Camilo afirma que a comunicação municipal é uma actividade **coerente** porque se assume como um recurso que o município, enquanto instituição sócio local, utiliza para solucionar problemas e atingir objectivos concretos. Por sua vez, é uma acção **contínua**, na medida em que acompanha directamente as actividades públicas do município, concretizadas de uma forma permanente enquanto as necessidades e as expectativas político-administrativas que satisfazem, se fizerem sentir quotidianamente nos Concelhos.

Partindo do pensamento de Camilo (1998), pode afirmar-se que os municípios utilizam a comunicação como um instrumento de relacionamento entre as entidades municipais e as comunidades, onde os primeiros buscam informar, mobilizar, comunicar e interagir com os segundos para o alcance dos objectivos autárquicos e os segundos buscam informações que possam contribuir para a tomada de decisões sobre a gestão dos bens públicos municipais.

Nesta perspectiva, nenhum município poderá funcionar sem ter em conta a comunicação municipal. Se pensarmos o município enquanto uma entidade política, os dirigentes deste, para garantirem a sua eleição, precisam de usar a comunicação para dar visibilidade as actividades que desenvolvem no município e, assim, procurarem o engajamento e aprovação das comunidades municipais. Nesta ordem de ideias, Alhama (2010) afirma que a Comunicação Municipal é uma ferramenta poderosa que os políticos têm ao seu dispor para se darem a conhecer, explicar e legitimar as decisões levadas a cabo durante o mandato político. Diferentemente de Alhama(2010), Camilo (1998) observa que a comunicação municipal é um espaço de difusão das opiniões públicas municipais permitindo que as populações possam participar e colaborar, informalmente, nos assuntos municipais. Acrescenta que, ao pensar a comunicação municipal num duplo viés (do município aos munícipes e dos munícipes aos municípios) isso significa que a

acção dos municípios será mais realista, no sentido de estar adequada às realidades locais e ir ao encontro das necessidades e dos interesses sentidos colectivamente pelas populações.

Neste contexto, pode dizer-se que a comunicação municipal pode desempenhar dois papéis diferenciados nos municípios, de um lado, pode ser um instrumento para que a administração autárquica possa dar visibilidade e divulgar suas agendas e actividades para o conhecimento das comunidades autárquicas, por outro, pode ser um instrumento de participação das comunidades na gestão municipal.

Analisando estas duas facetas pode referir-se que a comunicação municipal está tanto ao serviço da administração autárquica, como ao serviço das comunidades autárquicas. Partindo destas acepções, Camilo (1998:16-22) afirma que a Comunicação Municipal assume três vertes:

1. “A comunicação municipal enquanto informação, nesta vertente o objectivo principal da comunicação municipal é o da “publicidade”, no sentido de uma difusão pública, isto é, da afixação ou publicação obrigatória por lei, das decisões dos órgãos municipais, bem como dos respectivos titulares, destinadas a ter eficácia externa nos Concelhos. Acrescenta o autor que nesta vertente a comunicação municipal é constituída por actividades específicas através das quais o município, composto por um aparelho político ou administrativo, se vê confrontado com necessidade de explicar/justificar a sua acção ou de sensibilizar os munícipes para a concretização de determinados objectivos. Deste modo, as metas da informação municipal não são só as da notoriedade referente a uma publicidade legal e deliberativa, mas também, as da divulgação e da sensibilização;
2. A comunicação municipal na vertente da comunicação política tem por objectivo a legitimação dos critérios políticos subjacentes às opções administrativas dos municípios ou às actividades concretizadas pelos autarcas. A comunicação política municipal, entendendo-se como uma actividade dialógica essencial para a concretização de uma participação democrática e pluralista. (...) Neste contexto, a dimensão política da comunicação municipal, tecnicamente apoiada por meios de comunicação social local (imprensa e rádio) assume-se, antes de mais, como um dispositivo de expressão de uma opinião pública municipal que emerge das próprias sociedades locais para os órgãos municipais e;

3. Quando se fala da vertente simbólica da comunicação municipal o município é concebido como um espaço em torno do qual, se articulam determinadas interacções sociais e onde, também, existem expectativas específicas, necessidades, atitudes, valores locais e estilos de vida próprios. De acordo com o autor nesta vertente se reproduz uma certa identidade sociocultural-local que é entendida como um conjunto de significações cognitivas, afectivas e avaliativas exclusivamente sobre as realidades locais, independentemente do seu tipo: económico, social, ético, estético e político”. (CAMILO 1998:16-22).

Partindo dos princípios levantados por Camilo (1998), pode depreender-se que os municípios precisam de ter uma comunicação municipal estratégica capaz de dar visibilidade e notoriedade as suas actividades, problemas, campanhas, objectivos com a finalidade de buscar o engajamento, comprometimento e participação das comunidades municipais na sua gestão.

Por outro lado, Camilo (1998) mostra que não bastam só a visibilidade e a notoriedade autárquica, é necessário que a comunicação municipal seja capaz de abrir espaço para o diálogo e a participação das comunidades nos assuntos municipais. Nessa óptica, a comunicação municipal deve ser democrática, na medida em que possa servir aos interesses autárquicos e das comunidades.

Por fim, Camilo (1998) mostra a necessidade de a comunicação comunitária ser responsável pelo reforço da identidade sociocultural local e difusora dessa identidade perante as comunidades autárquicas. Neste sentido, os meios de comunicação comunitária, tal como a rádio comunitária, desempenham um papel importante enquanto espaços de massificação local das ideias municipais e das comunidades, por outro lado, enquanto lugares da participação na definição de políticas públicas locais.

Os municípios ao recorrerem a comunicação municipal visam alcançar o engajamento das comunidades nos propósitos autárquicos e a visibilização das actividades desenvolvidas. Nesta perspectiva, Camilo (1998:154-157) designa por objectivo comunicacional aquilo que se visa atingir com as actividades comunicacionais, para solucionar problemas locais ou atingir objectivos autárquicos concretos. Para Camilo (1998) citando Lendrevie & Brochand os objectivos da comunicação municipal apresentam três elementos, quais sejam:

1. “Intenção, entendida como aquilo que se pretende obter com a comunicação. Acrescentam os autores que existem três tipos de intenções: (a) a notoriedade; (b) a adesão e a (c) acção;
2. A proporção, segundo este elemento a definição dos objectivos comunicacionais deve ser quantificável, de forma a poderem posteriormente serem confrontados com os resultados e;
3. Prazos que tem a ver com a periodicidade das campanhas”.(CAMILO, 1998) citando (LENDREVIE e BROCHAND).

Na mesma perspectiva, Camilo (op. ct.157) afirma que os objectivos da comunicação municipal enquadram-se em três categorias diferentes, quais sejam: (1) o aconselhamento, cuja intenção comunicacional é a acção no sentido de sensibilizar as populações para a concretização de determinadas condutas colectivas; (2) a informação, cuja intenção é a notoriedade, na qual se procuram concretizar valores da publicidade; e (3) a promoção dos valores democráticos, cuja intenção é a adesão a consensos locais colectivos e participativos.

Partindo destas visões pode se afirmar que a comunicação pública municipal é de extrema importância para a vida dos municípios e das comunidades autárquicas, uma vez que serve de elo entre administradores e administrados (comunidades autárquicas) enquanto partes integrantes do sistema autárquico. Por outro lado, as parcerias entre rádios comunitárias e municípios para a gestão compartilhada só pode tomar corpus onde as comunidades têm acesso a informação para a sua inserção na gestão municipal. Esta comunicação pública autárquica também será responsável em ligar o município as rádios comunitárias com vista a publicitação, informação, visibilidade das actividades, projectos e demandas municipais e abrir espaço para a participação das comunidades municipais na sua gestão.

4.3.Da comunicação comunitária às rádios comunitárias: uma estratégia para a mobilização comunitária

Para falar da comunicação comunitária e das rádios comunitárias é necessário antes perceber que estas duas entidades provêm da comunicação popular alternativa. Para Festa (1986: 25; 1984: 169-170), a comunicação popular e alternativa nasce a partir dos

movimentos sociais, mas sobretudo da emergência do movimento operário e sindical, tanto nas cidades, como no campo e se refere ao modo de expressão das classes populares. Kaplún (1985: 17) advoga que na comunicação popular e alternativa as mensagens são produzidas para que o povo tome consciência da sua realidade ou para suscitar uma reflexão, ou ainda para gerar uma discussão. Gimenez (1979: 60) afirma que a comunicação popular indique a quebra da lógica da dominação que se dá a partir de cima “*para o povo*”⁴⁰, mas a partir do povo “*para o povo, do povo para os dirigentes*”⁴¹, compartilhando dentro do possível seus próprios códigos. Portanto, os meios de comunicação serão assim concebidos como instrumentos de educação popular, como alimentadores de um processo educativo e transformador.

É neste cenário que irá nascer a comunicação comunitária que, de acordo com Deliberador & Vieira (1979:60), significa o canal de expressão de uma comunidade (independentemente do seu nível socioeconómico e território), por meio dos quais os próprios indivíduos possam manifestar seus interesses comuns e suas necessidades. De ser um instrumento de prestação de serviços e formação do cidadão, sempre com a preocupação de estar em sintonia com os temas da realidade local (DELIBERADOR & VIERA 2005:8).

Por outro lado, Peruzzo (2004) afirma que a comunicação comunitária se caracteriza por processos de comunicação baseados em princípios públicos, tais como, não ter fins lucrativos, propiciar a participação activa da população, ter propriedade colectiva e difundir conteúdos com a finalidade de educação, cultura e ampliação da cidadania. Em última instância, realiza-se o direito à comunicação na perspectiva do acesso aos canais para comunicar. Trata-se não apenas do direito do cidadão à informação, enquanto receptor – tão presente quando se fala em grande media -, mas do direito aos meios de comunicação na condição de emissor e difusor de conteúdos. E a participação activa do cidadão como protagonista da gestão e da emissão de conteúdos o que propicia a constituição de processos educacionais, contribuindo dessa forma para o desenvolvimento do exercício da cidadania (PERUZZO, 2004).

⁴⁰Grifo nosso.

⁴¹ Grifo nosso.

Partindo das visões de Festa (1986, 1984), Kaplún (1985), Gimenze (1979), Peruzzo (2004), Deliberador & Vieira (1979), pode perceber-se que, na gestão municipal, é necessário se pensar na comunicação comunitária, enquanto essa comunicação produzida do “município para o município, e vice-versa” tendo em conta a simetria comunicacional, onde tanto município, como comunidades municipais têm direito a palavra.

4.4. Rádios comunitárias: uma estratégia para a mobilização comunitária

As rádios comunitárias funcionam como agentes de mobilização social para as comunidades, os programas desenhados na e para as comunidades transmitem assuntos que convocam estas a tomarem parte na gestão municipal. Só uma parceria entre município e rádios comunitárias poderá conseguir a mobilização dupla, isto é, do município às comunidades municipais e destas para o município.

No processo da gestão municipal a mobilização social se configura como esse momento de convocação das comunidades municipais a tomarem parte de eventos que lhes dizem respeito, não como meros participantes, mas como sujeitos da acção, como afirmam Henriques (2004, 2007, 2008 e 2010) e Toro & Werneck (2004), mobilizar significa convocar vontades para actuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido compartilhado. Nesse sentido, a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objectivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados. A mobilização social não se refere a um tipo qualquer de movimentação dos sujeitos, nem de participação em acções colectivas, muito menos se resume ao simples acto de participar de algum processo de discussão colectiva. Ao definir-se mobilização social nestes termos é preciso prestar atenção não apenas nos objectivos que são traçados em comum, mas também à geração de uma responsabilidade compartilhada entre as pessoas quanto ao problema que desejam resolver. Acrescentam que esse problema deve ser de interesse público, ou seja, deve ser posicionado não como sendo do âmbito privado daquele conjunto de pessoas, mas no âmbito colectivo. E a responsabilidade compartilhada, ou seja, a corresponsabilidade, em relação aos temas públicos só pode ser alcançada por uma série de transações entre esses sujeitos, capazes de produzir certos acordos e construir vínculos grupais.

Para que uma mobilização se torne efetiva e alcance os seus objectivos é necessário que se trace boas políticas de comunicação, como advoga Toro & Werneck (1996:5) toda a mobilização social é um acto de comunicação, pois envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações. Por isso, os processos de mobilização podem ser compreendidos como processos comunicativos.

Partindo desta perspectiva, toda o município que quer alcançar os seus objectivos precisa mobilizar as comunidades municipais para os seus propósitos e nesta missão as rádios comunitárias constituem esse espaço onde a mobilização vai ganhar visibilidade e engajamento, onde o município comunica na língua das comunidades e as rádios dão visibilidade aos aspectos tanto autárquicos, quanto das comunidades.

4.5. Rádios comunitárias: Do conceito à influência na gestão municipal

Na perspectiva de rádio comunitária, de acordo com AMARC (1998:15), o termo comunitário refere-se ao colectivo ou a um grupo de pessoas que partilham caracteres comuns e/ou interesses. Acrescenta que, nestediapásão, o termo comunidade pode ser definido olhando para dois elementos: (1) baseada em fronteiras geográficas, ou seja, um grupo geograficamente identificado e (2) um grupo social ou sector público que tem interesses comuns ou específicos.

Ressalta o mesmo autor (op. cit.:16) que os interesses comuns numa comunidade específica tornam-se portanto flexíveis e podem ser de carácter social, sectorial, secular, político, económico, cultural, etc. Na mesma perspectiva, Dornelles (2006:106) afirma que o comunitário caracteriza-se pelas “coisas” em comum, pelos laços fortes entre os membros, pelo movimento em torno do colectivo, que supera o individualismo, sendo os protagonistas as pessoas da comunidade. Acrescenta a autora que o comunitário ajuda a construir uma prática social em que se desenvolvem aptidões associativas e solidárias, vontade de se juntar a outros, de ampliar o exercício da cidadania, de fazer valer o interesse público mediante uma interacção baseada na proximidade, não necessariamente só de lugar, mas de interesses e identidades. Para a autora, não basta falar de coisas do lugar para que um meio de comunicação possa ser considerado comunitário. É preciso compromisso com a realidade concreta de cada lugar.

Partindo destas percepções, Dornelles (op. cit.:99) afirma que os media comunitários limitam sua acção em determinada área ou junto a determinado grupo, objectivando garantir uma forma de comunicação à comunidade, de divulgação das reivindicações e protestos da comunidade.

As rádios comunitárias são exemplo concreto da media comunitária, como mecanismo de transmissão de informações e conhecimentos locais para os locais. De acordo com UNESCO/PNUD-MOZ (2004:9), são designadas Rádios Comunitárias todas aquelas que tratam de assuntos comunitários e que servem à comunidade. A UNESCO/PNUD-MOZ (op.cit.:9) citando a Associação Mundial das Rádios Comunitárias (AMARC), define rádio comunitária como sendo DA comunidade (os membros da comunidade são donos e decidem o conteúdo), feita PELA comunidade (têm produtores dos programas que tratam os assuntos comunitários), voltada PARA a comunidade (os ouvintes). Na mesma perspectiva, o Instituto de Comunicação Social (ICS) define rádio comunitária como sendo aquele serviço de radiodifusão sem fins lucrativas, gerido com a participação da comunidade; responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o desenvolvimento de uma maneira progressiva, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação das comunidades (ICS 1999: 5)⁴².

As rádios ao serviço das comunidades assumem várias designações e encontram-se espalhadas em vários lugares dentro de um determinado país. De acordo com a AMARC (1998:17), “a rádio comunitária, a rádio rural, a rádio de cooperativa, a rádio participativa, a rádio livre, a rádio alternativa, a rádio popular, a rádio educacional, a rádio religiosa, (...) estão localizadas em aldeias rurais isoladas e no centro das maiores cidades do mundo. Os seus sinais podem só chegar a um quilómetro, abranger um país inteiro ou ser transportados via ondas-curtas para outras partes do mundo”. Rodríguez (2011: 12) reforça a ideia da AMARC (1998) ao afirmar que “*pueden estar en zonas rurales o urbanas; pueden ser financiadas por publicidad o por sus oyentes; pueden ser gestionadas por vecinos, estudiantes, campesinos, sindicatos u organizaciones sociales, entre otros colectivos (...)*” (RODRÍGUEZ, 2011: 12).

⁴² ICS (1999) Estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique-Maputo.

Mesmo perante as várias designações que as rádios comunitárias apresentam, elas têm elementos em comum que as definem como comunitárias. Segundo Rodríguez (2011: 12-13), as emissoras de radiodifusão comunitária apresentam os seguintes elementos comuns:

- *“Su fin es social y no comercial;*
- *Son gestionadas integralmente por la comunidad, que puede ser geográfica o de intereses (políticos, culturales, de género, étnicas, etc.), mediante modelos de organización horizontales que permiten distintos niveles de participación;*
- *Las audiencias no son consumidores ni ciudadanos. Son participantes, productoras, creadoras;*
- *Tienen objetivos no lucrativos;*
- *Se proponen defender los Derechos Humanos frente al Estado y al mercado”.* (RODRÍGUEZ, 2011:12).

Isto revela que não interessa a designação que a rádio toma desde que seja uma rádio NA, PARA e DA comunidade, esta assume-se como comunitária no sentido da sua missão, a de abrir espaço para que as comunidades possam fazer parte e tomar parte na gestão dos assuntos comunitários, não como meros receptores, mas sim como sujeitos da acção comunitária, como advoga Rodríguez (op. cit.: 12), *“(…) las radios comunitarias permiten la pluralidad de sonidos, músicas y voces y otras formas de vinculación con los oyentes. Las radios comunitarias son, además de medios de comunicación, proyectos políticos de transformación social. Son organizaciones de la sociedad civil que se proponen desarrollar procesos y acciones de cambio en algún plano de la vida social”* (RODRÍGUEZ, 2011: 12).

Em Moçambique, a popularização das rádios comunitárias trouxe uma nova dinâmica social, passou a dar voz às comunidades, passou a ser o instrumento da visibilização das culturas das comunidades, acima de tudo, um lugar de participação na gestão dos bens públicos comunitários. As várias emissoras de rádios comunitárias espalhadas em Moçambique passaram a ser verdadeiros lugares da manifestação da democracia comunitária e, ademais, da veiculação das identidades comunitárias. Nesta

perspectiva, AMARC (1998: 20) citando Eugénie AW (1995)⁴³ afirma que “a rádio abre o discurso tradicional africano para novos espaços, para a conquista do tempo, para a renovação dos laços de amizade. A fala torna-se assim um componente que constitui o mundo. Não seria de admirar, então, que uma vez a população exige os seus direitos mais básicos, a rádio se torna num sinal dos novos tempos, apesar do facto de que os tempos antigos não parecem ter ficado completamente para trás. (...). A rádio, promotora duma escola de línguas nacionais, duma escola técnica baseada na experiência africana: a rádio, educadora e reforçadora das vozes das mulheres tantas vezes caladas, não devem ficar na utopia, mas antes numa estratégia efectiva no ar”. Na mesma linha de pensamento, Escudero (1998:27) afirma que “*no podemos pretender, al necesidad de los medios de comunicación local, crear islas no socializadas por las corrientes dominantes en el resto de la sociedad*”. Acrescenta o autor que “*si para o bien o para o mal los medios de comunicación son indispensables para socializar usos democráticos, su presencia local se hace indispensable para no crear desigualdades*. Advoga ainda Escudero (1998:27) citando Timoteo (1989) que “*lo local es también una delimitación cultural: histórica, idiomática, costumbrista y de conservación y transmisión de tradiciones. Y cuenta con unos factores políticos y económicos particulares para cada situación. Dentro de la identidad o entidad global de cada localidad hay una pluralidad y heterogeneidad de personas y formas de ser*”.

Está claro que as rádios comunitárias em África e em Moçambique, em particular, se tornaram em instrumento de massificação das culturas e identidades locais e da solução dos problemas locais a partir da partilha das opiniões e da participação activa na tomada de decisões sobre os bens públicos comunitários.

As comunidades que têm rádios comunitárias recebem não só informações, mas instrumentos que orientam a sua vida diária e o seu relacionamento com os outros. Estes meios de comunicação que produzem conteúdos no local para os locais passaram a possibilitar a participação dos “excluídos” na tomada de decisão, aliás dá poder às comunidades de poderem decidir sobre os seus desígnios. Nesta perspectiva, como afirma AMARC (1998: 20), “a comunicação é central para o sucesso do desenvolvimento da

⁴³ Presidente da AMARC, em discurso da abertura da conferência da AMARC em Janeiro de 1995 no Senegal

democracia. E a rádio comunitária é um utensílio fundamental na comunicação a que é fácil de utilizar e de manter”. Acrescenta a AMARC que a rádio comunitária é um meio de comunicação particularmente efectivo nas comunidades onde a maioria das pessoas não sabem ler nem escrever. Em contrapartida, essa gente sabe falar e ouvir bem. Na mesma linha de pensamento, Varas (2009:29) afirma que:

“La primera función de la comunicación democrática es impulsar una comunidad interrelacionada. La opinión pública se moldea merced a la confluencia de dos corrientes: por un lado, de las personas con su potencial de conocimiento y evaluación; por el otro, de los flujos informativos que ellas reciben. El público es el suma de esos afluentes, que constituyen, cada uno, miradas particulares de interpretación e iniciativa”. (VARAS 2009, p.29).

Na mesma óptica, Beatriz (2005) apud Rodríguez (2011:12) afirma que as rádios comunitárias passaram a assumir um papel de *“la defensa de los Derechos Humanos, la promoción de un desarrollo humano sostenible, la equidad de género, el respeto a las identidades étnicas, la preservación del medio ambiente, el protagonismo de los jóvenes y sus propuestas, la protección a la niñez y de las personas adultas mayores, la educación y la salud, la integración nacional y regional, constituyen los ejes fundamentales que determinan el perfil de las radios comunitarias. Por otra parte, la necesaria diversidad informativa en torno a las problemáticas de la comunidad es, también, característica indispensable que nos permite identificar a las radios comunitarias”*.

Partindo desta perspectiva, a rádio comunitária veio para dar lugar a que todos tenham espaço de participação, essa participação não se resume apenas em fazer parte, mas também em tomar parte da programação das rádios, isto é, as rádios comunitárias abriram espaço para que as comunidades possam produzir conteúdos nas sua línguas locais e dar sentido a sua cultura local.

O desenvolvimento social, cultural e económico só pode ser possível numa sociedade que tem acesso à informação e transforma essa informação em conhecimento, por outro lado,

a democracia⁴⁴ que muitas comunidades almejam só pode ser possível mediante a existência de meios de comunicação comprometidos com a transmissão de informações que ajudem as comunidades na tomada de decisões.

Partindo desta visão, AMARC (1998:21) afirma que a rádio comunitária pode desempenhar um papel vital no desenvolvimento e na democratização, através: (1) da permissão às comunidades de fazerem ouvir as suas próprias experiências e de examinar, de forma crítica, assuntos, processos e programas políticos que afectam as suas vidas e (2) de educar e mobilizar as comunidades envolvidas em iniciativas de desenvolvimento e estratégias que vão resultar numa vida melhor para os ouvintes (educação de votantes, SIDA, governo local, questões sobre género, construção da paz, problemas do ambiente, etc.).

A rádio comunitária, pelos seus objectivos e funções, difere-se dos outros modelos de radiodifusão. De acordo com Rodriguez (2011:11-13) e AMARC (1998:23), podemos encontrar três tipos de modelo de radiodifusão:

1. O modelo de mercado livre, de acordo com o Rodrigues (op. cit.:11) é;

“La radio financiada por la publicidad cuyo objetivo último es obtener un beneficio económico. Por lo tanto, las radios son empresas cuyos productos son las programaciones. Como en toda lógica empresarial, esas programaciones deben costar lo menos posible y deben maximizar las ganancias. Las radios ofertan a los anunciantes y patrocinadores el acceso a un amplio número de oyentes o, mejor dicho, potenciales consumidores. En un mercado especializado, el objetivo es alcanzar el mayor número posible de consumidores de un tipo particular”. (RODRÍGUEZ, 2011:11).

Na mesma perspectiva, AMARC (1998:23) define a radiodifusão comercial como aquela que se refere ao serviço de radiodifusão privada com fins lucrativos e controlo privado por grupos comerciais independentes e individuais.

2. O modelo de serviço público⁴⁵, de acordo com Rodriguez este modelo de rádio é

⁴⁴Segundo Varas (2009: 29), em tempos de democracia os meios de comunicação têm as seguintes responsabilidades: “(1) fomentar, mediante el debate, una sociedad informada; (2) Canalizar las inquietudes sociales en la esfera pública; (3) Contribuir, mediante la polémica, a la creación de escenarios en los que ventilen las inquietudes prioritarias de la vida en común.”, (VARAS 2009: 29).

aquele que a sua

“(.) gestión está en manos del Estado y las radios no persiguen un fin lucrativo ya que son financiadas con fondos públicos. Los medios públicos no constituyen a sus oyentes como consumidores sino como ciudadanos que comparten una identidad nacional. Acrescente o autor que una de sus principales características es la universalidad del servicio: todo ciudadano tiene que tener acceso a los mensajes de los medios públicos. Otra característica de los medios públicos es el control unificado de sus contenidos y la búsqueda de una programación de calidad. De ahí se deriva la idea de que los medios de comunicación tienen que “informar, educar y entretener”. (RODRÍGUEZ, 2011:11).

Na mesma linha de Rodríguez, a AMARC (1998:23) afirma que a radiodifusão pública é aquela que se refere ao serviço de radiodifusão providenciado por um corpo estatutário, geralmente financiado pelo Estado, mas de propriedade pública, o qual significa que é administrado independentemente do governo e o seu orçamento é determinado através do parlamento.

3. O modelo Comunitário,

Segundo Rodríguez (op. Cit.:12), este modelo surge como oposição aos dois modelos anteriores. De acordo com o autor, podem tomar várias designações: *“Comunitarias, alternativas, ciudadanas, libres, populares, educativas, estas radios se nombraron así mismas de diversas maneras de acuerdo al lugar y al contexto político, geográfico, económico y mediático en el que emergieron, a sus objetivos y a las personas que los llevaron adelante”*.

Reforçando a ideia de Rodríguez, AMARC (1998:23) afirma que a radiodifusão comunitária se refere a um serviço de radiodifusão não lucrativa, sendo a posse e o

⁴⁵De acordo comHerreros (1989) citado por Escudero (1998:19-20), *“la radio pública no tiene visión propia, sino que da acogida a todas las opciones existentes en la sociedad. Debe ser la plaza de concitación del diálogo y del debate social, de mayorías y de minorías, sin tomar partido por ninguna de las propuestas. Si la radio pública no existiera, habría que crearla como garantía del pluralismo concebido y no ejercido no por la suma de los múltiples canales, sino dentro del mismo canal y en cada programa. (...) un pluralismo de programas e informaciones en el que quepan todos los grupos sociales y en sus situaciones de contribución al desarrollo cotidiano de la sociedad y no sólo en los momentos de conflicto.*

controle feito por parte duma comunidade particular sob uma associação, sociedade fiduciária ou fundação. Em alguns casos, pode ser propriedade de organizações não-governamentais que trabalham nas comunidades. Acrescenta a autora que a rádio comunitária incide juridicamente na categoria de radiodifusão comunitária. Refere-se à estação de rádio com propriedade e controle duma comunidade definida, seja geograficamente ou como uma comunidade de interesse.

De acordo com o ex. Director Geral da UNESCO, Amadou Mahtar Mbow citado pela AMARC (1998:23), a media comunitária, diferentemente da outramedia, tem a vocação de conceber programação visando as preocupações imediatas e aspirações profundas dos seus potenciais ouvintes. As estações de rádio comunitária oferecem uma esperança nova e podem abrir novos horizontes para a liberdade. Podem ainda dinamizar o desejo de agir e, acima de tudo, organizar para a mudança.

As rádios comunitárias são por excelência lugares da participação comunitária, criam espaços para que as comunidades possam participar na tomada de decisões sobre assuntos de interesse comunitário, acima de tudo para que estas se sintam donas da estação radiofônica.

Para a AMARC (1998:27), são seis os requisitos de participação comunitária que asseguram aos membros da comunidade o envolvimento na administração da estação, nas seguintes actividades:

1. Eleição dos chefes (Conselho de Administração ou gestores da Sociedade fiduciária);
2. Elaboração de políticas e regras para a estação;
3. Administração da estação;
4. Selecção e provisão da programação;
5. Produção de programas e;
6. Representação externa da estação.

Pensar nas rádios comunitárias é pensar num serviço de radiodifusão em que todos têm deveres e direitos na sua gestão, a participação vai ser um elemento importante, seja na produção, seja na gestão ou na manutenção dessas rádios. Se se olhar na parceria entre rádios comunitárias e municípios com vista a gestão compartilhada pode afirmar-se que as

rádios têm um papel importante, primeiro, como verdadeiros elementos da promoção da participação na gestão dos bens públicos locais; segundo, como elos entre as comunidades e o município; terceiro, como lugares de produção e divulgação da identidade e cultura local; quarto, como mobilizadoras para o engajamento das comunidades na gestão municipal; quinto, como instrumentos de educação cívica para a gestão dos recursos autárquicos, ambientais, sobre a saúde e sobre o bem-estar das comunidades autárquicas.

Na relação entre município e rádios comunitárias se abre um espaço de informação democrática onde tanto o município, como a rádio comunitária conhecem os seus papéis, direitos e deveres na gestão dos bens públicos. Se espera que nesta relação cada ente saiba respeitar os direitos do outro, porém, devido as relações de poder, esta relação pode sofrer barreiras capazes de interferir negativamente no processo de comunicação democrática, característica das rádios comunitárias. De acordo com Varas (2009:29-30), os factores que podem interferir negativamente no processo da comunicação democrática são:

- ✓ *“La censura previa, las presiones de los poderes sobre el derecho de informar. (...) El gesto autoritario, propio de aquellos que ven en la critica intentos de desestabilización. La razón de Estado se encarga de exacerbar otras intolerancias.” La calidad informativa se ve amenazada también por la costumbre inveterada de desprestigiar las opiniones de la minoría. Esta forma regresiva de convivencia social afecta por igual a la minoría política, a los pueblos y comunidades étnicas, a algunas creencias religiosas. La condición de minoría condiciona la presencia en los medios. Cuando alguna gente se cree mejor porque es parte de la mayoría, es precisamente cuando es peor.*
- ✓ *Otro elemento condicionante de la comunicación democrática es la excesiva concentración de los medios de comunicación con monopolios que reducen significativamente la diversidad, y llevan a la ruina a empresas pequeñas e medias.*
- ✓ *Otro hecho que cerca la relación entre medios y democracia es el uso de la religión como arma política”. (VARAS, 2009:29-30).*

As rádios comunitárias participam activamente na vida comunitária, são responsáveis pela formação e informação do cidadão sobre o que acontece na comunidade, para além de ter o poder de influenciar as entidades políticas municipais no exercício das suas

funções. Não se pode pensar no exercício do poder político municipal sem se pensar na media comunitária (rádios, jornais, televisões) enquanto instrumento de visibilidade dos assuntos municipais, acima de tudo, como instrumento de participação dos cidadãos na produção de políticas públicas.

Nesta perspectiva, Thompson (1995:285) afirma que os meios de comunicação passaram a desempenhar um papel importante para a política uma vez que são os mediadores entre políticos e cidadãos, isto porque os meios de comunicação possibilitam ao cidadão conhecer os líderes políticos e as suas políticas. Nesta óptica, o autor afirma que fazer política ganha sentido num espaço onde os meios de comunicação assumem o papel de mediadores entre o poder político e a sociedade através do reconhecimento da força da media como instância mobilizadora para a participação na gestão dos bens “públicos”. Acrescenta Thompson (2002:13) que a media passou a fazer parte da vida do político e do cidadão, uma vez que a media passou a fazer parte da construção activa do mundo onde vivemos. Para o autor, não se pode pensar na vida moderna sem a presença da media. A vida política está intimamente ligada à existência dos meios de comunicação e, na gestão de bens públicos municipais, a rádio comunitária vai unir administradores aos administrados através de programas que abrem espaço a participação e a visibilidade tanto dos assuntos dos municípios como das comunidades.

Para Thompson (2002), as rádios comunitárias assumem um papel importante na relação entre dirigentes políticos e dirigidos. No processo político, as rádios comunitárias ocupam um papel importante como mediadoras dos eventos políticos. São responsáveis pela transmissão dos assuntos políticos para o conhecimento da população e dos assuntos da população para o conhecimento dos políticos.

Analisadas as definições e objectivos apresentados pelos autores, pode definir-se a rádio comunitária como sendo aquela que é DA Comunidade, está NA e PARA a comunidade e produz conteúdos SOBRE a comunidade, como um meio de comunicação comunitário capaz de promover a participação e a mobilização das comunidades para a gestão dos bens públicos comunitários, por um lado, como um meio que promove a participação democrática na produção e gestão de informações comunitárias tendo como base a cultura e a identidade comunitárias, por outro lado.

4.6.O panorama da radiodifusão comunitária em Moçambique

Em Moçambique, as Rádios Comunitárias surgiram e se expandiram na segunda metade da década 90 como resultado da democratização do país e da necessidade de prover o cidadão de informações locais, produzidas no local para a comunidade.

Segundo o Instituto de Comunicação Social (ICS), rádio comunitária é um serviço de radiodifusão sem fins lucrativas, gerida com a participação da comunidade, responde às necessidades da comunidade, serve e contribui para o desenvolvimento de uma maneira progressiva, promovendo a mudança social, a democratização da comunicação através da participação das comunidades (ICS 1999:5)⁴⁶.

O Decreto n° 9/93, de 22 de Junho de 1993, que regulamenta a liberalização do sector da radiodifusão em Moçambique, define quatro níveis de radiodifusão, nomeadamente:

- a. Sectores de radiodifusão pública;
- b. Sectores de radiodifusão privada;
- c. Sectores de radiodifusão mista e;
- d. Sectores de radiodifusão cooperativa.

O Artigo 3 do Decreto n° 9/93, de 22 de Junho de 1993, define operadores de radiodifusão do sector cooperativo como sendo organizações colectivas e não lucrativas. Quanto a definição de radiodifusão, comunitária o decreto é omissivo. Os operadores comunitários da radiodifusão são, portanto, entendidos como estando na categoria do sector cooperativo (e na prática são tratados como tal).

Existem em Moçambique dois grupos de Rádios Comunitárias, as geridas pelo ICS e as filiadas ao FORCOM. As rádios filiadas ao FORCOM algumas são pertencentes a Igreja Católica e outras as organizações cívicas. As rádios sob gestão das organizações cívicas umas foram instaladas com o apoio da UNESCO/PNUD e outras por organizações da sociedade civil. Estas estações de rádio são geridas por membros eleitos pela comunidade e os programas são produzidos e geridos por voluntários ao nível da comunidade. De acordo com Mário, Minnie & Bussiek (2010), a intenção destas rádios

⁴⁶ ICS (1999) Estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique-Maputo.

aquando da sua instalação foi e é dar voz as comunidades e criar meios alternativos de informação nas zonas rurais, onde não existisse outros meios, além da Rádio Moçambique e, por conseguinte, falta de diversidade de informação.

4.6.1. Breve historial das Rádios comunitárias Administradas pelo Estado

As rádios comunitárias em Moçambique são geridas por vários segmentos da sociedade civil, do Estado e religiosas. Como advoga a UNESCO, das Rádios Comunitárias existentes, 61 são geridas pelo Estado, 51 por associações constituídas nas próprias comunidades, oito rádios pela igreja católica e uma estação é gerida por um Conselho Municipal (UNESCO, 2004:5)⁴⁷.

As 61 rádios detidas pelo Estado são administradas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS)⁴⁸, uma instituição de comunicação social criada pelo governo Moçambicano em 1989 para promover a comunicação e o desenvolvimento rural. Esta instituição estava subordinada, aquando da sua criação, ao extinto Ministério da informação⁴⁹. De acordo com o Decreto governamental n° 59/2004 de 8 de Dezembro de 2004 aprovado pelo Conselho de Ministros de Moçambique que reajusta a natureza e atribuições do Instituto de Comunicação Social, no seu artigo 1, número 1, “o Instituto de Comunicação Social criado pelo Decreto n° 1/89 de 27 de Março de 1989 é uma instituição pública de âmbito nacional, dotado de autonomia administrativa, que tem por objectivo principal a comunicação para o desenvolvimento das zonas rurais”. Já no seu número 2, afirma que o Instituto de Comunicação Social subordina-se ao Director do Gabinete de informação (GABINFO) que é responsável pela nomeação do Director Geral da Instituição. Nesta perspectiva, de acordo com o Decreto governamental n° 59/2004 de 8 de Dezembro, no

⁴⁷ UNESCO (2004), Diretório das Rádios Comunitárias de Moçambique-Maputo

⁴⁸ Essa administração é exercida pelo Departamento de rádios e televisões Comunitárias a quem compete: a. “Explorar um serviço piloto de rádio e televisão que sirva de base para a montagem e expansão das rádios e televisões comunitárias; b. Realizar acções de formação para os gestores e operadores das rádios e televisões comunitárias; c. Realizar acções que garantam a participação das comunidades na gestão das rádios e televisões comunitárias; d. Coordenar e orientar o funcionamento das rádios e televisões comunitárias sob tutela do ICS.”

⁴⁹ Decreto n° 1/89 de 27 de Março de 1989 do Conselho de Ministros de Moçambique (cria o Instituto de Comunicação Social)

seu artigo 3, compete ao ICS:

- a. “Apoiar os projectos e programas de desenvolvimento das comunidades rurais; b “compete ao ICS desenvolver canais de radiodifusão e de imagem televisiva comunitária; c. Promover o fluxo de informação entre as comunidades locais e a nível nacional; d. Implantar e consolidar a rede de correspondentes populares”.

Para além das competências, o Decreto governamental n° 59/2004 de 8 de Dezembro de 2004, no artigo 2, atribui ao ICS:

- a) “A realização da política de comunicação social definida pelo Governo para as comunidades rurais; b) A utilização combinada de meios modernos e tradicionais, em ordem a suscitar melhorias nos métodos em especial das comunidades rurais; c) A realização de experiências no domínio da comunicação social, sobre a linguagem, recepção, compreensão e retenção das mensagens; d) A implementação de programas e medidas para o aumento do nível educativo e técnico-profissional dos funcionários do ICS, de acordo com a legislação em vigor; e e) A produção, edição e difusão de material audiovisual sobre programas relacionados com os objectivos e atribuições do ICS”.

Partindo das análises legais e atribuições do ICS, pode afirmar-se que as rádios comunitárias sob sua administração têm uma grande dependência, seja na gestão, seja na programação, uma vez que estas, segundo Mário, Minnie & Bussiek (2010:59-60), são propriedades do Estado e geridas por Delegados provinciais, estes, por sua vez, são funcionários públicos com assento nos Governos provinciais. Acrescentam os autores que estas estações transmitem sobretudo informação sobre assuntos correntes e programas de desenvolvimento. No início de cada ano, o escritório-sede em Maputo emite um modelo-tipo de programação, no qual vêm alistados as principais componentes de conteúdo e o tempo de antena a ser alocado a cada uma: assuntos correntes, desenvolvimento agrícola, cuidados primários de saúde (incluindo HIV/ SIDA, malária) e por aí em diante. Tendo o programa-tipo a sua frente, os Delegados Provinciais devem conceber grelhas de programas específicas para as estações sob a sua jurisdição (MÁRIO; MINNIE & BUSSIEK 2010:59-60). O mapa abaixo indica as rádios comunitárias geridas pelo ICS.

Tabela descritivas das Rádios geridas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS)

Designação da rádio Comunitária	Província de emissão	Apoio de Gestão	Línguas de Emissão	Raio de cobertura
Nacedje (Macomia); Chiúre; Girimba (Montepuez); Minenguene (Palma) Mueda.	Cabo Delgado	ICS	simakonde; emakua; Kimwane; Kiswaile e Portuguesa	60/70km
Nipepe; Mandinba; Marrupa ;Sanga; Majune; Mavago; Missinga (Metarica); Ncula (Mecula); Chimbonila.	Niassa	ICS	Nyanja, Ajawa e portugues	60/70 km
Namapa; Mossuril; Membra; Murrupala; Nacala porto; Ribaué Namialo (Namialo).	Nampula	ICS	Emakua e português	60/70 km
Licungo (Mocumba); Chinde; Namacura; Mangaja da Costa (Erive); Namarroi; Morrumbala; Gurué; Alto Molócué e Muniga (Pebane); Molumbo; Mulevale; Mucubela.	Zambézia	ICS	Emakua Portuguesa; Lomué; Nharringa; Cissena Chuabo e Chewa.	60/70 km
Changara; Mutarara; Bawa (Magoé); Nknanta; Cateme (Moatize); Ulongué (Angonia) Zumbo.	Tete	ICS	Portuguesa; Cissena Nyanja, Chindau, Chewa e chinyungue	60/70 km
Marromeu; Marringué; Mwanza; Muxungue (Chibabava);	Sofala	ICS	Portuguesa; Cisena e Chidau	60/70 km
Sussundenga; Chipungabeira (Mossurize) Nhacolo (Tambarra); Chitobe (Machaze); Gandua (Gondola)	Manica	ICS	Portuguesa; Ciuté; Chidau; Cissena; Cichangana e Cimanica	60/70 km
Inharrime; Inhasorro; Vilanculo.	Inhambane	ICS	Portuguesa; Cicope; Bitonga e Xitshua	60/70 km

Xai-Xai; Chibuto; Limpopo Guija	Gaza	ICS	Portuguesa; Xangana; Cicope	100 Km a 60/70 km
Moamba; Ponta de Ouro Magude	Maputo Província	ICS	Portuguesa; Xangana e Ronga	60/70 km
Kanhaka; Ka Mpfumu	Cidade da Maputo	ICS	Portuguesa; Xangana e Ronga	60/70 Km
Total das rádios comunitárias geridas pelo ICS=61				

Fonte: Levantamento feito pelo autor

Analisando as rádios comunitárias geridas pelo ICS, pode afirmar-se que estas têm uma concepção diferente da definição das rádios comunitárias que é comumente aceite, isto porque elas foram concebidas pelo Estado e obedecem um roteiro de programas que é centralmente definido. O seu gestor é nomeado pelo Delegado Provincial em representação do Director (a) Geral do ICS que é nomeado pelo Director(a) do GABINFO, isto significa que há uma certa dependência destas rádios comunitárias ao governo do dia, ou seja, pode dizer-se que estas rádios são representantes dos interesses do governo nas comunidades, os programas que são radiodifundidas não podem contrariar o pensamento do governo do dia.

Esta proposição contraste, de alguma forma, com a concepção da rádio comunitária que, segundo Jane (2013:105), é constituída pela comunidade para servir a própria comunidade. Acrescenta o autor que é um espaço no qual os membros da comunidade debatem e procuram resolver minimamente os seus problemas e concertar soluções. Na mesma linha de pensamento, Mtimde et. al. (1998:2) defendem que a rádio comunitária significa um processo em dois sentidos, envolvendo o intercâmbio de ideias das várias fontes e é a adaptação dos media para o uso das comunidades. Acrescentam os autores que a rádio comunitária facilita aos membros da comunidade o acesso à informação, educação e divertimento, ou seja, é o meio através do qual as comunidades participam como planificadores, produtores e actores e são os meios da expressão da comunidade, mas do que para a comunidade.

Na perspectiva de Jane (2013) e Mtimde (1998), a rádio comunitária deve ser da pertença da comunidade, cabendo a esta a sua gestão e programação. Contrariamente a

estes autores, Escudero apresenta a noção de rádios públicas locais e afirma “(...) se entiende que una radio local pública es aquella que, presupuestariamente, depende de los fondos públicos y de las recaudaciones que bajo control de la Administración se generen por otras vías. Desde una perspectiva menos economicista, la radio pública tiene como misión el servicio a la comunidad y sus intereses sociales, culturales y educativos, sin anteponer, como ocurre en la radiodifusión privada, aspectos mercantiles y especulativos” (ESCUDERO, 1998:18). Por outro lado, as rádios comunitárias instaladas pelo Estado têm o papel de garantir nas comunidades o serviço de radiodifusão que esteja comprometido com a garantia do serviço público, que se assenta na democracia, no acesso a informação e no compromisso com a formação da cidadania comunitária. Nesta perspectiva, Escudero (1998) aponta que “(...) la garantía de servicio público implica mayores compromisos y sólo puede existir cuando la actividad radiodifusora lograr situarse por encima de los intereses de mercado, cuando se busca un ascendente sobre la audiencia en beneficio del progreso, cuando se intenta el nivel útil de información de las audiencias antes que contentar o proyectar autocomplacencia. Radio competente antes que competitiva.” (ESCUDERO op. Cit.:19).

Partindo destas proposições, Escudero (op. Cit. 20) afirma que “las radios públicas locales es una arma de grande potencialidades colectivas contra la desidia, el desinterés, la falta de expectativas locales o el subproducto televisivo. Aprovechando sus capacidades sinérgicas sería necesario hablar de una “persuasión positiva” para incentivar el desarrollo local y el nivel de información en comunidades más habituadas a contemplar la realidad circundante que la suya propia. Acrescenta citando Timoteo (1989) que “el concepto de radio local lleva consigo una atención a las necesidades de la sociedad y a un nivel de participación hasta conseguir una comunicación horizontal. Comparativamente as outras formas de radiodifusão comunitária, as rádios geridas pelo Estado apresentam a vantagem de serem sustentáveis economicamente, uma vez que contam com a intervenção do Estado e, logo, recebem orçamentos públicos para o seu funcionamento.

4.6.2. Rádios Comunitárias pertencentes a organizações cívicas e a igreja

Em Moçambique, para além das rádios comunitárias sob gestão do Estado através

do ICS, existem rádios comunitárias criadas tanto pela iniciativa das organizações cívicas como pela igreja Católica. Estas rádios são geridas na sua maior pelas comunidades, que são responsáveis pela indicação dos seus coordenadores sem “intervenção” do poder Estatal ou municipal.

De acordo com Romning (2008:49) apud Mário, Minnie & Bussiek (2010:60), a instalação das rádios comunitárias pertencentes à igreja católica teve seu início no ano de 1993, com a instalação da Rádio Encontro que é propriedade da Diocese de Nampula, seguida pela Rádio Nova Paz, Rádio Pax e Rádio Maria, propriedades das Dioceses de Quelimane, Beira e Maputo, respectivamente. Seguiu-se, mais tarde, a Rádio São Francisco de Cabo Delgado. Advogam os autores que, apesar destas rádios se encontrarem sob jurisdição de Dioceses locais, a gestão e a produção de conteúdos contam com a participação dos membros das comunidades locais, incluindo mulheres e jovens. Acrescentam que as rádios comunitárias sob tutela da Igreja Católica são membros activos do Fórum Nacional das Rádios Comunitárias (FORCOM). Ainda que vinculadas à fé cristã, estas estações oferecem um largo espectro de assuntos e programas, dando voz aos pobres e às comunidades rurais, sendo igualmente “claramente independentes no essencial da sua programação”.

Relativamente as rádios comunitárias pertencentes às organizações cívicas, segundo Mário, Minnie & Bussiek (2010:60), surgem um pouco depois das primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994. Para os autores, estas estações radiofónicas surgiram graças ao apoio da UNESCO/PNUD através de financiamentos dos países Nórdicos e da Irlanda.

Diferentemente das rádios comunitárias geridas pelo ICS, as geridas pelas organizações cívicas foram impostas pelos doadores a necessidade de seguirem os princípios internacionais sobre a liberdade e independência da imprensa, incluindo os respectivos sistemas de governação, através de representantes eleitos pelas comunidades e a produção de programas por voluntários comunitários, com o apoio de um pequeno grupo assalariado a tempo inteiro (MÁRIO, MINNIE & BUSSIEK 2010:61).

Segundo os autores (op. Cit.: 61), a instalação destas rádios foi precedida de

pesquisa e consulta detalhada junto das comunidades locais, de modo a estabelecer as suas necessidades. Acrescentam os autores que a primeira intenção da instalação das rádios comunitárias sob gestão das organizações cívicas foi dar voz às comunidades locais e criar meios alternativos de informação nas zonas rurais, onde não existisse outro meio, além da Rádio Moçambique e, por conseguinte, falta de diversidade de informação.

Em 2006 terminou o projecto Media UNESCO/PNUD, porém, como advogam Mário, Minnie & Bussiek (2010:61), as rádios comunitárias sob gestão das organizações cívicas continuaram e *continuam* (grifo nosso) a operar sob controlo directo das respectivas comunidades, representadas legalmente por associações cívicas dotadas de personalidade jurídica. Acrescentam os autores que houve receios de que estas rádios não fossem sobreviver financeiramente, no fim do projecto, correndo o risco de “caírem” no controlo do Estado, através do ICS ou simplesmente fecharem. Contudo, observa Romning (2008:49) apud Mário, Minnie & Bussiek (2010:61), nenhum destes cenários se verificou, até agora. Pelo contrário, algumas estações ainda conseguiram expandir a sua capacidade de cobertura e potencial de sustentabilidade a longo termo, através da mobilização de fontes diversificadas de fundos, incluindo a UNICEF, ASDI, e a Iniciativa de Elevação de Centros Comunitários Multimédia (CMC) com fundos Suíços, lançada em 2006.

Para além das rádios comunitárias sob gestão das organizações cívicas instaladas com o financiamento dos países Nórdicos e da Irlanda, de acordo com Mário, Minnie & Bussiek (2010:61-62), surgiram outras iniciativas de radiodifusão comunitária na segunda metade dos anos 1990 que foram encabeçadas pelo projecto MIRAC (*Media in Rural Community and Civil Society Empowerment*), implementado pela ONG dinamarquesa Ibis, com fundos da União Europeia. Este projecto apoiou o estabelecimento de quatro rádios comunitárias na Província nortenha do Niassa, nomeadamente, a Rádio Comunitária Ngauma, Rádio Comunitária Miramar-Mecanhelas; Rádio Comunitária Muembe e Rádio Comunitária Massangulo. Por seu lado, o Instituto Austríaco de Cooperação Norte-Sul ajudou o estabelecimento da Rádio Comunitária Buzi, na província central de Sofala e a Oxfam-América ajudou a estabelecer a Rádio N'tyana, propriedade da Associação das Mulheres na Comunicação Social (AMCS). Abaixo, o

quadro das rádios comunitárias geridas pela igreja e pelas organizações cívicas.

Tabela descritiva das Rádios geridas pela igreja e pelas organizações cívicas

Designação da rádio Comunitária	Província e Distrito de emissão	Apoio de Gestão	Línguas de Emissão
Sem fronteiras de Cabo Delgado; Francisco de Assis de Cabo Delgado; Mocimba da praia; Pharama	Cabo Delgado	FORCOM	Emakonde e portuguesa
Esperança; Cuamba; Lago; Ngauma (Maua); Rurumwana (Maua); Luvile (Mwembe) e Mira-Langos (Mecanhelas).	Niassa	FORCOM	Nyanja, Ajawa e portuguesa
Parapato (Angoche); On'Hipite (ilha de Moçambique); watana; Lulutti (Mogovolas); Monapo e Encontro (Nampula)	Nampula	FORCOM	Emakua e portuguesa
Rádio Paz; Quelimane FM; Monte Gilé; Thumbine (Milange); Nova Radio Paz;	Zambézia	FORCOM	Emakua Cisena Chuabo portuguesa
Funrancungo; N'Sanangwe	Tete	FORCOM	Cisena Nyanja e Chinyungue
Dondo; Pax; Nhamatanda; Gorongosa; Águia; Buzi Chemba; Caia	Sofala	FORCOM	Cisena; Ndaue Portuguesa
Macequece; Catandica Gesom	Manica	FORCOM	Ciuté; Cimanica e Portuguesa
Homoine; Funhalouro; Zavala Save; Kusinga e Marrombene	Inhambane	FORCOM	Cicope; Xitshua e portuguesa
Chicualacula; Vembe (Chokwé).	Gaza	FORCOM	Xangana; Cicope e portuguesa

Xinavane; Gwevane; Cascatas (Namaacha); Komati (Manhiça); Maria (Machava);	Maputo Província	FORCOM	Xangana; Ronga e portuguesa
Muthyana Voz Coop Rádio Nangade	Cidade da Maputo	FORCOM	Xangana; Ronga e portuguesa
Total da rádios geridas pela sociedade civil e pela igreja=51			

Levantamento feito pelo autor.

Actualmente, maior parte das rádios comunitárias têm enfrentado alguns constrangimentos, como observam Mário, Minnie & Bussiek (2010:61), a maioria destas estações, instaladas em zonas mal servidas por infraestruturas adequadas e sofrendo de falta de pessoal preparado, enfrentam problemas técnicos que vão desde fraca manutenção preventiva até capacidade de reparação de pequenas avarias. Adicionalmente, problemas estruturais, fora do controlo das comunidades locais, tais como a baixa qualidade da energia eléctrica, colocam a sua sustentabilidade sob risco permanente. Em resultado disso, algumas estações têm estado “silenciosas” por períodos de uma a duas semanas, até que seja conseguido um “socorro” técnico.

4.7.O contexto do surgimento das organizações do Terceiro Sector

A pesquisa sobre o Terceiro Sector tem-se mostrado importante, uma vez que tem surgido um número considerável e expressivo de organizações e instituições não-governamentais e filantrópicas que buscam o bem-estar social das comunidades. Por outro lado, o desenvolvimento da sociedade civil e a sua crescente preocupação na resolução dos problemas sociais tem contribuído para o crescente surgimento destas organizações. Este cenário é resultado do reconhecimento das limitações dos governos em resolver os problemas sociais e, acima de tudo, no desenho de políticas públicas eficazes, inclusivas e eficientes para a resolução dos problemas das comunidades.

Nesta perspectiva, Santos (2012:18) afirma que o Terceiro Sector está se desenvolvendo e se diversificando na medida em que actua nas mais diversas áreas, tais como educação, saúde, cultura, meio ambiente, assistência social, direitos

humanos,defesa de minorias étnicas,promoção da igualdade de género,questões sexuais, etc. Esse sector se inseriu como importante actor social na busca pela melhoria das condições da sociedade, pela capacidade de geração de empregos, participação democrática, exercício da cidadania e responsabilidade social. Acrescenta a autora citando Paes (1999:47), o terceiro sector tem um carácter estratégico da maior importância no âmbito de qualquer sociedade que se preocupe com o desenvolvimento social e a consolidação de valores democráticos, pluralistas, comprometidos com a solidariedade humana e o sentido de comunidade. Amores (2009) reforça a ideia de Santos afirmando que

“lo importante de este tercer sector es que no cae bajo la órbita del Estado y tampoco tiene que ver con el mundo del mercado. Es, pues, un tercer espacio. Pues bien, en este tercer espacio se está ensayando una construcción económica y política distinta a las conocidas de lo social, aunque no busca separarse ya de la que ahora tenemos sino completarla y, llegado el caso, superarla. En el plano económico este tercer sector es importantísimo tanto porque ofrece bienes o servicios como porque da empleo. El otro cambio que trae consigo el tercer sector es político. Se llama democracia participativa⁵⁰ (distinta de la democracia electiva que gestionan los partidos políticos) y se caracteriza por permitir participar directamente a la ciudadanía en la gestión de los asuntos colectivos”. (AMORES, 2009).

Tendo em conta as diversas intervenções feitas por este Sector, várias questões têm surgindo nos últimos tempos, tais como:

1. Qual é a sua origem?
2. Como são geridas?
3. De onde provêm o dinheiro que suporta essas organizações?
4. Quais são as estratégias de actuação dessas organizações nas comunidades?
5. Como gerem os seus recursos humanos, sendo que maior parte deles é composto por voluntários?
6. Que legislação norteia essas organizações nos países de implantação?

⁵⁰De acordo com Amores (2009:165) “(...) lo que se pretende con la democracia participativa es el control ciudadano de la toma de decisiones y la repolitización de los asuntos públicos. Lo de repolitizar implica devolverlos a la plaza pública para su discusión y permitir que intervengan los afectados”.

Para se entender o que é Terceiro Sector é necessário primeiro fazer uma distinção com os outros sectores que participam na satisfação das necessidades da sociedade. Nesta perspectiva, Santos (2012:13-14) aponta a existência de três sectores, a saber:

1. “Primeiro Sector, que é representado pelo Poder público (Governo). Este Sector é responsável pelas questões sociais;
2. O Segundo Sector, que corresponde à iniciativa privada com fins lucrativa e;
3. O Terceiro Sector, que é aquele que actua exclusivamente com preocupações e práticas sociais, executam actividades sem fins lucrativos e promove a geração de bens e serviços de carácter público. Acrescenta a autora, fazem parte do Terceiro Sector as ONGs (Organizações Não Governamentais), as instituições religiosas, as entidades beneficentes, os centros sociais, os clubes, serviços, etc.” (SANTOS 2012:13-14).

Pereira (2013:29) afirma que a característica fundamental das organizações do terceiro sector reside no facto destas não serem homogéneas, ou seja, englobam todo tipo de organização sem fins lucrativos. Acrescenta o autor que este sector tem sua definição estrutural e operacional pautada nas organizações formais, privadas, que não distribuem lucro, (...), tais como as fundações instituídas por empresas com características de filantropia, associações beneficentes e organizações com viés social, que não se sentem representadas na totalidade ou com qualidade desejada pelo Estado, o Primeiro Sector, ou pelas organizações privadas com fins lucrativas ou de Mercado, sequencialmente denominadas, Segundo Sector. Na mesma linha de pensamento, Amores (2009:164) afirma que *“se denomina tercer sector al entramado formado por formas tradicionales de ayuda mutua (por ejemplo, las religiosas), movimientos sociales, asociaciones, ONG, fundaciones, centros de investigación, etc”*.

Embora exista uma distinção entre os três sectores, é notório que estes preocupam-se em prover produtos (bens e serviços) com vista a satisfação das necessidades das comunidades onde actuam, por outro lado, há uma interligação entre eles, como afirma Paes (1999:46) citado por Santos (op. Cit:17), existe uma interface entre o terceiro Sector e os demais uma vez que o Terceiro Sector é aquele que não é público nem privado, porém guarda uma relação simbólica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre metodologia deste (privado)

com as finalidades daquele (público). Ou seja, o Terceiro Sector é composto por organizações de natureza “privada” (sem o objectivo de lucro) dedicados à consecução de objectivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do governo (Administração estatal).

De acordo com Santos (2012:16), fazendo referência a Fernandes (2007), a conceitualização do terceiro Sector assenta basicamente em duas negações: Primeiro, elas não fazem parte do governo e, portanto, não se confundem com o Estado; Segundo, elas não são geridas a partir da lógica de Mercado, sendo que seus dirigentes, de modo geral, prestam serviços voluntários, sem pagamentos salariais ou dividendos. Acrescenta a autora que estas organizações caracterizam-se por contar na sua actuação com uma grande quantidade de voluntários e actuam prestando serviços para as sociedades menos favorecidas, que não conseguem receber os serviços do poder público (Primeiro Sector), nem contratar os serviços do sector privado (Segundo Sector) (SANTOS 2012:14).

Partindo destas abordagens, Santos (op. cit:17) citando Naves (2003:574) defini o Terceiro Sector como um conjunto de actividades de interesse público, espontâneas, não-governamentais e não lucrativas, realizadas em benefício geral da sociedade, independentemente dos demais sectores (Estado e Mercado), embora possa ou deva receber deles colaboração. Na mesma perspectiva, Paes (1999:46) citado por Santos (op. Cit.17) conceitua o Terceiro Sector como um conjunto de organismos, organizações ou instituições dotados de autonomia e administração própria que apresentam como função e objectivo principal actuar voluntariamente junto à sociedade civil visando ao seu aperfeiçoamento.

Embora haja interfaces entre os três Sectores que assistem as sociedades para a promoção do bem-estar social, existem características que fazem do Terceiro Sector uma área diferente das duas (Primeiro e Segundo Sectores). Para Santos (op. cit:17) referenciando Salamon & Anheier (1997), as organizações do terceiro sector apresentam cinco características que as distinguem das outras, designadamente:

1. Estruturadas: possuem certo nível de formalização de regras e procedimentos, ou algum grau de organização permanente. São, portanto, excluídas as organizações sociais que não apresentem uma estrutura interna formal.
2. Privadas: essas organizações não têm nenhuma relação institucional com

governos, embora possam deles receber recursos.

3. Não são distribuidoras de lucros: nenhum lucro gerado pode ser distribuído entre seus proprietários ou dirigentes. Portanto, o que distingue essas organizações não é o facto de não possuírem “fins lucrativos”, e sim, o destino que é dado a estes, quando existem. Eles devem ser dirigidos à realização da missão da instituição.
4. Autónomas: possuem os meios para controlar sua própria gestão, não sendo controladas por entidades externas.
5. Voluntárias: envolvem um grau significativo de participação voluntária (trabalho não remunerado). A participação de voluntários pode variar entre organizações e de acordo com a natureza da actividade por ela desenvolvida [(SALAMON & ANHEIER (1997)apudSANTOS (2012:17)].

Partindo das definições acima pode-se afirmar que uma parte das rádios comunitárias fazem parte do Terceiro Sector, neste caso, foram instaladas nas comunidades com o apoio das ONGs⁵¹ e contam com a gestão comunitária e não visam lucro. Por outro lado, tendo em conta que o Terceiro Sector não tem a intervenção do Estado, pode afirmar-se que as rádios comunitárias sob gestão do Estado não fazem parte deste sector.

Para o estudo está claro que os municípios não podem ser classificados como entidades do Terceiro Sector, pelo seu enquadramento legal e por pertencerem as organizações do Primeiro Sector.

4.7.1. O terceiro Sector em Moçambique: seu papel na criação das rádios comunitárias e no apoio aos municípios

A história do surgimento das organizações do terceiro sector em Moçambique se confunde um pouco com a história do país. Em 1975, com a proclamação da Independência e, conseqüentemente, a formação da República Popular de Moçambique,

⁵¹Para Amores (2009:162), “(...), *las ONG pueden definirse como organizaciones sin ánimo de lucro que están más allá de lo público y de lo privado en el denominado tercer sector y que son independientes tanto política como económicamente aunque muchas de ellas tengan conocidas filiaciones religiosas y/o políticas. Tienen por finalidad la canalización de recursos a los sectores más desfavorecidos de los países menos desarrollados, sensibilizar y educar para el desarrollo y presionar políticamente a los Estados (con compañías como la del O,7) para que comprometan en la ayuda al Sur. En el plano estrictamente político, se están convirtiendo en los principales agentes de la creación de una ciudadanía mundial que, aunque con retraso, tiende a completar el camino de la globalización ya andado en términos económicos y mediáticos*”.

hoje República de Moçambique, um novo cenário se abria em termos socioeconómicos e políticos. Surge com o novo Estado um novo posicionamento face à propriedade dos meios de produção. A primeira Constituição da República Popular de Moçambique, de 1975, no tocante aos princípios de propriedade, no seu artigo 8, previa que todos os recursos naturais situados no solo e no subsolo, nas águas territoriais e na plataforma continental são propriedades estatais e, no seu artigo 9, previa a planificação estatal da economia⁵², com vista a garantir o aproveitamento correto das riquezas do país e a sua utilização em benefício do povo moçambicano. Já no artigo 10 dava primazia à direcção do sector económico do Estado sobre o conjunto da economia nacional⁵³. Moçambique adotou, assim, uma linha de orientação socialista, marcada por uma forte intervenção do Estado ao estilo das economias centralmente planificadas, onde se verifica a locação administrativa de recursos, o estabelecimento dos preços abaixo dos níveis de mercado por considerações relativas à equidade (fixação administrativa de preços) e a limitação da intervenção de agentes privados (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994:42). Acrescenta Adam que a estratégia de desenvolvimento que foi posta em prática permitia o monopólio total do poder e hegemonia estatal sobre todas as forças sociais, económicas e políticas do país (ADAM, 2005:120). Para além da intervenção na economia, a FRELIMO criou as ODM's (Organizações Democráticas de Massas), que eram o seu braço nos diferentes sectores sociais com o intuito de apagar as marcas do colonialismo e cimentar a sua ideologia socialista. Assim, foram criadas a OMM (Organização da Mulher Moçambicana); a OJM (Organização da Juventude Moçambicana); a OTM (Organização do Trabalhadores de Moçambique). Todas as organizações associativas ora existentes eram parte do partido FRELIMO, cabendo a este a sua supervisão.

As dificuldades não só abalavam o campo económico, mas também o campo

⁵² No modelo centralizado de governação adotado pelo governo moçambicano após a independência, 1975, de governação, a noção de participação cidadã, uma componente fundamental para o processo democrático, era geralmente entendida como obediência esperada a decisões tomadas com antecedência pelo governo. Nesta época, aspectos importantes referentes aos direitos básicos dos cidadãos, tais como o direito de decidir quem, como e para quem governam, não entravam em consideração. Este processo diminuiu o espaço de participação civil, pois tudo era decidido centralmente. Este modelo inibiu de certa forma a participação das organizações do terceiro sector no provimento do bem-estar social.

⁵³ Moçambique. Constituição da República Popular de Moçambique. Imprensa Nacional, 1976

político, como advogam Abrahamsson & Nilsson (1994): Moçambique estava mergulhado numa guerra civil que contribuiu para a desestabilização económica e social, (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994:45). Acrescenta Adam (2005) que a situação militar agravava-se, a guerra, a seca e as cheias constituíam um peso adicional que continuava a deteriorar a situação económica e social do país, (ADAM 2005:125). No cenário político externo, Moçambique sofria uma desestabilização económica e militar vinda da África do Sul, assim como as pressões vindas dos países capitalistas que condicionavam a concessão de créditos a uma mudança na linha de orientação política que favorecesse a diminuição ou eliminação do intervencionismo estatal na economia.

Com a degradação económica, social e política do país, Moçambique viu-se obrigado a iniciar negociações com as instituições da *Bretton Woods*, nomeadamente o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) e, posteriormente, a aderir a elas, foram as primeiras organizações não-governamentais que se faziam ao país. Observam Abrahamsson & Nilsson (1994) que esta adesão era a única forma do país garantir o crédito de que necessitava, visto que os credores bilaterais internacionais não estavam confiantes na proposta de medidas económicas apresentadas por Moçambique, pois continuava a verificar-se a forte influência do Estado sobre a economia (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994:47).

Em 1987 teve início o Programa de Reabilitação Económica (PRE) que mais tarde passou a ser designado Programa de Reabilitação Económica e Social (PRES,) devido ao alargamento do programa que passou a incorporar a componente social. Quando o PRE foi implementado tinha como objetivo restabelecer os equilíbrios macroeconómicos e restaurar um ambiente conducente ao desenvolvimento económico, revertendo as tendências do crescimento marcadamente negativas, que até então se registavam, e a consequente degradação social sem perspectivas de qualquer melhoria (ABRAHAMSSON & NILSSON, 1994:49). Devido à severidade do programa nas camadas sociais de baixo rendimento, aliada aos efeitos da guerra e das calamidades naturais, aumentou a desigualdade social e a pobreza, daí que se integrou a componente social ao programa, que passou a ser designado de PRES e a ter os seguintes objetivos: “Parar a diminuição da produção; assegurar as populações das zonas rurais receitas

mínimas e um nível de consumo mínimo; reinstalar a balança macroeconômica através da diminuição do *déficit* orçamental” (idem).

Para alcançar estes objectivos era necessário tomar uma série de medidas de reforma institucional cujo objetivo era eliminar a intervenção do Estado em todos os níveis da economia e aceitar a ajuda de intervenientes não-governamentais para o melhoramento da situação dos moçambicanos. Este cenário possibilitou a mudança da Constituição de 1975 para a de 1990, e do nome do próprio país, agora República de Moçambique.

A Constituição de 1990 introduz o Estado democrático, alicerçado na separação e interdependência dos poderes e no pluralismo, lançando os parâmetros estruturais da modernização, contribuindo de forma decisiva para a instauração de um clima democrático que levou o país à assinatura dos acordos de paz em 1992 e a realização das primeiras eleições multipartidárias em 1994. Mesmo com as mudanças introduzidas pelo Estado, Moçambique continua a não conseguir atender a demanda das necessidades do seu povo. Nesse cenário, várias organizações não-governamentais iniciaram sua actuação no país com vista a ajudar a resolver os problemas das populações carentes, a reconstrução do país por si só devastado pela guerra civil que durou 16 anos e ajudar na integração dos desmobilizados da guerra civil terminada em 1992.

Com a liberalização da economia e a abertura para um Estado democrático começou-se a assistir a chegada de organizações Não-Governamentais (ONG's)⁵⁴ com apoio dos países ocidentais que foram responsáveis pela criação das ONG's para o desenvolvimento. Estas organizações vinham ajudar o país a sair da situação precária a que se encontrava devido a guerra e as calamidades naturais. A intervenção destas ONG's deveu-se e deve-se a ineficiência do Estado em resolver os problemas da miséria, doenças e dos desastres naturais. As ONG's ora surgidas intervêm em várias frentes, na educação, na saúde e na cultura através de projectos financiados pelos países ocidentais.

O país conta com mais de 430 organizações não-governamentais que operam em várias áreas desde a saúde, educação, agricultura, promoção da cidadania, género, desporto, cultura, entre outras. A maior parte destas organizações recebem doações dos

países ocidentais⁵⁵.

Quanto ao objecto de estudo, pode afirmar-se que os municípios moçambicanos na sua maior recebem donativos das organizações não-governamentais para conseguirem atender as demandas dos seus munícipes, isto devido a falta de recursos por parte destes para realizar os seus planos quinquenais, enquanto no que concerne as rádios comunitárias pode afirmar-se que quase todas foram implantadas com o apoio de organizações não-governamentais, seja as geridas pela sociedade civil, seja as geridas pela igreja, assim como as geridas pelo ICS.

O importante a salientar é que o FORCOM é uma organização não-governamental que faz advocacia para as rádios comunitárias geridas pela sociedade civil e, para tal, recebe donativos de outras ONG's para realizar essa missão. Partindo desta abordagem, pode afirmar-se que as rádios comunitárias implantadas em Moçambique são entidades do terceiro sector, porque não visam o lucro e estão preocupadas com o bem-estar social das comunidades.

4.8. Município e rádio comunitária como bens públicos: o desafio da formação do interesse público na gestão de bens públicos

Nas parcerias entre rádios comunitárias e Municípios, as comunidades devem conhecer os seus deveres, direitos e as formas de participação na gestão de bens públicos. Só uma comunidade que conhece seus direitos e deveres na gestão dos bens públicos pode produzir programas de educação para a cidadania autárquica e difundi-los através das rádios comunitárias, por outro lado, só uma comunidade conhecedora dos seus deveres e direitos será o fiscalizador do poder autárquico e buscará participar na gestão compartilhada do município e da rádio comunitária⁵⁶. Tanto rádio comunitária, como

⁵⁵Vide em anexo a lista da ONG's a actuarem em Moçambique.

⁵⁶De acordo com o Artigo 45 da Constituição da República de Moçambique no relacionamento entre os cidadãos e a comunidade, o cidadão dever ser capaz:

- a) Servir a comunidade nacional, pondo ao seu serviço as suas capacidades físicas e intelectuais;
- b) Trabalhar na medida das suas possibilidades e capacidades;
- c) Pagar as contribuições e impostos;

município pela sua concepção se configuram como bens públicos e prestadores de serviço público.

De acordo com Mateus (2011:11), a palavra “público” tem sua raiz etimológica em duas tradições próximas. A Grega e a Latina. Na tradição Grega, público (*to koinon*) aponta para aquilo que é comum, abarcando todas as actividades que devem ser partilhadas e que não são exclusivos de ninguém na medida em que elas encerram uma dimensão de cidadania na qual é preciso que todos participem. Na versão latina, público (*publicus*) significa o que é de todos, o trivial ou o relativo ao povo. Nesta acepção, *publicus* está associado a *publicum* denotando o domínio do Estado. Para Mateus (2011), se distinguem cinco usos do adjetivo “público”, quais sejam:

1. “As pessoas ou actividades relativas ao Estado;
2. A condição de abertura e acessibilidade;
3. Que pode ou deve ser partilhada e comum;
4. Tudo aquilo que não pertence aos assuntos domésticos e
5. Toda a opinião e conhecimento que resulta dos fluxos comunicacionais”,
(MATEUS 2011:11).

Numa outra perspectiva, Mateus (2011:11) advoga que o “público”, enquanto substantivo, refere-se a uma forma de sociabilidade assente no fluxo comunicacional com vista à proposta, discussão e vinculação da opinião a assuntos derivados de afinidades eletivas consideradas preponderantes e de importância societal consensual. Acrescenta o autor que o facto de o público se diferenciar da esfera doméstica e dizer respeito àquilo que pertence a todos acrescenta o significado de notável, sendo o uso da palavra público sinónimo de notoriedade e prestígio, dois dos mais correntes significados hodiernos (...). Partindo da visão de Mateus (2011) sobre a definição de público pode verificar-se que tanto rádio comunitária, como município são bens públicos, porque devem ser acessíveis

d) Zelar, nas suas relações com a comunidade pela preservação dos valores culturais, pelo espírito de tolerância, de diálogo e, de uma maneira geral, contribuir para a promoção e educação cívicas;

e) Defender e promover a saúde pública;

f) Defender e conservar o ambiente;

g) Defender e conservar o bem público e comunitário. Disponível em: <http://www.minec.gov.mz/index.php/documentos/legislacao/1-constituicao-da-republica-de-mocambique/file>. Acessado, 17 de Agosto de 2017.

a todos, são um lugar do compartilhamento do comum e, sobre tudo, um lugar onde se abrem fluxos de comunicação com vista a transformação de informações em conhecimento para o desenvolvimento comunitário. No público reina a democracia e a abertura a participação de todos na definição de políticas públicas sobre a gestão tanto da rádio comunitária, como do município enquanto entes públicos.

Na mesma ordem de ideias, Mateus Toro & Werneck (2004:32) entendem por público tudo o que convém a todos, como resultado de uma racionalidade genuinamente colectiva.

Na perspectiva de Arendt (1997:59-60), o termo “público” remete-nos a dois fenómenos distintos, embora correlacionados. Em primeiro lugar, “público” centra-se na ideia de acessibilidade: tudo o que vem a público está acessível a todos - pode ser visto e ouvido por todos. Quando divulgamos um pensamento ou um sentimento através de uma estória, bem como quando divulgamos experiências artísticas individuais, o privado torna-se de acesso público. A garantia deste fenómeno depende de uma condição essencial: os outros têm de partilhar a realidade do mundo e de nós mesmos. Em segundo lugar, o termo “público” centra-se na ideia de comum. A realidade do mundo tem um bem comum ou interesse comum do artefacto e dos negócios humanos, na medida em que é partilhado por indivíduos que se relacionam entre si.

Henriques (2010:90-91) retoma a visão de Arendt(1997) e afirma que a forma comum de definir o que é público se dá pela oposição ao que é privado e acrescenta que um bem público é todo aquele cuja propriedade não seja definida como particular nem restrita a uma pessoa ou um grupo identificável. Mas aponta também que o sentido de público se estende para além disso, englobando tudo aquilo que se opõe ao segredo, ou seja, tudo ao que damos publicidade. Nesse sentido, publicidade se refere à visibilidade. Quando falamos de uma questão ou problema público estamos nos referindo a algo que pode ser reconhecido por todos porque, ao menos potencialmente, é algo visível ou afeta a todos.

Historicamente, de acordo com Pietro (2014:742), os bens públicos têm como origem Roma. Esses bens eram subdivididos em *res nullius*, como coisas extra *commercium*, dentre as quais se incluíam as *res communes* (mares, portos, estuários, rios, insuscetíveis de apropriação privada), as *res publicae* (terras, escravos, de propriedade de todos e subtraídas ao comércio jurídico) e *res universitatis* (fórum, ruas, praças públicas).

Acrescenta a autora que os bens da primeira classe eram aqueles utilizados por todos (*res communes*), os segundos (*res publicae*) eram aqueles adquiridos no mercado jurídico e os terceiros (*res universitatis*) eram aqueles destinados e utilizados por toda a colectividade.

Sob uma perspectiva normativa e institucional, Medauar (2005: 273-276) define que bens públicos é expressão que designa os bens pertencentes a entes estatais, para que sirvam de meio ao atendimento imediato e mediato do interesse público e sobre os quais incidem normas especiais, diferentes das normas que regem os bens privados. Os bens públicos são importantes a medida que são mais utilizados para atendimento dos fins do Estado e por serem elementos fundamentais para a vida em colectividade. Nesta mesma linha, Mello (2005, p.837) aponta que os bens públicos são aqueles que pertencem às pessoas jurídicas do direito público, isto é, à União, ao Distrito Federal, ao Município, aos respectivos municípios, às *províncias*, aos *distritos*, às *localidades*⁵⁷ e a fundações de direito público (estas últimas, aliás, não passam de municípios designados pela base estrutural que possuem), bem como os que, embora não pertencentes a tais pessoas, estejam afeitos à prestação de um serviço público. Esse conjunto de bens públicos, de acordo com o autor, forma o que se designa por “domínio público”. Acrescenta ainda que o serviço público é toda actividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da colectividade em geral, mas gerido singularmente pelos administradores, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça as vezes, sob regime de direito público, consagrador de prerrogativas de supremacia e de restrições especiais- instituído em favor dos interesses definidos como públicos no sistema normativo (MELLO, 2005: 628).

Filho (2012: 1035-1036) retoma as definições dos autores anteriores para afirmar que bens públicos são os bens jurídicos atribuídos à titularidade do Estado, submetidos a regime jurídico de direito público, necessários ao desempenho das funções públicas ou merecedores de protecção especial. Acrescenta o autor que o primeiro fundamento para a qualificação do bem como público é a sua instrumentalidade para o desempenho da

⁵⁷ Grifo nosso: Na divisão administrativa Moçambicana existem Províncias, Municípios, Distritos e Localidades.

função pública (administrativa ou não). O exercício das funções estatais exige uma infraestrutura material, composta por bens imóveis, móveis, direitos e assim por diante.

Na mesma perspectiva, Furtado (2013: 661) define bens públicos como sendo todos aqueles que são utilizados para satisfazer qualquer actividade pública e, assim sendo, esses bens serão de domínio público. Acrescenta o autor que dois parâmetros definem o que são bens de domínio público, nomeadamente: (a) o parâmetro da titularidade e (b) o parâmetro da destinação. De acordo com este, o parâmetro da titularidade atribui natureza pública aos bens pertencentes às pessoas jurídicas de Direito Público, enquanto o segundo toma como parâmetro a finalidade a que se destinam os bens. Se sua utilização estiver vinculada ao desempenho de qualquer actividade estatal, ou se forem destinados ao uso directamente pela população, compreenderiam esses bens o domínio público.

Moçambique (2004), no seu artigo 98 (Propriedade do Estado e domínio público), no seu número 3, regula o regime jurídico dos bens do domínio público, bem como a sua gestão e conservação, diferenciando os que integram o domínio público do Estado, o domínio público dos municípios locais e o domínio público comunitário, com respeito pelos princípios da imprescritibilidade e impenhorabilidade. Já no seu artigo 99 (Sector de propriedade dos meios de produção), no seu número 2, define como sector público aquele que é constituído pelos meios de produção cuja propriedade e gestão pertence ao Estado ou a outras entidades públicas. Enquanto no número 4 define o sector cooperativo e social como aquele que compreende especificamente:

- a) “Os meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;
- b) Os meios de produção destinados à exploração colectiva por trabalhadores;
- c) Os meios de produção possuídos e geridos por pessoas colectivas, sem carácter lucrativo, que tenham como principal objectivo a solidariedade social, designadamente, entidades de natureza mutualista” (MOÇAMBIQUE, 2004).

A existência do público está condicionada a existência da publicidade, e esta é condicionada pela existência da comunicação. Nesta linha de pensamento, Dewey referenciado por Progrebinschi (2005:141) afirma que não pode haver público sem que haja publicidade. Advoga o autor que é preciso que todas as consequências relativas às actividades levadas a cabo na comunidade sejam publicitadas, se tornem do domínio da

opinião pública. Esta opinião pública, corre o risco de ser distorcida ou limitada por qualquer coisa que venha a obstruir ou restringir a publicidade e, como consequência, prejudicar o discernimento das questões relativas à comunidade. Deste modo, é preciso que haja difusão e disseminação absolutas dos assuntos comunitários. Dewey afirma que um facto da vida da comunidade que não seja espalhado de modo a ser uma possessão comum é uma contradição em termos. É preciso que as informações comunais sejam distribuídas extensa e intensamente, porém não de forma aleatória; elas precisam germinar, criar raízes e dar frutos para a própria comunidade, com o compartilhamento de suas próprias actividades e consequências. O meio que possibilita a publicitação e a disseminação das informações comunitárias é, afinal, a comunicação.

Festenstein citado por Progrebinschi (2005:141-142) reforça a ideia de Mead afirmando que a vida da comunidade se sustenta através do processo de comunicação. Mais do que meramente distribuir informações, a comunicação envolve a realização de experiências compartilhadas através da acção cooperativa que permeia os encontros verbais e práticos entre os membros da comunidade. Ademais, a comunicação tem ainda o papel de harmonizar os interesses dos indivíduos com aqueles da comunidade; ao se tornar consciente das actividades comunitárias, o indivíduo passa a ter a possibilidade de identificar os seus interesses pessoais com os interesses da comunidade, em suma, tais interesses passam a ser, portanto, interesses comuns (PROGREBINSCHI 2005:141).

Neste sentido pode se aferir que os municípios são bens do domínio público local, enquanto entidades geridas localmente mais tuteladas pelo Estado, mas também podem ser tidos como bens pertencentes ao sector cooperativo e social uma vez que os seus meios de produção são do domínio comunitário e geridos pelas comunidades municipais. Por outro lado, algumas rádios comunitárias se enquadram nos bens de domínio público, como a rádio comunitária de Sussundenga, que foi criada pelo Estado e o seu património pertence ao Estado e não pode ser penhorado, mas também enquadra-se no sector cooperativo uma vez que é gerida pela comunidade local de Sussundenga. Numa outra vertente, está a rádio Comunitária GESOM que foi criada por iniciativa de Organizações não-governamentais e entregue à comunidade, esta não é do domínio público mas oferece um serviço público e enquadra-se no sector cooperativo já que para a sua sobrevivência necessita dos meios de produção comunitários e é gerida pela comunidade local, e é uma

rádio sem fins lucrativos e gerida colectivamente com vista a oferecer informações às comunidades.

Partindo das abordagens dos autores sobre o que é público, pode-se perceber que estes apresentam características comuns, na medida em que há palavras-chave que transpassam todas as abordagens. Os autores recorrem a expressões como: “o público e comum⁵⁸”, “o público é acessível a todos”, “o público se dá por meio da visibilidade (notoriedade)”, “o público opõe-se ao privado (doméstico)”, “o público deve ser compartilhado por todos”, “o público deve ser conhecido por todos”, “o público é regido pelo direito público” (mesmo em situações em que a gestão desse bem é comunitário ou municipal). Nesta perspectiva, pode-se considerar os municípios e as rádios comunitárias como bens públicos. Para além de que para a existência do público é necessário a existência da publicidade para que este seja do domínio de todos e todos possam participar na sua gestão, isto revela que a comunicação pública autárquica e as rádios comunitárias desempenham um papel importante na medida em que são responsáveis em dar visibilidade tanto ao município como aos problemas comunitários.

4.8.1. O desafio da formação do interesse público na gestão de bens públicos

Um dos grandes problemas no relacionamento entre as comunidades municipais e os bens públicos é a sua gestão, por um lado há uma falta de conhecimento dos cidadãos do que são bens públicos, por outro aqueles que detêm o poder político fazem barreiras de acesso a esses bens com fins de satisfazer necessidades próprias ou políticas. A falta de educação para a gestão de bens públicos tem sido outro elemento que mina a gestão participativa destes e a acessibilidade.

Nesta perspectiva, Carbone (2000: 97-111) advoga que as organizações públicas apresentam características que as tornam únicas e de difícil mutação, quais sejam: (1)

⁵⁸Para SOUZA (1978: 19-20), bem comum é o conjunto de condições sociais necessárias (meios, oportunidades, recursos) para a realização integral da Pessoa humana, e é dever do Estado proporcionar às pessoas que elas próprias se possam realizar. Essas condições podem ser classificadas em duas espécies: as genéricas e as específicas. As genéricas são aquelas que atendem indistintamente e no mesmo grau a todos os membros da comunidade política, funcionam como fator de coesão e unidade social, acima dos interesses específicos que dividem no interior da sociedade. As específicas são aquelas que atingem, em grau diferente, os diversos sectores da sociedade política, beneficiando mais a uns do que a outros. Essas condições são ilimitadas em número, formam o que se pode chamar de objetivos atuais dos governos.

burocratismo- excessivo controlo de procedimento gerando uma administração engessada, complicada e desfocada das necessidades do país e do contribuinte; (2) autoritarismo/ centralização-excessiva verticalização da estrutura hierárquica e centralização do processo decisório; (3) aversão aos empreendedores- ausência de comportamento empreendedor para modificar e se opor ao modelo de produção vigente; (4) Paternalismo- alto controlo da movimentação do pessoal e da distribuição de empregos, cargos e comissões, dentro da lógica dos interesses políticos dominantes; (5) levar vantagens- constante promoção da punição àqueles indivíduos injustos, obtendo vantagens dos negócios do Estado; e (6) reformismo- desconsideração dos avanços, descontinuidade administrativo, perda de tecnologias e desconfiança generalizada. Corporativismo como obstáculo à mudança e mecanismo de proteção à tecnocracia (CARBONE 2000: 97-111).

Na mesma perspectiva, Shephud & Valência (1996: 103-128) apresentam situações que dificultam a administração das organizações públicas: (1) as organizações públicas oferecem, principalmente, serviços dos quais detém o monopólio o que propicia que sejam produzidas de maneira ineficiente; (2) o controlo dos eleitores sobre políticas é normalmente imperfeito, sendo que as organizações políticas destinadas a representar os eleitores dificilmente trabalham sem atrito; e (3) a dificuldade dos políticos em controlar os funcionários, definir e medir com exatidão os resultados da administração pública.

Neste sentido, pode se aferir que os municípios, por serem entidades públicas, têm o desafio de criar uma administração que eduque as comunidades municipais na gestão dos bens públicos, por outro lado, há uma necessidade de abertura para uma gestão compartilhada desses bens.

A questão da gestão das rádios comunitárias como bens públicos também abre espaço para a existência de relações de poder, seja pela posse, quer pela gestão como advoga Gisbert (2009:11);

“La propiedad de los medios es un posicionamiento de éstos ante la sociedad. La propiedad empresarial, la propiedad religiosa, la propiedad sindical, la propiedad militar, la propiedad académica, trato de dar un ejemplo, establece de hecho una relación medios-sociedad que elimina la posibilidad de lo neutro, ya no para hacer noticia sino para posicionarse política, ideológicamente,

frente a la realidad, a la sociedad, frente o desde el Estado.”
(GISEBERT2009:11).

Por outro lado Gisbert (2009:11) afirma que;

“(…) el Estado representado por los gobiernos que administran ese Estado y que tienen poder, es también propietario directo o indirecto de medios de comunicación. En consecuencia, este ambiente del que comencé hablando, esa agua democrática y esos navegantes de la democracia que son los medios de comunicación tienen banderas preestablecidas, intereses concretos que defender o intereses concretos que atacar. Y eso estaba vinculado a lo fundamental: quién hace y construye la argamasa de la comunicación: las y los periodistas”(GISEBERT2009:11).

Neste sentido, pode-se afirmar que a questão da gestão das rádios comunitárias também sofre influências da comunidade onde estão inseridas, seja pela questão da propriedade, seja pela questão da participação, seja pela influência política dos governos do dia. Os meios comunitários acabam que sendo de alguma forma influenciados na sua programação pelos elementos acima indicados.

Para finalizar, pode-se dizer que a questão da gestão dos bens públicos desafia os gestores, as comunidades, a sociedade civil e os governos a procurarem estratégias de educação das comunidades para a necessidade da sua participação na gestão desses bens, tendo em conta a premissa de que estes bens a todos pertencem e todos devem participar na sua gestão.

Um município, uma rádio só podem ser um espaço de gestão compartilhada se dirigentes e dirigidos estão cientes de que estes bens não podem ser geridos individualmente e a participação serve como elemento para a integração.

4.9.Comunidades municipais e a construção da identidade municipal

As comunidades municipais desempenham um papel importante na gestão tanto do município, como das rádios comunitárias, buscando compartilhar os problemas que lhes afectam e a busca das respectivas soluções.

Na perspectiva de Roddick (2002:23-60), comunidade provém de “comunhão”, de dividir uma tarefa comum. E é no compartilhamento de uma tarefa que as pessoas são

capazes de fazer mais do que imaginam. Na mesma perspectiva, Buber (1987:50-74) advoga que (...) a comunidade é a ligação que se desenvolveu e mantém-se internamente por propriedade comum (sobretudo da terra), por trabalho comum, costumes comuns e fé comum; (...). Acrescenta o autor que a comunidade é aquilo que se torna comum, é onde o homem nasce, aquilo que, por assim dizer, se relaciona com o seu subconsciente. Não é resultado de sua escolha e decisão consciente; (...).

De acordo com Tönnies (1947:41), uma teoria da comunidade só teria razão a partir dos laços de consanguinidade e afinidade (sejam relações “verticais”, entre pais e filhos, ou “horizontais”, entre irmãos e vizinhos), se caracterizando pela inclinação emocional recíproca, comum e unitária; pelo consenso e mútuo conhecimento íntimo. Tönnies (op.cit: 33), partindo dos princípios de convivência entre os membros da comunidade, apontou para a existência de três padrões de sociabilidade comunitária: (a) os laços de consanguinidade, isto é, a comunidade definida pelos laços de sangue; (b) de coabitação territorial, aquelas que se ligam por ocuparem o mesmo lugar, os laços de vizinhança e, por fim, as (c) de afinidade espiritual, que se ligam por relações espirituais, como a amizade.

Para Tönnies (1942:54-74), as relações comunitárias podem ser classificadas segundo sua forma, em três tipos: 1) as relações autoritárias, de modo geral predominantes, repousando na desigualdade de poder e querer, de força e autoridade (o modelo ideal seria a relação entre pais e filhos); 2) as relações de companheirismo, com origem na isonomia geracional (relação entre irmãos); e 3) as relações mistas, que combinariam as duas formas (relação entre cônjuges). Acrescenta Tönnies (op.cit.:43) que estes padrões de relacionamento comunitários baseados no território se efectivam através de três núcleos espaciais: (a) a casa, (b) a aldeia/vila e (c) a cidade.

Numa outra abordagem, Progrebinschi (2005:126) afirma que (...) os indivíduos necessitam da comunidade para alcançar a realidade, ou ainda para distinguir o que é real daquilo que é irreal. Na mesma perspectiva, de acordo com Progrebinschi (op. Cit.: 128) citando Pierce, o que faz com que os indivíduos identifiquem-se uns com os outros na comunidade é a crença compartilhada por cada um de que suas próprias inferências pessoais se validam na medida em que são aceitas pelos demais homens que compõem a comunidade. Mead referenciado por Progrebinschi (op. Cit.:129) afirma que é justamente

a capacidade de cada indivíduo de, através da comunicação, tomar a posição do outro, o que o torna membro de uma comunidade, ou seja, o que lhe confere cidadania. Isto o torna parte da comunidade, e ele reconhece a si mesmo como membro dela justamente porque toma a atitude daqueles concernidos e controla sua própria conduta em termos de atitudes comuns. Acrescenta o autor que nesta trama comunitária os indivíduos podem tomar os papéis de outros indivíduos na comunidade, e isto se deve ao facto de que a comunidade pode, devido ao seu tamanho, transcender a organização social, isto é, pode ir além da organização social que torna possível a identificação entre indivíduos. Neste caso, o ideal da Sociedade Humana é uma sociedade⁵⁹ que una as pessoas tão proximamente em suas inter-relações, que desenvolva tão plenamente o sistema de comunicação necessário, que os indivíduos que exercitam suas próprias funções peculiares possam tomar as atitudes daqueles que afectam (MEAD citado por PROGREBINSCHI op. Cit.:130).

Bauman (2010:75-80) retoma as ideias de Tönnies, de Buber, de Mead, de Progrebinschi e de Roddick e conceitua comunidade como sendo um grupo de pessoas não claramente definidas nem circunscritas, mas que concordam com algo que outros rejeitam e que, com base nessa crença, atestam alguma autoridade. Por mais que possamos tentar justificar ou explicar esse “estar junto”, o primeiro traço de sua caracterização é a unidade espiritual, sem isso, não há comunidade. O acordo, ou pelo menos a disposição e o potencial para tanto, é considerado a sustentação primária de todos os membros da comunidade. Assim, os factores unificadores são valorizados como mais fortes e importantes do que qualquer coisa que possa causar divisão, e as diferenças entre os integrantes, secundárias em relação às suas similaridades. Nesse sentido, a comunidade é pensada como unidade natural. Acrescenta que a comunidade é antes um postulado, uma expressão de desejo e um convite à mobilização e a cerrar fileiras, mais que uma realidade.

⁵⁹Giddens (1989:65) afirma que “Sociedad se refiere a los sistemas de interrelaciones que ponen en contacto a los individuos que comporten una cultura común. Ninguna cultura puede existir sin una sociedad. Pero, por la misma razón, no puede haber una sociedad carente de cultura. Sin cultura no seríamos “humanos” en absoluto, en el sentido en que normalmente empleamos dicho término”.

Na visão de Dewey referenciado por Progrebinschi (op. cit.:136), a existência da comunidade é resultado de uma actividade conjunta cujas consequências são apreciadas como sendo boas por todas as pessoas singulares que tomam parte nela, e onde a realização do bem é tal que resulta em um desejo e esforço enérgicos para sustentá-lo justo por ele ser um bem compartilhado por todos. Acrescenta Progrebinschi (op.cit:136) citando Dewey que este conceito de comunidade envolve a ideia de uma vida comunal, comunitária, na qual os membros da comunidade compartilham uma ideia de bem e se esforçam para concretizá-la através de uma actividade conjunta e cooperativa. Adiciona que o engajamento em uma actividade associada ou conjunta, por sua vez, é uma condição para a própria criação de uma comunidade.

Nesta perspectiva, a autora sustenta citando Dewey que a comunidade não é qualquer tipo de associação de pessoas, qualquer agregado de acção colectiva, já que uma associação por si própria é algo meramente físico ou orgânico, um processo natural inevitável, a comunidade é sustentada por uma vida comunal moral, isto é, emocionalmente, intelectualmente e conscientemente sustentada. Nesta perspectiva, para que uma associação se torne comunidade é preciso que as consequências da acção colectiva sejam percebidas e se tornem objecto de desejo e de esforço, ou seja, sejam estimadas e buscadas por aqueles que as compartilham (PROGREBINSCHI 2005:137 citando DEWEY).

Partindo da visão de Dewey citado por Progrebinschi (2005), pode afirmar-se que não basta que hajam associações para se falar de comunidades, a noção de comunidade ultrapassa a simples associação, é necessário que os membros dessa associação compartilhem os seus objectivos e busquem conjuntamente alcançá-los.

Nesta perspectiva, se pensarmos as rádios comunitárias como sendo rádios DA, NA e PARA a comunidade é necessário que a sua gestão e a produção de programas sejam feitos de uma forma conjunta entre os membros da comunidade e, acima de tudo, deve espelhar o que a comunidade é e contribuir para o alcance dos objectivos comunitários. Por outro lado, ao pensar o município como uma entidade de gestão das comunidades municipais é necessário que a gestão não seja feita apenas pelos dirigentes municipais, mas que os munícipes tenham a possibilidade de participar directamente na

tomada de decisões sobre a vida municipal enquanto elementos chave para o desenvolvimento deste.

De acordo com Sandel (1982) citado por Progrebinschi (2005:147), existem três formas de conceituar Comunidade, quais sejam:

1. “Comunidade instrumental, aquela que se baseia nas suposições individualistas convencionais que tomam como dadas as motivações auto-interessadas dos agentes, diante disto, a comunidade é concebida em termos inteiramente instrumentais, evocando uma imagem de sociedade privada na qual os indivíduos encaram os arranjos sociais como um encargo necessário e cooperam apenas com o objectivo de atingir seus próprios fins.
2. Comunidade sentimental, aquela na qual os membros possuem alguns fins compartilhados e encaram o sistema de cooperação como algo intrinsecamente bom. Os interesses dos indivíduos membros desta comunidade não são completamente antagónicos e, em alguns casos, se complementam e se sobrepõem.
3. Comunidade constitutiva, aquela que os membros de uma sociedade estão ligados por um senso de comunidade, o que não é simplesmente dizer que um grande número deles professa sentimentos comunitários e buscam objectivos comunitários, mas que eles concebem sua identidade- o sujeito e não apenas o objecto de seus sentimentos e aspirações- como definida em alguma medida pela comunidade da qual eles são parte. Para eles comunidade descreve não apenas o que eles têm como concidadãos, mas também o que eles são, não um relacionamento que eles escolhem (como em uma associação voluntária) mas uma ligação que descobrem; não meramente um atributo, mas um componente constitutivo de sua identidade”, (SANDEL referenciado por PROGREGINSCHI 2005:148).

Nesta perspectiva Progrebinschi (2005:147) afirma que Sandel apelidou as duas primeiras concepções como sendo conceitos liberais de comunidade aos quais se opõe o terceiro conceito comunitarista a dominou como concepção constitutiva de comunidade.

As abordagens de Tönnies, Buber, Roddick, Progrebinschi, Sandel e de Bauman mostram claramente que a comunidade nasce do comum da necessidade dos Homens estarem juntos para a realização de tarefas e para a sua sobrevivência. Na Gestão Compartilhada tanto rádios comunitárias, como municípios e comunidades municipais

buscam o engajamento de todos para o alcance dos objetivos comuns, quais sejam o bem-estar social das comunidades e das organizações que junto delas operam.

Outra perspectiva da abordagem da comunidade tem a ver com a situação geográfica, nesta linha de pensamento Mercer (1986:229) advoga que a comunidade humana é um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma consciência de sua singularidade e identidade distinta como grupo. Na mesma perspectiva Henriques (2010:49), afirma que a comunidade quando vista com base no território, tem como premissas a proximidade entre as pessoas. Apesar de todas as suas diferenças, elas estabelecem vínculos próprios às relações de vizinhança definindo um tipo de convivência peculiar reconhecível. Nesse sentido geográfico, a comunidade é vista como forma de vida local, que dá sentido ao que há de comum numa sociabilidade no nível da localidade⁶⁰ - em contraposição ao global. Com frequência, essa concepção se associa ao lugar da moradia, onde as pessoas tendem a estabelecer suas relações mais estáveis e duradoras. Assim, o que tratamos aqui como comunidades pode ser circunscrito e caracterizado em termos da população que as compõem.

Para a constituição da comunidade de acordo com Dewey referenciado por Progrebinschi (2005:137-138) são necessários três requisitos, quais sejam:

1. “Participação; neste requisito de acordo com o autor os indivíduos ao fazerem parte de uma comunidade buscam a realização, essa realização vai ser encontrada na experiência compartilhada, na busca cooperada de soluções na contribuição ao bem comum. O que o individuo busca na comunidade é participar. Essa participação se configura como o ideal da comunidade não apenas porque as pessoas vão ser mais felizes por isso, mas porque elas podem

⁶⁰Para Escudero (1998:17-18), “*el termino comunidad se circunscribe a la localidad y viene a reforzar los lazos entre personas. Los intereses, las aficiones, los problemas..., se hacen más partícipes, y ello permite que surjan vínculos de solidaridad. La radio en sí es un vinculo, una causa común, un elemento más de identificación del individuo con su entorno, con sus semejantes. Es la misma relación que se establece entre miembros de un mismo gremio, agrupación, asociación o hermandad, por tanto, con iguales intereses. Estos ingredientes constituyen la base de la fórmula buscada por las emisoras que tratan de dirigirse a un segmento de la audiencia con gustos afines, a quienes tratan de identificar y aglutinar. Na mesma perspectiva acrescenta Escudero (1998:18) citando Lewis e Booth (1994) afirma que “la idea de asociar el termino comunidad a localidad es reciente, aunque se atribuye a las sociedades del pasado (generalmente rurales), en las que la lealtad, las creencias y el parentesco proporcionaban lazos duraderos para la ayuda solidaria”.*

por meio disso crescer através da interação e aprender a realizar uma tarefa de autogoverno cada vez melhor. A participação na comunidade, na vida comunal, é fundamental para a formação moral dos indivíduos e da própria comunidade. Nesta perspectiva a individualidade se forma através da colectividade e vice-versa, ou seja, a individualidade de cada membro da comunidade se forma através de sua participação na colectividade, enquanto o todo colectivo, a comunidade, apenas se constitui como tal por meio da participação individual compartilhada por cada um de seus membros.

2. Educação, todos os homens nascem como seres orgânicos associados uns aos outros, mas não nascem como membros de uma comunidade, por isso que é preciso aprender isso. Nesta perspectiva segundo os autores os homens precisam ser ensinados a viver em comunidade, e isto se torna possível apenas quando eles são criados no contexto de tradições, perspectivas e interesses que caracterizam uma comunidade. A instrução e o aprendizado devem ser possibilitados incessantemente por qualquer associação humana que se pretenda constituir como comunidade.

3. Comunicação é o meio pelo qual os membros da comunidade podem compartilhar um interesse comum nas consequências das actividades associativas; interesse este que é constitutivo do desejo, do esforço e da acção comum necessária para criar e manter a própria comunidade. A comunicação é necessária para que as pessoas se informem, percebam e conheçam as consequências da vida comunitária e compartilhem um interesse comum a respeito dela, em suma a comunicação é pré-requisito para a participação.” (DEWEY referenciado por PROGREGINSCHI 2005:137-138).

Dewey citado por Progrebinschi (op. cit.:140-141) afirma que entre as palavras comuns, comunidade e comunicação existe uma interdependência, isto porque os homens vivem em uma comunidade em virtude das coisas que têm em comum, e a comunicação é o modo pelo qual eles vêm a possuir coisas em comum. O que eles devem ter em comum a fim de formar uma comunidade ou sociedade são objectivos, crenças, aspirações, conhecimentos, enfim, um entendimento comum.

Partindo das abordagens de Tönnies, Buber, Mercer, Roddick, Bauman, Progrebinschi, e Henriques pode afirmar-se que a situação geográfica, o compartilhamento dos assuntos comuns e a espiritualidade tornam-se elementos

importantes para a constituição de uma comunidade e, neste sentido, só se pode falar de comunidade municipal enquanto aquela que faz parte de um determinado território e que seus membros compartilhem algo em comum. Estes traços levantados nas definições dos autores indicam que os constituintes de uma determinada comunidade têm uma identidade própria que os caracteriza e os tornam diferentes de outras comunidades. Os munícipes constituintes de uma comunidade autárquica buscam na identidade a forma de estarem juntos e juntos fazerem parte da vida tanto do município, como das rádios comunitárias, enquanto lugares da participação, da construção e manutenção da identidade.

Nesta perspectiva, Castells (1999:22-23) afirma que identidade é o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais⁶¹ inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. (...) As identidades constituem fontes de significado para os próprios autores, por eles originadas e construídas por meio da individuação. Acrescenta Castells (1999:23-24) que a construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória colectiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais, bem como em visões de tempo/espço. Castells(1999) levanta a hipótese de que em linhas gerais, quem constrói a identidade colectiva e para quê essa identidade seja construída, são em grande medida os determinantes do conteúdo simbólico dessas identidades, bem como de seu significado para aqueles que com ela se identificam ou dela se excluam. Uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder, propondo três formas e origens de construção de identidade:

⁶¹Giddens (1989:65) afirma que a *“cultura se refiere a los valores que comparten los miembros de un grupo dado, a las normas que acatan y a los bienes materiales que producen. Los valores son ideales abstractos, mientras que las principios definidos o reglas que las personas deben cumplir. Las normas representan el “hazlo” y el “no lo hagas” de la vida social”*. Acrescenta o autor que *“los valores y las normas de comportamiento varían enormemente de una cultura a otra, (...)*. Isto revela que o que é comumente aceite numa cultura pode não ser aceite noutra. Cada cultura é constituída por seus valores, normas, hábitos, costumes que a fazem única e diferente das demais. No processo de gestão de bens públicos comunitários é necessário ter em conta a diversidade cultural dos indivíduos que compõem a comunidade municipal. Isto revela que em uma comunidade municipal podemos encontrar as subculturas.

- “Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos actores sociais (...).
- Identidade de resistência: criada por actores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade ou mesmo opostos a estes últimos (...).
- Identidade de projecto: quando os actores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”, CASTELLS (1999: 23-24).

No processo de Gestão Compartilhada as parcerias entre rádios comunitárias e municípios se configuram como um lugar da construção da identidade das comunidades municipais através da divulgação, disseminação da cultura comunitária, dos direitos e deveres das comunidades autárquicas, sobretudo como um espaço de participação na construção dessa identidade, que não é pertença do município nem da rádio comunitária, mas sim de toda a comunidade autárquica⁶².

Kuper (2002:298-299) afirma que a identidade não é apenas um assunto pessoal. Ela precisa de ser vivida no mundo, num diálogo com outros. De acordo com Kuper(2002), os construcionistas afirmam que a identidade é formada no diálogo entre o eu e os outros. Mas não é dessa maneira que ela é vivenciada. Acrescenta o autor que, de um ponto de vista subjectivo, a identidade é descoberta dentro da própria pessoa, e implica identidade com outros. O eu interior descobre seu lugar no mundo ao participar da identidade de uma colectividade. (...) O verdadeiro eu (...) está unido à vida espiritual de uma comunidade. (...). Em termos mais prosaicos, a ideia é que a identidade é concretizada por meio da participação cultural. Finaliza afirmando que a identidade cultural anda de mãos dadas com a política cultural. Uma pessoa só pode ser livre na arena cultural apropriada, onde seus valores são respeitados.

⁶² Entenda-se por comunidade municipal aquela constituída pelos munícipes e organizações que operam junto dos municípios (definição do autor).

Na mesma perspectiva de Kuper(2002), Escosteguy (2010:146) afirma que o debate sobre as identidades oscila basicamente entre duas grandes matrizes: (1) o “essencialismo” e (2) a “construção social”. A primeira posição é caracterizada por compreender a existência de grupos e/ou comunidades através de uma categoria inerente e inata aos mesmos, e a segunda posição, por atribuir a sua presença como um produto social.

Para Silva (2000:97), a identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Segundo a autora, pode-se afirmar que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um acto performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estruturas discursivas e narrativas. A identidade está ligada a sistemas de representação.

Numa perspectiva localista, Camilo (2010:20-22) entende por identidade sociocultural local um conjunto de significações cognitivas, afectivas e avaliativas exclusivamente sobre as realidades locais, independentemente do seu tipo: económico, social, ético, estético, político, etc. Acrescenta o autor que é através destas significações, resultantes das relações que se estabelecem nos locais, com os locais e a partir deles, que as populações de um determinado concelho⁶³ adquirem uma subjectividade específica que lhes permite reivindicar uma determinada peculiaridade local (de qualquer tipo) em relação a outros concelhos e a outras comunidades.

Na visão de Castells(1999), Camilo(2010), Escosteguy (2010); Kuper(2002) e Silva (2000) a identidade apresenta-se como resultado da existência da comunidade, isto é, para os autores é a comunidade responsável pela construção, manutenção e divulgação da identidade seja ela nacional, regional e/ou comunitária.

Neste processo da construção da identidade comunitária as rádios comunitárias ocupam um papel importante enquanto elementos da visibilidade, da publicitação e propaganda dessa identidade para que seja por todos comungada e compartilhada. Os municípios por fazerem parte de uma determinada comunidade buscam identificar-se com essa comunidade, procurando para tal comungar com o que a comunidade é; nessa

⁶³Entenda-se Conselho na ortografia Moçambicana que significa circunscrição.

busca é a identidade construída em relacionamento entre a comunidade autárquica e o município que vai ser entendida como a identidade municipal.

Partindo das análises dos autores pode afirmar-se que uma comunidade só é quando imbuída de uma identidade. No processo de parcerias entre rádios comunitárias e municípios a identidade se configura como essa maneira de ser e de estar da comunidade enquanto elemento chave da existência tanto do município, como da rádio comunitária.

Desta forma, a identidade municipal faz alusão à construção identitária de cada munícipe em seu contexto geográfico (autárquica). Pode-se dizer que a identidade municipal está relacionada com a forma como os munícipes vêem o mundo exterior e como se posicionam em relação a ele, tendo como base o seu mundo interior (a cultura, os valores, os costumes municipais).

Neste sentido, a identidade municipal preenche os espaços de mediação entre o mundo interior das comunidades municipais e o seu mundo exterior. Na mediação entre o mundo interior (identitário das comunidades municipais) e o mundo exterior (que exprime valores e culturas extra municipal) as rádios comunitárias ocupam um papel importante enquanto elos entre a identidade municipal e as identidades externas. Será missão das rádios comunitárias em parcerias com os municípios a veiculação e manutenção da identidade municipal, numa sociedade cada vez mais globalizada.

4.10. A participação das comunidades na gestão de parcerias entre rádios comunitárias e municípios⁶⁴

A gestão compartilhada de municípios e de rádios comunitárias desafia as comunidades a novas configurações de administração, que não se baseiam mais na separação entre administrados e administradores. Nesta nova configuração é preciso que os municípios e as rádios comunitárias enquanto entes públicos procurem novas formas de engajar cada vez mais as comunidades municipais na sua gestão e sobre tudo na

⁶⁴A participação política difere da social, a política configura-se de acordo com Souza (1978:15) como a participação do povo no governo (governo do povo, pelo povo), se processa com o exercício dos direitos políticos reconhecidos pelo Estado aos membros da comunidade política. Tais direitos são os de participar do fundamento jurídico do poder, de expressar a opinião político-partidária, de votar e ser votado, de pertencer a partidos, de “fazer” política.

tomada de decisões compartilhadas sobre os bens públicos. Como afirma Seller (2009: 108),

“la nueva gestión pública integra nuevas formas de gestión basadas en la participación (modelo participativo o ciudadano). El objetivo consiste en llevar la iniciativa a un paso anterior, es decir, solicitar la colaboración de los funcionarios de la administración pública e de los ciudadanos en la elaboración de las normas, e decir en le proceso de definición de objetivos estratégicos y en los términos de los contratos de prestaciones o indicadores de resultados. Esta evolución supone un carácter reflexivo del proceso normativo, un nueva forma de gestionar los incertidumbres. Esta nueva tendencia se contrata en la proliferación de intercambios de información, grupos de trabajo y debate, intercambios de buenos practicas, practicas deliberativas.” (SELLER 2009:108).

A participação configura-se como um processo importante na gestão das rádios comunitárias e dos municípios, pois possibilita que assuntos que transpõem a capacidade de decisão individual possam ser decididos em fóruns coletivos e inclusivos.

Para Bordenave (1985:16), a participação é o caminho natural para o ser humano exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo, isto é, a participação é inerente ao homem, tendo acompanhando sua evolução ao longo dos tempos desde tribos primitivas até associações, empresas, partidos políticos e demais instituições em que se faz necessária. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a autoexpressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros. Acrescenta que a não participação representa uma mutilação do homem social, pois suas potencialidades somente desenvolver-se-ão plenamente em uma sociedade que permite a participação. Afirma ainda que a participação não é somente um instrumento para a solução de problemas, mas, sobretudo, uma necessidade fundamental do ser humano (...). (BORDENAVE 1985:16).

Percebe-se na abordagem de Bordenave (1985) que a participação é inerente ao homem, ou seja, o homem faz-se pela participação nos assuntos que lhe dizem respeito

para a sua própria afirmação e sobrevivência em comunidade. Pensando nas parcerias entre rádios comunitárias e municípios pode dizer-se que a existência destas duas entidades está condicionada a participação da comunidade autárquica na sua gestão.

No processo de parcerias entre rádios comunitárias e municípios a participação das comunidades se configura como um factor importante para uma gestão compartilhada. Nesta perspectiva, Gadotti (1995) afirma que a participação configura-se como um instrumento importante para a manutenção das organizações, sem a qual nem as organizações, nem as comunidades alcançariam os seus objetivos, ou seja, todas as intenções fracassariam. Acrescenta que no processo de participação, o objetivo da interação entre os participantes de um grupo de trabalho não é só estar juntos, trocar ideias ou dividir tarefas do dia-a-dia, mas também, enfrentar dificuldades e superar divergências, com o fim último de fortalecer a gestão.

Na ótica de Gadotti(1995), a participação é vista como um elemento fundamental para a manutenção tanto das rádios comunitárias, quanto dos municípios, de onde imanam várias interações, com o fim último de fortalecer as organizações.

Gohn (2005:30) define a participação como um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo ou movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo uma consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou acção coletiva, e gerando novos valores e uma cultura política nova. Acrescenta que a participação pode, portanto, ocorrer desde uma reivindicação dos actores sociais marginalizados como resultado de um processo estimulado e institucionalizado em função da descentralização de políticas públicas sectoriais, permitindo aos actores diferentes níveis de envolvimento com a gestão pública (GOHN 2005:30).

Para o sucesso das parcerias entre rádios comunitárias e municípios com vista a gestão compartilhada é necessário que as comunidades municipais tenham um papel importante enquanto agentes beneficiários dos serviços tanto da rádio comunitária, como do município. Cabe ao município abrir espaços de participação inclusiva, capazes de convocar as comunidades a fazerem parte na tomada de decisões sobre a gestão local. Nesta perspectiva, Seller (2009: 114) citando Yañez (2002: 61) define a participação dos cidadãos na definição de políticas públicas municipais como;

“participación ciudadana puede definirse como el conjunto de iniciativas, procedimientos e instituciones creados por los gobiernos municipales para fomentar la participación de la ciudadanía y su inclusión en los procesos de toma de decisiones que les afectan. Se trata, pues, de la oferta del bien publico participación política a través de la generación de nuevos y diversas oportunidades de participación de carácter no electoral.” (SELLER 2009: 114 citando YAÑEZ 2002: 61).

Partindo da perspectiva de Gohn (2005) e de Seller (2009) pode afirmar-se que a participação nas parcerias entre rádios comunitárias e municípios configura-se como esse momento da formação de políticas públicas municipais incluindo a participação tanto das entidades oferecedoras dos serviços municipais, como das comunidades autárquicas, por outro lado, como o lugar da construção da identidade cultural das comunidades autárquicas.

Segundo Gohn (2001), existem quatro correntes teóricas que abordam a questão da participação, quais sejam: (1) a liberal, em que a participação, na concepção da liberdade individual, permite o controlo do poder do Estado e a reforma da estrutura da democracia representativa no marco das relações capitalistas; (2) a autoritária, em que está em jogo a integração e o controlo da sociedade e da política em regimes autoritários de direita ou de esquerda; (3) a democrática que pressupõe a soberania popular e a participação ocorre tanto espontaneamente na sociedade civil como nas instituições formais políticas; e (4) a revolucionária como forma de luta contra as relações de dominação e pela divisão do poder político.

As parcerias entre rádios comunitárias e municípios se dão em contextos democráticos onde se espera que as rádios comunitárias funcionem como lugar da visibilidade dos assuntos comunitários, bem como dos assuntos municipais. Partindo das correntes teóricas que abordam a questão da participação, pode aferir-se que nas parcerias entre rádios comunitárias e municípios espera-se que esse lugar seja da construção da cidadania autárquica onde nem rádio nem município impõem seu poder ao outro, mas abrem espaço para a participação activa das comunidades na tomada de decisões sobre os assuntos municipais.

Para Touraine (1996:205), a participação se configura como um elemento indissociável da democracia, na medida em que esta requer a igualdade de condições entre os actores sociais em um processo amplo e plural de participação no campo das decisões. O autor advoga que, no pensamento democrático, o Estado reconhece as desigualdades sociais de que é responsável e busca compensá-las permitindo que a sociedade, sobretudo os grupos menos favorecidos, limitem o seu poder e controlem as decisões que afectam a vida privada e colectiva. Para este, os indivíduos e colectividades têm o direito de se constituírem como sujeitos da própria história, criando e transformando as instituições sociais e participando directa ou indirectamente da gestão da sociedade, numa alusão objectiva à liberdade.

Acrescenta Touraine (op. Cit.:206) que a passagem do indivíduo consumidor para o indivíduo sujeito não se opera pela simples reflexão ou difusão de ideias, mas apenas pela democracia, pelo debate institucional aberto e pelo espaço dado à palavra, em particular, à palavra dos grupos mais desfavorecidos, porque os detentores do poder e do dinheiro exprimem-se mais eficazmente através dos mecanismos económicos, administrativos ou mediáticos que estão sob seu controlo do que sob a forma do discurso ou protesto.

Partindo desta visão de Touraine(1996) e olhando para a questão das parcerias entre rádios comunitárias e municípios pode aferir-se que o governo e as organizações não-governamentais, ao criarem rádios comunitárias e entrega-las as comunidades, procuram dar voz a estas, e abrir espaço para um debate democrático sobre assuntos municipais e comunitários. Esta visão de Touraine(1996) mostra que as parcerias entre rádios comunitárias e municípios podem abrir espaço para a criação de sujeitos autárquicos que não são apenas residentes do município mas, acima de tudo, agentes da gestão municipal.

Bordenave (1985:17) retoma as ideias apresentados por Gadotti (1995); Touraine (1996); Gohn (2005, 2001) e Seller (2009) para conceituar a participação como um processo colectivo e transformador, às vezes contestatório, no qual os sectores marginalizados se incorporam na vida social por direito próprio e não como convidados de pedra, conquistando uma presença activa e decisória nos processos de criação cultural. Acrescenta que, no âmbito social, a participação é o acto ou efeito dos indivíduos tomarem parte das realizações colectivas e dos processos de produção social (BORDENAVE 1985:17).

Uma abordagem diferente é apresentada por Faria (2009:79) que olha a participação a partir da proximidade do poder, ressalta que a participação precisa ser vista “em termos de questões técnicas, organizacionais, económicas, jurídico-político e ideológico”. Acrescenta que existem três níveis totalmente interdependentes de controlo: (1) o económico, que diz respeito às relações de produção, especialmente às relações e aos processos de trabalho no que se refere à propriedade e à posse; (2) o político-ideológico, que diz respeito à superestrutura construída a partir das relações de produção, sua institucionalização, inclusive no âmbito do Estado, seus aparelhos e todo o aparato normativo; e (3) o psicossocial, que diz respeito às relações entre os sujeitos, sejam estes individuais ou coletivos, inseridos nos processos produtivos e políticos (FARIA 2009: 80).

Enquanto isso, Hermel (1990) afirma que a participação assume 3 formas diferentes, quais sejam: (1) a participação nos meios; (2) a participação nos processos, e (3) a participação nos resultados. Para chegar a esses tipos de classificação propõe quatro factores a serem analisados com relação à participação: sua natureza (financeira, ativa, passiva); seu nível (forte ou fraca); os actores (conjunto de pessoas, corpo diretivo, funcionários), e; a mediação (participação directa⁶⁵, participação indirecta⁶⁶, por meio de sindicatos, representantes, ou outras).

Nas abordagens dos autores Bordenave (1985); Gadotti (1995), Gohn (2005, 2001) e Touraine (1996) a participação aparece ligada a ideia de democracia, igualdade entre actores, sujeitos activos que procuram um equilíbrio na tomada de decisões, porém Faria (2009) e Hermel (1990) trazem uma abordagem contrária, para estes a participação aparece condicionada pela proximidade ao poder, quanto mais próximo ao poder melhor chance tem de participar na tomada de decisões. Embora estejamos em contextos democráticos, a visão de Faria (2009) pode ter reflexos nas parcerias entre rádios comunitárias e municípios com vista a gestão compartilhada, uma vez que a questão de

⁶⁵ Mendonça (1987) define participação directa como aquela “dirigida à pessoa individualmente considerada”.

⁶⁶ Mendonça (1987) define a participação indirecta como sendo aquela “destinada aos trabalhadores colectivamente considerados”. A participação indirecta pode ser classificada em quatro espécies: negociação colectiva, comitê de empresa, cogestão e autogestão. A participação indirecta é mais sociológica, política e colectiva.

propriedade e gestão podem condicionar os programas das rádios e as questões políticas partidárias também podem interferir na promoção da gestão compartilhada dos municípios e das rádios comunitárias e excluir as comunidades.

O desenvolvimento dos municípios está intimamente ligado a participação das comunidades na sua gestão, isto porque o munícipe se sente realizado ao saber que fez ou fez parte na tomada de decisões e na criação de políticas públicas que ditam o funcionamento do município. Por outro lado, uma rádio verdadeiramente comunitária é aquela que abre espaço a participação das comunidades através de programas direccionados ao relacionamento entre estas e os gestores dos bens públicos, dos municípios neste caso.

A participação na gestão dos municípios configura-se como esse momento em que os munícipes tomam parte na discussão e decisão sobre temas pontuais e de interesse social. É nesse encontro município/munícipe que se constrói o bem público que pertence a todos e tem relação directa com a qualidade de vida de todos os envolvidos no processo. Como advoga Bordingnon & Gracindo (2004), a participação e o compromisso não se referem apenas à comunidade interna, mas devem buscar alianças com a comunidade externa, a quem a empresa serve e pertence efetivamente promovendo a cooperação interinstitucional.

Partindo da visão de Bordenave (1985); Hermel (1990); Gadotti (1995); Touraine (1996); Gracindo (2004); Gohn (2005) e Sellar (2009) pode-se afirmar, primeiro, que a participação é o encontro entre aqueles que dirigem e os dirigidos; segundo, que a participação deve sempre envolver as pessoas e as organizações interessadas sobre um determinado tema. Neste processo, as rádios comunitárias tomam um papel importante ao dar voz às comunidades para poderem participar, seja através de programas de audiências, seja através de programas produzidos pelas comunidades para a produção de políticas públicas autárquicas. Com a participação, as comunidades procuram fazer parte na gestão municipal e das rádios comunitárias, não apenas como meros integrantes dessas organizações, mas sim como parte interessada com o objectivo de satisfazer as suas necessidades.

Esta nova abordagem das comunidades faz com que tanto municípios, como rádios comunitárias adotem novas formas de interacção. É preciso ressaltar que as

questões referentes as relações de poder apontadas tanto por Faria, como por Hermel podem afectar as parcerias entre rádios comunitárias e municípios uma vez que quem detém o poder, seja ele político ou económico, tende a decidir sobre as formas de participação na gestão dos bens públicos.

De acordo Webler, Kastenholtz & Renn (1995), a participação pública na tomada de decisões sobre a gestão de bens públicos trouxe três principais vantagens, a destacar:

1. “A competência da decisão final é considerada mais abrangente quando o conhecimento local é incluído e quando o conhecimento de especialistas é incorporado à tomada de decisão;
2. A legitimidade do resultado final é mais representativa quando há o respaldo de todas as partes envolvidas na tomada de decisão, tornando o processo mais justo;
3. Em termos políticos, a participação pública é tida como uma conduta apropriada do governo democrático em questões que suscitam impactos públicos.” (WEBLER, KASTENHOLTZ & RENN, 1995).

Quando se opta por uma gestão compartilhada de bens públicos, neste caso de municípios e de rádios comunitárias, é necessário que esteja claro que o envolvimento de todos é fundamental para o sucesso dessa gestão. Uma gestão quer autárquica, quer das rádios comunitárias que promova a participação das comunidades assenta em algumas metodologias que orientarão essa parceria. De acordo com Seller (2009: 166) o processo de participação na gestão local segue a seguinte metodologia:

1. *“propuesta, compromiso y clarificación de los promotores;*
2. *negociación de la propuesta entre /con los actores implicados y su revisión en su caso;*
3. *elaboración de un diagnóstico compartida;*
4. *generación de momentos expansivos- de audición- y de síntesis- de consensos- y*
5. *devolución de resultados.”* (SELLER 2009: 166).

Partindo desta visão, pode depreender-se que a participação na gestão das parcerias entre rádios comunitárias e municípios com vista a gestão compartilhada supõe que tanto municípios, como rádios comunitárias, enquanto agentes promotores, devem criar o

espírito de compromisso das comunidades e a clarificação dos seus objectivos no que tange a gestão dos bens públicos. Seguindo esta metodologia, percebe-se que no âmbito autárquico a gestão deve ser negociada e não imposta às partes, isto é, a produção de políticas públicas locais deve passar por uma negociação envolvendo os dirigentes autárquicos e as comunidades, onde a rádio comunitária deve assumir o papel de dar visibilidades aos assuntos da agenda tanto do município, como das comunidades, por outro lado, o diagnóstico dos problemas autárquicos deve ser feito de uma forma compartilhada e, neste caso, de uma forma tripartida com a participação do município, das comunidades e da rádio comunitária, enquanto parte da parceria para a gestão compartilhada.

Ouvir as partes e discutir com elas os assuntos municipais é outro ponto levantado por Seller na sua metodologia de participação, neste caso a proposta é a de que não se pode definir políticas públicas unilaterais, deve-se sim produzir políticas públicas municipais inclusivas que sejam resultado de um debate comum entre as partes e que se alcance consensos para a sua aplicação, só assim não enfrentará resistência por parte das comunidades autárquicas, por fim é preciso que as comunidades sejam informadas dos resultados produzidos na definição das políticas públicas, ao devolver às comunidades os resultados obtidos isso criará um engajamento das partes e a aceitação ou não da política produzida.

Nesta ordem de ideias, é necessário que os governos autárquicos apoiem-se nas comunidades para tomarem decisões inclusivas, isto é, que as decisões tomadas ao nível dos governos autárquicos contem com a participação das comunidades e espelhem a visão não só do município, mas de todos os entes autárquicos, governantes e governados, só assim haverá comprometimento das comunidades no apoio ao alcance dos objectivos autárquicos, aliás não basta só dirigir é necessário incluir o dirigido na definição de políticas que o afectam, como advoga Seller (2009: 114),

“la principal función del gobierno local es facilitar que la comunidad alcance sus objetivos, creando un contexto en el que muchos quieren y puedan participar. El papel de los responsables municipales es guiar la discusión, desarrollar visiones compartidas y asegurar que se encuentren y se combinen los recursos apropiados para alcanzar los objetivos comunes. Este nuevo paradigma de servicio público basado más en servir que dirigir, requiere de

estructuras políticas que permitan conciliar capacidad de gobierno y oportunidades para que los ciudadanos puedan articular su visión de futuro y encontrar las mejores alternativas desde la participación y el compromiso colectivo.” (SELLER 2009: 114).

No processo de gestão compartilhada, o público nos remete aos municípios, às comunidades e às rádios comunitárias em um mesmo movimento, simultaneamente complementar e contraditório na formulação e execução de políticas públicas autárquicas.

Em contexto democrático, como é o caso de Moçambique, os municípios não podem olhar para as comunidades apenas como seus clientes, mas sim como aquelas que também podem definir a sua funcionalidade, daí que hoje, não devem só buscar a interação objectiva e educativa, mas acima de tudo uma constante mobilização à participação destas na gestão municipal. Pode afirmar-se que em processos democráticos as rádios comunitárias, para além de educar para os bens públicos, também devem abrir espaço à participação das comunidades na gestão desses bens.

Para Bordenave (1985, p.23), a participação num determinado evento envolve duas bases que se complementam, a saber: a afectiva, segundo a qual, nós participamos porque sentimos prazer em fazer coisas com os outros; e a instrumental, segundo a qual, participamos porque fazer coisas com os outros é mais eficaz e eficiente que fazê-las sozinho.

No contexto da democracia participativa é preciso envolver os cidadãos na formulação das políticas públicas sobre a gestão municipal, procurando promover uma descentralização e democratização de decisões referentes a vida municipal e promover sobretudo uma gestão horizontalizada⁶⁷.

⁶⁷Henriques (2010) afirma que, o modelo de democracia participativa que possibilita aos cidadãos a oportunidade de participar da gestão pública e da formulação de suas políticas desafia o *modus operandi* tradicional dos órgãos governamentais, como consequência da redefinição de cidadania e do reconhecimento dos sujeitos como portadores do direito de participar mais directa e efetivamente na gestão da sociedade. Por outro lado Seller (2009: 166) afirma que: *“en este sentido, es necesario articular dos estrategias orientados a garantir una participación eficaz. Por una parte, impulsando la creación de mecanismos de participación local más inclusivos, democráticos, horizontales y socializantes y, por otra, activando y representando los intereses de grupos minoritarios no representados y afectados hasta que estos dispongan de la presencia política necesaria para la inclusión de su voz en la vida política local”*.

Quando as políticas públicas são definidas conjuntamente abrem espaço para o engajamento das partes interessadas, em especial das comunidades autárquicas, no processo de gestão compartilhada.

Para Henriques (2010), as instâncias participativas instituídas no âmbito do poder público possuem caráter mobilizador, na medida em que necessitam fomentar a participação cívica e manter um ambiente favorável à cooperação dos cidadãos com o poder público em torno de propósitos comuns que sejam definidos como políticas públicas. Assim, manter um processo de planeamento, um orçamento participativo ou uma interlocução em instâncias como conselhos de políticas públicas requer estabelecer um processo de mobilização aberto e democrático. Acrescenta o autor que cada área específica de governo necessita agora promover uma interlocução com a sociedade civil, que se dá em fóruns, de modo organizado, e que deve ser transparente e aberto ao conjunto dos cidadãos. Como resultado dessas novas relações, é necessário que ocorram também mudanças nas formas de comunicação das organizações públicas com os cidadãos, e acrescenta que,

“o estabelecimento pelo Estado de uma comunicação pública abrangente deve encarar os públicos sob uma nova ótica, que sustente o objectivo de gerar ambientes de debate, deliberação e cooperação, respeitando a pluralidade social. Os esforços de comunicação, além de dar visibilidade às causas de interesse público, devem fomentar continuamente a constituição de públicos críticos, capazes de intervir nas discussões dos assuntos publicamente relevantes. Isso é muito mais do que apenas fornecer informações à sociedade e prestar contas sobre o seu serviço. As políticas e as estratégias de comunicação devem ser capazes de estimular a participação e a cooperação dos cidadãos, estabelecer e orientar a interlocução e fomentar o próprio debate cívico” (HENRIQUES 2010).

Percebe-se que, na perspectiva de Henriques (2010), a participação deve ser acompanhada de estratégias de comunicação e mobilização capazes de convocar tanto comunidades municipais, como municípios para o debate sobre a gestão do município enquanto um bem público. E, nesta perspectiva, a rádio comunitária continua sendo um instrumento importantíssimo, tanto para as comunidades quanto para os municípios no que

tange a gestão compartilhada porque se configura como elemento da visibilidade dos interesses autárquicos e das comunidades.

Ao abordar a gestão compartilhada de bens públicos, Santos (2008:27) advoga que é necessário perceber que a gestão⁶⁸ é o processo de coordenação e integração de recursos, tendente a consecução dos objectivos estabelecidos, através do desempenho das actividades de planeamento, organização, direcção e controlo. Assim, a gestão pode ser entendida como o processo de integração de actividades, através do planeamento, organização, direcção e controlo tendente a assegurar a consecução dos objectivos definidos, através das pessoas, de forma eficaz e eficiente.

Nesta última definição, o autor ressalta dois elementos importantes a ter em conta na gestão: (1) a eficácia e (2) a eficiência, ou seja, é necessário a organização avaliar em que medida esta conseguindo ou não atingir os objectivos pré-estabelecidos, isto é, a *eficácia* na gestão de bens públicos, por outro lado, que recursos (escassos) tiveram que se sacrificar para atingir os seus objectivos, isto é, a *eficiência* na gestão de bens públicos (SANTOS 2008:27). Acrescenta o autor que, olhando para esta disposição dos factores, pode se definir a eficiência como a relação entre os *inputs* e os *outputs*, isto é, como a relação entre o que foi produzido e os recursos que foram consumidos na produção. O papel do gestor, neste domínio, consiste essencialmente na redução de custos por unidade produzida, ou o que é o mesmo, na maximização da eficiência da organização, enquanto a eficiência seria definida como o grau de cumprimento dos objectivos fixados. A este propósito, o objectivo do gestor será, de uma forma geral, o de procurar maximizar a eficácia da organização (SANTOS 2008:28).

Para Faria (1987:80), a gestão participativa é uma forma de gestão que se encontra no primado da gestão capitalista e é uma ofensiva integradora do capital, sendo que não ultrapassa o nível de uma estratégia ou tecnologia de gestão a serviço da acumulação capitalista. Nestes moldes, a gestão participativa surge no seio da administração e do

⁶⁸De acordo com Hermel (1990:75) a palavra gestão vem do inglês *management* pode ser definido como “o conjunto de ações, métodos e processos de direcção, organização, assimilação de recursos, controle, planeamento, ativação e animação de uma empresa ou unidade de trabalho”. Acrescenta o autor que este processo não está ligado somente à direcção de uma empresa, mas a todos aqueles que participam do processo de produção da empresa. Entretanto, o grau de implicação e a natureza da participação podem variar de caso para caso.

management como uma forma de colocar o colaborador para participar da gestão, das decisões, ou seja, fazer com que se sinta implicado no processo de trabalho e tenha possibilidade de agir sobre esse processo. No entanto, a gestão participativa, na realidade, é uma das formas mascaradas de obter o comprometimento do trabalhador, fazendo com que este se sinta efetivamente fazendo parte do processo, mas que no entanto não tem nenhum poder sobre este, ou não está no nível de controlo e estabelecimento de objectivos do processo de trabalho.

A gestão participativa, segundo Hermel (1990), caracteriza-se pela criação de actores e disseminadores; repartição das funções de gerenciamento entre direcção/gerentes e subordinados; inserção de uma gestão global e finalizada; articulação entre indivíduos e grupos; busca de sinergia, e; a complementaridade entre o funcionamento quotidiano e as perspectivas. Acrescenta o autor que as organizações e empresas recorrem a gestão participativa porque: (1) buscam resultados; (2) as considerações humanistas; (3) a preocupação pela vida interior das empresas; (4) as necessidades da direcção; e (5) as necessidades de mudança.

Partindo da perspectiva de Santos (2008) e Hermel (1990), pode-se aferir que a gestão participativa será aquela em que gestores municipais, trabalhadores e comunidades buscam uma forma eficaz e eficiente de gerir os bens públicos (bens autárquicos) de modo a satisfazer tanto os objetivos autárquicos, quanto os das comunidades municipais. A participação esperada na gestão de bens públicos é tanto ao nível político, quanto da ação prática quotidiana, onde os cidadãos são chamados a se envolverem efetivamente com os problemas relativos ao município. Nesta visão, as rádios comunitárias assumem-se como elementos importantes na transmissão dos assuntos municipais e dos assuntos comunitários. Contrariamente a visão de Santos (2008) e Hermel (1990), Faria (1987) apresenta uma noção de gestão participativa em que as relações de poder têm um papel decisivo na definição de políticas sejam públicas ou privadas. Para este autor, há aqui uma falsa participação das comunidades na definição de políticas públicas, pois para ele quem define o que são políticas aceites ou não é aquele que detém o poder.

Contrariamente a visão de Faria(1987), nesta pesquisa pensa-se as parcerias entre rádios comunitárias e municípios pelo viés da gestão participativa que se resume na corresponsabilidade e partilha de direitos e deveres entre municípios, rádios

comunitárias e as comunidades com o fim último de promover uma cooperação activa na gestão municipal.

4.10.1. **Graus de participação na relação entre municípios e comunidades**

No processo de gestão de bens públicos, municípios, comunidades e rádios comunitárias ocupam papéis diferentes. Partindo desta constatação, os municípios, as comunidades e as rádios comunitárias participam em graus diferentes na gestão desses bens, pois há diferenças no que tange a posse da informação e no seu controlo.

Arraes (2000) baseado em Pretty (1995) e Bordenave (1994) demonstrou a relação entre dirigentes e comunidades no que tange ao controlo das informações. Para este, existem sete graus de participação envolvendo organizações e comunidades, a saber: (1) Participação manipulada, que é simplesmente aparente, com representantes da comunidade integrando conselhos oficiais, para os quais não foram eleitos e nem têm poder; (2) Participação passiva (informativa), nesta as decisões a serem tomadas cabe a profissionais externos ao projeto, que apenas informam às pessoas o que vai acontecer. Assim as pessoas participam tomando conhecimento sobre o que já foi decidido. Essa envolve comunicados unilaterais feitos pelos gestores do projeto sem qualquer atenção às respostas das pessoas; (3) Participação por consulta (consulta), aqui os agentes externos ao projeto se encarregam de ouvir as pessoas e, a partir do que foi levantado, definem problemas e soluções. Dessa forma, as pessoas participam respondendo a questionários. O processo de consulta não garante qualquer influência na tomada de decisão, sendo que os profissionais externos não são obrigados a considerar o ponto de vista das pessoas; (4) Participação por meio de incentivos materiais, aqui as pessoas participam contribuindo com recursos, por exemplo, o trabalho em troca de alimento, dinheiro ou outro incentivo material. É muito comum considerar esse modo de participação como a noção geral do processo de participação, contudo as pessoas não têm o interesse em preservar as práticas e as tecnologias sugeridas quando os incentivos terminam; (5) Participação funcional, a participação é vista pelos agentes externos como um meio para alcançar as metas do projeto, principalmente reduzir custos. As pessoas participam formando grupos para atender aos objetivos pré-determinados pelo projeto. Tal envolvimento pode ser interativo e compreender decisões compartilhadas, mas tende a ocorrer quando

determinadas decisões já foram tomadas; (6) Participação interativa (cogestão), Há participação em análises conjuntas no desenvolvimento de planos de ação e formação ou fortalecimento de instituições locais. A participação é vista como um direito, não apenas como um meio de alcançar metas do projeto. Quando os grupos locais obtêm o controlo sobre as decisões locais e determinam como são utilizados os recursos disponíveis, esses passam a ter maior interesse em manter as estruturas e práticas sugeridas e adotadas e; (7) Auto-mobilização (autogestão), a participação das pessoas se dá de forma espontânea independentemente das instituições externas. Nesse caso, as pessoas desenvolvem contatos com instituições externas para obtenção de recursos ou assessorias técnicas, das quais necessitem. Tal iniciativa pode ou não interferir e modificar a estrutura de distribuição equitativa dos recursos e do poder existente.

Partindo desta abordagem, pode-se dizer que no processo de parcerias entre rádios comunitárias e municípios com vista a gestão compartilhada não deve haver uma participação manipulada nem passiva por parte das comunidades autárquicas, porque ao aceitar estas formas de comunicação as comunidades perderiam o seu direito sobre a gestão dos bens públicos.

O processo de gestão deve ser concebido de uma forma tripartida, isto é, a participação deve ser interactiva, onde cada agente conhece os seus direitos e deveres. Ao participar na gestão tanto do município, como das rádios comunitárias, as comunidades buscam garantir o seu papel de coprodutores e participantes na gestão de bens públicos.

As comunidades municipais devem ter o domínio das políticas públicas, isto significa que devem participar em todos os estágios da gestão dos bens públicos, não como meros receptores, mas sim como agentes activos no processo. Nesta perspectiva, a gestão compartilhada só terá sentido onde cada interveniente conhece o seu papel no processo.

4.11. Comunicação e mobilização social para a gestão de parcerias entre rádios comunitárias e municípios

No processo de parcerias entre rádios comunitárias e municípios é necessário que se tracem políticas de comunicação para a mobilização, que convocam as partes a engajarem-se na gestão de bens públicos municipais. Neste processo, tanto os municípios como as

rádios comunitárias, sendo gestoras de bens públicos, são constantemente obrigadas a recorrer a uma comunicação pública que seja capaz de fazer uma mobilização mútua para o engajamento das comunidades na gestão municipal.

Estes dois segmentos (municípios e rádios comunitárias) recorrem à comunicação e mobilização para a coletivização dos assuntos de interesse público. Portanto, o processo de mobilização deve estar presente na interacção entre os municípios e as comunidades que atendem de modo a que assuntos de interesse comum sejam partilhados por todos, da forma mais abrangente possível, e a rádio comunitária deve ser esse meio de visibilização dos assuntos municipais e das comunidades.

A criação de interesse público é um dos objectivos de todo o processo de mobilização social, engajando os públicos na busca de soluções sobre os problemas que lhes afligem. Toro & Werneck (2004:5) advogam que mobilizar significa convocar vontades para actuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido compartilhado. Acrescentam que a mobilização ocorre quando um grupo de pessoas, uma comunidade ou uma sociedade decide e age com um objectivo comum, buscando, quotidianamente, resultados decididos e desejados.

Para Henriques *et al.* (2004), a mobilização social é “reunião de sujeitos que definem objectivos e compartilham sentimentos, conhecimentos e responsabilidades para a transformação de uma dada realidade, movidos por um acordo em relação a determinada causa de interesse público”. Nesta definição indicam principalmente a ligação entre os processos de mobilização e de formação do interesse público. Advogam que a primeira parte dessa definição traça o carácter *coletivo* da mobilização – ou seja, da condição de formação de um grupo mobilizado –, a segunda parte remete-nos ao seu carácter *público*.

Como afirma Henriques (2010) ao definir a mobilização social nestes termos é preciso prestar atenção não apenas nos objectivos que são traçados em comum, mas também à geração de uma responsabilidade compartilhada entre as pessoas, quanto ao problema que desejam resolver. Acrescenta que esse problema deve ser de interesse público, ou seja, deve ser posicionado não como sendo do âmbito privado daquele conjunto de pessoas, mas no âmbito coletivo. E a responsabilidade compartilhada, ou seja, a corresponsabilidade, em relação aos temas públicos só pode ser alcançada por uma série

de transações entre esses sujeitos, capazes de produzir certos acordos e construir vínculos grupais.

Em contextos democráticos onde reina a gestão compartilhada dos municípios, as rádios comunitárias funcionam como mobilizadoras em busca de uma gestão inclusiva, onde tanto município, como comunidades têm direito a palavra, enquanto partes interessadas nos assuntos municipais.

A criação de municípios e comunidades cidadãs tem sido a temática nas sociedades democráticas e as rádios comunitárias têm servido de elo entre essas duas entidades, abrindo espaço para que tanto municípios, como a comunidade tenham direito a palavra e a visibilidade dos assuntos que têm a ver com o município.

A comunicação configura-se, assim, como um processo importante para a visibilidade dos assuntos de interesse público e a afetação das partes envolvidas. Para Henriques (2012), a visibilidade e a constituição de públicos são factores essenciais para explicar as condições sob as quais se forma o carácter público dos processos mobilizadores. Deve ser entendida como um recurso essencial para que os sujeitos possam se engajar em discussões públicas, propor questões e posicionar seus interesses quanto aos temas debatidos, a necessidade de propagar suas ideias, de divulgar sua causa, de preparar seus argumentos para inserir-se nos debates correntes ou mesmo para iniciar discussões ausentes da esfera pública induz a que estes grupos busquem estrategicamente alguma forma de visibilidade. Portanto, observa Henriques (2012) que,

“a situação de visibilidade não pode ser tomada *per se*, pois sempre se dirige a alguém. Ela se dirige tanto ao próprio grupo mobilizado quanto a outros grupos, o que equivale dizer que se dirige a públicos. Esse facto a torna condicionada, portanto, pelos aspectos que definem esses agrupamentos como públicos e, de início, pelo que se presume sejam seus interesses comuns. Partindo deste princípio não se pode olhar para a visibilidade como um factor único no processo de mobilização é preciso olhar para a *formação de públicos*, é necessário que uma questão, inicialmente percebida em âmbitos privados, ganhe ampla visibilidade para os públicos e, com isso, possa ser discutida como algo que (mesmo que de modo presumido) leva em conta o interesse de todos.” (HENRIQUES 2012).

Nesta perspectiva, a mobilização social corresponde, assim, a uma movimentação estratégica das comunidades municipais com o intuito de não apenas se posicionarem como munícipes, mas também de conquistarem engajamento de outras pessoas, fazer alianças com outras pessoas e tentar obter maior potência.

Numa sociedade democrática onde as rádios comunitárias e as municípios buscam uma interação constante com vista a uma convivência pacífica, cada segmento tem um papel a cumprir na gestão compartilhada, qual seja mobilizar as comunidades a participarem na definição das políticas públicas autárquicas.

A comunicação, neste processo, assume-se como fulcral para o alcance tanto dos objetivos autárquicos, como dos das comunidades, como advoga Toro & Werneck (1996:5), toda a mobilização social é um acto de comunicação, pois envolve o compartilhamento de discursos, visões e informações. Por isso, os processos de mobilização podem ser compreendidos como processos comunicativos.

Henriques (2010) afirma que cada área específica de governo necessita agora promover uma interlocução com a sociedade civil, que se dá em fóruns, de modo organizado, e que deve ser transparente e aberta ao conjunto dos cidadãos. Como resultado dessas novas relações, é necessário que ocorram também mudanças nas formas de comunicação desses órgãos do poder público com os cidadãos. Acrescenta que é preciso que se operem mudanças no plano das formas de comunicação que primeiro passa por compreender que as instâncias de participação constituem uma esfera de deliberação em que os diversos problemas publicamente tematizados precisam ser encarados como responsabilidade compartilhada.

A mobilização social só toma corpo numa comunidade onde todos estão informados e conhecem as organizações que junto delas operam e o inverso possa acontecer, neste processo são os meios de comunicação responsáveis por dar visibilidade aos assuntos das comunidades e das organizações que junto delas operam. Para tal os municípios, enquanto organizações públicas, devem ter a capacidade de traçar estratégias inclusivas de comunicação capazes de convocar as comunidades para tomarem parte dos assuntos municipais, por outro lado as comunidades devem ter a capacidade de se mobilizar e de interagir com o município, com os meios de comunicação e com o conjunto do poder público, traçando estratégias de relacionamento e mobilização efetivas.

Para que os municípios possam alcançar seus objetivos é necessário que privilegiem uma comunicação que não só informa, mas também abre espaço para que munícipes possam participar na criação de políticas públicas, por um lado, por outro é necessário que as comunidades municipais tenham canais de comunicação efetivos capazes de colocar a sua agenda nos municípios, como advoga Henriques (2007) o desafio da comunicação em projetos de mobilização social é gerá-la de forma participativa. Cabem iniciativas descentralizadas do fazer comunicativo, distintas de uma comunicação manipulada, autoritária, unidirecional e paternalista.

Partindo dos pressupostos de Henriques (2007, 2010), para que um processo mobilizador possa ganhar visibilidade e relevância perante as comunidades municipais é necessário que se recorra a uma comunicação que não só informa, mas também abre espaço para negociações, mediações, debates, troca de informações entre os interlocutores do processo mobilizador tendo em conta os objetivos da mobilização que devem abrir espaço a uma responsabilidade compartilhada das partes envolvidas no processo. Neste processo, as rádios comunitárias têm um papel importante como canais de difusão de informações tanto municipais como das comunidades. Toro & Werneck (1995) afirmam que todo o processo mobilizador deve explicitar os seus propósitos, para tal elencam os seguintes elementos como chave para o alcance do objetivo preconizado no ato mobilizador,

“(1) a Formulação de um Imaginário a explicitação de seu propósito. Esse propósito está diretamente ligado à qualidade da participação que será alcançada; (2) Atores, de acordo com estes o processo de mobilização social tem início quando uma pessoa, um grupo ou uma instituição decide iniciar um movimento no sentido de compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo; (3) Produtor Social, que é a pessoa ou instituição que tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra; (4) O Reeditor Social, é uma “pessoa que tem público próprio”, que é reconhecido socialmente, que tem a capacidade de negar, transformar, introduzir e criar sentidos frente a seu público, contribuindo para modificar suas formas de pensar, sentir e atuar; (5) o Editor (pessoa ou instituição) é o profissional desse tipo de comunicação. O êxito da mobilização

participada depende da forma como se introduza a mensagem e se chegue ao campo de atuação do reeditor; o qual possui uma cultura própria, conhece profundamente seu campo de atuação e tem uma cosmo visão própria; (6) o Campo de Atuação, nesta fase é necessário que os líderes institucionais, os produtores sociais da mobilização conheçam a fundo o campo de atuação e os papéis próprios dos diferentes profissionais e atores que podem participar da mobilização; e a (7) a Coletivização, entendida como o sentimento e a certeza de que aquilo que eu faço, no meu campo de atuação, esta sendo feito por outros, da minha mesma categoria, com os mesmos propósitos e sentidos. É ela que dá estabilidade a um processo de mobilização social. Nesta fase a comunicação apresenta-se como um instrumento importante de coletivização, mas não o único.”(TORO e WERNECK 1995).

Finalizam os autores afirmando que um processo de mobilização requer ainda que sejam identificados critérios e indicadores que permitam a cada pessoa saber se seu entorno e se todo o campo de ação do movimento está mudando na direção desejada (TORO & WERNECK 1995).

O processo de comunicação para a mobilização social com vista à participação na gestão municipal requer uma definição clara do tipo de participação que se espera das partes, da comunicação utilizada nesse processo que deve enviar mensagens próprias do ambiente público, das formas de mobilização a serem empregadas nesse processo. Só uma mobilização objetiva que consegue visibilidade e criação de públicos pode alcançar os objetivos preconizados e, no caso dos municípios, deve haver um interesse público que é colocado no espaço de debate entre as partes.

**PARTE IV. PARCERIAS ENTRE RÁDIOS COMUNITÁRIAS E MUNICÍPIOS
COMO ESTRATÉGIA DE GESTÃO MUNICIPAL COMPARTILHADA**

5. Estudo de caso sobre o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga e da Rádio Comunitária de Sussundenga

A parceria entre entes comunitários constitui um instrumento importante para o desenvolvimento local. É através de políticas públicas cooperadas que as instituições ao nível local conseguem o engajamento das comunidades com vista a promoção de uma gestão compartilhada, onde tanto rádios, como municípios buscam a participação das comunidades na sua gestão não como meros usuários dos serviços oferecidos, mas sim como agentes na definição de estratégias e políticas públicas locais.

Neste capítulo, apresenta-se o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, partindo do contexto histórico e da transformação da Vila de Sussundenga em Município. Apresenta-se ainda a rádio comunitária de Sussundenga e por fim faz-se a análise da parceria entre a rádio comunitária de Sussundenga e o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga. A análise é feita através de cinco (5) operadores analíticos que foram definidos tendo em conta os operadores teóricos, o problema e os objectivos do trabalho:

1. A comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada do município;
2. A participação das comunidades municipais na gestão Municipal: uma estratégia de gestão compartilhada;
3. Rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada municipal;
4. A participação das comunidades municipais na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada;
5. Parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada.

A pesquisa no campo demonstrou que as questões inerentes a participação, comunicação e mobilização social, gestão de bens públicos e gestão compartilhada ainda são um desafio tanto para a rádio comunitária da Vila de Sussundenga, quanto para o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, isto porque as estratégias adotadas pelos

dois entes ainda não conseguem convocar os munícipes e promover uma gestão compartilhada de bens públicos municipais.

A combinação entre a pesquisa qualitativa e quantitativa ajudou a compreender o papel que a rádio e o município têm na promoção da gestão compartilhada de bens públicos e a percepção que as comunidades municipais têm sobre a sua participação na gestão tanto da rádio, como do município enquanto bens públicos.

5.1. Da vila de Sussundenga ao Conselho Municipal da Vila de Sussundenga

O Conselho Municipal da Vila de Sussundenga localiza-se no Distrito do mesmo nome na província de Manica. Sussundenga situa-se no centro da província de Manica, sendo limitado a Norte pelos distritos de Manica e Gondola, a Oeste pela República do Zimbabwe, a Sul pelo distrito de Mossurize e a Este pelo Distrito de Búzi na província de Sofala. A superfície do Distrito é estimada em cerca de 7.134 km² e a sua população está estimada em 219.551 habitantes (segundo os dados preliminares do Censo Geral da População e habitação de 2017)⁶⁹.

No contexto histórico, a actual Vila de Sussundenga era anteriormente denominada povoado de Mavita até por volta dos anos 1955-1958. A partir destes anos passou a se chamar Vila Nova de Vidigueira em consequência do trabalho realizado pela brigada técnica de fomento e povoamento do sul de Revue que visava a construção de novas urbes dirigida pelo Engenheiro Português Vidigueira. A oficialização do nome de Vila Nova de Vidigueira ocorreu no dia 14 de Maio de 1964, aquando da inauguração da paróquia local da igreja católica-romana.

O nome Sussundenga surge no contexto de dois caçadores locais terem abatido um cabrito do mato (gazela) nas proximidades de um rio. Ao lavarem o estômago do animal, constataram a existência de uma pena, facto que lhes causou grande admiração uma vez que se tratava de um animal herbívoro. Nisso, apareceram alguns portugueses que inquiriram sobre o sucedido aos quais se deu a seguinte explicação: “*Taona sussu*

⁶⁹ Disponível em: www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/divulgacao-os-resultados-preliminares-iv-rgph-2017

*rinondenga*⁷⁰” o que traduzido quer dizer “achamos uma pena no estômago”; em que “*Sussu*⁷¹” significa estômago e “*Ndenga*⁷²” significa pena. A partir deste acontecimento, o rio onde se lavara o estômago do cabrito pelos caçadores tomou o nome de Sussundenga, que quer dizer “estômago com uma pena”. Após a independência nacional a 25 de junho de 1975, o nome do rio Sussundenga passou a designar o Distrito em geral e a Vila Sede.

A luz do processo de desconcentração administrativa e no preceituado na lei nº 8/2003 de 19 de Maio (Princípios, normas de organização, competência e funcionamento dos órgãos locais do Estado)⁷³, no artigo 12 no seu nº1 define o Distrito como a unidade territorial principal da organização e funcionamento da administração local do Estado e a base da planificação do desenvolvimento económico, social e cultural da República de Moçambique. No seu nº 2 afirma que o Distrito é composto por postos administrativos e localidades e, no seu nº 3 observa que o Distrito abrange também as áreas dos municípios locais compreendidas no respectivo território.

Como se pode depreender do exposto na lei nº 8/2003 sobre os Órgãos Locais do Estado os municípios fazem parte do território distrital, o que faz com que no mesmo território tenhamos duas formas de governação.

Para questões de harmonização do funcionamento das duas entidades de governação local, a lei nº 8/2003 prevê no seu artigo 9º a coordenação entre os órgãos representantes do poder local do Estado com os municípios locais, conforme atesta o nº 2 do mesmo artigo “os órgãos locais do Estado coordenam os seus planos, programas, projectos e acções com os órgãos dos municípios locais, compreendidas no respectivo território visando a realização harmoniosa das suas contribuições e competências”. Acrescenta a mesma lei, que as duas entidades mesmo operando no mesmo território, os órgãos locais do poder do Estado devem respeitar a autonomia dos municípios, conforme atesta o artigo 9º no seu nº1 “na sua actuação, os órgãos locais do Estado respeitam a autonomia, as atribuições e competências dos municípios locais”.

⁷⁰ Expressão dita em língua local Chiuté

⁷¹ idem

⁷² ibidem

⁷³ Lei sobre os Órgãos Locais do Estado disponível em:

Este processo de desconcentração e descentralização pode, de alguma forma, criar problemas na gestão dos bens públicos existentes no território distrital ora compartilhado com o município. Fica claro que este princípio de governação dual para além de ser dispendiosa para o Estado pode trazer conflitos de interesse entre as duas entidades, por falta de uma clara definição e separação de papéis na governação.

A Vila Municipal de Sussundenga tem uma superfície de 270,9 km² e está dividida em 21 bairros, dista a 42 km a sul da cidade capital da Província de Manica (Chimoio) e é atravessada pela EN 260 que liga o distrito de Mossurize à cidade de Chimoio, tendo como limites, a Norte, o Distrito de Macate através do rio Revue e a localidade de Matica, a Sul e a Este, pela localidade de Munhinga e, a Oeste, pelos povoados de Chinaca e Chitsamunzua. A vila municipal de Sussundenga conta com 21 bairros municipais como afirmou o presidente daquele município;

“ (...) conselho consultivo municipal é representativo ao nível dos bairros e na instalação do município é constituído por 21 bairros, cada bairro tem lá o conselho consultivo do bairro composto por 20 membros, são 21 conselhos consultivos dos bairros, e desses conselhos consultivos dos bairros foram eleitos alguns membros que fazem parte do órgão do conselho consultivo municipal somando um número total de 76 membros (...) ” (entrevista ao (VV) realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do presidente do conselho municipal da vila de Sussundenga) .

De acordo com o Censo Geral da População e Habitação de 2017, o Município da Vila de Sussundenga conta com uma população de cerca de 174 011 habitantes⁷⁴. A população deste município é de origem Bantu e o principal grupo etnolinguístico é o Shona. A língua predominantemente falada no município é o Chiuté, porém existem populações que falam Chimanika e Chindau.

Quanto ao processo de descentralização, Moçambique aprovou a lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro que cria os municípios locais⁷⁵. Com a revisão pontual da Constituição da República de Moçambique, a lei n.º 2/97, de 18 de Fevereiro sofreu alterações e deu lugar

⁷⁴ www.ine.gov.mz. Dados preliminares do IV censo geral da população e Habitação de 2017

⁷⁵ Disponível em: macua.blogs.com/files/lei-2-97-municipios-locais.pdf

a lei nº6/2018 de 3 de Agosto que passa a regular o quadro jurídico-legal para a implantação dos municípios locais⁷⁶.

De referir que o processo da descentralização municipal em Moçambique segue o princípio do gradualismo, isto é, a criação de municípios é feita de forma gradual. Foi seguindo esse princípio que a Assembleia da República de Moçambique aprovou a lei nº 11/2013 de 3 de Junho, que criava o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga. Este município faz parte de um lote de 10 Vilas que ascenderam em 2013 ao estatuto de Município e juntaram-se a outros 43 municípios criados desde as eleições de 1998.

O Conselho Municipal da Vila de Sussundenga é composto por uma Assembleia Municipal; um Presidente do Conselho Municipal. O presidente da Assembleia Municipal e os membros da Assembleia municipal tomaram posse a 06 de Fevereiro de 2014. Enquanto o presidente do Conselho Municipal e Vereadores foram empossados a 07 de Fevereiro de 2014. De referir que o primeiro governo do Município da Vila de Sussundenga é da Frelimo.

Quanto a gestão municipal é importante referenciar que as comunidades municipais estão cientes que o município é da comunidade, como ilustra o gráfico a baixo;

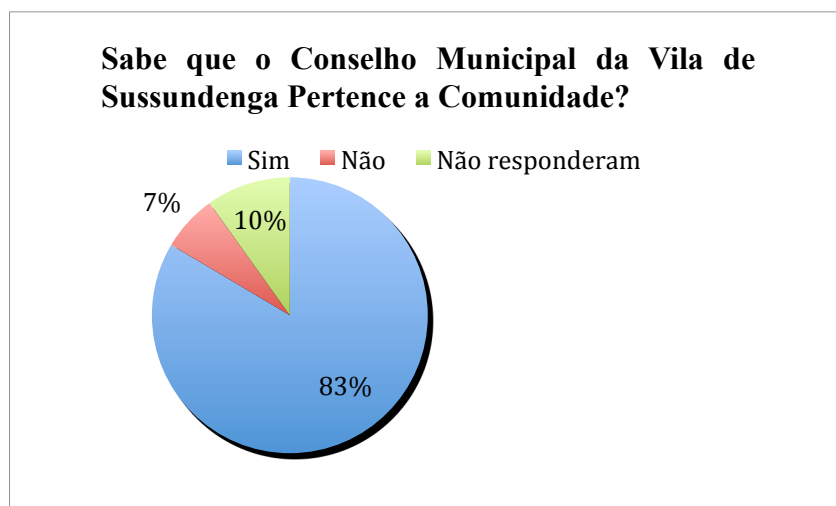


Gráfico 1. referente ao conhecimento sobre a pertença do município as comunidades municipais.

Dos dados acima pode-se concluir que dos 91 inquiridos 76 que correspondem a 83% afirmaram saber que o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga pertence as

⁷⁶ Vide em anexo a lei nº6/2018 de 3 de Agosto publicado no boletim da república série 1 número 152 de sexta-feira, 3 de agosto de 2018.

comunidades, o que revela que há uma consciência de que o conselho municipal é de todos, isto é, dirigentes municipais e comunidades, 6 que correspondem a 7% afirmaram não saberem e os outros 9 que correspondem a 10% não responderam ao inquérito.

5.2.A rádio comunitária de Sussundenga

A Rádio Comunitária de Sussundenga faz parte do projecto das rádios comunitárias criadas pelo Governo, através do Instituto de Comunicação Social (ICS), destinada a divulgação das potencialidades socioeconômicas e culturais locais, desenvolvimento das comunidades rurais, de um modo geral e do Distrito de Sussundenga, de forma particular, proporcionando assim, o desenvolvimento⁷⁷.

A Rádio Comunitária de Sussundenga, órgão de comunicação social, foi instalada no ano de 2000, e inaugurada no dia 01 de Maio de 2003, pelo ex-Governador da Província de Manica Soares Bonhaze Nhaca. A instalação da rádio contou com o apoio da Fundação FORD, “o principal doador dos equipamentos da Rádio”. Esta rádio emite num raio de cobertura de aproximadamente 40 a 60 Km, em três línguas, sendo uma portuguesa e as restantes são nacionais (Chikuté e Chimánika), como confirmam as falas abaixo;

“Nós começamos a trabalhar no regime experimental, quando entrou a primeira voz no ar foi em 2000, e durante 3 anos em regime experimental, em 2003, precisamente no dia 1 de Maio foi inaugurada a rádio, estamos precisamente a 15 anos oficialmente inaugurada” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o adjunto coordenador Augusto de Carvalho).

“(…), a rádio tem o seu dia da inauguração, que é o dia 1 de Maio de 2003, e foi inaugurado pelo então governador de Manica Soares Nhaca,(…)” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o ex. Coordenador e técnico de comunicação social Domingos Alberto Matai).

⁷⁷ De acordo com o certificado emitido pelo Gabinete de Informação a 4 de Julho de 2003, a Rádio Comunitária de Sussundenga é propriedade do Instituto de Comunicação Social. Vide em anexo o certificado.

O principal objectivo da rádio aquando da sua instalação era a difusão de mensagens educativas, com vista à conservação do meio ambiente e sobretudo das áreas da reserva faunística e florestal locais, no âmbito do Projecto transfronteiriço de Chimanimani. Actualmente, a Rádio Comunitária de Sussundenga produz e divulga programas Educativos/Informativos e de Entretenimento, sobre: Educação, Saúde, Agricultura, Cultura, Mulher, Criança, Jovem, DTS/SIDA, Meio Ambiente, Divulgação científica, Direitos humanos.

Para além das actividades de rotina acima mencionadas, a RCS participa activamente nos programas de educação cívica às comunidades, através de Palestras, Peças Teatrais, distribuição de folhetos e emissões de rádio ao vivo, até às zonas mais recônditas do Distrito, onde o sinal da rádio não alcança, pelo uso do estúdio móvel e do grupo teatral da estação; onde, dentre vários temas, destaca-se a consciencialização sobre a pandemia do SIDA, violência doméstica, a conservação do meio ambiente, bem como, o papel destes meios (RCS) para as comunidades e vice-versa.

A RCS funciona, actualmente, no sistema analógico, estando a trabalhar para a substituição deste por um equipamento digital com vista a responder as necessidades actuais do desenvolvimento do ramo da radiodifusão.

Quanto aos Recursos Humanos, a RCS conta com seis funcionários assalariados, através do Orçamento Geral do Estado, dos quais dois (2) são Técnicos e operadores de Rádio formados, uma técnica de Recursos Humanos, uma Assistente Técnica, um Agente de Serviço e Um Guarda. A RCS é gerida por um Comité de gestão composto por sete (7) membros.

De acordo com Tomás Mondomujua, Delegado Provincial do ICS em Manica, a RCS no âmbito da participação comunitária conta um número de 30 colaboradores voluntários, dos quais 12 são mulheres, afectos nas diversas áreas de funcionamento da rádio e 4 correspondentes voluntários localizados nos quatro postos administrativos do Distrito de Sussundenga. Acrescenta o delegado que a rádio funciona em coordenação com o Tele-Centro ali instalado donde os colaboradores da RCS extraem informações de interesse social para além de que são prestados serviços de informática, fotocópias, biblioteca,

ampliação sonora de eventos públicos, retransmissão do sinal da TVM num raio de 5 km as comunidades locais e a retransmissão do sinal da rádio Moçambique⁷⁸.

A Rádio Comunitária de Sussundenga apresenta uma estrutura de gestão que a difere da rádio comunitária na visão de vários autores (Jane, AMARC, ICS), como na visão de Escudero visto que conta com uma gestão mista, o coordenador, o vice-coordenador e os outros 3 técnicos são funcionários do Estado e recebem salários do erário público, e por outro lado conta com um comité de gestão composto por membros da comunidade. Esta forma de gestão faz desta rádio e de outras geridas pelo ICS diferentes da concepção tradicional do que é uma rádio comunitária, por outro lado estas rádios não podem ser definidas como rádios públicas locais devido a sua gestão mista o que urge redefinir a conceitualização destas rádios.

Analisadas as definições e objectivos apresentados pelos autores pode-se afirmar que a rádio comunitária de Sussundenga não se enquadra na definição tradicional da rádio comunitária nem das rádios locais públicas, daí ser necessário uma nova definição para esta rádio tendo em conta a sua forma de gestão e administração. Nisto pode-se definir a Rádio Comunitária de Sussundenga como sendo uma rádio comunitária pública. Entende-se por rádio comunitária pública aquela que é DA Comunidade, está NA e PARA a comunidade e produz conteúdos SOBRE a comunidade, como um meio de comunicação comunitário capaz de promover a participação e a mobilização das comunidades para a gestão dos bens públicos comunitários, por outro lado, como um meio que promove a participação democrática na produção, gestão de informações comunitária tendo como base a cultura e a identidade comunitária e é gerida conjuntamente pelo Estado (através do ICS) e pelas comunidades (através do comité de gestão)⁷⁹.

O importante na gestão de bens públicos municipais e comunitários reside na participação das comunidades na sua gestão, para além do sentido que estas atribuem a esses bens. Neste quisito a comunidade municipal de Sussundenga sabe que a rádio comunitária de Sussundenga pertença a comunidade, embora tenha essa gestão mista que aqui avançámos como atesta o gráfico seguinte;

⁷⁸ Informação prestada ao Governo pela ocasião da Tomada de posse do Delegado Provincial do ICS-Manica em 2010. Vide em anexo.

⁷⁹ Definição do autor a partir da análise de entrevistas, dos questionários e das definições de vários autores.

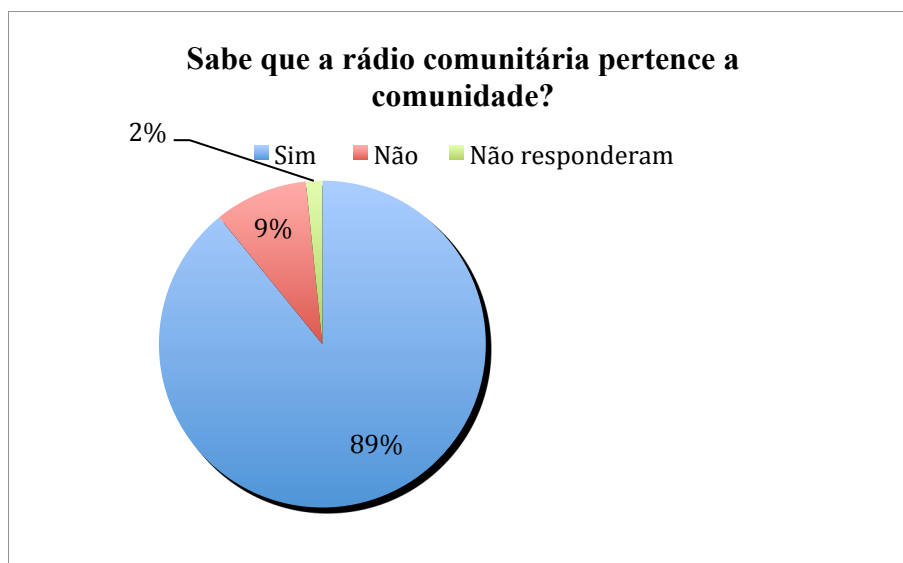


Gráfico 2. Ilustra o grau de conhecimento da pertença da rádio pela comunidade de Sussundenga.

Dos 91 inquiridos 77 que correspondem a 89% afirmaram saber que a rádio comunitária de Sussundenga pertence a comunidade, enquanto 8 que correspondem a 9% afirmaram não saberem disso e os restantes 6 não responderam. Isto revela que maior parte dos inquiridos tem noção de que a rádio é da comunidade, mesmo não terem participado na eleição dos seus coordenadores e dirigentes do comité de gestão.

5.3.A Comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada

A comunicação Municipal joga um papel importante no relacionamento entre as comunidades e os gestores autárquicos. Um município que almeja a participação das comunidades na sua gestão deve contar com uma estrutura de comunicação capaz de levar a informação autárquica às comunidades e destas para o município.

Para tal, os municípios precisam investir em gabinetes de comunicação activos que consigam traçar estratégias de comunicação e mobilização que convocam os munícipes a participarem activamente na gestão municipal, não como simples beneficiários das actividades oferecidas pelo município, mas sim como parte integrante na definição de políticas públicas locais. A este respeito *Alhama (2011:31) afirma que os gabinetes de*

comunicação municipal tem como missão: (...) dar a conocer a los diferentes segmentos de la ciudadanía al ente municipal, como organización que presta servicios y desarrolla actividades de diferente índole, y, por otra parte propiciar políticas de proximidad y participación ciudadana a través de procesos de comunicación bidireccional, ambos, se plantean con el objetivo final de consolidar una imagen positiva que redunde en la credibilidad y legitimación de la organización pública.

A falta de clareza na definição das políticas de comunicação pode, de alguma forma, criar uma distância entre dirigentes e dirigidos e conseqüentemente abrir espaço para a desinformação (rumores e boatos).

No que se refere a comunicação municipal, o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga não tem um gabinete específico de comunicação, ou seja, a comunicação municipal é desenvolvida pelo Secretariado do Presidente do Conselho Autárquico.

Naquele município a comunicação municipal resume-se na transmissão de informações em eventos, nos encontros com os munícipes, através dos líderes comunitários, da linha verde e através da rádio comunitária da vila de Sussundenga, como atesta a fala do Presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga;

“Para além da rádio comunitária usamos outros meios que é a comunicação directa, nós usamos via formal, via documentos, há casos de eventos, nós fazemos via documental para comunicar aos munícipes através dos líderes, endereçamos expedientes que vai comunicar o que vai acontecer tanto ao nível do município como ao nível do bairro e essa maneira também ajuda, mas também usamos outra via, usamos o meio de telemóveis ou telefones, também temos contactos de todos os líderes ao nível dos bairros. Mas também abrimos uma linha verde ao nível do município que permite que qualquer um pode ligar a qualquer hora e aqui ao nível do gabinete do presidente do Conselho Municipal. A outra linha é a linha física, há caso em que os líderes ou representantes dos munícipes vêm directamente marcar audiências. Outra linha também nós marcamos reuniões a nível dos bairros para interagir, aquilo que nós chamamos de governação municipal aberta, deslocamos, tenho um calendário, fazemos um calendário de trabalho, deslocar a todos os bairros do nosso município. Nos bairros reunimos, expomos os nossos planos, expomos nossas actividades, mas também aproveitamos fazer uma auscultação aos munícipes o que têm para

melhorar o nosso desempenho, quais as preocupações que têm, nós também explicamos as nossas capacidades de execução ou de resposta em relação as preocupações dos munícipes” (entrevista realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do presidente do conselho municipal da vila de Sussundenga).

A partir desta fala pode-se concluir que, mesmo não havendo um departamento específico de comunicação o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, procura dar informação aos munícipes através dos meios disponíveis, principalmente da rádio comunitária. Esta fala do Presidente do município é suportada pelos munícipes inquiridos que indicam a rádio comunitária como o principal meio de comunicação pelo qual recebem as informações autárquicas, como atesta o gráfico abaixo;

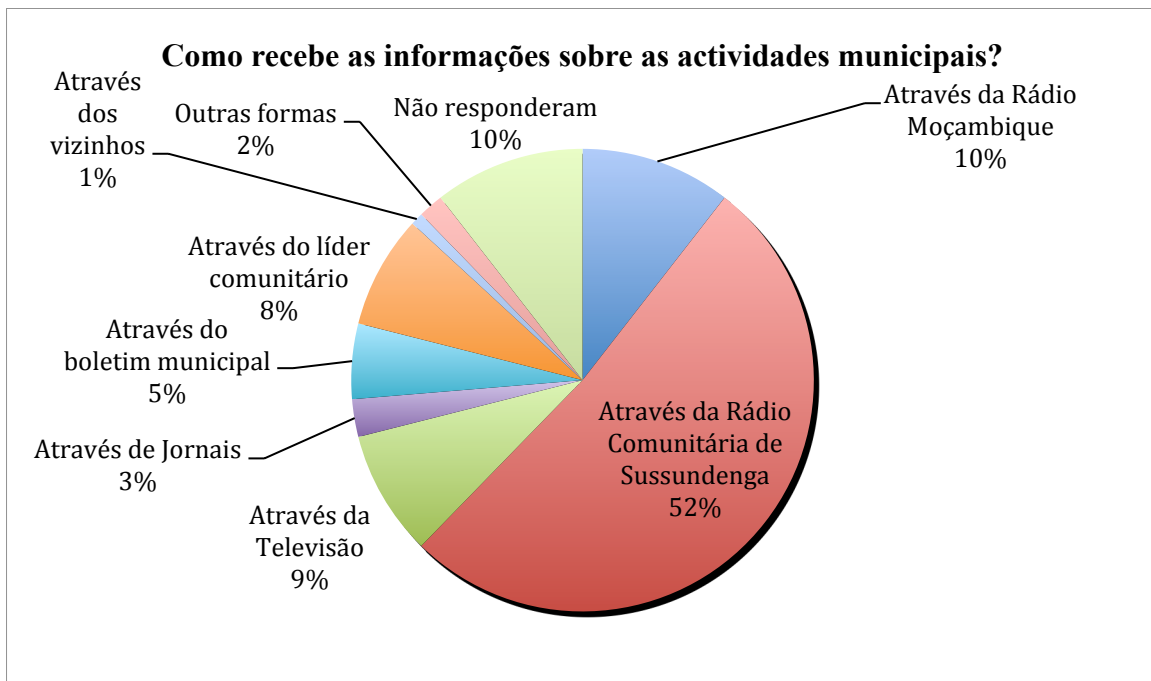


Gráfico 3. Sobre a forma como os munícipes recebem informações sobre as actividades municipais

Partindo do gráfico acima pode-se aferir que dos 91 inquiridos, 12 que correspondem a 10% recebem informações sobre o município através da Rádio Moçambique (uma emissora de cariz nacional), 59 inquiridos que correspondem a 52% dos inquiridos recebem informações através da Rádio Comunitária da Vila de Sussundenga, 10 inquiridos que correspondem a 9% dos inquiridos recebem informações através da Televisão, 3 inquiridos que correspondem a 3% recebem informações através de jornais,

6 inquiridos que correspondem a 5% dos inquiridos recebem informações através do boletim informativo autárquico, 9 que correspondem a 8% recebem informações através dos líderes comunitários, 1 que corresponde a 1% recebe informações dos vizinhos, e 2 que correspondem a 2% de outras formas e os restantes 12 não responderam a questão. Analisando esta informação pode se concluir que a rádio comunitária Vila de Sussundenga joga um papel importante na transmissão das informações autárquicas. A este respeito, Camilo (1998:104-105) chama atenção sobre a utilização dos meios de comunicação local pelos municípios. De acordo com o autor ao invés de se assumirem como meios de expressão de uma opinião pública, a imprensa local é utilizada essencialmente como veículo informal da difusão de informações político-administrativos dotados de eficácia externa. A “apropriação” da imprensa pelo município como suporte de difusão pública das suas actividades é, sinal de que no Conselho não existem dinâmicas sociais alternativas, no âmbito das quais, os actores sociais desenvolvem expectativas da participação pública em relação aos órgãos municipais que fossem mediadas por um campo dos media. Em contrapartida, o aparelho municipal assume-se como uma estrutura de poder local que concretiza unilateralmente, uma acção (política e administrativa) que só é pública, porque a sua amplitude se estendia à globalidade das sociedades locais. É por isso que necessita de um meio de comunicação cuja circulação apresenta também essa abrangência. Acrescenta o autor (op. cit.:106) que esta apropriação dos meios de comunicação comunitária, neste caso da rádio comunitária, pode levar ao controlo formal e informal dos meios de comunicação locais corresponde a um fenómeno de centralização institucional local pelo qual, os municípios se assumem como a principal alavanca de desenvolvimento local.

A falta de um departamento específico de comunicação que tenha profissionais formados na área de comunicação e de um plano de comunicação municipal que traça estratégia de comunicação entre o município e as comunidades municipais pode estar por trás da opção pela rádio comunitária da Vila de Sussundenga como instrumento privilegiado para a comunicação municipal.

O gabinete de comunicação Autárquico é um instrumento importante para a massificação da comunicação e da interacção autárquica. Este deve transmitir informações de interesse público, através de uma interacção bidirecional entre a

administração autárquica e as comunidades, recorrendo para tal aos diferentes meios de comunicação sejam interpessoais, comunitários, de massa e dirigidos com vista a dar visibilidade ao próprio município.

Os gabinetes de comunicação também são responsáveis em dar a conhecer às comunidades as actividades e serviços que são oferecidos pelo município, com vista ao desenvolvimento local.

As mensagens produzidas pela administração autárquica devem ter como propósito aproximar cada vez mais as comunidades do município, partindo da premissa de que a gestão compartilhada só é possível se a comunidade detém informações sobre o município e este sobre as comunidades. A sua ausência faz com que a comunicação do município fique dependente da rádio comunitária o que pode, de alguma forma, condicionar a participação das comunidades na gestão municipal, por outro lado a inexistência do gabinete de comunicação municipal pode indicar uma clara falta de conhecimento da importância deste departamento, daí que o município privilegie a utilização dos meios de comunicação comunitários a sua disposição para a comunicação com as comunidades.

Os meios de comunicação sejam eles nacionais, regionais, comunitários, públicos ou privados desempenham um papel importante na massificação da informação autárquica, porém as organizações devem ter seus próprios meios de comunicação que sejam capazes de convocar a participação dos seus públicos na sua gestão, com vista ao alcance dos objectivos organizacionais.

Tendo em conta a visão dos munícipes pode-se afirmar que há uma dependência do município face à rádio comunitária para a transmissão de informações de interesse dos munícipes.

Nesta perspectiva, a actual comunicação ao serviço do Município da Vila de Sussundenga precisa ajudar este a ter a capacidade de planificar suas relações internas e externas, criando espaços de promoção de diálogo, onde a comunidade autárquica não é vista apenas como beneficiária e usuária dos serviços por ela oferecidos, mas sim como agente desses serviços. Por outro lado, deve ser capaz de criar meios e mecanismo de participação, através dos quais os munícipes não fazem só chegar denúncias e reclamações mas também opiniões, iniciativas e propostas em torno da gestão dos bens públicos municipais.

5.3.1. A participação das comunidades na gestão municipal: uma estratégia de gestão compartilhada

A participação das comunidades na gestão municipal joga um papel importante para o desenvolvimento local. Um município que pretende desenvolver-se deve estimular a participação dos munícipes na sua gestão não como meros beneficiários dos serviços por ela oferecidos, mas acima de tudo como agentes desse desenvolvimento. Para que essa participação seja efectiva é necessário que os municípios tenham estratégias claras de participação das comunidades na definição das políticas públicas locais. De acordo com o presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, há uma efectiva participação dos munícipes na gestão municipal, como ilustra a fala abaixo;

“A participação dos munícipes na gestão municipal, primeiro depois da instalação do município e com o apoio e assistência da GIZ na província de Manica, e que o projecto também abrangeu a vila de Sussundenga foram instituídos os órgãos comunitários o que se chama de conselho consultivo municipal, que envolve 176 membros, este conselho consultivo municipal é representativo ao nível dos bairros e na instalação do município é constituído por 21 bairros cada bairro tem lá o conselho consultivo do bairro composto por 20 membros, são 21 conselhos consultivos dos bairros, e desses conselhos consultivos dos bairros foram eleitos alguns membros que fazem parte do órgão do conselho consultivo municipal somando um numero total de 76 membros. E esse conselho consultivo municipal tem mais ou menos representada uma vereação, quer dizer que num bairro tem membros que estão ligados directamente a uma vereação aqui no município, significa que temos membros que estão ligados a áreas de infraestruturas, ligados a vereação de urbanização e infraestruturas que tem lá membros no bairro todos os assuntos que têm a ver com infraestruturas, estradas, obras, talhões está representado naquele bairro, também tem a vereação de saúde e saneamento, todo o assunto que trata de saneamento, saúde, limpeza e higiene, também tem lá a comissão que está ligada directamente ao Conselho Municipal assim sucessivamente, significa que essa maneira é que constitui uma ligação directa à nível dos munícipes. Algumas preocupações que são sentidos lá nos bairros são trazidos através dessas comissões e essas comissões lá nos bairros são presididas pelos próprios líderes

dos bairros, lideram as subcomissões e o conselho consultivo dos bairros. Eles trazem as preocupações que temos semestralmente, cada semestre temos uma reunião do conselho consultivo municipal em que auscultamos antes de remetermos os nossos planos à Assembleia Municipal, convocamos o conselho consultivo municipal, colocamos o nosso pensamento na base daquelas informações que recolhemos nos bairros e tentamos priorizar em função dos limites orçamentais ou da capacidade dos fundos disponíveis. São tantas as questões que se colocam ao nível dos bairros, mas depois juntos dissemos temos este role de preocupações, mas neste momento a capacidade de execução na base de orçamentos disponíveis só podemos fazer isto. Então aonde podemos fazer as coisas e juntos discutimos, e desta vez vai acontecer neste ou naquele bairro e os outros bairros vão ter paciência de esperar também noutra momento e assim sucessivamente, abrangemos todos os bairros e isso está a dar bons resultados e nós sentimos muito bem e depois dessa consulta melhoramos e fundamentamos a nossa preocupação ou alinhamento dos planos e assim remetemos ao nível da assembleia municipal e serve de base para depois aprovarmos os planos” (entrevista realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do presidente do conselho municipal da vila de Sussundenga).

A abordagem do presidente do Conselho Municipal mostra que há ao nível dos bairros estruturas de participação das comunidades municipais na definição de políticas públicas locais, porém, contrário a fala do Presidente do Município gráfico abaixo mostra que as comunidades não participam na tomada de decisões sobre a gestão dos bens públicos municipais nem na definição de políticas públicas;

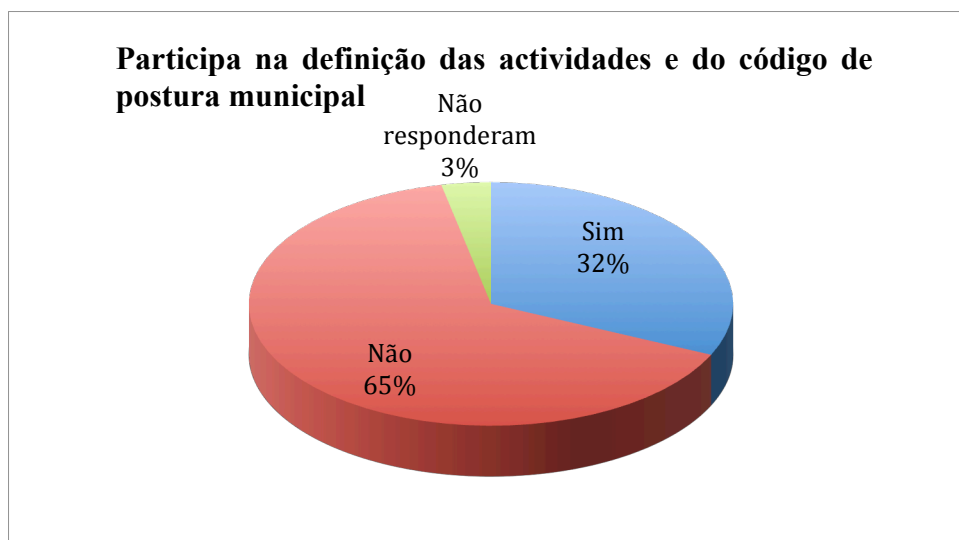


Gráfico 4. sobre a participação dos munícipes na definição das actividades e do código de postura municipal

Partindo do gráfico pode-se aferir que dos 91 inquiridos, 29 inquiridos que correspondem a 30% afirmaram participarem da definição das actividades e do código de postura autárquica, 64 inquiridos que correspondem a 67% dos inquiridos afirmaram não participarem na definição de políticas públicas municipais nem na definição do código de postura autárquica, enquanto 3 não responderam a pergunta.

Isto revela que há uma diferença de percepção do fenómeno de participação na definição das políticas públicas municipais entre os dirigentes e as comunidades. Embora exista, como demonstrou o Presidente do Conselho Autárquico, órgãos de participação como as comissões dos bairros, e os líderes comunitários esses lugares não são tidos como lugares de participação por parte das comunidades. A este respeito Seller (2009:108), ensina-nos que *“la nueva gestión pública integra nuevas formas de gestión basadas en la participación (modelo participativo o ciudadano). El objetivo consiste en llevar la iniciativa a un paso anterior, es decir, solicitar la colaboración de los funcionarios de la administración pública e de los ciudadanos en la elaboración de las normas, e decir en le proceso de definición de objetivos estratégicos y en los términos de los contratos de prestaciones o indicadores de resultados. Esta evolución supone un carácter reflexivo del proceso normativo, un nueva forma de gestionar los incertidumbres. Esta nueva tendencia se contrata en la proliferación de intercambios de información, grupos de trabajo y debate, intercambios de buenos practicas, practicas deliberativas.”*

Pode-se afirmar que a participação existente no Município de Sussundenga seja manipulada, que é simplesmente aparente, com representantes da comunidade integrando comissões dos bairros, para os quais não foram eleitos e nem têm poder, cabendo no fim aos dirigentes autárquicos a tomada de decisões sobre a definição de políticas públicas excluindo desta forma as comunidades. Peruzzo (2004: 80), afirma a esse respeito que manipular a comunidade denota a tentativa de, via de regra, de forma velada, adequar suas demandas aos interesses de quem detém o poder. Nesta circunstância, a participação pode ser uma farsa, usando-se o grupo social como massa de manobra para angariar popularidade e legitimação política, com vista a um desempenho eleitoral favorável. A autora dá exemplo de um prefeito, que convida a população a participar e faz toda uma propaganda de seu planeamento nesse sentido. Na realidade, porém, às vezes os movimentos apenas apontam carências e deliberam sobre prioridades, mas sem nenhuma garantia de que elas serão cumpridas e sem canais de fiscalização. Chega-se até mesmo a votar em projectos que qualquer modo já seriam executados e, no mais, eleger prioridades, apesar das vantagens para a população atingida, pode representar uma tática administrativa marota com o objectivo de, ante a escassez de recursos para a atender todas as demandas, acalmar as reivindicações das comunidades.

Por outro lado, pode-se afirmar que o município recorre a uma participação informativa, nesta as decisões a serem tomadas cabem aos dirigentes municipais, que apenas informam às comunidades o que vai acontecer, através da rádio comunitária, e não dão espaço a estas para opinarem sobre os assuntos municipais.

Estas formas de participação ou a participação encenada pode abrir espaço para que as comunidades se alheiem dos problemas autárquicos, partindo a optar por uma abstinência, isto é, por uma espiral de silêncio, devido a falta de órgãos competentes de participação e da falta de comunicação directa entre o município e a comunidade, como demonstrado no operador anterior.

Outra forma de participação que os dados oferecidos pelos inquiridos nos sugere é a participação passiva, onde as comunidades se alheiam da tomada de decisões e mesmo sem delegar deixam essa missão aos dirigentes. Isso pode fazer com que só as demandas dos dirigentes sejam as que orientam a governação autárquica; a respeito disso Peruzzo afirma, que “a **participação passiva** ocorre mesmo que não se envolva activamente, ao

assumir uma postura de espectador e de conformismo, a pessoa desenvolve um tipo de participação. Ela consente, se objetiza, se submete e simplesmente delega o poder a outra. (...) O mesmo ocorre quando nos posicionamos “pacatamente” diante de políticas implantadas pelo poder público ou mesmo quando votamos para cargos legislativos e executivos, delegando o poder para que outros decidam e actuem em nosso nome. Nesta primeira modalidade, o exercício do poder é do tipo autoritário”. (PERUZZO, 2004:78).

Para que haja uma governação democrática é necessário que as comunidades tenham uma participação activa na definição de políticas públicas locais, tendo em conta que essas políticas interferem directamente na vida dos munícipes, e isso só pode ser possível onde há interacção entre governantes e governados. É preciso que haja a participação das comunidades na análise e tomada de decisões sobre os assuntos municipais e isso irá fortalecer a própria democracia participativa para além de fortalecer a própria comunidade.

Partindo deste princípio, Peruzzo (2004:88-89) citando Demo (1988:86-87), advoga que em contextos de gestão compartilhada de bens públicos é necessário que haja o poder compartilhado que se caracteriza pela participação da comunidade na tomada de decisões sobre a gestão seja de organizações públicas, seja do poder local, seja de empresas. Nessa perspectiva Demo citando por Peruzzo aponta as seguintes características participativas da comunidade na tomada de decisões:(1) o poder vem de baixo para cima, sendo detentor dele o próprio movimento, não se admitindo a existência de membros com privilégios “nem famílias reais” ou coronéis;(2)quem está no poder não é dono dele, tendo-o recebido da comunidade, por delegação, entendendo-se o comando como “autoridade ministerial”, ou seja, de serviço;(3) o delegado deve constantemente prestar contas à base, que, ademais, pode depô-lo sempre que o desejar, dentro de regras de jogo preestabelecidas; (4) todos os membros têm direito activo e passivo ao voto, elegendo seus representantes ou sendo escolhidos como tais; (5) em casos mais radicais, todos são candidatos a ser designados pela base para, em sistema de rodízio, ocupar o comando, mesmo que alguém não seja propriamente um líder nem entenda de administração e gestão;(6) e estabelecem-se regras comuns quanto ao exercício do poder-que só se mudam mediante assembleia ou votação geral-, no que diz respeito, por exemplo, à rotatividade, à destituição do cargo, à prestação de contas e ao controlo burocrático. (PERUZZO, 2004: 88-89) citando (DEMO 1988:86-87).

A falta de estratégias de comunicação e mobilização social claras por parte do município pode estar por trás da fraca participação das comunidades na definição de políticas públicas, pois a participação supõe a existência de informações que possam ajudar os munícipes a fazerem parte na tomada de decisões sobre a gestão local.

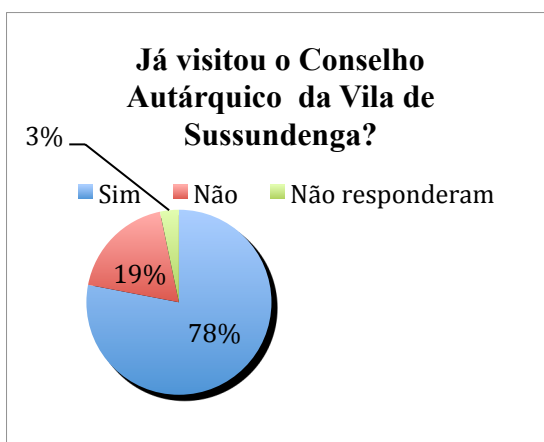
Por outro lado, é necessário que haja uma interação constante entre os dirigentes e as comunidades autárquicas, isso fará com que os segundos se sintam parte integrante na tomada de decisões sobre os bens públicos locais e passem a ter maior interesse em propor soluções para os problemas locais, além de que essa participação irá criar laços de pertença e de identificação com os assuntos municipais.

Não basta só criar órgãos de participação é necessário que esses lugares sejam verdadeiros lugares da democracia participativa, onde as políticas públicas são definidas conjuntamente entre dirigentes e dirigidos para o desenvolvimento do município e isso é avaliado pelo grau de participação das comunidades na gestão dos bens públicos municipais, como afirma o presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga;

“Eu estou satisfeito, porque os munícipes estão a compreender gradualmente, como é que começamos, como estamos a caminhar e o que pretendemos fazer, porque o nosso município é novo, mas o objectivo final é para ser uma vila bem urbanizada, no futuro ser cidade também. Para isso é preciso que as pessoas entendam conceitos de zonas urbanas e que existem regras, mas as pessoas estão a compreenderem gradualmente é um conceito que temos que trabalhar muito e é normal ainda hoje encontrar pessoas com dificuldades na gestão de resíduos sólidos, algumas pessoas continuam tendo o conceito de comer banana lançar na estrada, comeu maçaroca e deixou mesmo fora do lixo, mas existe uma parte boa dos munícipes que esta a entender onde depositar, todo o que é resíduo sólido que produz na sua casa deve depositar no contentor ou lugar disponível próximo da casa dele e muitos já estão a fazer isso, portanto estou feliz, muita gente já sabe que precisa estrada, para facilitar a circulação de pessoas e bens, tanto para levar os bens para a sua casa como tirar seus bens, muita gente também já sabe que precisa iluminação, energia, muita gente esta preocupada com água canalizada, ter energia, ter boa estrada, tudo isso, nós é que estamos apertados dar resposta, não conseguimos responder tudo isso com grande facilidade porque precisa recurso. Geralmente o cidadão as vezes até quase que não fica muito feliz rapidamente “porque diz eu quero energia na minha casa,

quero estrada, quero água canalizada” nós não conseguimos responder imediatamente porque precisa recursos avultados, estamos a responder gradualmente, é o sinal de que as pessoas estão a compreender que há evolução e é necessário estaremos organizados para termos vias de acesso, termos água...tudo isso” (entrevista realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do presidente do conselho municipal da vila de Sussundenga).

A participação dos munícipes na gestão municipal também é avaliada pelo interesse que estes têm pelos assuntos locais pelos serviços por este oferecidos. Neste caso, os gráficos abaixo indicam as vezes em que os munícipes se deslocaram ao município e os propósitos que os levaram a visitarem o município;



Gráficos 5. sobre a visita ao município

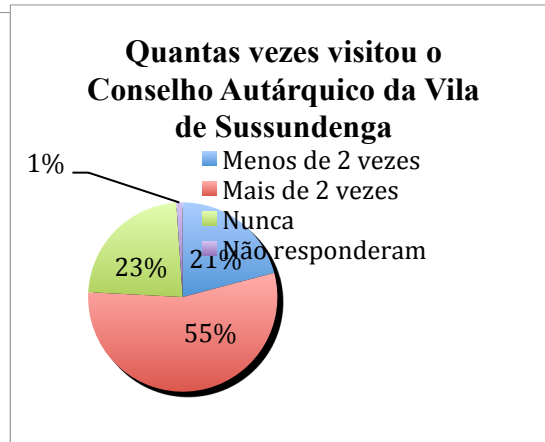


Gráfico 6. sobre as vezes que visitou o município

Dos 91 inquiridos 71 que correspondem a 78% já visitaram o Conselho Municipal da vila de Sussundenga e 50 inquiridos que correspondem a 55% já visitaram mais de duas vezes o que revela que os munícipes visitam o município, porém essas visitas não se predem com a participação na gestão, eles deslocam-se ao município para tratarem assuntos referentes a vários serviços que este oferece. Isto implica que o município deve aproveitar as visitas dos munícipes para explicar o propósito do município e as actividades que este está a levar a cabo com vista ao desenvolvimento local e produzir instrumentos de comunicação municipal para os munícipes, o gráfico abaixo indica os motivos que levam os munícipes a deslocarem-se ao município.

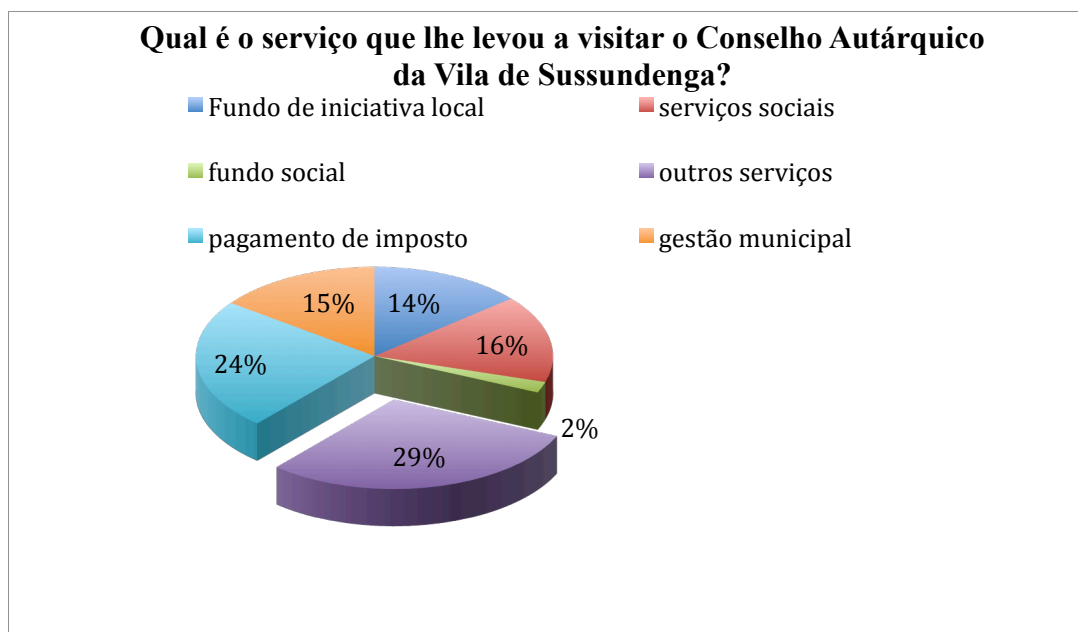


Gráfico 7. Sobre o serviço que levou o munícipe a visitar o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga.

Da leitura do gráfico acima pode se concluir que dos 91 inquiridos apenas 15% visita o município com o objectivo de saber sobre a gestão, isso revela que os munícipes tomam o município como apenas lugar da prestação de serviços e alheiam-se de participar na sua gestão, isso significa que é necessário ao próprio município fazer entender às comunidades a importância da sua participação na gestão municipal e isso só pode ser possível com a implementação de uma comunicação municipal que não só informa, mas acima de tudo educa e interage com as comunidades com o objectivo de explicar, comunicar, informar, mobilizar estas a participarem na gestão, não como meros beneficiários dos serviços oferecidos, mas sim como agentes de gestão municipal.

A este respeito Peruzzo (2004:77), afirma que é necessário a participação da população nas decisões, (...), implica o exercício do poder em conjunto, de forma solidária e compartilhada, como participação-poder. Ela (...) leva à corresponsabilidade pelo que é feito. Não é concedida, mas conquistada, realizando-se tanto nas decisões como na execução e nos resultados.

5.4. Rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades para a gestão compartilhada municipal

A comunicação e mobilização social jogam um papel importante para o engajamento das comunidades municipais na gestão compartilhada do município. A comunicação e mobilização social requerem a existência de planos de comunicação que traçam estratégias de como convocar as comunidades municipais a participarem na busca de soluções para os problemas locais no local. A rádio comunitária de Sussundenga, sendo uma rádio que está na comunidade, e produz conteúdos da comunidade para a comunidade joga um papel importante na transmissão de informações para o engajamento desta na gestão do município.

A comunicação e mobilização social para o engajamento na gestão municipal não é apenas um simples exercício de comunicação, exige o comprometimento tanto do município, como da rádio em produzir programas que informam, educam e sobre tudo que abrem espaço para a transmissão de informações aos munícipes sobre os problemas municipais.

Uma boa comunicação e mobilização social através da rádio comunitária pode abrir espaço para que o município possa se desenvolver com a participação das comunidades, como advoga o Presidente do Conselho municipal da Vila de Sussundenga;

“É verdade nós fazemos o uso da rádio comunitária e as pessoas se apercebem rapidamente o que devem fazer, nós temos feito o uso como também os programas são vastos nós tiramos parte daqueles programas possíveis para serem divulgados e, portanto, fazemos uso para os códigos de postura, as taxas” (entrevista realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do Presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga).

Por outro lado, a boa utilização da rádio comunitária, sendo um meio local que produz programas nas línguas locais, pode ajudar o município a buscar aceitação e engajamento dos munícipes na busca pelo desenvolvimento municipal e na gestão conjunta dos problemas municipais. Esses programas devem espelhar a realidade da comunidade e serem veiculados tendo em conta a cultura e hábitos da própria comunidade, isso pode ajudar a credibilizar o próprio município e criar um espírito de pertença por parte da comunidade municipal. Na ausência do departamento de comunicação municipal a rádio passou a ser um instrumento de comunicação e mobilização entre o município e as comunidades municipais, como demonstra o gráfico

abaixo;

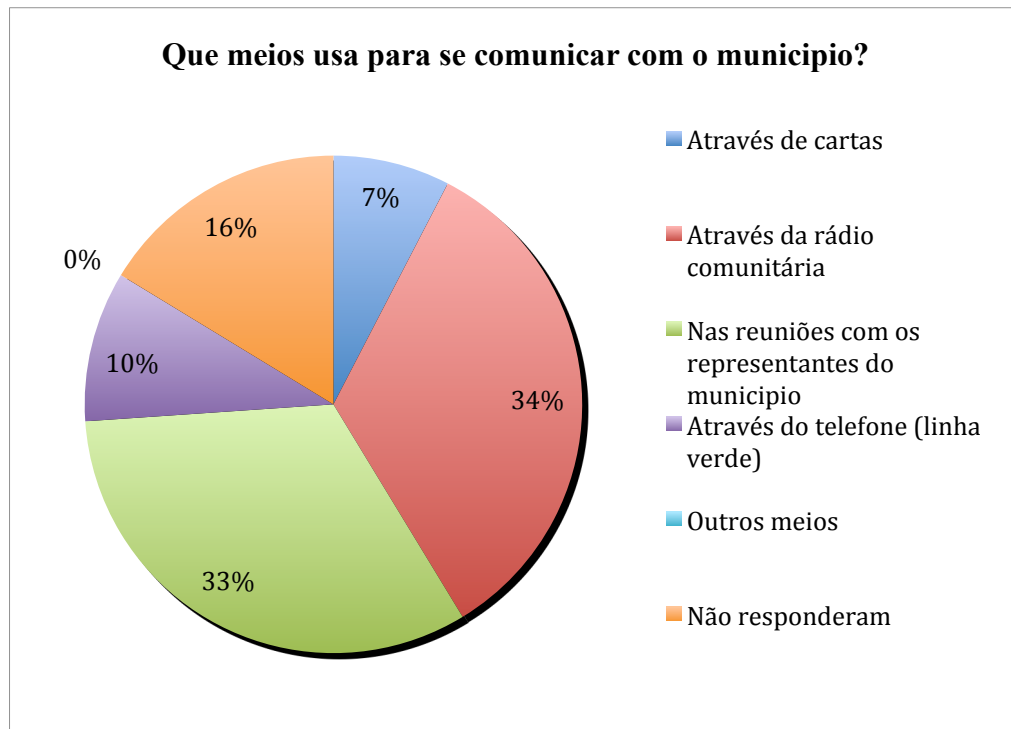


Gráfico 8. Sobre os meios usados pelos munícipes para comunicar com o município a visitar o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga.

Analisando o gráfico pode-se afirmar que dos 91 inquiridos, 31 que correspondem a 34% afirmaram que a sua comunicação com o município é via rádio comunitária, ou seja, as informações sobre o município recebem via rádio e o retorno fazem também via rádio o que revela a importância deste meio de comunicação comunitário no relacionamento entre as comunidades municipais e o município, assim se pode afirmar que a rádio tem sido um instrumento importante na comunicação e mobilização das comunidades face aos assuntos municipais. 30 inquiridos que correspondem a 33% afirmaram que comunicam-se e mobilizam-se para os assuntos municipais através das reuniões que são orientados pelos membros do município nos bairros, isso revela que para além da rádio as reuniões têm sido outro instrumento de comunicação e mobilização das comunidades face aos assuntos municipais, porém diferentemente da rádio as reuniões não acontecem com regularidade o que pode significar que este instrumento não é tão efectivo para que as comunidades estejam sempre informados e convocados para os assuntos municipais.

A linha verde é outro instrumento utilizado para a comunicação e mobilização das comunidades municipais, sendo que 9 inquiridos que correspondem a 10% utilizam este

meio para interagir com o município, enquanto 7 inquiridos que correspondem a 7% recebe cartas por parte do município comunicando ou mobilizando para as actividades municipais e finalmente 15 inquiridos que correspondem a 16% não responderam a pergunta.

5.4.1. A participação das comunidades municipais na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada

A participação na gestão de bens públicos constitui um instrumento importante para o desenvolvimento das instituições locais. A rádio comunitária sendo da comunidade, na comunidade e para a comunidade, constitui um instrumento importante para a transmissão de assuntos comunitários para o desenvolvimento local. Nesta perspectiva não basta ter uma rádio na comunidade é necessário que todos tenham a consciência de que este meio de comunicação comunitária é DA, PARA, NA comunidade. Nesta perspectiva, a comunidade precisa ter uma participação activa na gestão da rádio através de produção de conteúdos que espelham a realidade local e que contribuam para a gestão dos bens públicos municipais e comunitários. Essa participação na deve e nem pode se resumir na produção de conteúdos, mas também deve se fazer sentir na gestão da própria rádio, isto é, através de comités de gestão, como advogam os funcionários e voluntários da rádio comunitária de Sussundenga;

“Existe um comité de gestão, no momento foi criado um comité de gestão, só que nesta altura este comité está quase inoperante, não está a operar e estava a preparar uma revitalização desse comité porque muitos que faziam parte desse comité de gestão já perderam a vida, mas nesse comité de gestão tínhamos a representação de todos os Postos Administrativos e todas as camadas sociais e até os partidos políticos estavam lá representados neste comité” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o adjunto coordenador Augusto de Carvalho).

“Participa, temos o comité de gestão da rádio, mas que essa comissão de gestão da rádio agora não está nitidamente completa, porque alguns

membros já pereceram, alguns foram transferidos, mesmo o presidente também, já foi transferido” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o ex. Coordenador e técnico de comunicação social Domingos Alberto Matai).

“Os líderes comunitários, também faz parte o comité de gestão...Esse comité de gestão ainda funciona? Ainda funciona sim, acabamos até de revitalizar há pouco. Temos mantido um encontro, mesmo amanhã teremos um encontro que vai também incluir uma parte dessas pessoas, onde estão alguns líderes comunitários para dizer alguma coisa, fiscalizar alguma coisa que não está bem” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o Coordenador Samisson Macone).

Diferentemente das visões anteriores o Marcos Trambuco olha a participação numa vertente económica dos munícipes, como advoga;

“Nalgumas vezes participam, como direta ou indiretamente na escritura das dedicatórias, a rádio costuma arrecadar alguns fundos monetários por isso a comunidade tem tido participar” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o adjunto voluntário Marcos Matamba Trambuco).

Partindo das narrações acima pode-se afirmar que existe um órgão que foi criado com vista a participação das comunidades municipais na gestão da rádio comunitária de Sussundenga, porém a par do que se disse na participação dos munícipes na gestão municipal, não basta só criar órgãos de participação é necessários que esses órgãos sejam verdadeiros lugares de promoção da participação, onde os comités de gestão e as rádios comunitárias têm conhecimento dos seus deveres e direitos.

Nestas falas está claro que o Comité de Gestão criado é inoperante e não tem sido o órgão de participação das comunidades na gestão da rádio. Para além de que não foram eleitos pelas comunidades como ilustra o gráfico abaixo:

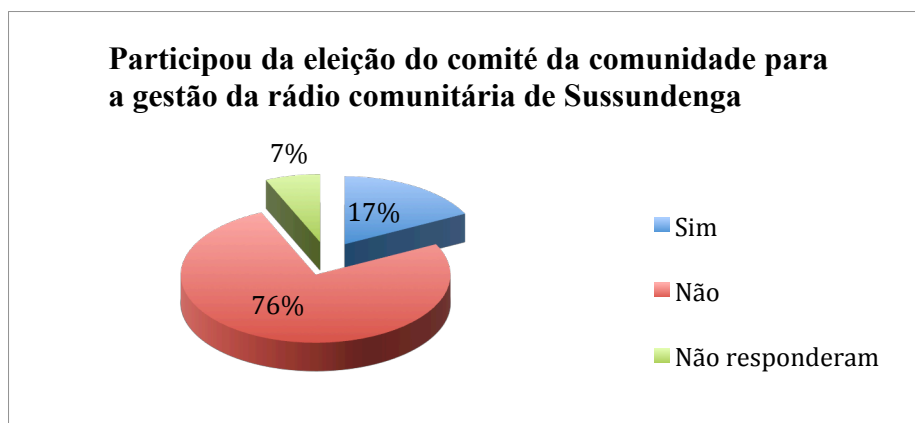


Gráfico 9. Sobre a eleição do comité da comunidade para a gestão da rádio comunitária de Sussundenga.

Analisando o gráfico pode-se dizer que dos 91 inquiridos 69 que correspondem a 76% afirmaram que não participaram da eleição do comité da comunidade para a gestão da rádio comunitária de Sussundenga, isto pode revelar a existência de uma participação manipulada, que é simplesmente aparente, com supostos representantes da comunidade integrando um comité inoperante, para o qual não foram eleitos e nem têm poder, cabendo no fim aos dirigentes da rádio comunitária, isto é, o coordenador, adjunto coordenador e o ICS a tomada de decisões sobre a definição dos programas que a rádio deve transmitir, como afirmou o ex. Coordenador da rádio e técnico de comunicação social;

“O papel do comité de gestão ele está, porque tem um organigrama, tem um presidente, tem o vice-presidente, tem o comité de programação, tem de finanças e outras comissões, agora tendo esses é que podiam assistir e fazer a gestão da rádio, mas o que não acontece em muitas vezes, mesmo desde a fundação desta rádio mesmo o comité de gestão nunca fez a programação, a programação fez, sob a gestão nunca fez e saber como funciona a rádio, quais são as dificuldades que a rádio tem, nunca aconteceu. Por isso que era necessário a revitalização desse comité de gestão para saber cada órgão qual é o papel que deve assumir só assim é que podíamos ter um comité de gestão eficaz. Eu já participei em muitos eventos a nível nacional, o que está a acontecer mesmo é que não há nenhum comité de gestão formado só para criar uma rádio e eles ficarem em vão sem nenhum benefício” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio

Comunitária de Sussundenga com o ex. Coordenador e técnico de comunicação social Domingos Alberto Matai).

Ademais, há falta de conhecimento dos objectivos da rádio comunitária por parte dos membros do comité de gestão, daí que para participarem de qualquer evento exigem que a rádio, que não tem recursos, suporte as suas despesas, como afirmou o ex. Coordenador da Rádio Comunitária Sussundenga e actual técnico de comunicação e jornalista;

“o que estava em causa era para a revitalização do próprio comité de gestão e para a revitalização do comité de gestão é necessário um fórum e que esse fórum participam pessoas que vêm de várias comunidades, Dombe, Moua, Rotanda, e aqui na sede e isso carece custos e agora o que fizemos pedimos ao próprio governo distrital que até agora não temos uma saída, porque a rádio não tem esse dinheiro para poder convidar, porque o que devem fazer aqui é uma assembleia, portanto devem ficar aqui 2 ou 3 dias, um dia de chegada, outro da realização da assembleia e o outro para o regresso, agora são custos e a rádio não possui esse valor, então nós tentamos pedir ao governo que até agora não temos uma resposta, mesmo para o ICS também diz que dentro das vossas possibilidades façam isso, mas não vamos conseguir fazer” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o ex. Coordenador e técnico de comunicação social Domingos Alberto Matai).

Este posicionamento do antigo Coordenador da rádio comunitária de Sussundenga revela que é preciso que a comunidade seja conscientizada sobre os objectivos da rádio comunitária, bem como se criar um comité que entenda que a rádio é da comunidade e cabe a comunidade criar os mecanismos de gestão, com a participação dos funcionários indicados pelo ICS. Uma sociedade que queira desenvolver-se precisa partilhar informações e transformar essas informações em conhecimento e para isso a rádio joga um papel importante na medida em que consegue agregar várias opiniões. Outro factor importante é que a rádio precisa engendrar uma comunicação capaz de convocar as comunidades a participarem na sua gestão, não como meros beneficiários da rádio, mas acima de tudo como agentes que participam desde a concepção, produção e difusão de programas de interesse da comunidade.

A rádio não deve se contentar em transmitir informações, mas deve promover a

participação activa das comunidades municipais e do município na sua gestão, para o desenvolvimento tanto da própria rádio, como do município e conseqüentemente das comunidades municipais.

5.5. Parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada

A parceria entre a rádio comunitária e o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga constitui uma oportunidade para o desenvolvimento, através do reconhecimento das contribuições de cada ente na promoção do desenvolvimento local. A parceria entre estes dois entes comunitários pode possibilitar o surgimento de iniciativas criativas, integradas e construtivas com vista a resolução dos problemas municipais e a definição de políticas públicas inclusivas que promovem o desenvolvimento tanto da rádio, como do município.

O sucesso de uma parceria depende do equilíbrio de interesses entre as partes envolvidas, onde cada ente reconhece os direitos e deveres do outro. Isto exige por parte dos entes um investimento em tempo e na construção de uma relação baseada na confiança mútua. Ademais, a parceria entre a rádio comunitária e o município deve propiciar a melhor combinação de esforços com vista a viabilização dos objectivos comunitários. Para o Presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga, a parceria entre a rádio comunitária e o município é fundamental para o desenvolvimento tanto do município, como da rádio comunitária, como atesta a fala abaixo;

“Além dessa linha também aproveitando todas as potencialidades existentes na área do nosso município nós celebramos um contrato de entendimento com a rádio comunitária de Sussundenga e nós celebramos contrato em que periodicamente também contribuimos com alguma coisa em termos financeiros na base das receitas que colectamos ao nível do município, colocamos fundos mínimos, e juntos definimos dias em que o Conselho Municipal pode usar. A rádio na base desse contrato disponibiliza algum tempo semanalmente para o conselho municipal qualquer coisa que tiver para divulgar ou para anunciar usamos a rádio, nessa altura não precisa prontamente tirar dinheiro, porque pagamos periodicamente, contribuimos periodicamente para a rádio comunitária, mas todos os programas que nós temos a rádio comunitária vai

fazendo a sua divulgação de todos os programas que nós queremos fazer chegar rapidamente aos munícipes, portanto tem impacto muito forte essa parte de comunicação, o conselho municipal usando a rádio comunitária Sussundenga, a informação chega mais rápido possível e há muita gente, é muito abrangente isso está a dar grande resultado para nós como conselho municipal sentimos que até algumas vezes se calhar através da sobreposição de algumas tarefas algum tempo não conseguimos ocupar todo tempo, mas vamos fazer esforço para usar efectivamente todo o tempo disponibilizado pela rádio comunitária” (entrevista realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga).

Na mesma linha de pensamento, os membros de coordenação da rádio comunitária de Sussundenga olham a parceria com o município como um instrumento importante para a sustentabilidade da rádio e para a divulgação de assuntos municipais para o conhecimento e a mobilização das comunidades municipais para a participação na gestão municipal, como atestam as falas dos membros da rádio comunitária;

“O Conselho Municipal da Vila de Sussundenga assinou um memorando com a rádio comunitária de Sussundenga no primeiro ano até o segundo ano, após o primeiro ano da existência deste município em que a rádio deveria emitir alguns programas e esses programas eram produzidos pelo conselho municipal, traziam os temas de interesse do conselho municipal o que nós fazíamos aqui é apresentar o programa, fazer a montagem do programa depois difundimos para os receptores para a comunidade ouvir, são programas por exemplo relacionados com a gestão do lixo, pagamento das taxas, também vieram aqui...estávamos a divulgar o código de postura municipal, então a rádio estava a difundir todos os programas”(entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o adjunto Coordenador Augusto de Carvalho).

“Sim tem uma parceria (...) como se operacionaliza essa parceria? Normalmente nós abrimos espaço de antena para poderem produzir ou fazer debates inerentes ao que tem a ver com assuntos que interessam para o desenvolvimento municipal da vila de Sussundenga, e eles são os promotores dos próprios debates”(entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o Coordenador Samisson Macone).

O município presta serviços públicos e para que esses serviços sejam conhecidos, é preciso que tenha uma comunicação que cria interação com as comunidades municipais e a rádio comunitária, na ausência de um departamento de comunicação funcional, joga um papel importante para a comunicação e mobilização para a participação na gestão municipal. Fazer limpezas das ruas, cuidar do saneamento do meio ambiente, dos parques e jardins, emitir documentos etc. exige uma participação activa das comunidades municipais e essa participação só é possível com a existência de uma comunicação e mobilização inclusiva que não só informa, mas acima de tudo busca o engajamento das comunidades.

A parceria entre a rádio comunitária e o município é importante para a promoção da cultura e identidade local, para tal não pode-se resumir numa parceria financeira, baseada na prestação de serviços, mas sim uma parceria onde tanto rádio, como município busca a mobilização das comunidades municipais para a participação no desenvolvimento local. Neste sentido a parceria deve ser um mecanismo importante para a promoção do desenvolvimento municipal, onde os actores buscam juntos as melhores formas de engajar a participação das comunidades municipais na gestão municipal e na busca de melhores políticas públicas para o desenvolvimento local.

Para tal, os programas produzidos pela rádio comunitária devem não só informar, mas sim convocar a participação das comunidades na gestão municipal. De acordo com os membros da rádio comunitária, esta produz uma série de programas que contribuem para a participação, mobilização e informação das comunidades municipais na gestão municipal, como atestam as falas abaixo;

“Nessa vertente, nós temos tido debates radiofónicos, nós vamos lá na rádio falamos, divulgamos, mas abre-se espaço para os munícipes dialogarem directamente por via telefone a partir dos microfones da rádio comunitária Sussundenga, fazemos debates e os municípios colocam e nos respondemos também, apesar de ser um alguém que liga mas o impacto vai para todos os ouvintes da vila municipal” (entrevista realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga).

Na Gestão Municipal o programa muito mais é de “hora jovem” em português tal como em língua local incentiva muito as comunidades porque abordam-se os acontecimentos do distrito, os comportamentos da comunidade em geral (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o adjunto voluntário Marcos Matamba Trambuco).

Tenho conhecimento, até que o município é que está a apoiar muito porque o município tem tido muitos programas para financiar a rádio e tudo isso está a acontecer (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o ex. Coordenador e técnico de comunicação social Domingos Alberto Matai).

A mesma posição é compartilhada pelos inquiridos que afirmaram que a rádio comunitária passa programas que informam sobre a vida municipal, como atesta o gráfico abaixo;

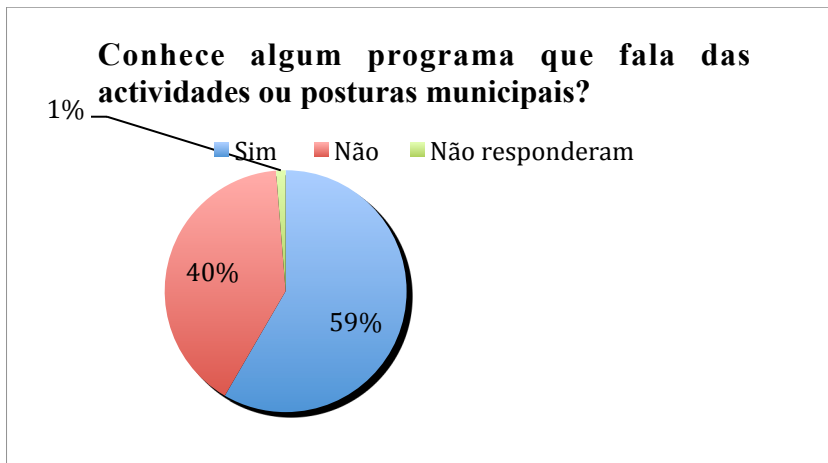


Gráfico 10. Sobre o conhecimento dos programas da rádio comunitária de Sussundenga que abordam actividades ou código de postura municipal.

Analisando o gráfico pode-se afirmar que dos 91 inquiridos, 52 inquiridos que correspondem a 59% conhecem programas passados pela rádio comunitária que falam sobre as actividades municipais e do código de postura municipal, isso revela que a parceria entre a rádio e município consegue fazer com que os munícipes tenham informação sobre as actividades e acções municipais, embora 40% dos inquiridos que correspondem a 35 não conheçam esses programas isso revela que o município para além de usar a rádio para a massificação das informações municipais deve procurar outros

mecanismos de comunicação e mobilização para que as comunidades saibam o que o município é e faz para o desenvolvimento local.

Partindo dos discursos anteriores pode-se afirmar que a principal premissa do relacionamento entre a rádio comunitária de Sussundenga e o Município da Vila de Sussundenga assenta no princípio de que a parceria é um instrumento importante para a promoção da gestão municipal e isso ganha azo na medida em que a rádio tem sido o meio privilegiado pelo município para a transmissão dos assuntos municipais, mas também tem tido ganhos para a sua sustentabilidade, como atestam as falas abaixo;

“Apoiamos a rádio comunitária financeiramente. (...) fazemos entrega a rádio comunitária é simbólico também não é pagamento efectivo é mesmo contribuição, não podia suportar todos os custos da rádio comunitária, mas é uma contribuição que isso acontece, portanto não pode acontecer situações de refém, a rádio ficar refém com o governo municipal por causa de valores simbólicos, porque é uma questão quase voluntária” (entrevista realizada no dia 07 de julho de 2018, no escritório do presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga).

“O município está a dar um progresso muito grande para a rádio poder desenvolver até agora eu digo que é graças ao município que a rádio conseguiu pagar uma parte da dívida que a rádio tinha com a EDM, porque o município prestava serviços a rádio e eles pagavam e pagam esse é o relacionamento que acho muito positivo” (entrevista realizada no dia 08 de junho de 2018, na Rádio Comunitária de Sussundenga com o ex. Coordenador e técnico de comunicação social Domingos Alberto Matai).

A parceria entre a rádio comunitária e o município joga um papel importante na medida em que minimiza as falhas da comunicação municipal que o município de Sussundenga enfrenta e é o elo entre as comunidades municipais e o município. A parceria entre os dois entes comunitários funciona como um instrumento da visibilidade das acções e actividades municipais, mas também funciona como apoio para a sustentabilidade da rádio.

Esta parceria tem ajudado o município a dar visibilidade a sua imagem bem como buscar o engajamento das comunidades na vida municipal, embora as comunidades não

olhem para os programas de gestão municipal como sendo de eleição na audiência, como ilustra o gráfico abaixo;

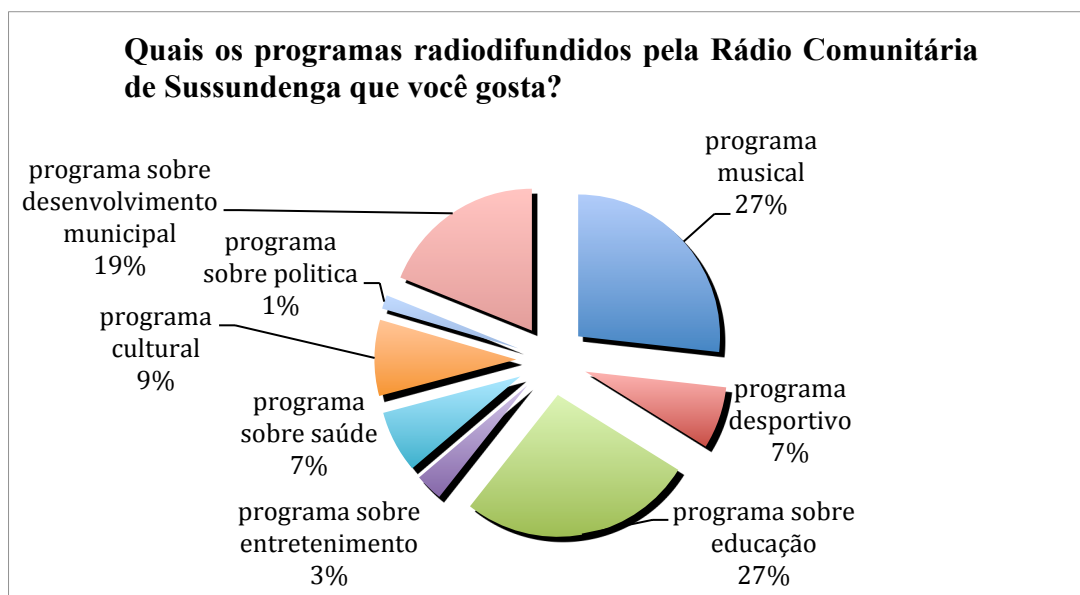


Gráfico 11. Sobre os programas da rádio comunitária de Sussundenga que os munícipes gostam.

O gráfico acima mostra que apenas 19% dos 91 inquiridos que correspondem a 24 munícipes ouvem ou gostam dos programas sobre o desenvolvimento municipal e os restantes optam por outros programas, isto pode revelar que o município precisa procurar para além da rádio outros canais de comunicação e mobilização para a participação das comunidades na gestão municipal.

Embora a parceria entre a rádio e o município seja um instrumento importante para a participação dos munícipes na Gestão Municipal, o município precisa desenvolver instrumentos próprios para conseguir o engajamento das comunidades municipais na sua gestão e criar a aceitação por parte deste.

5.6. Breves conclusões

1. Cabe ao Governo municipal, em primeiro lugar, desenhar estratégias de comunicação municipal que não dependam apenas da rádio comunitária, mas também de outros instrumentos de comunicação dirigida tendo em conta as particularidades dos bairros municipais e das comunidades municipais;

2. Em segundo lugar, cabe ao município traçar estratégias de comunicação municipal simétricas que tenham a capacidade de impulsionar a definição de políticas públicas municipais com a participação das comunidades municipais;
3. Em terceiro lugar, cabe ao Governo Municipal criar um gabinete de comunicação municipal capaz de fazer a avaliação dos efeitos das políticas públicas municipais nas comunidades municipais e buscar melhores modelos de comunicação e mobilização capazes de engajar as comunidades na gestão compartilhada dos bens públicos municipais;
4. Em quarto lugar, o processo de participação, mobilização e comunicação deve ser um instrumento de diálogo com as comunidades municipais através de comités ou comissões participativos e eleitos pelas comunidades municipais, isto é, que tenham a legitimidade de representar as comunidades municipais perante o poder executivo e legislativo municipal, com vista a promoção de uma gestão municipal compartilhada. O diálogo proposto deve abrir espaço para adoção de decisões inclusivas que incluam também os sectores minoritários que são adversários do governo municipal de Sussundenga;
5. Em quinto lugar, o sistema de Governo do Município de Sussundenga deve ser aberto, democrático e ter a capacidade de fazer participar na definição de políticas públicas municipais sectores da oposição;
6. Em sexto lugar, a comunicação municipal deve permitir que os munícipes possam tomar decisões, participar, conhecer o município, compreender os problemas e acções municipais, acima de tudo abrir espaço para que possam opinar e propor soluções aos problemas, actividades e acções municipais. Enfim o município deve criar um gabinete de comunicação municipal capaz de adequar a comunicação municipal ao contexto socioeconómico, cultural e étnico do município da Vila de Sussundenga.

5.6.1. Quanto a rádio comunitária, esta deve:

1. Através da parceria que tem com o município, deve ser um instrumento para a visibilidade e legitimação das acções municipais, a partir de uma programação

- que conta com a participação do município e das comunidades municipais que retrata a gestão de bens públicos municipais;
2. Ser um instrumento para a visibilidade e legitimação das acções das comunidades municipais, a partir de uma programação que conta com a contribuição dos munícipes e que espelha a realidade local;
 3. A rádio deve jogar o papel de influenciador das mudanças de comportamento face a gestão dos bens públicos municipais e reforçando a capacidade de questionamento das comunidades municipais sobre o poder executivo e legislativo municipal;
 4. Preparar as comunidades municipais no melhoramento das suas relações com o município com vista ao desenvolvimento local;
 5. Colocar temas municipais em discussão na esfera pública municipal e sensibilizar as comunidades municipais sobre a sua responsabilidade na gestão de bens públicos municipais;
 6. Ajudar a comunidade municipal no reforço da identidade local e na preservação da cultura local de Sussundenga; e
 7. Criar um comité de gestão actuante, que servirá de mobilizador das comunidades municipais para a sua participação na gestão, apoio e produção de programas que espelham a realidade local.

Esquema resumo sobre a forma actual de parceria entre o município e a rádio para a gestão de bens públicos municipais



Esquema elaborado pelo autor.

Explicando o esquema

1. O município produz e aprova códigos de postura municipal através da Assembleia Municipal. Há uma consulta do município, através dos deputados municipais, aos munícipes, porém muitas das vezes os anseios dos munícipes não se refletem na decisão tomada pelos municípios, o que, de alguma forma, faz com que estes não se identifiquem com as políticas públicas municipais. O município aplica uma comunicação unilateral, apenas comunica com os munícipes quando lhe convém.

Há uma relação assimétrica onde se dá primazia ao interesse do município e não dos munícipes.

2. Na relação entre a rádio e a comunidade municipal também se verifica uma comunicação unilateral e uma participação manipuladora e informativa, onde a rádio finge que a comunidade participa na sua gestão através do comité de gestão, porém este comité é inoperante e seus membros não foram eleitos pelas comunidades. No fim quem decide sobre os programas a passar na rádio são os coordenadores.
3. A rádio comunitária e o município têm uma parceria de prestação de serviço, onde a comunidade municipal apenas recebe informações do que o município faz. É uma parceria que visa dar visibilidade ao município e dar sustento financeiro a rádio sem a participação directa das comunidades embora os dois entes sejam comunitários.

Portanto, a parceria entre o município e a rádio comunitária deve ser um instrumento da veiculação da opinião pública municipal, onde possibilita que as comunidades municipais possam expressar as suas opiniões e assim participarem nas diversas actividades desenvolvidas pelo município, ademais, essa possibilidade da veiculação da opinião das comunidades municipais também vai aplainar a consciência cidadã e abrir espaço para que estas possam participar na gestão da própria rádio, para que esta não se possa transformar em um instrumento ideológico do poder municipal.

6. Estudo de caso sobre o Conselho Municipal da Cidade de Chimoio e da Rádio Comunitária GESOM

A gestão de bens públicos demanda a participação das comunidades, tanto na concepção das políticas públicas como na sua implementação. A firmação de parcerias entre entes públicos joga um papel importante para o engajamento das comunidades na tomada de decisões sobre a gestão de bens públicos. O sucesso da gestão municipal só é possível onde as comunidades municipais conhecem os seus deveres e direitos, e acima de tudo onde estes têm direito a participarem na formulação de políticas públicas autárquicas, por outro lado, o sucesso de uma rádio comunitária só é possível com a participação das comunidades na sua gestão e na produção de programas que espelham a realidade comunitária, isto é, programas que são produzidos tendo em conta a cultura, os hábitos e costumes comunitários.

A parceria entre RCG e o Conselho Municipal da Cidade de Chimoio pode-se configurar como um instrumento para a participação das comunidades tanto na gestão municipal, como na gestão da rádio, não como simples consumidoras dos serviços oferecidos tanto pela rádio, quanto pelo município, mas sim como agentes da definição desses serviços e actividades.

Neste capítulo, apresenta-se o Conselho Municipal da Cidade de Chimoio, partindo do contexto histórico e da transformação da Cidade de Chimoio em Município. Apresenta-se de seguida a rádio comunitária GESOM e por fim faz-se a análise da parceria entre estes dois entes como estratégia para a gestão compartilhada. A análise é feita através de cinco (5) operadores analíticos que foram definidos tendo em conta os operadores teóricos, o problema e os objectivos do trabalho:

- I. A comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada do município;
- II. A participação das comunidades municipais na gestão Municipal: uma estratégia de gestão compartilhada;
- III. Rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada municipal;

- IV. A participação das comunidades municipais na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada;
- V. Parcerias entre rádios comunitárias e municípios como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada.

Para o alcance dos objectivos da pesquisa foram combinadas a pesquisa qualitativa e quantitativa para a compreensão do papel que a rádio e o município têm na promoção da gestão compartilhada de bens públicos e a percepção que as comunidades municipais têm sobre a sua participação na gestão tanto da rádio, como do município.

6.1.O contexto histórico da formação do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio

De acordo com Artur (1999: 56), (...) grande parte do território de Manica e Sofala esteve sob a administração da Companhia de Moçambique. Acrescenta o autor que a sub-Circunscrição de Chimoio começou a ter certa notoriedade em 1893. No dia 24 de Fevereiro de 1893 Chimoio foi elevada a categoria de Circunscrição pela Ordem nº 90, fazendo parte do Distrito de Manica, mas mantendo a sua sede na Vila Barreto⁸⁰, que estava instalada na actual povoação de Matsinho, não longe da Cidade de Chimoio. Advoga o autor que a criação da circunscrição de Chimoio deveu-se ao facto de na altura prever-se a chegada da Linha férrea do Caminho de Ferro Beira/Umtáli (actual Mutare, no Zimbabwe), (ARTUR 1999: 56).

A criação da Circunscrição de Chimoio e sua sede passaram a ser objectos de Decretos e Contra Decretos, de Ordens e contra Ordens. O que acontecia é que depois de publicados certos Decretos ou Ordens oficiais, passado algum tempo tudo era anulado por documentos análogos. A circunscrição de Chimoio foi finalmente constituída em 1894 com sua sede em Vila Barreto até 1898. O que motivara a instalação da sede na Vila Barreto era a linha de Caminho-de-ferro que tinha o seu término naquela vila o que terá contribuído para o engrandecimento e dinamismo da mesma. (Idem).

⁸⁰ Vila Barreto de acordo com a narração do autor corresponde a Localidade de Matsinho no Distrito de Vanduzi.

A linha do Caminho-de-ferro conheceu uma nova dinâmica e foi expandida até a Nova Macequece (actual cidade de Manica) em fins de 1897. Este desenvolvimento terá contribuído para o colapso da Vila Barreto e o fechamento de muitas infraestruturas até então ali existentes e conseqüentemente a redução da população ali residente, outro factor que teria contribuído para o colapso de Vila Barreto como capital da circunscrição de Chimoio estaria associada à carência de água (ARTUR 1999: 57).

Finda a hegemonia da Vila Barreto a sede da circunscrição de Chimoio foi oficialmente transferida, a 30 de Outubro de 1898 para a povoação então designada Chimiala (ou Chiniala). Essa povoação situava-se no sopé da Serra Bengo (mais conhecida por Cabeça de Velho⁸¹), nas terras dos Chaurumbas, tendo a própria povoação passado a designar-se Mandigos. Trata-se aqui do local onde se encontra instalada a cidade de Chimoio, (ARTUR 1999: 57).

Em 1898 o então Governador de Manica e Sofala, Manuel Rafael Gorjão declara por ordem da Companhia de Moçambique nº 1255 de 30 de Outubro desse ano, um terreno dentro da Circunscrição de Chimoio, entre o km 230 e 231 do Caminho de Ferro Beira/Machipanda a povoação que tomaria então a designação de Mandigos, (ARTUR 1999).

A 17 de Julho de 1916 a sede de circunscrição de Chimoio, Mandigos passou a denominar-se Vila Pery, através da Ordem nº 3683/1916, de 15 de julho por ordem do administrador da Companhia de Moçambique, desejoso de satisfazer o interesse manifestado pelos colonos portugueses que queriam ver homenageado o governador João Pery de Lind, pioneiro do desenvolvimento agrícola da cidade de Chimoio. Acrescenta o autor que Vila Pery não passou a ser só a sede do Conselho de Chimoio, mas também a capital do Distrito do mesmo nome (Distrito de Vila Pery), a partir de 1 de janeiro de 1971 (ARTUR 1999:65-67).

A 17 de julho de 1969, através da portaria nº 22258/69 Vila Pery foi elevada a categoria da cidade. Em 1978 a Câmara Municipal foi transformada em Conselho Executivo ao abrigo da Lei nº 7/78, de 22 de Abril. A resolução nº 8/56 de 25 de Junho categoriza-a com o nível C.

⁸¹ A designação Cabeça de Velho do monte Bengo advém pelo facto deste apresentar um formato de uma cabeça humana virada para o céu, vide em anexo as fotos do monte.

Segundo Artur (1999: 68) a mudança de nome de Vila Pery para actual Cidade de Chimoio data de 12 de Junho de 1975. Nessa data a então Vila Pery recebera a visita do malogrado Presidente Samora Moisés Machel que em comício popular declarou a mudança da designação de Vila Pery a adoção do nome Cidade de Chimoio. A partir dessa visita Chimoio passou a ser capital da província de Manica e situa-se sobre o Corredor da Beira, a cerca de 200 quilómetros da Beira e a 100 do Zimbabwe. Tem os seguintes limites geográficos: o rio Nhamahocha, Têwé, até ao marco três do foral, o monte Chizombero, IAC e o círculo Matole, ao Norte; os riachos Toa e Munetse, os círculos Chiongo e Ndenguene, e a localidade de Zembe ao Centro, ao Sul; o rio Nhamahocha e os círculos de Noia e Chiongo, a Este; e a confluência dos rios Nhamathui e Chiongo, a Oeste. Com uma área de 174 quilómetros quadrados, a cidade de Chimoio foi construída num planalto de cerca de 706 metros, localizado sobre a cimeira de duas bacias hidrográficas no eixo Beira-Mutare⁸².

O Conselho Municipal da Cidade de Chimoio foi criado a Luz da lei n° 2/97 de 18 de Fevereiro que mais tarde foi alterada pela lei n° 6/2018 de 3 de Agosto que regula o quadro jurídico-legal para a implementação dos municípios locais. Este município faz parte do primeiro lote de 33 distritos que ascenderam ao grau de município, em 1998. O CMCC divide o mesmo território com o Distrito de Chimoio.

6.1.1. Divisão Administrativa

O Município esta dividido em três Postos Administrativos Urbanos (PAU), nomeadamente, PAU1, PAU2, e PAU3 e por sua vez os PAUS integram 33 bairros, sendo 10 bairros no PAU1, 12 bairros no PAU2 e 11 bairros no PAU3e em cada bairro encontramos unidades, Quarteirões e Blocos, como ilustra o tabela que se segue.

Tabela da divisão administrativa do CMCM

Bairros		
PAU1	PAU2	PAU3
Agostinho Neto	Bairro 1	Bairro 4
Nhamatsane	Bairro 2	Bairro 5

⁸² Vide em anexo o mapa do Distrito de Chimoio

25 de Junho	Bairro 3	7 de Abril
Centro Hípico	Eduardo Mondlane	Chianga
Chissui	Josina Machel	Sitanha
Nhamadjessa	Circulo Mudzingadzi	Francisco Manyanga
Tembwe	3 de Fevereiro	Popular da Textafrica
Hombwa	Vila-Nova	1 de Maio
Trangapasso	Bloco 9	Mundzigandzi
Herois Moçambicanos	Chinfura	Nhamahonha
	7 de Setembro	Nhaurir
	16 de junho	

De acordo com o Censo Geral da População e Habitação de 2017 o Município da Cidade de Chimoio conta com uma população de cerca de 335 049 habitantes⁸³.

6.2.A rádio Comunitária GESOM

A Rádio Comunitária GESOM localiza-se na província central de Manica, na cidade de Chimoio em Moçambique. A RCG foi criada pela Associação de Educação Social de Manica integrada no Projecto das Rádios Comunitárias apoiadas pela UNESCO, em 2001. A grelha dos programas produzidos pela GESOM é suportada por voluntários vindos das comunidades.

A RCG tem uma cobertura de 75 Km, emite na frequência 106.1 Mhz em FM, os seus programas são de carácter informativo, educativo, formativo desportivo e de entretenimento e são produzidos em directo ou gravados. A GESOM emite os seus conteúdos em português, Chimánika e Chiuté (Ciwute) das 5 horas e 55 minutos às 22:00 horas diárias. A RGC cobre toda a cidade de Chimoio e alguns distritos vizinhos, como atestam as falas abaixo;

“A rádio Comunitária GESOM tem um raio de 75 Km, ela abrange a cidade de Chimoio e também tem aquelas ondas perdidas que alcançam fora da cidade, estamos a falar de Sussundenga, Gondola assim como Vanduzi. Emite na frequência 106.1. megahertz, das 05: 55 até as 22, reduzimos dantes íamos até as 00 horas, mas devido custos financeiros acabamos reduzindo para 22 horas”

⁸³ www.ine.gov.mz Dados preliminares do IV Censo Geral da população e Habitação 2017

(Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa, adjunto mobilizador. Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede da RCG em Chimoio).

“A RCG abrange uma área de 75 Km, com um emissor de 100 Watts. Emite na frequência 106.1 Megahertz, das 5 horas e 55 minutos as 22 horas diárias. Esta rádio iniciou suas emissões em Maio de 2002” (entrevista feita ao coordenador da RCG Narciso Ernesto na sede da RCG no dia 26 de junho de 2018).

Esta rádio é gerida pela comunidade de Chimoio, através de um Comité de Gestão composto por pessoas eleitas pela comunidade. Este Comité conta com um coordenador, um gestor de recursos humanos e financeiros, um mobilizador, um adjunto mobilizador, três chefes das emissões, chefe técnico, chefe da redacção e um chefe do estúdio. Para além deste grupo, fazem parte dos recursos humanos da GESOM, 2 técnicos, 01 formador, 01 contínuo, 03 seguranças e um grupo de 69 voluntários que são responsáveis pela produção dos programas radiodifundidos pela estação. Tanto o Coordenador, como os demais membros da rádio são voluntários e não auferem nenhum salário, apenas contam com alguns subsídios⁸⁴, como afirmaram os entrevistados;

“Estamos a falar do coordenador, do mobilizador, o adjunto, o chefe do laboratório e a pessoa responsável pela administração e três chefes da frente das emissões, estou a falar deste caso das línguas, como a rádio tem as três línguas, então a cada responsável desta língua, então incorpora a direcção. Sim. A rádio tem um comité de gestão, então tem sua estrutura, tem as suas políticas de funcionamento, desenhado pelo mesmo comité e realmente o seu papel principal, não é só de fiscalizar, mas de contribuir com aquilo que é necessário para o desenvolvimento do próprio organismo porque não confere apenas em trazer aqui a figura da fiscalização, tem de fiscalizar aquilo que o próprio órgão fiscalizador tem a consciência de que tenha por ela contribuindo, no entanto consideramos até então, que é um conselho que esta a fazer o seu papel da melhor maneira” (entrevista feita ao coordenador da RCG Narciso Ernesto na sede da RCG no dia 26 de junho de 2018).

“A própria gestão da rádio é feita pela comunidade e não só o pessoal interno também participa na gestão da própria rádio. O número exacto não tenho em mente, mas está o Coordenador que é o Narciso; está o mobilizador, o adjunto mobilizador, temos chefe da redacção e o seu adjunto, temos o chefe técnico e o seu adjunto e depois temos o chefe das emissões que são 3, estamos a falar de 10” (Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa, adjunto mobilizador. Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede da RCG em Chimoio).

Contrariamente a afirmação do adjunto mobilizador e do coordenador da rádio comunitária GESOM, a pesquisa apurou que maior parte dos membros das comunidades não conhece os gestores da RCG, como atesta o gráfico abaixo;

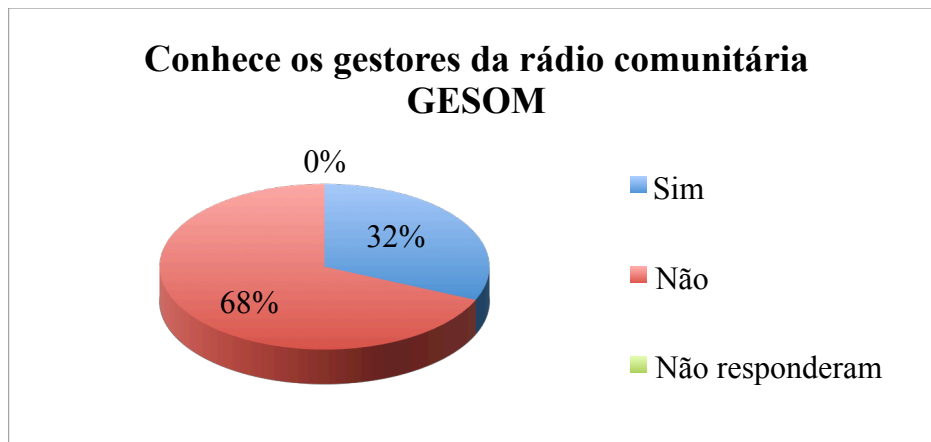


Gráfico 12. Referente aos gestores da RCG

Dos 95 inquiridos, 65 inquiridos que correspondem a 68% afirmaram que não conhecem os gestores da RCG, isso revela que a própria comunidade não se sente gestora da rádio, apenas 30 inquiridos que correspondem a 32% afirmaram conhecer os gestores da rádio, isto mostra a necessidade de a própria rádio fazer um trabalho de comunicação e mobilização das comunidades para que estas possam saber que esta pertence a todos e todos devem participar na sua gestão, para além de que devem conhecer os seus dirigentes, pois se espera que estes saiam da própria comunidade, uma vez que a rádio é da comunidade, na comunidade, para a comunidade. A pesquisa apurou que embora maior parte da comunidade não conheça os gestores da rádio comunitária GESOM, estes sabem que a rádio pertence a comunidade, como ilustra o quadro abaixo;

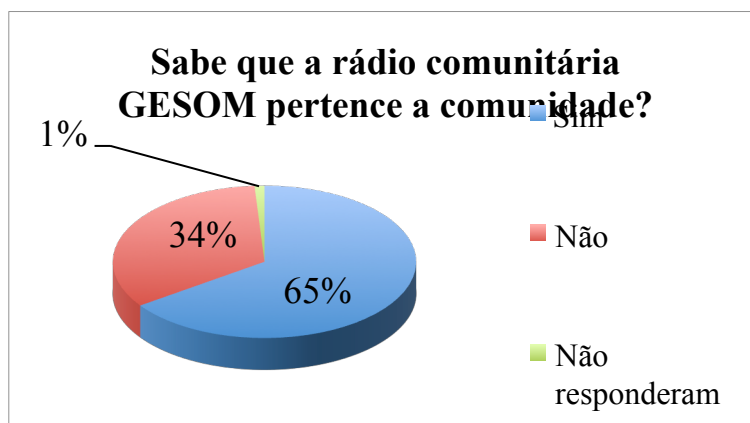


Gráfico 13. Referente ao conhecimento que a comunidade tem sobre a pertença da RCG.

Dos dados apresentados no gráfico pode-se afirmar que dos 95 inquiridos 62 que correspondem a 65% sabem que a rádio comunitária GESOM pertence a comunidade, porém quando o assunto é gestão verifica-se que estes não participam da gestão, 32 que correspondem a 34% afirmaram que não sabiam que a rádio era da pertença da comunidade, e 1 inquirido não respondeu a pergunta.

Estas diferenças levam-nos a colocar as seguintes questões:

- ✓ O que leva às comunidades a não conhecerem os gestores da rádio embora saibam que esta pertence as comunidades?
- ✓ Se não conhecem os gestores, como então participam na gestão da rádio?
- ✓ Será que há um grupo que se apoderou da rádio transformando-a em rádio privada?
- ✓ Qual é o papel do comité de gestão que foi apontado pelo coordenador e pelo adjunto mobilizador como elo entre a rádio e as comunidades?

Espera-se com a pesquisa poder se responder a estas e várias outras questões levantadas ao longo da formulação do plano de pesquisa.

Actualmente, grande parte de voluntários são estudantes provenientes das várias escolas e universidades sediadas na província de Manica, com especial destaque para a Escola Superior de Jornalismo, Universidade Católica de Moçambique Delegação de Manica e o Instituto Medio Politécnico Armando Emílio Guebuza que leccionam cursos de comunicação e jornalismo.

A rádio Comunitária GESOM emite em português, Chiuté (Ciwute) e Chimanika (Cimanika) funciona com dez grupos editoriais, dedicados às diferentes áreas temáticas,

nomeadamente: 1) Grupo editorial de saúde; 2) cultura; 3) educação; 4) Desporto; 5) Agricultura; 6) mulher; 7) juvenil; 8) cobertura eleitoral; 9) HIV/SIDA; e 10) Criança. Cada grupo editorial tem um chefe, o qual é responsável pela coordenação do trabalho da sua equipa. Estes programas são produzidos com apoio do coordenador de programas coadjuvado pelo mobilizador, adjunto mobilizador e pelas equipas das diferentes editorias sob supervisão do coordenador geral da rádio.

A RCG conta com um estatuto editorial, que contém a política editorial da rádio, tem um regulamento que rege o funcionamento da rádio e uma política de voluntariado que orientam os voluntários que produzem e gerem programas radiofónicos.

Actualmente a GESOM está filiada ao FORCOM.

5.6.A comunicação Municipal como estratégia de mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada do município

A comunicação joga um papel importante para o desenvolvimento municipal, é através da aplicação clara dos processos comunicativos que se pode ligar dirigentes e dirigidos para a definição de políticas públicas que sejam capazes de contribuir para o desenvolvimento municipal. A comunicação que se instaura na relação entre município e comunidades municipais deve ser capaz de convocar a participação de todos na gestão dos bens públicos municipais.

Para o sucesso da comunicação municipal é necessário que os municípios tenham gabinetes de comunicação que sejam responsáveis em elaborar planos de comunicação que contém estratégias de relacionamento e interação com os diversos públicos municipais. Não basta que se tenha gabinetes de comunicação é necessário que esses gabinetes tenham a capacidade de desenvolver uma comunicação pública municipal, baseado na bilateralidade, isto é, que dá voz omunicípio as comunidades municipais para o alcance dos objectivos autárquicos e das comunidades. Por outro lado, os gabinetes de comunicação municipal devem conseguir eleger veículos de comunicação que consigam fazer chegar a informação autárquica as comunidades municipais e fazer o levantamento das demandas dessas comunidades face aos serviços e actividades autárquicos e a sua

participação na definição das políticas públicas. No que se refere a existência de um gabinete de comunicação municipal o coordenador da área de comunicação afirmou;

“O conselho municipal não tem o gabinete de comunicação o que nós fazemos como temos pouco conhecimento da área de comunicação, então acabamos fazendo essas actividade uma e outra. Plano de comunicação, uma vez que não temos um gabinete de comunicação, não existe, mas temos trabalhado na divulgação das realizações do Conselho Municipal e a divulgação dessas actividades do Conselho Municipal são feitas através dos órgãos de comunicação social, entramos em contacto com os órgãos de comunicação social e esses vem cobrir aquilo que são os eventos do município não só, usamos uma plataforma que é o *Website* para comunicar com a comunidade e basicamente são essas áreas, mas também temos o boletim informativo local e esses instrumentos nos possibilitam divulgaremos aquilo que são as realizações do Conselho Municipal e interagiremos com os munícipes” (Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa, coordenador comunicação do Conselho Municipal de Chimoio. Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

O discurso do coordenador da área de comunicação do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio mostra que este não tem um departamento específico de comunicação e nem um plano de comunicação. Porém, a não existência do gabinete de comunicação e do plano de comunicação não inibe a instituição de comunicar com os seus munícipes usando para tal *Website*, o boletim informativo, o contacto directo com os munícipes. Analisando o sítio domunicípio na internet foi possível verificar que na secção esquerda do mesmo aparece o Menu com as seguintes funcionalidades: Breve historial; Gabinete do Presidente; Administração Territorial Municipal; Urbanização, Construção e Habitação; Plano e Finanças; Saneamento e meio ambiente; Educação, Juventude, Cultura e Desporto; Segurança e Ordens Públicas; Comércio, Indústria e Turismo; Saúde, Acção Social e Emprego; Transporte, rede viária e comunicação; Mercados e feiras; Código de postura; Serviços: Formulários; Contactos: Envie-nos um correio electrónico;

Melhoria do ambiente de negócios; Licenciamento simplificado das actividades económicas; e Jornal Municipal: Massoko yamuchimoio⁸⁵.

A pesquisa apurou que dos 335 049 habitantes, 1513 munícipes que correspondem a aproximadamente 0,5% visitaram a página do município para obter informações sobre os diversos serviços que o município oferece; 825 que correspondem a aproximadamente 0,2% visitaram o sítio do município para se inteirar da situação referente a melhoria do ambiente de negócios e outros 1057 que correspondem a aproximadamente 0,3% visitaram o sítio do município para tratar assuntos referente ao licenciamento simplificado das actividades económicas, isto revela que desde a sua abertura em 2015 apenas 1% dos munícipes de Chimoio visitou o sítio do município de Chimoio e os restantes 99% não usam este meio de comunicação. Partindo destes dados pode-se afirmar que a Internet ainda não é o meio de inclusão para a comunicação municipal no Conselho Municipal da Cidade de Chimoio.

O boletim informativo que foi também indicado pelo coordenador da área de comunicação como instrumento de comunicação municipal está acoplado a página do município e não apresenta o número de visitantes o que pode revelar que ninguém se interessa por este meio, ademais, a sua última actualização foi feita somente no primeiro trimestre de 2017⁸⁶. Isto pode revelar que o município deve optar por outros meios de comunicação municipal para a promoção das actividades do município. Numa sociedade que ainda enfrenta problemas de acesso a internet, a utilização deste instrumento como elo entre o município e os munícipes pode excluir a maior parte dos munícipes como fora demonstrado anteriormente.

Na gestão municipal, a comunicação assume um papel importante no relacionamento entre as entidades municipais e as comunidades, com vista a gestão compartilhada de bens públicos comunitários⁸⁷. Neste caso a comunicação municipal possibilita a

⁸⁵Massoko yamuchimoio traduzido para português significa Notícias de Chimoio, jornal disponível em: <http://www.cmchimoio.gov.mz/> acessado aos 27 de Setembro de 2018

⁸⁶ Informação disponível em: <http://www.cmchimoio.gov.mz/> Acessado aos 27 de Setembro de 2018.

⁸⁷ Entenda-se por bens públicos comunitários, todos aqueles que são pertença das comunidades, neste caso o município e a rádio comunitária são bens públicos comunitários, uma vez que pertencem a comunidade municipal.

ampliação dos fóruns de debate, negociação, informação e de participação na tomada de decisões sobre a gestão compartilhada de bens públicos municipais.

No relacionamento entre o município e as comunidades municipais o acesso a informação, de interesse público, amplia a consciência dos cidadãos para participarem na tomada de decisões sobre a gestão compartilhada de bens públicos municipais e comunitários. Essa participação só pode ser possível onde a comunicação municipal consegue convocar vontades sobre os deveres e direitos dos munícipes na gestão compartilhada de bens públicos. Para tal, os municípios têm o desafio de adotarem políticas comunicativas bidirecionais, onde há combinação dos vários instrumentos de comunicação municipal. Nesta perspectiva, os municípios precisam usar meios de comunicação social, comunitários, dirigidos, interpessoais com vista ao empoderamento das comunidades em informação que possa contribuir para a sua participação na gestão de bens públicos comunitários.

A comunicação municipal, no relacionamento município/munícipe, desempenha dois papéis importantes: (1) funciona como instrumento para a visibilidade e divulgação das atividades municipais para o conhecimento das comunidades municipais; (2) a comunicação municipal funciona como instrumento de participação das comunidades municipais na vida do município. Partindo destas visões pode-se afirmar que não basta só enviar informações aos meios de comunicação para o conhecimento dos munícipes, é necessário que o município tenha meios de comunicação de entrada que possibilitam a este perceber o sentido que os munícipes dão as informações enviadas, e se essas informações são transformadas em conhecimento e contribuem para a gestão compartilhada do município. Por outro lado, os meios de comunicação municipal devem ter a capacidade de mobilizar os munícipes com vista a sua participação na gestão municipal. Os gráficos abaixo ilustram os meios pelos quais os munícipes recebem informações e enviam informações ao município;

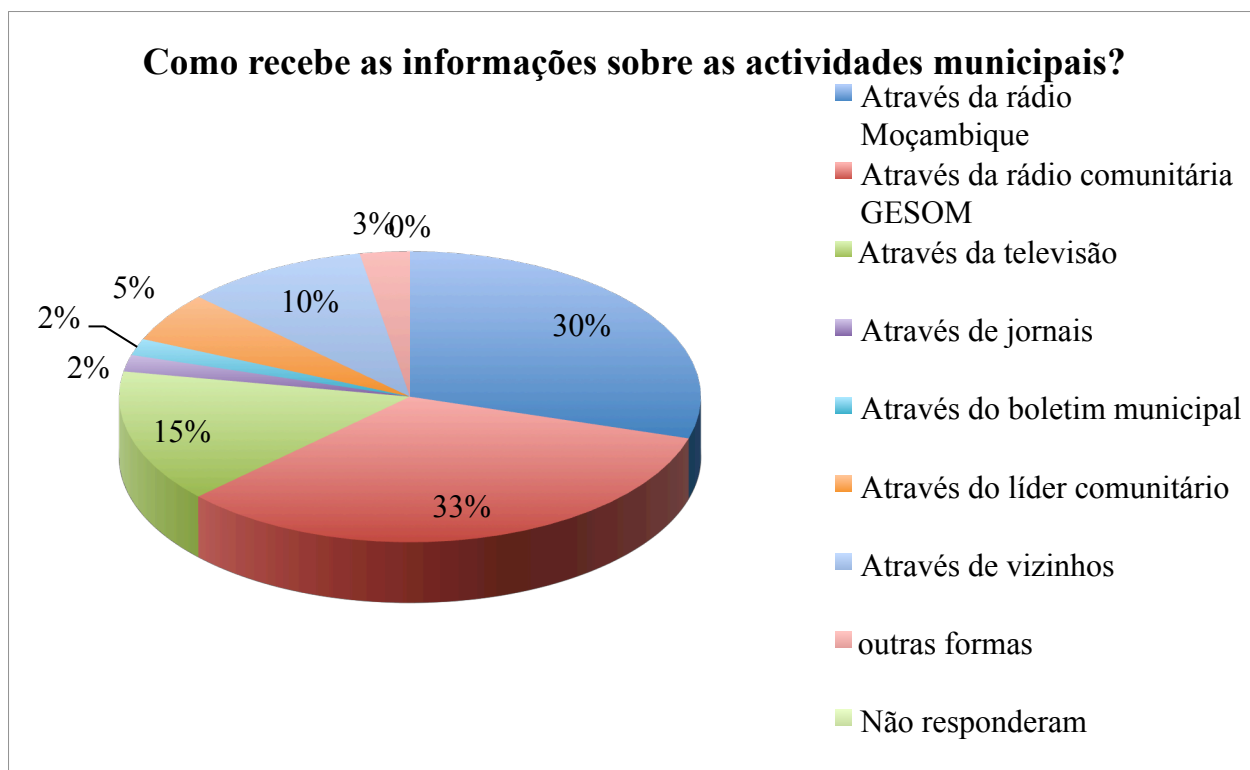


Gráfico 14. Referente a forma como os munícipes recebem a informação sobre as actividades municipais.

Observando o gráfico pode-se afirmar que dos 95 inquiridos 32 que correspondem a 30% recebem informações sobre as questões municipais através da Rádio Moçambique, enquanto 36 dos 95 inquiridos que correspondem a 33% recebem informações inerentes omunicípio através da Rádio Comunitária GESOM, 16 inquiridos que correspondem a 15% recebem informações sobre omunicípio através das várias estações de televisão que são captadas no Conselho Municipal da Cidade de Chimoio, 2 dos 95 inquiridos que correspondem a 2% recebem informações através dos jornais; 2 inquiridos dos 95 inquiridos que correspondem a 2% recebem informações através do boletim municipal; 6 inquiridos dos 95 inquiridos que correspondem a 5% recebem informações via líderes comunitários; 11 inquiridos dos 95 inquiridos que correspondem 10% recebem informações através dos vizinhos; 3 recebem informações de outras formas não especificadas enquanto 1 munícipe não respondeu ao questionamento.

Quanto a comunicação entre a Assembleia Municipal e os munícipes a pesquisa apurou que também não existe um plano de comunicação municipal, e neste caso os meios de comunicação social continuam a jogar um papel importante para a massificação

da comunicação municipal às comunidades, como afirmou o presidente da Assembleia Autárquica;

“Os nossos meios disponíveis para a comunicação, neste momento, nós temos estado a privilegiar os medias, nomeadamente a Rádio Moçambique, estamos a falar da rádio comunitária GESOM, estamos a falar da Televisão de Moçambique, estamos a falar também dos outros meios televisivos. Como é que isso se faz, quando nós temos a nossa sessão agendada, o que fazemos é formular convite para esses meios de comunicação social e cabe a esses meios de comunicação social virem fazer a cobertura. Eles tem estado ao longo da realização das sessões, estamos a falar se é uma sessão programada para dois dias, na sessão de abertura, onde se regista as comunicações que são feitas os discursos neste caso de abertura e encerramento do presidente da Assembleia Municipal, as comunicações das chefias das bancadas, as comunicações do presidente do Conselho Municipal e das nossas tutelas administrativas, estamos a falar do representante do governo provincial que tem estado por direito, participa nas nossas sessões, estamos a falar de representante do governo do Distrito e não só e claro dos debates são produzidos nas intervenções, os meios de comunicação social reportam esses debates dentro digamos da sessão, assim como ao longo das sessões os meios de comunicação social fazem entrevistas aos intervenientes dependendo daquilo que é de cada órgão de comunicação estabelece para fazer a sua reportagem, também a imprensa escrita estamos a falar do Jornal notícias, do Diário de Moçambique também são os canais que a assembleia municipal temos estado a utilizar para fazer a cobertura dos nossos trabalhos” (Entrevista ao presidente da Assembleia Municipal Manuel Sueta, realizada no dia 26 de junho de 2018 no escritório da Assembleia Municipal as 10 horas).

A pesquisa constatou que não é só omunicípio que não tem uma estrutura de comunicação municipal definida, mas também a Assembleia Municipal depende dos meios de comunicação tanto nacionais, como comunitários para comunicar-se com a comunidade municipal.

Partindo das afirmações dos munícipes, do coordenador de comunicação do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio e do Presidente da Assembleia Municipal da Cidade de Chimoio pode-se concluir que;

- 1) Os meios de comunicação, quer sejam nacionais, públicos, privados e comunitários, jogam um papel importante na formação da opinião pública autárquica, ou seja, os meios de comunicação são os que mais transmitem assuntos municipais. Por outro lado, a própriomunicípio ao optar pelos meios de comunicação social em detrimento dos meios de comunicação municipal para a transmissão de informações, pode-se pensar que o município acredita na premissa de que os meios de comunicação, sejam de massa ou comunitários, exercem o papel de agentes de socialização política, isto é, irão actuar de modo a levar as comunidades a participarem na vida autárquica.
- 2) Os líderes comunitários perderam seu papel preponderante nas comunidades municipais.
- 3) A comunicação municipal não joga um papel importante no relacionamento entre omunicípio e as comunidades municipais, isto porque nem omunicípio nem a Assembleia municipal têm gabinetes de comunicação municipal, nem têm planos de comunicação, a comunicação é feita pelos secretariados dos gabinetes tanto do Presidente do município como da Assembleia Autárquica.
- 4) As relações interpessoais tendem a substituir a influência dos líderes comunitários, as pessoas deixaram de acreditar nas lideranças comunitárias devido a sua aproximação ao poder político, passaram a ser vistos como membros da elite administrativa autárquica e não como representantes das comunidades municipais.
- 5) Omunicípio não dispõe de meios de comunicação próprios capazes de convocar as comunidades a tomarem parte da gestão dos bens públicos municipais, o *website* e o boletim informativo são excludentes, uma vez que maior parte da população domunicípio não tem acesso a internet.
- 6) Omunicípio deve usar as ferramentas da comunicação municipal para a promoção do relacionamento entre as entidades municipais e as comunidades municipais, onde os primeiros buscam informar, mobilizar, comunicar e interagir com os segundos para o alcance dos objectivos Autárquicos. Partindo desta afirmação omunicípio da Cidade de Chimoio não pode continuar a funcionar sem ter em conta a comunicação municipal, pois pode estar a excluir as comunidades

municipais na tomada de decisões sobre a gestão dos bens públicos municipais por falta de informação.

- 7) Pensar a comunicação municipal como estratégia de mobilização das comunidades municipais para a gestão compartilhada do município é necessário que esta consiga convocar as comunidades municipais a se engajarem na gestão municipal, e diminuir a dependência que o município tem dos meios de comunicação social. Por outro lado, é necessário que se desenhe um plano de comunicação autárquico que tenha diretrizes de comunicação, relacionamento e mobilização das comunidades para a sua participação na gestão municipal.

5.7.A participação das comunidades municipais na gestão municipal: uma estratégia de gestão compartilhada

As comunidades municipais têm um papel importante na gestão municipal e isso só é possível se o município abrir espaços de participação dos munícipes na formulação de políticas públicas. Os munícipes não podem ser vistos apenas como meros beneficiários dos serviços oferecidos pelo município, mas sim como agentes que participam na tomada de decisões sobre a gestão dos bens públicos municipais.

A gestão compartilhada dos municípios configura-se como esse momento da formação de políticas públicas municipais cooperadas, isto é, o lugar da inclusão das ideias dos dirigentes e dirigidos com vista ao desenvolvimento autárquico. Por outro lado, configura-se como o momento da construção de políticas públicas que se assentam na identidade cultural das comunidades municipais.

A gestão compartilhada dos municípios só é possível em contextos democráticos onde se espera que as comunidades municipais tenham espaço para participar na gestão municipal e por outro lado, onde estes conheçam os seus direitos e deveres face ao município e vice-versa. Por outro lado, a participação na gestão dos municípios configura-se como esse momento em que os munícipes tomam parte na discussão e decisão sobre temas pontuais e de interesse social. É nesse encontro

município/munícipe que se constrói o bem público autárquico que pertence a todos e tem relação directa com a qualidade de vida de todos os envolvidos no processo.

O processo da gestão compartilhada deve abrir espaço para a construção da cidadania municipal onde nem o município, nem as comunidades municipais impõem seu poder ao outro, mas um espaço de participação activa das duas entidades na tomada de decisões sobre os assuntos municipais. O desenvolvimento dos municípios está intimamente ligado a participação das comunidades municipais na sua gestão, isto porque o munícipe se sente realizado ao saber que faz ou fez parte na tomada de decisões e na criação de políticas públicas que ditam o funcionamento do município. Por outro lado, um município verdadeiramente democrática é aquela que abre espaço a participação das comunidades na formulação de políticas públicas autárquicas.

Quando se opta por uma gestão compartilhada de bens públicos, neste caso de municípios, é necessário que esteja claro que o envolvimento de todos é fundamental para o sucesso dessa gestão. Uma gestão municipal que promove a participação das comunidades assenta na coresponsabilidade das partes envolvidas no processo, ou seja, é necessário que cada parte conheça o seu papel nesse processo. Por isso, a participação na gestão municipal supõe que tanto município, quanto comunidades municipais estejam comprometidos com os objectivos autárquicos.

Seguindo esta metodologia percebe-se que no âmbito autárquico a gestão deve ser negociada e não imposta às partes, isto é, a produção de políticas públicas municipais deve passar por uma negociação envolvendo os dirigentes autárquicos e as comunidades municipais, onde o diagnóstico dos problemas autárquicos é feita de forma compartilhada, e neste caso de uma forma bipartida com a participação do município e das comunidades municipais, enquanto agentes da gestão compartilhada. Sobre este assunto Peruzzo (2004:81) afirma que é necessário a aplicação da participação-poder que é constituída com base em processos que favorecem a participação democrática, activa e autónoma, propiciando, de modo mais completo, o crescimento das pessoas ou das organizações colectivas enquanto sujeitos. Ela não é passiva nem manipulada, apesar de, por vezes, ser limitada, no sentido de não atingir todas as instâncias da estrutura política ou não abarcar todas as decisões. O exercício do poder é partilhado. São expressões do

poder-participação a cogestão e a autogestão, *que guiam o relacionamento entre dirigidos e dirigentes, em busca de melhores formas de gestão de bens públicos [grifo nosso]*.

Nesta perspectiva, a gestão compartilhada impõe que os municípios tenham a capacidade de ouvir as comunidades municipais e discutir com elas os assuntos municipais, neste caso a proposta é a de que não se pode definir políticas públicas unilaterais, deve-se sim produzir políticas públicas municipais inclusivas que sejam resultado de um debate comum entre as partes e que se alcance consensos para a sua aplicação, só assim não enfrentará resistência por parte das comunidades municipais, por fim é preciso que as comunidades municipais sejam informadas dos resultados produzidos na definição das políticas públicas, ao devolver as comunidades os resultados obtidos isso criará um engajamento das partes e a aceitação ou não da política produzida, sobre isto Peruzzo afirma que as comunidades precisam participar na tomada de decisões sobre políticas públicas, ou seja, “a participação da população nas decisões, (...), implica o exercício do poder em conjunto, de forma solidaria e compartilhada, como participação-poder. Ela (...) leva à corresponsabilidade pelo que é feito. Não é concedida, mas conquistada, realizando-se tanto nas decisões como na execução e nos resultados”. (PERUZZO, 2004:77).

Para o sucesso de gestão compartilhada é necessário que os governos autárquicos apoiem-se nas comunidades municipais para tomarem decisões inclusivas, isto é, que as decisões tomadas ao nível dos governos autárquicos contem com a participação das comunidades municipais e espelhem a visão não só do município, mas de todos os entes autárquicos, governantes e governados, só assim haverá comprometimento das comunidades municipais no apoio ao alcance dos objectivos municipais, aliás não basta só dirigir é necessário incluir o dirigido na definição de políticas que o afectam, de acordo com o presidente da Assembleia Municipal as comunidades municipais participam na gestão municipal, como ilustra a fala abaixo;

“Na verdade, nós, como mandatários do povo a principal missão que, nós, temos é de deliberar matérias que versam a satisfação das preocupações e necessidades quer de forma colectiva quer de forma individual dos nossos munícipes, daí que na verdade se estamos aqui somos mandatados pelos munícipes. Em termos da participação dos munícipes juntos temos feito equipas, quando na verdade

temos que deliberar sobre matérias que dizem respeito ao nosso município de Chimoio, temos que manter contactos com os nossos munícipes, dando-lhes a conhecer as matérias que vão ser levadas portanto ao debate, estamos a falar de vários instrumentos, estamos a falar de instrumentos do Conselho Municipal, assim como da Assembleia Municipal, com maior realce estamos a falar de planos económicos e sociais, em que antes do ano de que vai vigorar, a Assembleia Municipal em sessão própria, estamos a falar da última sessão de cada ano, onde nos aprovamos aquilo que é o plano económico e social do Conselho Municipal, onde contempla várias actividades, estamos a falar de actividades que têm a ver com aspectos de urbanização, estamos a falar de planos que tem a ver com os mercados, com os transportadores semiolectivos de passageiros, com assuntos que versam sobre infraestruturas, vias de acesso, estamos a falar da questão também que tem a ver com o saneamento, portanto o Plano Económico e Social que aprovado é acompanhado do orçamento. O orçamento é a parte que garante a execução das actividades que são arroladas pelo Conselho Municipal, nessa perspectiva o que nos fazemos é na verdade darmos a conhecer a população por exemplo, em relação ao ano passado de 2018, as actividades que Conselho Municipal programou versam nestas e naquelas pilares e o seu orçamento é este, então porque nos temos seis comissões de trabalho, são comissões especializadas estamos a falar de comissões que tem a ver com as matérias de construção e urbanização, de saneamento, de segurança e ordem pública, de desenvolvimento Plano e orçamento, de legalidade, de petições, são essas comissões de trabalho que se deslocam ao encontro da nossa população para lhes fazer entender de que a sessão da Assembleia Municipal vai reunir e vai debruçar-se sobre essa matéria. Com base nesses contactos então os nossos munícipes também dão as suas contribuições em relação a essas matérias que vão sendo levada em debate da sessão da Assembleia Municipal, assim como depois da deliberação, também os munícipes devem conhecer que daquela proposta que o Conselho Municipal submeteu a Assembleia Municipal, então o que foi deliberado foi esta, deliberou-se sobre este e aquele aspecto é mais ou menos neste sentido em que nos temos estado em interacção com a nossa população, os nossos munícipes, não só as nossas sessões da Assembleia municipal são abertas ao público o que significa que nas vésperas da realização das nossas sessões elas são publicitadas nos órgãos de comunicação social, estamos a falar da Rádio Moçambique, estamos a falar da Rádio Comunitária GESOM, onde damos a conhecer que de acordo com aquilo que esta plasmado na lei número 2/97 de 18 de Fevereiro e

nos termos do regimento para quem quiser participar pode-se dirigir a nossa secretaria da assembleia Municipal inscrevendo-se e participando naturalmente” (Entrevista ao presidente da Assembleia Municipal Manuel Sueta, realizada no dia 26 de junho de 2018 no escritório da Assembleia Municipal as 10 horas).

Partindo da fala do presidente da Assembleia Municipal pode-se depreender que a participação dos munícipes na definição de políticas públicas municipais é feita pelo contacto *face-a-face* entre os deputados autárquicos e as comunidades municipais. Esses contactos são feitos através das comissões de trabalho, isso revela que o contacto interpessoal joga um papel importante na auscultação dos munícipes sobre a gestão municipal. Por outro lado, a Rádio Moçambique e a Rádio Comunitária GESOM jogam um papel importante na convocação das comunidades municipais para a sua participação na gestão municipal. Na fala do Presidente da Assembleia Municipal está claro que além do contacto *face-a-face* e da rádio não existem outras formas de contacto, para além de que esses contactos só são feitos quando há matérias por deliberar, não existem encontros periódicos com as comunidades municipais para que estes possam saber como é gerida o município por parte dos seus mandatários. Por outro lado, o coordenador de comunicação do Conselho Municipal afirmou que;

“Os munícipes participam através dos programas que são feitos e assim como o Município se desloca a comunidade basicamente também estará a participar na gestão do Conselho Municipal, por outro lado, temos o programa denominado por Atendimento sem Audiência que é a ASA em que o Município deslocam-se ao campo e com vários serviços e a comunidade aparece para ter mais informações porque em algum momento nós sentimos que a comunidade tem tido receio ou algumas barreiras para ter alguma informação com as vereações ou com o presidente, então agente desloca ao terreno e as pessoas vêm ao encontro das vereações e ai eles tem acesso a informação e tem acesso a outros programas do Município e saem felizes pelo menos é aquilo que já fizemos” (Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa, coordenador comunicação do Conselho Municipal de Chimoio. Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

As duas visões dos membros do Conselho Municipal mostram que as comunidades municipais participam na gestão municipal, através dos encontros interpessoal que tanto

oMunicípio, como a Assembleia Municipal fazem nos bairros municipais, também participam quando se deslocam ao próprio município. Outro instrumento de participação que foi nomeado pelos dois interlocutores é a rádio.

No processo de gestão compartilhada, o público nos remete ao Município e às comunidades municipais, simultaneamente complementar e contraditório na formulação e execução de políticas públicas autárquicas. Em contexto democrático, como é o caso de Moçambique, os municípios não podem olhar para as comunidades municipais apenas como seus clientes, mas sim como aquelas que também devem participar na definição de políticas públicas municipais para a sua funcionalidade, daí que hoje, não devem só buscar a interacção objectiva e educativa, mas acima de tudo uma constante mobilização à participação destas na gestão municipal, nesta perspectiva o gráfico abaixo ilustra a visão dos munícipes sobre a sua participação na gestão municipal;

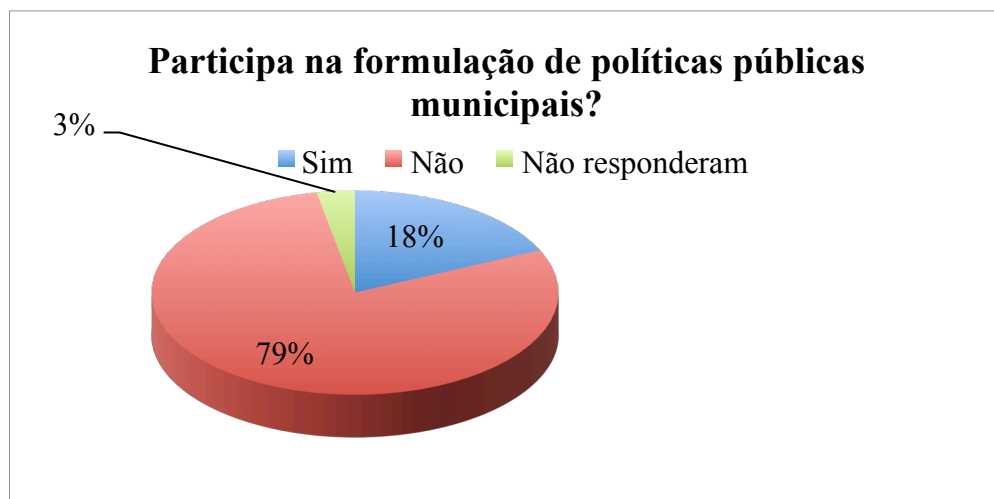


Gráfico 15. Referente a participação das comunidades municipais na formulação de políticas públicas municipais.

O gráfico ilustra que dos 95 inquiridos 74 que correspondem a 79% afirmaram que não participam na definição de políticas públicas autárquicas, enquanto 18 que correspondem a 18% afirmaram que participam na formulação das políticas públicas municipais e os restantes 3 que correspondem a 3% não responderam ao questionário. Observa-se que maior parte dos inquiridos não participam na formulação das políticas públicas autárquicas, a primeira leitura que se pode fazer disto é de que há uma exclusão das comunidades municipais na tomada de decisões sobre os bens públicos municipais. Na fala do membro do sector de comunicação e do Presidente da Assembleia Autárquico

foram indicados os encontros interpessoal e individuais como esse lugar da participação das comunidades municipais e dos munícipes na formulação de políticas públicas municipais, isso contrasta com a visão dos munícipes.

As conclusões que se podem tirar disto é que as comissões que são criadas por parte da Assembleia Municipal para a interacção com os munícipes são ineficazes, ou seja, promovem uma participação manipulada, que é simplesmente aparente, com representantes da Assembleia Autárquica, (deputados municipais), eleitos pelas comunidades integrando comissões oficiais, que não representam os interesses dos eleitores. Sendo que os eleitores não se vêm representados porque suas demandas não chegam a discussão na Assembleia Autárquica; alias a este respeito Peruzzo assinala que os administradores tendem a manipular as comunidades, fazendo com estas adequem suas demandas aos interesses de quem detém o poder. Nesta circunstância, a participação pode ser uma farsa, usando-se o grupo social como massa de manobra para angariar popularidade e legitimação política, com vista a um desempenho eleitoral favorável. Acrescenta a autora que qualquer poder não aprecia ser contestado. Mesmo o planeamento participativo pode tornar-se mera legitimação do poder, à medida que reproduzir apenas uma farsa participativa. (...) No exercício da participação manipulada, muito do que está em jogo não é explicitado. As intenções manifestas de solução de problemas e de autopromoção da comunidade podem andar de mãos dadas com interesses pessoais, político-partidários e eleitorais. O clientelismo e o paternalismo são corriqueiros neste tipo de experiência. Estabelecem-se relações de dependência e de “freguesia” com alguém que “doa” benefícios, cuja retribuição esperada é o voto na época da eleição. (PERUZZO 2004:80-81) citando (DEMO 1988:44).

Outra participação que se configura neste relacionamento entre as entidades municipais e as comunidades municipais é a informativa onde o Município e a Assembleia Municipal tomam decisões que posteriormente são transmitidas as comunidades municipais através de encontros e das rádios, decisões essas que não contaram com a participação das comunidades; outra participação que se verifica no relacionamento entre as entidades municipais e as comunidades é por consulta, onde foi visto na declaração do Presidente da Assembleia e do Membro da equipa de comunicação que se fazem consultas as comunidades para depois decidirem o que fazer a partir do

levantado sem a participação directa das comunidades municipais na busca de soluções, a respeito disto Peruzzo afirma que as autoridades aplicam a participação controlada limitada, ou seja, o envolvimento das comunidades na busca de soluções sobre os problemas locais ocorre somente nos aspectos em que as instancias detentoras do poder permitirem. Na prática, isso significa sua concretização em fragmentos secundários ou parciais da tomada de decisões. É o caso, por exemplo, de uma prefeitura que facilita a participação dos grupos populares de base na elaboração do orçamento municipal, mas não coloca na mesa de discussão o bolo total de recursos, mas só uma parte, aquela que os técnicos já destinaram de antemão a programas sociais ou, pior ainda, só aquela que reservou para iniciativas a serem realizadas em conjunto com a comunidade. (PERUZZO 2004:79).

Por fim, há a participação por contribuição, que se verifica na contribuição que os municípios fazem em imposto para o funcionamento Autárquico.

Importante referir que no relacionamento entre as comunidades municipais e o Município não cabe apenas ao segundo o dever de procurar as comunidades municipais, estas devem ter presente que o sucesso da gestão municipal também depende da sua participação directa na gestão, através da colocação dos seus pontos de vista sobre a gestão dos bens públicos municipais. Sobre esta visão, o gráfico abaixo indica as vezes que os municípios se deslocaram ao Município e as actividades que lhes levou a visitarem;

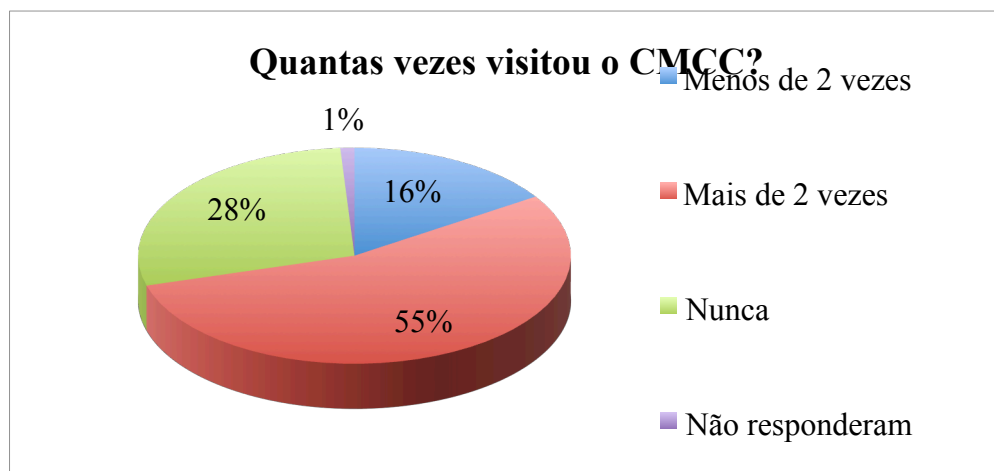


Gráfico 16. Referentes as vezes que os municípios visitaram o Conselho Municipal da Chimoio.

Este gráfico ilustra as vezes que os municípios visitaram o Município onde se pode depreender que dos 95 inquiridos 15 que correspondem 16% no período em estudo

visitaram menos de duas vezes o Município; 52 inquiridos que correspondem a 55% visitaram mais de duas vezes; 27 inquiridos que correspondem a 28% nunca visitaram o município, enquanto 1 inquirido que corresponde a 1% não respondeu ao questionário, isto revela que maior parte dos munícipes visita o município. O gráfico abaixo ilustra os serviços que levam os munícipes a visitarem o município;

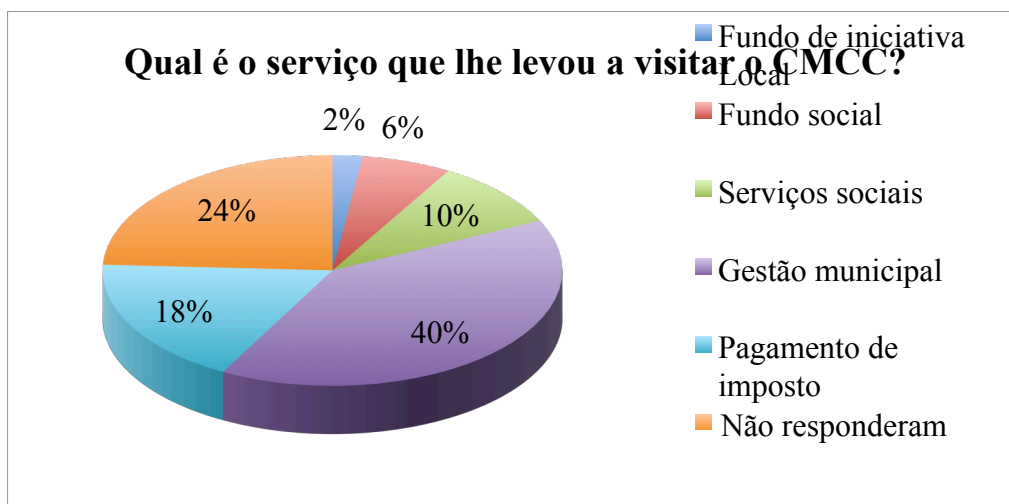


Gráfico 17. Referente ao serviço que levou os munícipes a visitar o Conselho Municipal da Chimoio.

Analisando o gráfico pode-se afirmar que dos 95 inquiridos 2 que correspondem a 2% visitam o Município para tratarem assuntos relacionados com o fundo de iniciativa local; 6 que correspondem a 6% deslocam-se ao Município para tratarem de assuntos referentes a fundo social; 9 que correspondem a 10% visitam o município para tratarem assuntos referentes aos serviços sociais; 38 inquiridos que correspondem a 38% deslocam-se ao Município para tratarem de assuntos referentes a gestão municipal; 17 que correspondem a 18% visitam o Município para tratarem assuntos referentes ao pagamento de imposto, enquanto 23 inquiridos que correspondem a 24% não responderam. Estes dados mostram que os munícipes visitam o Município, tanto para tratarem assuntos referentes aos serviços oferecidos pelo Município, como para tratarem assuntos referentes a gestão municipal. Porém maior parte dos que se deslocam ao Município procuram pelos serviços que este oferece.

Percebe-se que a participação deve ser acompanhada de estratégias de comunicação e mobilização capazes de convocar tanto comunidades municipais, como município para o debate sobre a gestão dos bens públicos municipais, onde cada um cumpre seu papel com vista a gestão compartilhada. O Município precisa olhar para os munícipes não como

meros beneficiários dos serviços municipais, mas sim como agentes do processo de gestão autárquico, por outro lado os munícipes não podem olhar o Município como um lugar apenas da tramitação de documentos e de oferecimento de serviços, mas sim um lugar onde se produzem códigos de postura municipal que influenciam a sua vida daí a necessidade de participarem activamente na sua gestão. Neste caso a gestão compartilhada deve ser entendida como aquela em que gestores autárquicos, deputados autárquicos e comunidades municipais buscam uma forma eficaz e eficiente de gerir os bens públicos municipais de modo a satisfazer tanto os objetivos autárquicos, quanto os das comunidades municipais.

A participação esperada na gestão de bens públicos é tanto ao nível político, quanto da acção prática quotidiana, onde os cidadãos são chamados a se envolverem efetivamente com os problemas relativos ao Município. A este respeito, Peruzzo afirma que é necessário que se aplique a autogestão, entendida como a participação directa da população nas associações e nos órgãos do poder público ou dos trabalhadores. Acrescenta a autora citando Bottomore (1988) que (...) a autogestão assenta no princípio de que em todos os domínios da vida pública, a tomada de decisões fundamentais está nas mãos dos conselhos de autogestão e das assembleias organizadas, segundo princípios fundados na organização e das divisões territoriais. Os membros são escolhidos livremente, responsáveis perante seu eleitorado, demissíveis, sujeitos à rotatividade e sem privilégios materiais. (PERUZZO 2004:84).

Pode-se concluir que no processo de gestão compartilhada não deve haver uma participação manipulada, informativa nem passiva por parte das comunidades municipais face a gestão municipal, porque ao aceitar estas formas de participação as comunidades perdem o seu direito sobre a gestão dos bens públicos. Por outro lado, o processo de gestão deve ser concebido de uma forma bipartida, isto é, a participação deve ser interactiva, onde cada agente conhece os seus direitos e deveres. Ao participar na gestão municipal as comunidades buscam garantir o seu papel de coprodutores, cogestores e participantes na gestão de bens públicos municipais.

As comunidades municipais devem ter o domínio das políticas públicas autárquicas, isto significa que devem participar em todos os estágios da gestão dos bens públicos, não como meros receptores, mas sim como agentes activos no processo.

Nesta perspectiva, a gestão compartilhada só terá sentido onde cada interveniente conhece o seu papel no processo e isso só é possível com a diminuição dos efeitos das relações de poder existentes entre o poder autárquico e as comunidades municipais. O município se sente dono da definição das políticas públicas autárquicas, conseqüentemente vê-se desobrigado a fazer parte dos fóruns de gestão compartilhada, por outro lado as comunidades não conhecem os seus direitos perante os bens públicos municipais, por isso excluem-se da tomada de decisões sobre a gestão desses bens e não cobram dos seus representantes a prestação de contas. Neste sentido Peruzzo (2004:88-89) citando Demo (1988:86-87), propõe a aplicação do poder compartilhado que se caracteriza pela participação da comunidade na tomada de decisões sobre a gestão seja de organizações públicas, seja do poder local, seja de empresas. Nessa perspectiva Demo citando por Peruzzo aponta as seguintes características participativas da comunidade na tomada de decisões:

- “O poder vem de baixo para cima, sendo detentor dele o próprio movimento, não se admitindo a existência de membros com privilégios “nem famílias reais” ou coronéis;
- Quem está no poder não é dono dele, tendo-o recebido da comunidade, por delegação, entendendo-se o comando como “autoridade ministerial”, ou seja, de serviço;
- O delegado deve constantemente prestar contas à base, que, ademais, pode depô-lo sempre que o desejar, dentro de regras de jogo preestabelecidas;
- Todos os membros têm direito activo e passivo ao voto, elegendo seus representantes ou sendo escolhidos como tais; em casos mais radicais, todos são candidatos a ser designados pela base para, em sistema de rodízio, ocupar o comando, mesmo que alguém não seja propriamente um líder nem entenda de administração e gestão;
- Estabelecem-se regras comuns quanto ao exercício do poder-que só se mudam mediante assembleia ou votação geral-, no que diz respeito, por exemplo, à rotatividade, à destituição do cargo, à prestação de contas e ao controlo burocrático”. (PERUZZO 2004: 88-89 citando DEMO 1988:86-87).

5.8. Rádios comunitárias como estratégia para a mobilização das comunidades para a gestão compartilhada municipal

As rádios comunitárias em Moçambique tornaram-se em instrumento de massificação da cultura e identidade locais e da solução dos problemas locais a partir da partilha de informações que possibilitam a participação activa das comunidades na tomada de decisões sobre a gestão dos bens públicos comunitários.

As comunidades municipais que têm rádios comunitárias recebem não só informações, mas instrumentos que orientam a sua vida diária e o seu relacionamento com os outros. Estes meios de comunicação que produzem conteúdos no local para os locais e em línguas locais passaram a possibilitar a participação dos “excluídos” na tomada de decisões e a dar sentido a sua cultura local. Estas rádios possibilitam uma participação que não se resume apenas em fazer parte, mas também em tomar parte na gestão dos bens públicos comunitários, incluindo a própria rádio.

O desenvolvimento social, cultural e económico só pode ser possível numa sociedade que tem acesso a informação e transforma essa informação em conhecimento, por outro lado, a democracia que muitas comunidades almejam só pode ser possível mediante a existência de meios de comunicação comprometidos com a transmissão de informações que ajudam na tomada de decisões. Na relação entre comunidades municipais e rádios comunitárias abre-se um espaço de informação democrática onde tanto comunidade municipal, como rádio comunitária conhecem os seus papéis, direitos e deveres na gestão dos bens públicos.

As rádios comunitárias participam activamente na vida comunitária, são responsáveis pela formação e informação do cidadão sobre o que acontece na comunidade, para além de ter o poder de influenciar as entidades políticas municipais no exercício das suas funções. Não se pode pensar no exercício do poder político municipal sem se pensar na media comunitária (rádios, jornais, televisões) enquanto instrumento de visibilidade dos assuntos municipais e acima de tudo como instrumento de participação dos cidadãos na produção de políticas públicas autárquicas, como afirma o Presidente da Assembleia Municipal;

“ (...). Na verdade eles tem uma grelha de programa que move as massas que digamos assim, faz com que os nossos munícipes percebam que a uma necessidade de seu envolvimento no desenvolvimento destemunicípio. Tem programas educativos, tem programas informativos e esses programas ajudam muito eles tem tido programas recreativos com os munícipes de acordo com o tema se estabelece, se se pretende falar de uma gestão ambiental sustentável, se estabelece linhas de contactos onde os munícipes dão a sua visão, seu pensamento, sua iniciativa, estamos a falar de programas de jovens, programas de criança, são esses programas que de facto a rádio comunitária GESOM quando transmite em que puxam as massas e faz com que os nossos munícipes abram a mente e tenham a visão própria se estamos a viver espaço territorial temos que prestar alguma ajuda” (Entrevista ao presidente da Assembleia Municipal Manuel Sueta, realizada no dia 26 de junho de 2018 no escritório da Assembleia Municipal as 10 horas).

Na mesma linha de pensamento, o adjunto mobilizador e o coordenador da rádio afirmaram;

“Com a rádio GESOM e o Município, nós olhamos que é o nosso parceiro directo porque a maior parte das nossas actividades são divulgadas na rádio GESOM não só o Município fez a questão de oferecer aquela casa onde esta trabalhar agora a rádio GESOM, então olhamos que é uma boa parceira, no entendimento, é verdade que nunca se dá sem o dinheiro, mas nada nem, mas nos deixamos os programas lá eles produzem e eles têm tido um certo valor para o caso das actividades que temos divulgado. Por outro lado, a rádio GESOM é uma rádio que tem vantagens porque ela emite em 3 línguas que é português, Chiute e Chimayica e é a rádio mais escutada ao nível da cidade, no entanto para nos é um grande ganho termos esse relacionamento e parceria com uma rádio que é mais escutada ao nível da cidade, uma vez que também o Município tem os seus limites territoriais e a rádio cabe neste território, achamos que não há problemas” (Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa, adjunto mobilizador da RCG . Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

“Evidentemente, uma rádio comunitária conforme eu explicava o objectivo é de difusão, não é dizer difundir de uma forma saturada informações que trazem alguma mudança na comunidade estamos a falar de programas de educação e falaremos do programa de educação, educação é um campo muito maior vamos

encontrar, educação por exemplo sobre saneamento, educação sobre saúde, educação sobre escola e educação sobre cidadania, sobre direitos humanos, sobre justiça, segurança, então esses programas duma e de outra maneira acabam estando encaixados em diversas caixas de gestão municipal porque temos lá algumas vereações, se estamos a transmitir um programa ligado ao saneamento logicamente esta já lá, respondida a questão, se estamos a falar por exemplo de educação sobre o meio ambiente, educação por exemplo sobre segurança estamos a falar da segurança rodoviária, estamos a falar da segurança nas próprias estradas, estamos a falar da segurança de vários patrimónios não é, estamos a falar dos bens privados tanto como bens do estado municipal duma e de outra maneira sendo uma rádio que esta numa cidade municipal, de alguma forma contribuí directamente ou seja acaba preenchendo todos os programas que o próprio município prevê” (Entrevista com o senhor Narciso Ernesto, Coordenador da RCG. Entrevista feita no dia 26 de Junho de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

Enquanto isso, um grupo de jornalistas e locutores da RCG apontaram o programa “Voz do povo” como sendo aquele que contribui para a mobilização das comunidades a participarem na gestão municipal, como atestam as falas abaixo;

“O programa não é a comunidade que desenha, mas é um programa que é difundido na rádio GESOM, o programa a “voz do povo” o próprio nome já diz o programa esta destinado mesmo tentar pegar a participação dos ouvintes de um tema escolhido que tem a ver com a comunidade, o que apoenta a comunidade, então eles vão participando via mensagem (SMS) dando suas opiniões, então em estúdio também tem estado os entrevistados para tentar explicar algumas questões que tem a ver coma comunidade” (Entrevista a jornalista e locutora voluntária da RCG, Paulina Paulino Morteiro, realizada no dia 29 de Maio de 2018 as 14 horas e 50 minutos).

“Na verdade, existe um programa só que foi desenhado pela própria rádio, o programa a voz do povo, esse programa passa nas terças-feiras a noite tem a participação de alguns dirigentes ao nível da província e abrem linhas para que a comunidade comece a participar, só que o programa em si foi desenhado com a rádio não foi a comunidade que esteve lá” (Entrevista a jornalista e locutora voluntária da RCG, Silvia Urina, realizada no dia 29 de Maio de 2018 as 11 horas e 30 minutos).

“Poderia aqui dizer que tem um programa que é a Voz do Povo é um programa que estimula população a participar apesar de não ser na sua plenitude estimula sim a participar não de forma directa, mas a participarem em termos de ideias ou a comunidade faz o uso do telefone para dizer qual é a sua visão tudo mais, apesar de não ser na plenitude em parte acaba contribuído deste modo para a participação da comunidade naquilo que é a gestão da coisa publica” (Entrevista ao jornalista e locutor voluntário da RCG, Tercio Viola, realizada no dia 29 de Maio de 2018 as 10 horas e 00 minutos).

Como se pode depreender das falas acima, a vida municipal está intimamente ligada à RCG como elo entre os dirigentes autárquicos e as comunidades municipais. A RCG assume-se como esse instrumento para a mobilização das comunidades para a participação na gestão municipal, isto porque é através desta que assuntos municipais são difundidos para o conhecimento das comunidades municipais e vice-versa, como ilustra o gráfico abaixo;

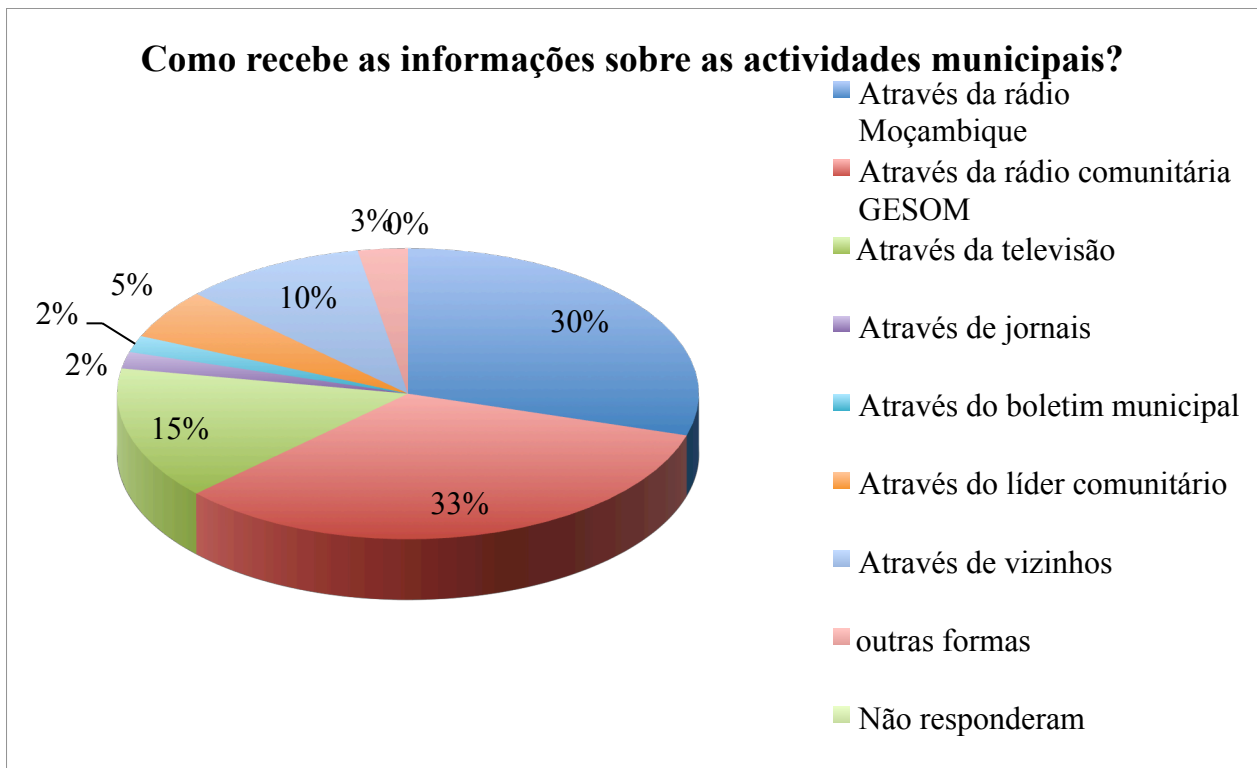


Gráfico 18. Referente a forma como recebe informações sobre as actividades municipais.

Analisando o gráfico pode-se afirmar que dos 95 inquiridos 32 que correspondem a 30% recebem informações sobre as questões municipais através da Rádio Moçambique,

enquanto 36 dos 95 inquiridos que correspondem a 33% recebem informações inerentes omunicípio através da Rádio Comunitária GESOM, 16 dos 95 inquiridos recebem informações sobre omunicípio através das várias estações de televisão que são captadas noMunicípio da Cidade de Chimoio, 2 dos 95 inquiridos que correspondem a 2% recebem informações através dos jornais; 2 inquiridos dos 95 inquiridos que correspondem a 2% recebem informações através do boletim municipal; 6 inquiridos dos 95 inquiridos que correspondem a 5% recebem informações via líderes comunitários; 11 inquiridos dos 95 inquiridos que correspondem 10% recebem informações através dos vizinhos; 3 recebem informações de outras formas não especificadas enquanto 1 munícipe não respondeu ao questionamento, isto revela que a rádio ocupa um papel importantíssimo na relação entre omunicípio e as comunidades. A vida política municipalestá intimamente liga a existência dos meios de comunicação. Nesta perspectiva, a rádio vai unir administradores aos administrados através de programas que abrem espaço a visibilização tanto dos assuntos dos municípios, como das comunidades.

No processo de gestão municipal, a rádios comunitária GESOM ocupa um papel importante como mediadora e mobilizadora das comunidades municipais para a sua participação na gestão de bens públicos comunitários. É responsável pela transmissão dos assuntos políticos para o conhecimento da comunidade municipal e dos assuntos da comunidade municipal para o conhecimento dos políticos. Embora os membros doMunicípio e os jornalistas voluntários tenham indicado que a rádio contribui grandemente na mobilização dos munícipes sobre as questões municipais o gráfico abaixo aponta uma outra realidade;

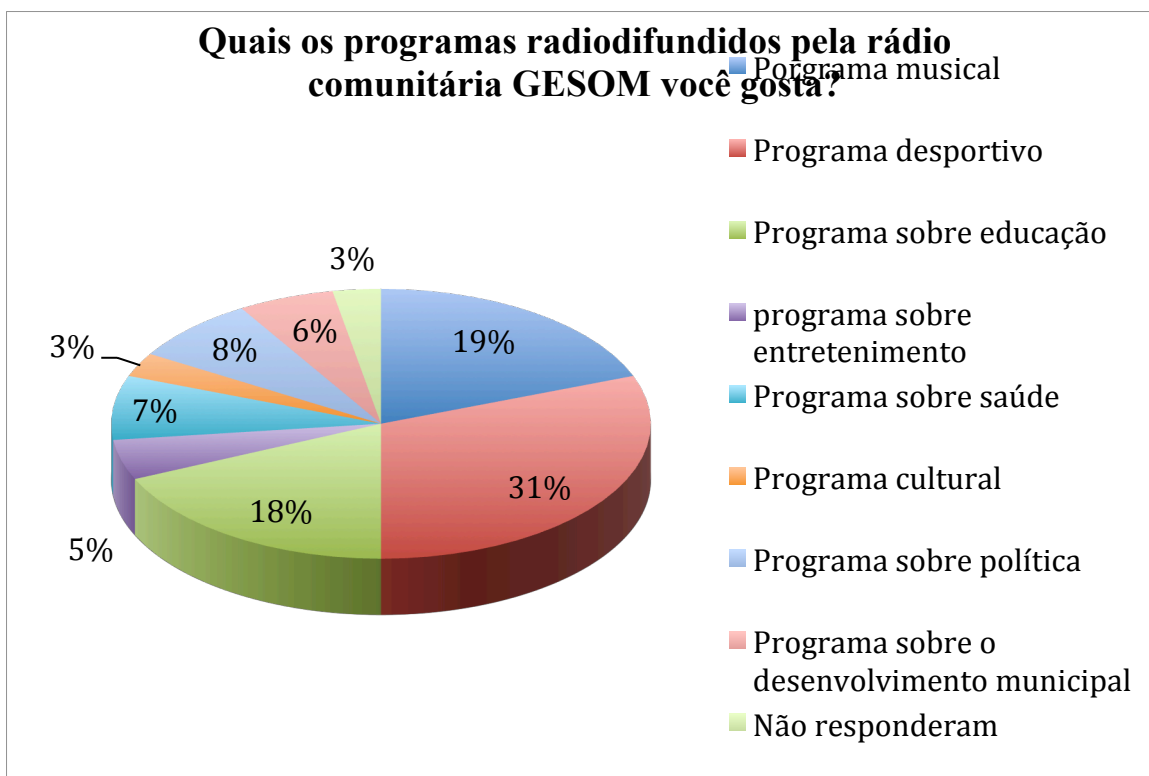


Gráfico 19. Referente aos programas que os munícipes gostam.

Analisando os dados do gráfico pode-se afirmar que dos 95 inquiridos 20 que correspondem a 19% afirmaram que gostam mais de programas musicais; 32 que correspondem a 31% afirmaram que gostam de programas desportivos; 19 que correspondem a 18% afirmaram que gostam de programas educacionais; 5 inquiridos que correspondem a 5% afirmaram que gostam de programas sobre entretenimento; 8 que correspondem a 7% afirmaram que gostam de programas sobre saúde; 3 que correspondem a 3% gostam de programas culturais; 8 que correspondem a 8% gostam de programas sobre política; 6 que correspondem a 6% gostam de programas sobre o desenvolvimento municipal e os restantes 3 que correspondem a 3% não responderam. Este gráfico ilustra que embora a rádio tenha programas sobre as questões municipais não são da eleição dos munícipes, pois estes optam por outros programas, isso pode significar que a rádio em parceria com o município devem produzir programas atrativos que possam convidar as comunidades municipais a participarem na gestão municipal.

A mobilização social só toma corpo numa comunidade onde todos estão informados e conhecem as organizações que junto delas operam e o inverso possa também acontecer. Neste processo a rádio comunitária é responsável por dar visibilidade aos

assuntos das comunidades e do município com vista a promoção da gestão compartilhada. Para tal o município, enquanto organização pública, deve ter a capacidade de traçar estratégias inclusivas de comunicação capazes de convocar as comunidades municipais para tomar parte dos assuntos municipais. Por outro lado, as comunidades municipais devem ter a capacidade de se mobilizar e de interagir com o município, para tal pode-se usar a comunicação interpessoal ou recorrer aos meios de comunicação, traçando estratégias de relacionamento e mobilização efetivas.

Portanto, o município para alcançar os seus objetivos é necessário que privilegie uma comunicação que não só informa, mas também abre espaço para que os munícipes possam participar na criação de políticas públicas, por outro é necessário que as comunidades municipais tenham canais de comunicação efetivos capazes de colocar a sua agenda para o município e, nesse processo, a rádio comunitária pode ser o instrumento tanto para o município, quanto para as comunidades.

5.9.A participação das comunidades municipais na gestão das rádios comunitárias: uma estratégia de gestão compartilhada

O processo de comunicação para a mobilização social com vista à participação na gestão da rádio comunitária requer uma definição clara do tipo de participação que se espera das partes, da comunicação utilizada nesse processo e das formas de mobilização a serem empregues nesse processo. Só uma mobilização objectiva que consegue visibilidade e criação de públicos pode contribuir para a participação dos públicos na gestão da rádio comunitária.

A rádio comunitária GESOM só pode ser gerida de uma forma compartilhada se for acessível a todos, ou seja, o engajamento das comunidades municipais na gestão da rádio demanda fluxos de comunicação com vista a transformações de informações em conhecimento onde todos sabem os seus papéis na gestão. Neste sentido, na gestão compartilhada da rádio comunitária GESOM as comunidades municipais devem conhecer os seus deveres, direitos e as formas de participação na sua gestão. Só uma comunidade que conhece seus direitos e deveres na gestão dos bens públicos pode participar na sua gestão não como meros beneficiários dos serviços oferecidos mas como agentes para a produção de políticas de gestão que possam tornar a rádio eficiente e

aglutinador. A rádio comunitária pela sua concepção configura-se como bem público comunitário e prestadora de serviço público comunitário, por isso pode-se afirmar que a questão da gestão da rádio comunitária GESOM pode sofrer influências da comunidade onde está inserida, seja pela questão da propriedade, seja pela questão da participação, seja pela influência política dos governos do dia.

A questão da gestão da rádio comunitária GESOM desafia os gestores, as comunidades, a sociedade civil a procurarem estratégias de educação das comunidades para a necessidade da sua participação na gestão, tendo em conta a premissa de que esta rádio a todos pertence e deve ser gerida de forma compartilhada e participada.

A participação na gestão da rádio comunitária GESOM configura-se como um instrumento importante para a manutenção desta, sem a qual nem esta, nem as comunidades municipais alcançariam os seus objetivos, ou seja, todas as intenções fracassariam. Neste sentido o coordenador e o mobilizador da rádio comunitária GESOM, afirmaram;

“A rádio tem um Comité de Gestão, então tem sua estrutura, tem as suas políticas de funcionamento, desenhado pelo mesmo Comité e realmente o seu papel principal, não é só de fiscalizar, mas de contribuir com aquilo que é necessário para o desenvolvimento do próprio organismo porque não confere apenas em trazer aqui a figura da fiscalização, tem de fiscalizar aquilo que o próprio órgão fiscalizador tem a consciência de que tenha por ela contribuindo, no entanto consideramos até então, que é um conselho que esta fazer o seu papel da melhor maneira”. É através desse comité que a comunidade participa na gestão da rádio como acrescentou o entrevistado: “os mecanismos é através dos comités de gestão, não é, aquele comité de gestão também é composto por pessoas da comunidade e não só temos aqui um outro fórum que se denomina de clube de amigos da rádio comunitária GESOM, para além daquele comité de gestão e a outra maneira naqueles debates por exemplo, de procura de mecanismos de sobrevivência da rádio a arbitragem de determinados conflitos, nos temos envolvido a própria comunidade ou seja a um espaço aberto para qualquer membro da comunidade seja lá quem for, desde que esteja disponível para dar o seu contributo em função daquilo que é chamado e é desta maneira que os membros comunitários tem sido envolvidos” (Entrevista com o senhor

Narciso Ernesto, Coordenador da RCG. Entrevista feita no dia 26 de Junho de 2018 na sede da rádio GESMO na Cidade de Chimoio).

“A própria gestão da rádio é feita pela comunidade e não só o pessoal interno também participa na gestão da própria rádio. Nós temos o conselho da rádio tem um presidente que é alguém que esta fora da rádio então, ele tem também participado da vida diária da própria rádio e o seu funcionamento e temos amigos da rádio é um grupo criado para poder também ajudar a própria rádio, estes também fazem parte” (Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa, adjunto mobilizador da RCG . Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

A rádio tem uma estrutura que pode facilitar a participação das comunidades na sua gestão através do Comité ou Conselho de Gestão, porém a fala institucional é contrariada pela fala dos munícipes, como ilustra o gráfico baixo;

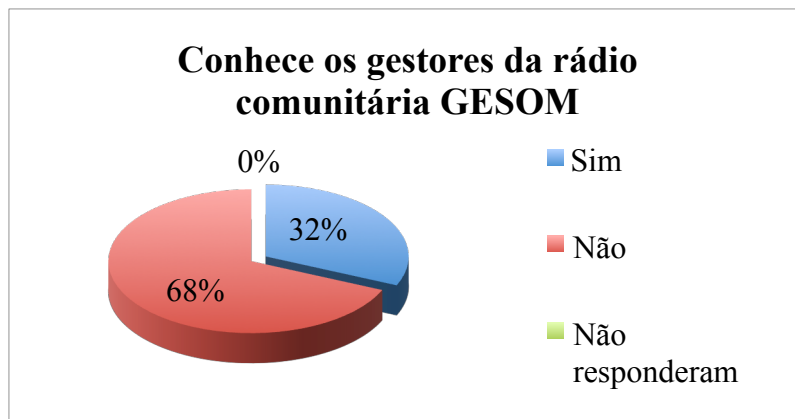


Gráfico 20. Referente aos gestores da RCG

Dos 95 inquiridos 65, que correspondem a 68% afirmaram que não conheciam os gestores da RCG, enquanto os outros 30 que correspondem a 32% afirmaram que conhecem os gestores da rádio comunitária GESOM, isto revela que há uma participação manipulada das comunidades na gestão compartilhada da rádio, isto porque segundo a maioria dos munícipes não conhece os dirigentes da rádio. Pode-se afirmar que este tipo de participação que é declarada pelos dirigentes da rádio pode ser aparente, com dirigentes da rádio, nomeadamente: (1) comité de gestão da rádio, (2) coordenador e (3) mobilizadores que não foram eleitos pelas comunidades e por conseguinte estas não se

sentem representados na gestão da rádio e na tomada de decisões sobre a produção de programas, como ilustra o gráfico abaixo;

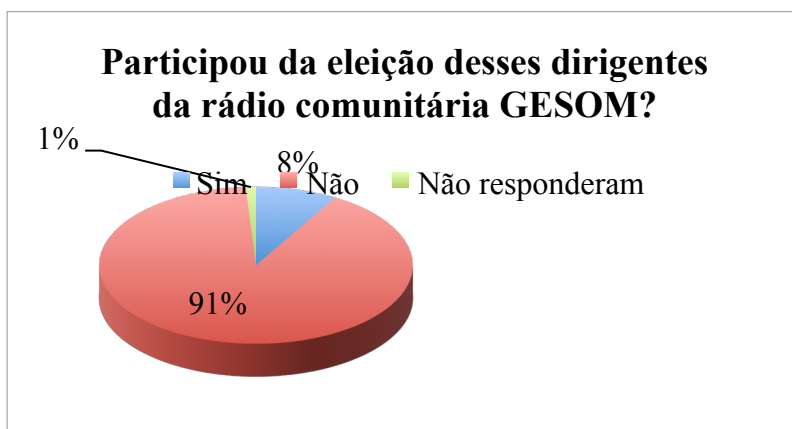


Gráfico 21. Referente a participação dos munícipes na eleição dos dirigentes da rádio GESOM

O gráfico ilustra que dos 95 inquiridos, 86 que correspondem a 91% afirmaram que não participaram da eleição dos dirigentes da rádio, 8 que correspondem a 8% responderam que participaram na eleição dos dirigentes da rádio enquanto 1 que corresponde a 1% não respondeu ao questionário. Se partirmos da ideia de que a rádio comunitária é pertença da comunidade e deve servir os interesses da própria comunidade, então não se pode fazer uma gestão exclusiva, onde um grupo de indivíduos toma a direcção da rádio sem o consentimento da maior, isto pode justificar a falta de participação da comunidade na gestão da rádio comunitária, o que pode estar por trás de problemas de sustentabilidade funcional que esta tem enfrentado. A rádio comunitária deve ser um espaço no qual os membros da comunidade debatem e procuram resolver os seus problemas e buscar soluções, para além de que estes devem sentirem-se representados na gestão da rádio.

No caso da rádio GESOM a não participação das comunidades na eleição dos dirigentes desta, como ilustra o gráfico acima, pode estar por trás do alheamento das comunidades face ao apoio para o financiamento da rádio. A título de exemplo, o Coordenador da rádio está a 7 anos a frente da mesma e desde lá até este momento não houve eleições para a rotatividade na coordenação.

A rádio comunitária deve funcionar como um mediador entre o mundo interior (identitário das comunidades municipais) e o mundo exterior (que exprime valores e culturas extra municipal) através da produção de conteúdos que reforçam a manutenção da identidade municipal, numa sociedade cada vez mais globalizada. Para tal, a comunidade municipal deve participar activamente na definição dos programas radiofónicos não como meros consumidores, mas sim como agentes desse processo. Não se pode aplicar a participação informativa, onde a direcção da rádio toma decisões sobre a rádio e depois informa às comunidades sobre os rumos que esta deve seguir. É preciso que a comunidade participe directamente na definição de políticas de gestão da rádio não apenas tomando conhecimento sobre o que já foi decidido, pois tira a possibilidade desta participar na tomada de decisões e de dar suas opiniões sobre a gestão da rádio.

Para uma melhor articulação é necessário que a consulta a ser feita pelos dirigentes da rádio às comunidades sobre a programação e a gestão seja para a tomada de decisões inclusivas e não para manipular a opinião pública com uma falsa participação e no fim do dia o que vinca é a decisão dos dirigentes da rádio. A pesquisa apurou que a actual situação da rádio demonstra que os dirigentes aplicam a participação por consulta só para legitimar suas posições na definição dos programas e da gestão da rádio, onde no final cabe aos próprios dirigentes a definição do que vai passar como programa na rádio, como ilustra o gráfico abaixo;

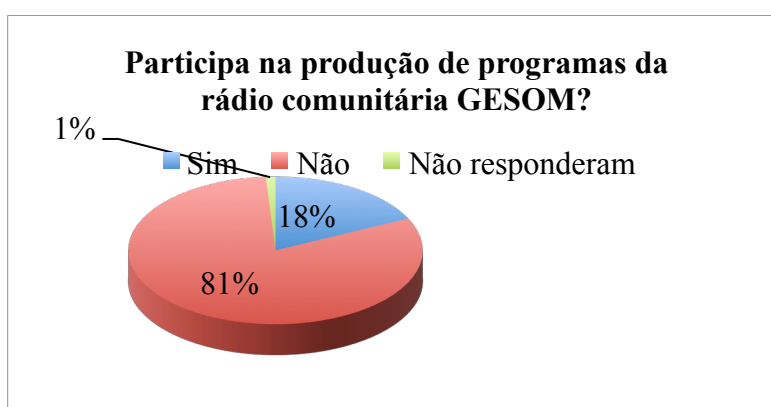


Gráfico 22. Referente a participação da comunidade na produção de programas da rádio comunitária GESOM.

Analisando o gráfico pode-se depreender que dos 95 inquiridos 77 que correspondem a 81% não participa na produção de programas transmitidos pela rádio GESOM, a este respeito Peruzzo (2004:143-144) afirma que na gestão dos meios comunitários as comunidades a não participarem, seja na gestão, seja na produção dos conteúdos transformam-se em meros receptores de conteúdos, conferem audiências à emissora, mas não ultrapassam o papel de audiência passiva; isto é, a participação das pessoas pode tanto concretizar-se apenas em seu papel como ouvintes, leitores ou espectadores (...).

17 inquiridos que correspondem a 18% participa e 1 que correspondem a 1% não respondeu ao questionário.

Neste sentido, é necessário que a rádio crie mecanismos para a participação das comunidades na sua gestão, essa participação não pode ser manipulada, informativa, mas sim uma cogestão onde a rádio busca uma interação constante com vista a uma convivência pacífica. Isso passa por elaborar estratégias de comunicação e mobilização capazes de convocar as comunidades municipais a participarem na definição das políticas públicas de gestão inclusiva da rádio. A este respeito Peruzzo (2004:143-144), chama atenção da necessidade das comunidades participarem na planificação dos meios, através da participação no estabelecimento da política editorial, dos objectivos e da formatação de programas e veículos, assim como dos princípios de gestão e das formas de sustentação financeira, além de planos ou políticas globais de comunicação, em âmbito local, regional e nacional. Acrescenta a autora que as comunidades precisam participar na gestão dos meios, compreende a participação no processo de administração e controlo do veículo ou da instituição de comunicação como um todo, requerendo-se também aqui o exercício conjunto do poder, para além de que precisam participar na produção de mensagens, materiais e programas, através da aplicação da capacidade pessoal e da qualificação técnica, na produção sistemática, periódica ou ocasional, de notícias, artigos, poesias e desenhos temáticos transmitidos pelo meio de comunicação. E, também, na preparação (linha política, objectivos, estrutura, conteúdo, duração, horário), elaboração (textos, roteiros, diagramação, locução, montagem) e edição (Seleccção, cortes, complementos) de materiais impressos e programas de rádio e de televisão, exigindo-

se o necessário domínio e o acesso a recursos da tecnologia, além da partilha na tomada de decisões.

Em contextos democráticos onde reina a gestão compartilhada as rádios comunitárias funcionam como mobilizadoras em busca de uma gestão inclusiva, onde as comunidades municipais têm direito à palavra, enquanto partes interessadas na gestão da rádio. A criação de comunidades municipais cidadãs tem sido a temática nas sociedades democráticas e as rádios comunitárias têm jogado um papel importante na democratização da informação possibilitando que as comunidades tenham direito à palavra e à visibilidade dos seus assuntos na esfera política, social e cultural local.

A gestão das rádios comunitárias tornou-se hoje um desafio, não só das equipas coordenadoras, mas sim para toda a comunidade onde estão inserida. Uma gestão compartilhada com comités de gestão e rotatividade dos coordenadores tem sido o elemento fundamental para a manutenção dessas emissoras. Outro factor importante é a consciencialização das comunidades da necessidade destas tomarem a rádio como da comunidade e não de indivíduos. Quanto a RCG, maior parte dos inquiridos têm consciência de que esta é da comunidade e requer uma gestão inclusiva. Uma rádio só pode ser um espaço de gestão compartilhada se dirigentes e comunidades têm consciência de que este bem não pode ser gerido individualmente e a participação serve como elemento para a integração e de busca de soluções locais para problemas locais. A participação configura-se como um processo importante na gestão da rádio comunitária, pois possibilita que assuntos que transpõem a capacidade de decisão individual possam ser decididos em fóruns colectivos e inclusivos, com o fim último de fortalecer a gestão.

5.10. Parceria entre rádios comunitárias e Município como estratégia de mobilização das comunidades para a gestão compartilhada

A parceria entre a rádio Comunitária GESOM e o Conselho Municipal da Cidade de Chimoio constitui uma ferramenta importante para a gestão compartilhada de bens públicos. Esta parceria deve ter a missão de abrir espaço para uma interlocução entre a

RCG e o CMCM com vista a mobilizar a comunidade municipal para participar na gestão dos bens públicos. Para o sucesso da parceria tanto rádio, quanto município devem conhecer seus direitos e deveres na promoção da gestão compartilhada.

Esta parceria deve ocorrer num espaço em que as duas entidades reconhecem o seu papel para a satisfação das necessidades das comunidades municipais. Atender as necessidades das comunidades municipais exige um trabalho cooperado entre as duas entidades, ou seja, é necessário que os dois entes tenham a complementaridade de recursos e da capacidade para o atendimento das comunidades municipais.

No processo da gestão municipal, a mobilização social configura-se como esse momento de convocação das comunidades municipais a tomarem parte de eventos que lhes dizem respeito, não como meros participantes, mas como sujeitos da acção, e isso só pode ser possível onde o município e a rádio firmam parcerias inteligentes, como afirmaram o presidente da Assembleia Municipal e o coordenador da comunicação do conselho municipal;

“Na verdade nós como Assembleia Municipal nesta quarta legislatura quando entramos aqui uma das questões que nos chamou atenção veremos de que ao nível do território municipal temos uma rádio comunitária, se é a rádio comunitária esta portanto aqui nesse espaço de jurisdição municipal e é uma rádio da comunidade de Chimoio. Esta rádio que joga um papel social para os próprios munícipes porque os próprios estatutos dessa rádio comunitária o seu papel é basicamente social, não é uma rádio comercial, uma rádio com carácter digamos assim económico que versa para buscar receitas, então o que nos chamou atenção é como é que esta rádio pode contribuir cada vez mais para os nossos munícipes. É uma que rádio joga um papel social em termos da educação cívica dos nossos munícipes, neste contexto o que nos fizemos logo a partida é estabelecer uma parceria que não chegou a parceira que digamos assim que não teve um tempo de vida que nos desejamos que fosse. Era na perspectiva de a rádio comunitária promover a transmissão em directo das sessões da nossa Assembleia Municipal, em 2016 tivemos sessões da Assembleia Municipal que foram transmitidos em directo e produziu um impacto bastante positivo aos nossos munícipes, porque na verdade os nossos munícipes começaram a sentir que se temos uma Assembleia Municipal e nós como munícipes mandatamos os que estão lá para nos representar estamos a sentir que o calor dos debates que são produzidos, porque os meios de comunicação social quando vão fazer a cobertura e depois saem, cada meio de comunicação social de acordo com as

suas políticas editoriais tem um pequeno espaço para a transmissão ou da notícia ou da reportagem ou da entrevista que não é desenvolvida essa reportagem, mas quando se trata de uma transmissão em direito, os assuntos são transmitidos quase que na íntegra, então isto ajuda que na verdade tenhamos um testemunho daquilo que está sendo feito aqui na Assembleia Municipal e não só para nós a rádio comunitária GESOM constitui para nós um interlocutor bastante importante, um veículo de transmissão bastante importante olhando para o espaço tanto para o Conselho Municipal e Assembleia Municipal na perspectiva de que a divulgação nos aprovamos uma postura municipal, onde são estabelecidas as regras jurídicas e administrativas que regem a convivência de todos os munícipes da nossa cidade de Chimoio, então estamos a olhar para a rádio comunitária como um parceiro importante na divulgação dos aspectos que são contidos neste código de postura. Em relação à educação ambiental por exemplo, como é que os munícipes devem lidar com resíduos sólidos, como a participação dos munícipes nesta questão da gestão ambiental, em relação ao uso e aproveitamento de solo urbano, em relação a questões que têm a ver com vários aspectos então, para nós a rádio comunitária GESOM é nessa perspectiva que estamos a realizar estamos a fazer o diálogo com o conselho municipal para abraçar o entendimento com a rádio comunitária GESOM para nos ajudar a divulgação por exemplo das taxas, impostos temos várias digamos assim taxas, imposto pessoal autárquico, predial autárquico, de veículos sem a divulgação, sem que os munícipes entendam a importância da sua participação, os que exercem a actividade económica, as vezes tem havido fuga ao fisco, porque as vezes falta-lhes a esta cultura para que exercem actividade económica aqui na nossa cidade tem que cumprir com as suas obrigações fiscais, então para nós é verdade que nós como Assembleia Municipal e os membros da assembleia temos estado a fazer trabalho de educar os nossos munícipes, mas estamos a falar de 40 membros para um universo de 33 bairros estamos a falar de uma população que de acordo com este último censo, os dados preliminares indicam que nós já saímos de 340 mil habitantes agora estamos a mais de 500 mil habitantes, então é muita gente e é preciso que os nossos munícipes que estão aqui entendam que há balizas que são estabelecidas que devem ser cumpridas, e para nós tendo uma rádio comunitária como a GESOM na verdade é um parceiro muito importante e é na perspectiva em que também, temos essa perspectiva de que haja a realização de emissões ao vivo, havendo emissões ao vivo periódicas essas emissões, se este mês estamos na zona número 1, com abordagem de matérias diversas, no âmbito de educação física aos nossos

municípios e periodicamente fazendo por tanto essa escala por postos administrativos esta é uma das estratégias em relação a rede e emissões ao vivo, assim como realização de debates onde os nossos vereadores os pelouros que nos temos de acordo com a programação temática, vão a rádio GESOM para falar daquilo que é o trabalho que esta sendo realizado pelo Conselho Municipal e nos como Assembleia também, o espaço que se reserva a participar nesses debates que a rádio GESOM pode realizar e a rádio GESOM na verdade tem estado aberto para nos acolher, porque é uma rádio que nos temos e naturalmente para sustentar a essas actividades é preciso que haja a comparticipação, estamos a falar da comparticipação financeira e é nessa perspectiva que nos estamos por exemplo, temos este memorando com a rádio GESOM que desde em 2017 estamos a tentar viabilizar este memorando em que nos estávamos a ver, se a rádio GESOM vai prestar serviços ao Conselho. Assim como na Assembleia Municipal e tendo em conta que ao nível do conselho Municipal temos a parte que diz respeito as receitas próprias e uma das fontes para as receitas próprias são os nossos municípios, naturalmente que contribuem para essas receitas próprias, então era na perspectiva de se estabelecer uma taxa e essa taxa com base numa proposta proveniente do Conselho municipal, podia-se estabelecer em termos percentual ainda não esta estabelecidos que deveria ser tirado alguma percentagem daquilo que é a contribuição dos municípios no ângulo das receitas próprias para que essa percentagem seja paga a rádio GESOM em relação a prestação de serviços naturalmente que possa vir a fazer e acaba beneficiando os nossos municípios, a todos neste caso ao Conselho e a Assembleia e aos nossos municípios ajudando naturalmente para que a nossa rádio trabalhe de uma forma sustentável. Do que nos temos estado a sentir é que a rádio comunitária GESOM esta trabalhar com muitas dificuldades fazer uma rádio é um exercício muito complicado, trabalha com pessoas que estão lá são pessoas que estão lá se entregam de forma voluntária, são os equipamentos que devem ser portanto frequentemente entrar em manutenção o próprio edifício, infraestruturas, a água a energia, então na verdade nos estamos a sentir que temos que fazer alguma coisa, nós como órgãos municipais temos que fazer alguma coisa e é este memorando, temos que fazer para de facto sentir que a rádio comunitária se na verdade estamos aqui e nestemunicípio, então os órgãos municipais devem prestar algo para ajudar” (Entrevista com o senhor Manuel Sueta, presidente da Assembleia Municipal do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

“Sim. Temos a parceira com a rádio GESOM, temos a parceira com a rádio Moçambique e nos enviamos alguns programas que devem ser difundidos pelos um destes órgãos de comunicação social estes divulgam essas informações e agente vem os resultados disso em caso do pagamento do IPRA, e não só a divulgação do código municipal são programas que são feitos nesses dois órgãos de comunicação social, é verdade que queremos estender isso para a televisão mas devido os custos não tem sido fácil” (Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa coordenador de comunicação do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio. Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

Analisando as falas do Presidente da Assembleia Municipal e do Coordenador de comunicação do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio pode-se afirmar que existe uma parceria entre a rádio e o município. Esta ideia também é confirmada pelo coordenador da rádio e pelo adjunto mobilizador, como ilustram as falas abaixo;

“Em termos de parceira, a que se discutir muito o conceito parceria, eu penso que de alguma forma as parceiras tem classificações, então alguns confundem prestação de serviços como parceira, então quando há troca de serviços no meu entender não assumo a presença da parceira senão apenas o interesse de cada parte e pese embora também que numa parceria a o cruzamento de vontades, quer dizer a um encontro preenchido de vontades entre a pessoa que propõem um projecto e a pessoa que é destinatária desse projecto, ele esta interessado naquela causa e todos estão abraçados pela mesma causa, quando se trata por troca de serviços, pese embora haja o cruzamento de vontades mais a quem quer pagar porque quer ver alguma coisa resolvida e o outro quer difundir aquela informação porque precisa de receber alguma a partir daí, então em termos de parcerias com o conselho municipal assumiria eu em dizer que neste momento temos uma parcerias, esta parceira tem a ver com a divulgação do código e postura camarária e mais ou menos isso” (Entrevista com o senhor Narciso Ernesto, Coordenador da RCG. Entrevista feita no dia 26 de Junho de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

“Sim tem. Há um memorando que foi assinado com o município e nós desenhamos esse projecto e esse projecto foi submetido pelo Conselho Municipal foi aprovado e começamos a trabalhar na área de saneamento e na

área da urbanização é verdade que devido a falta de fundos a parceira acabou parando e estamos ainda a negociar para ver como podemos voltar a trabalhar com o Conselho Municipal havia já propostas de como é que o Município poderia participar nas despesas da rádio, mas um projecto que tinha que entrar na assembleia para ser aprovado e prontos tem seus procedimentos, mas o memorando entre o conselho municipal e a rádio GESOM sim existia, infelizmente parou um pouco”. É um lugar onde nos fomos disponibilizados com o Conselho Municipal de Chimoio, então eles nos disponibilizaram a casa onde esta funcionar a rádio actualmente, mas antes o espaço era próprio (Entrevista com o senhor Sirizai Alberto Mussa, adjunto mobilizador da RCG. Entrevista feita no dia 29 de Agosto de 2018 na sede do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio).

Partindo das falas dos membros do município e dos membros da rádio observa-se que existe uma parceria entre estas duas entidades. A pesquisa apurou que a actual parceria que existe entre a rádio comunitária GESOM e o CMCM é de prestação de serviços. Nesta parceria o município busca dar publicidade as suas realizações e serviços que oferece, enquanto a rádio busca benefícios para a sua sustentabilidade. Pode-se afirmar que o modelo de parceria que se estabeleceu entre a rádio e os órgãos do poder autárquico seja de prestação de serviço e não de mobilização para a gestão compartilhada, isso se revela porque ao nível dessa parceria não existem programas produzidos de forma cooperada para a promoção da gestão compartilhada. Os programas que existem foram produzidos pela rádio tendo em conta os objectivos da própria rádio, embora algumas vezes assuntos municipais sejam tratados nesses programas.

Verifica-se que nem rádio, nem município não têm sabido aproveitar o facto de ambos prestarem serviço a mesma comunidade para promover uma parceria estratégica que não se resuma apenas na prestação de serviços, mas que abre espaço para que a rádio se beneficie da participação dos munícipes na sua gestão e na busca de soluções para a sua rentabilidade, por outro lado, o município não tem aproveitado a rádio como lugar da visibilidade através da produção de programas que buscam mobilizar a comunidade municipal a participar na sua gestão, como ilustra o gráfico abaixo;



Gráfico 23. Referente aos programas produzidos pelo CMCC para promover a participação das comunidades na sua gestão.

Dos 95 inquiridos 84 que correspondem a 88% afirmaram que não conhecem nenhum programa radiofónico produzido pelo Município com vista a estimular a participação da comunidade municipal na sua gestão, enquanto 11 que correspondem a 12% afirmaram conhecer programas que promovem a gestão compartilhada do município. Analisando este gráfico pode-se afirmar que o município não sabido aproveitar a parceria que tem com a rádio para promover a participação dos munícipes na sua gestão. Aliás os próprios munícipes entendem que o município devia abrir mais espaços de participação e devia traçar estratégias com vista a democratizar a informação autárquica para que estes possam participar activamente na gestão deste ente público, como ilustra o gráfico abaixo;

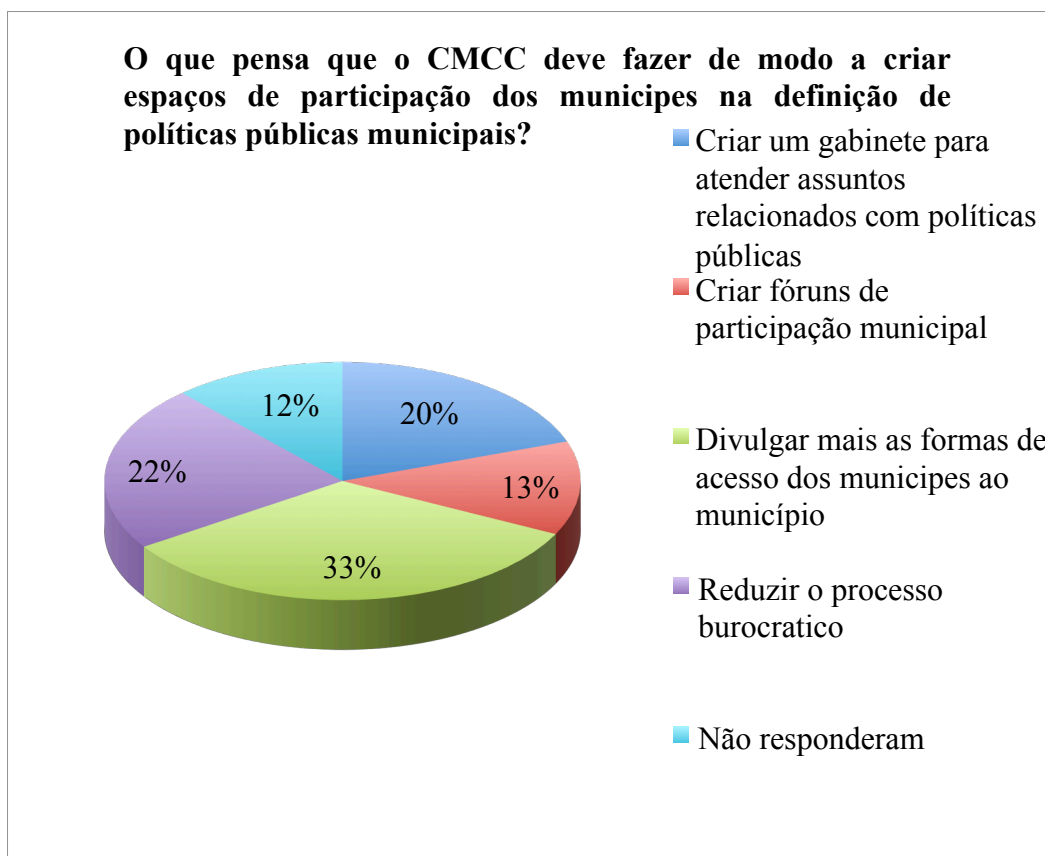


Gráfico 24. Referente a criação de espaços de participação dos munícipes para a definição de políticas públicas.

A partir do gráfico pode-se depreender que dos 95 inquiridos 20 que correspondem a 20% afirmaram que é necessário a criação de um gabinete para atender assuntos relacionados com a definição de políticas públicas municipais; 13 que correspondem a 13% responderam que o município devia criar mais fóruns de participação municipal, onde estes terão oportunidade de colocar suas preocupações; 34 inquiridos que correspondem a 33% afirmaram que necessitam de informação municipal para a sua participação na gestão municipal; 23 que correspondem a 22% afirmaram que se devia reduzir a burocracia no relacionamento município/munícipes e os restantes 12 que correspondem a 12% não responderam ao questionário. Analisados estes dados pode-se afirmar que há falta de informações para que os munícipes possam participar na gestão desta, isso revela que a parceria com a rádio não tem conseguido levar as informações que possam contribuir para a tomada de decisões dos munícipes sobre a gestão dos bens públicos municipais. Por outro lado, pode-se depreender que esta parceria tem sido mais

informativa no sentido em que serve conforme o que foi afirmado tanto pelas entidades autárquicas, quanto pela rádio para a transmissão de informações pontuais.

5.11. Breves conclusões

A parceria entre estes dois entes se bem gerida pode ajudar as comunidades a terem acesso à informação de interesse público que possibilitaria a participação destes na tomada de decisões sobre a gestão tanto da rádio como do município.

A comunicação municipal é de extrema importância para o desenvolvimento dos municípios para a mobilização das comunidades com vista a sua participação na gestão de bens públicos municipais. A actual comunicação municipal não tem sido um instrumento de mobilização das comunidades para participarem na gestão municipal, isso devido a falta de uma estrutura formal para o exercício da actividade, para além de que não há um plano de comunicação municipal que traça estratégias de relacionamento entre o município, as comunidades municipais e os meios de comunicação. A comunicação municipal é feita de forma improvisada, o que providencia a existência de muitas falhas de comunicação entre as entidades municipais e as comunidades municipais.

No processo de administração autárquica é preciso que as comunidades municipais recebam informações sobre os assuntos municipais, isso só será possível se o município tiver uma estrutura comunicativa que consegue mapear os públicos municipais e saber que meios são eficazes para cada público, para além de que é necessário empoderar as comunidades municipais de informações que façam destes participantes na gestão municipal e não como meros beneficiários dos serviços municipais.

O município deve empoderar os meios de comunicação de informações que consigam convocar as comunidades municipais a participarem na gestão municipal. As mensagens enviadas às comunidades municipais devem servir para que estas fiquem informados sobre o que ocorre no município, não apenas sobre os serviços, mas também a prestação de contas. Para que o município consiga ligar administrados aos administradores é necessário que tenha uma comunicação municipal capaz de produzir um espaço de relacionamento, de intercâmbio e sobre tudo de uma comunicação bilateral.

A rádio GESOM precisa antes de tudo se reconfigurar, mostrando as comunidades que está é de todos e devem participar na sua gestão. Por outro lado, a rádio precisa ter um plano de rotatividade de gestão, e os seus gestores devem ser eleitos pela comunidade e não por um grupo restrito, pois isso abre espaço para que estes não se sintam representados como acontece agora.

Os programas produzidos devem espelhar a realidade do município, pois a rádio está no município e saber ser uma rádio comunitária, missão que a rádio perdeu. Por outro lado, a rádio deve procurar fortalecer a parceria que tem com as entidades municipais com vista a sua sustentabilidade financeira e operacional para melhor responder as necessidades das comunidades municipais.

7. Conclusões

Estudar a gestão de bens públicos tem sido um desafio para pesquisadores, principalmente nos países novos como o caso de Moçambique onde ainda há uma confusão entre o que é público e o que é privado. A história moçambicana mostra como esses estudos se configuram como desafiantes, primeiro porque o país passou por um estágio de uma economia centralizada em que o Estado providenciava tudo para as comunidades. A democracia implantada pela força das armas ainda não conseguiu fazer com que as comunidades se sintam donas dos bens públicos e por essa via assumirem o seu papel de gestores desses bens.

Esta pesquisa partiu do questionamento de como e por que as parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios podem ser um espaço para a promoção do desenvolvimento municipal e da cidadania e assim contribuir para uma gestão municipal compartilhada (município e munícipe) com o objectivo principal de compreender como as parcerias entre Rádios Comunitárias e Municípios podem contribuir para a gestão municipal compartilhada e para a construção da cidadania municipal, com vista ao desenvolvimento municipal.

Partindo destas visões a pesquisa concluiu que a parceria entre os municípios e as rádios comunitárias quando bem gerida pode ajudar as comunidades a terem acesso à informação de interesse público que possa possibilitar a sua participação na tomada de decisões sobre a gestão compartilhada de bens públicos comunitários.

Na gestão compartilhada de bens públicos a comunicação municipal se configura como de extrema importância para o desenvolvimento dos municípios e para a mobilização das comunidades com vista a sua participação na gestão de bens públicos municipais. A actual comunicação municipal não tem sido um instrumento de mobilização das comunidades para participação na gestão municipal, isso devido a falta de uma estrutura formal para o exercício da actividade, para além de que não há um plano de comunicação municipal que traça estratégias de relacionamento entre os municípios, as comunidades municipais e os meios de comunicação. A comunicação municipal é feita

de forma improvisada, o que providencia a existência de muitas falhas de comunicação entre as entidades municipais e as comunidades municipais.

No processo de gestão de bens públicos comunitários é preciso que as comunidades municipais recebam informações sobre os assuntos municipais, isso só será possível se o município tiver uma estrutura comunicativa que consegue mapear os públicos municipais e saber que meios são eficazes para cada público, para além de que é necessário empoderar as comunidades municipais de informações que façam destes participantes na gestão municipal e não como meros beneficiários dos serviços municipais.

A actual comunicação municipal não consegue empoderar os media de informações que sirvam para convocar as comunidades municipais a participarem na gestão municipal. As mensagens enviadas as comunidades municipais não contribuem para a construção da cidadania municipal, isso porque não conseguem aproximar administrados aos administradores, isso deve-se ao facto de os municípios aplicarem constantemente a comunicação unilateral que não abre espaço a negociação, dialogo e intercâmbio entre o poder municipal e as comunidades.

No processo de gestão compartilhada de bens públicos comunitários é responsabilidade do Governo municipal desenhar estratégias de comunicação municipal que não dependam apenas da rádio comunitária, mas também de outros instrumentos de comunicação dirigida tendo em conta as particularidades dos bairros municipais e das comunidades municipais; essas estratégias devem promover a comunicação simétrica que tenha a capacidade de impulsionar a definição de políticas públicas municipais com a participação das comunidades municipais.

A pesquisa apurou que os gabinetes de comunicação municipal desempenham um papel importante na relação entre o município e os seus públicos de interesse e a falta deste nos dois municípios faz com que hajam falhas de comunicação, de interacção, de participação e de mobilização das comunidades municipais com vista a gestão compartilhada de bens públicos municipais. Aliás os gabinetes de comunicação são responsáveis em traçar estratégias de comunicação, avaliar os efeitos das políticas públicas municipais nas comunidades e buscar melhores modelos de comunicação e

mobilização capazes de engajar as comunidades na gestão compartilhada dos bens públicos municipais.

Quanto a participação, apurou-se que os dois municípios aplicam a participação manipulada, informativa e consultiva onde nas comunidades municipais existem comitês de gestão inoperantes, composto por pessoas que não foram eleitos pela comunidade, por outro lado, o município apenas informa o que vai fazer e como fazer as actividades sem ter em conta as opiniões das comunidades, as consultas que o município faz as comunidades servem para legitimar as suas decisões e não para tomar as opiniões dos munícipes e usa-las para a tomada de decisões. Se espera que na relação entre os municípios e as comunidades municipais se instaure um lugar de diálogo com comitês ou comissões participativos e eleitos pelas comunidades municipais, isto é, que tenham a legitimidade de representar as comunidades municipais perante o poder executivo e legislativo municipal com vista a promoção de uma gestão municipal compartilhada. O diálogo proposto deve abrir espaço para adoção de decisões inclusivas que incluem também os sectores minoritários que são adversários dos governos municipais. Os sistemas de governos municipais são fechados o que retrair a participação democrática na definição de políticas públicas municipais.

A comunicação municipal não permiti que os munícipes possam tomar decisões, participarem, conhecerem, compreenderem os problemas e acções municipais, acima de tudo abrir espaço para que possam opinar e propor soluções aos problemas, actividades e acções municipais. Enfim os municípios devem criar gabinetes de comunicação municipal capazes de adequar a comunicação municipal ao contexto socioeconômico, cultural e étnico das comunidades municipais.

As duas rádios embora tenham gestão diferenciada enfrentam mesmos problemas. Ao longo da pesquisa concluiu-se que as comunidades têm consciência de que as rádios comunitárias são pertença da comunidade, porém não participam na sua gestão. Os comitês de gestão existentes nas duas rádios são inoperantes e representam interesses dos coordenadores das rádios e não das comunidades municipais, para além de que os membros desses comitês não foram eleitos pelas comunidades o que faz com que estes alheiem-se da gestão destas rádios. A rádio comunitária GESOM e a rádio comunitária da Vila de Sussundenga precisam antes de tudo se reconfigurar, mostrando as comunidades

que todos devem participar na sua gestão não como meros consumidores, mas também como coprodutores dos programas, fiscalizadores, financiadores e gestores das rádios. Ademais, as condições económicas e técnicas deficitárias das duas rádios comunitárias favorece, de alguma forma, o controlo formal ou informal desses meios por parte do municípios. Este controlo inibe o exercício pleno da comunicação comunitária, a de dar voz a quem não tem voz, e a de ser um instrumento para a promoção da democracia participativa na gestão de bens públicos comunitários e municipais. O outro factor que inibe as rádios comunitárias de participarem plenamente na promoção de informações e programas com vista a gestão compartilhada de bens públicos comunitários e municipais prede-se, a nosso ver, com a falta de preparação dos seu jornalistas, (muitos deles não têm domínio da produção de notícias e da rotina radiofónica, ou da escrita), isto propicia a escassez de programas e informações sobre a gestão municipal e a mobilização das comunidades municipais com vista a sua participação na gestão dos bens públicos municipais e comunitários como demonstrado nas entrevistas e nos inqueritos.

Por outro lado, a pesquisa apurou que não há rotatividade na gestão da rádio GESOM onde o coordenador está mais de 7 anos na coordenação da rádio, isso pode estar a contribuir para a não participação das comunidades na gestão. O mesmo se verificou na rádio Comunitária da Vila de Sussundenga onde o Coordenador principal é nomeado pelo Estado através do GABINFO, isso pode levar as comunidades a pensarem que cabe ao Estado gerir a rádio, e que esta é pertença do Estado e não das comunidades.

Analisados os objectivos específicos da pesquisa pode-se afirmar que a parceria entre as rádios comunitárias e os municípios não contribui para a gestão compartilhada de bens públicos comunitários, pois ela se centra na parceria comercial. Por outro lado, a participação que se desenha na gestão municipal tem sido uma participação manipulada, informativa e consultiva, onde os municípios são os tomadores de decisões sem ter em conta as opiniões das comunidades municipais. Na relação entre o município e as comunidades municipais, o primeiro se assume como definidora das políticas públicas municipais, das actividades e serviços a serem oferecidos aos munícipes, os segundos são passivos sofrendo as acções municipais, pode-se afirmar que há uma gestão excludente.

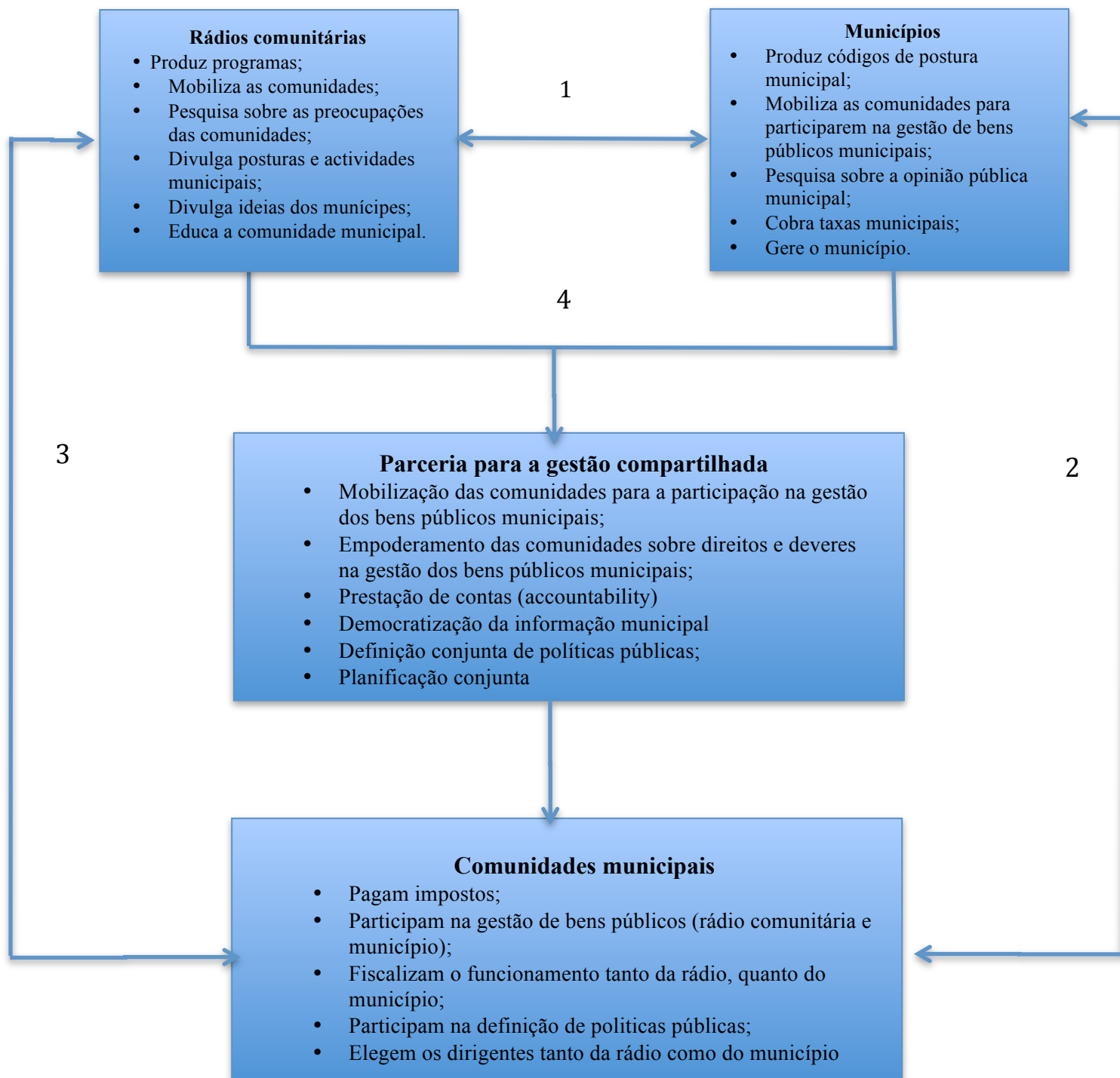
O cenário que se verifica nos municípios também se verifica nas rádios comunitárias onde os comités de gestão são inoperantes e os seus integrantes não foram eleitos pelas

comunidades e por via disso não representam os interesses das comunidades, cabendo aos gestores das rádios definirem que programas devem ser radiodifundidos.

Partindo destas percepções pode-se afirmar que as hipóteses 3 e 4 (H3. A existência de parcerias entre Conselhos Municipais e rádios comunitárias não é um factor decisivo para que haja democratização da informação municipal nem um espaço de participação das comunidades municipais para a gestão municipal compartilhada; H4. As parcerias entre Conselhos Municipais e rádios comunitárias são meramente comerciais, daí que a participação das comunidades municipais não é um elemento fundamental, estas parcerias são apenas para a visibilização e publicitação do município) foram validadas em detrimento das hipóteses 1 e 2.

Pode-se concluir que as actuais parcerias entre as rádios comunitárias e municípios não contribuem para a gestão compartilhada de bens públicos, não se configuram como o lugar da construção do público, isso porque nem rádio nem município tem sabido esboçar estratégias de convocar as comunidades a tomarem parte da gestão dos bens públicos, o esquema abaixo resume como devia ser as parcerias entre rádios comunitárias e municípios.

7.1. Esquema da proposta de parceria entre as rádios comunitárias e os Conselhos Municipais com vista a gestão compartilhada



Explicando o Esquema

1. Relacionamento rádio e município

A rádio deve produzir programas que transmitem informações sobre as actividades municipais, para além de produzir programas é necessários que sejam programas que conseguem mobilizar as comunidades para que possam participar na gestão municipal. Esses programas devem ter em conta a realidade das comunidades municipais e devem espelhar a opinião das comunidades no que tange a gestão dos bens públicos municipais.

O município deve manter a rádio informada das demandas que ocorrem no município, por outro lado, o município pode ter programas próprios que visam a comunicação e mobilização das comunidades para o seu engajamento no processo de gestão municipal.

Neste relacionamento chama-se a atenção da necessidade de haver sempre a liberdade de ideias e de gestão entre rádio e município para evitar o controlo seja formal ou informal da rádio por parte do município.

A rádio deve ser um lugar da publicitação dos assuntos municipais e o retorno que vem dessa prestação de serviço contribuirá para a sustentabilidade da rádio.

Por fim, o município deve ajudar a rádio a mobilizar as comunidades para participarem na sua gestão (financeira, humana, material, produtiva...).

2. Relacionamento município e comunidades municipais

O município sendo uma entidade pública e que presta serviço público deve estar aberta à participação das comunidades na sua gestão, isto é, deve empoderar cada vez mais as comunidades de informações que sirvam para a tomada de decisões, e deixar de olhar para estes como meros consumidores. Para que isso seja efectivo, é necessário que o município opte por outro meios de comunicação dirigida que possam fazer chegar a informação de qualidade e que seja transformada em conhecimento pelas comunidades municipais e sirva para a sua participação na gestão municipal. Uma comunicação

bilateral entre município e comunidades deve ser a prática municipal. O que o esquema assinala é a necessidade de o município dar voz as comunidades municipais, para que estas possam decidir sobre as questões municipais, num processo de cogestão, onde as políticas públicas municipais são produzidas de forma cooperada. Que os representantes municipais sejam verdadeiros coletores das demandas das comunidades municipais. O esquema propõe uma participação activa das comunidades municipais na tomada de decisões sobre os bens públicos municipais.

As comunidades devem ser educadas a perceberem que o município é um bem público, isto é, que a todos pertence, que não é do presidente, dos membros da assembleia municipal. Isso passa por terem nas comunidades debates para a construção da cidadania municipal, que irão produzir propostas de códigos de postura municipal, proposta de gestão dos bens públicos municipais. Em fim, as comunidades devem estar presentes na vida municipal através da exigência da prestação de contas e não como meros consumidores que deixam a tomada de decisão sobre os bens municipais ao membros dos conselhos municipais. As comunidades municipais devem estar cientes dos seus deveres e direitos perante o município.

3. Relacionamento entre rádio comunitária e comunidades municipais

A rádio comunitária é um veículo NA, DA, PARA as Comunidades, neste sentido as comunidades municipais devem participar na gestão desta, não apenas como meros consumidores dos serviços oferecidos por esta, mas sim como coprodutores dos programas radiofónicos.

A rádios comunitária deve espelhar a identidade das comunidades onde estão inseridas, e isso só é possível se esta veicular informações de importância local. A veiculação de informações de interesse local passa pelo conhecimento que a rádio tem dessa realidade, e isso passa por deixar a comunidade fazer parte na sua gestão. Não basta criar comités de gestão, é preciso que esses comités sejam eleitos pelas comunidades e que seus representantes sejam aceites pelas comunidades. Ao fazer que a gestão da rádio comunitária seja democrática, abre-se espaço também para a democratização da informação veiculada nesse meio. A bilateralidade no relacionamento entre rádio e

comunidades municipais pode facilitar a participação destas na gestão da rádio, num modelo de gestão compartilhada em que as comunidades são informadas sobre o que ocorre na rádio e o papel que têm para a manutenção desta.

Por isso, os programas produzidos não podem ser só da iniciativa dos dirigentes da rádio, devem ser sim programas que espelham a realidade local e que sejam do interesse local, ademais é necessário que a própria rádio mobilize a comunidade municipal para tomar parte da sua gestão e manutenção.

4. Parceria rádio comunitária e município como estratégia de gestão compartilhada de bens públicos

A parceria entre rádio comunitária e município joga um papel importante na promoção da gestão compartilhada dos bens públicos comunitários e municipais. O esquema acima revela que cada ente deve conhecer os seus direitos e deveres nesse processo.

O município deve preocupar-se em produzir instrumentos de comunicação e relacionamento capazes de convocar tanto as comunidades, quanto a rádio comunitária para tomarem parte na tomada de decisões e na definição de políticas públicas municipais inclusivas. Para tal é necessário que haja clareza no tipo de relacionamento que o município quer manter com a rádio. Neste sentido as informações municipais devem ser partilhadas com a rádio. Esta, por sua vez irá dar visibilidade a essas informações para o conhecimento das comunidades municipais. Este exercício fará com que as comunidades tenham informações sobre o que se passa no município. Porém neste processo o município não pode querer controlar a rádio, deve ser uma parceria que abra espaço para a gestão inclusiva dos bens públicos, incluindo o município e a rádio.

Esta parceria deve abrir espaço para a sustentabilidade da rádio, isto passa pela mobilização das comunidades municipais para tomarem parte na sua gestão. A parceria não deve ser de dependência, onde o município impõe suas demandas a rádio ou a rádio impõe suas demandas ao município.

O que se propõe é que a rádio não se transforme em uma rádio municipal, mas que participa na comunicação e mobilização das comunidades para a sua participação na

gestão dos bens públicos e que possam exercer os seus deveres e direitos perante esses bens. E o município que seja um lugar não da tramitação de documentos, mas sim da democratização de informações que possam ser transformadas em conhecimento para o desenvolvimento local.

Em fim, uma boa parceria entre rádio comunitária e município pode contribuir para a construção da cidadania municipal, onde as comunidades municipais conhecem os seus direitos e deveres perante os bens públicos. Isso facilitará o relacionamento entre dirigentes e dirigidos, entre gestores da rádio e comunidades municipais em busca de um desenvolvimento inclusivo, compartilhado e participativo, onde a prestação de contas é constante e a rotatividade na gestão desses bens é constante.

8. Bibliografia

ABRAHAMSSON, H, e NILSSON, A. (1994), **Moçambique em transição: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992**. Maputo. CEEL.ISRI.

ADAM, Yussuf. (2005). **Escapar aos dentes do crocodilo e cair na boca do leopardo. Trajetória de Moçambique pós-colonial(1975-1990)** Maputo. Promedia

Alhama, C.C. (2013). **La administración municipal relacional y participativa. Cómo construir la identidad de las ciudades desde una perspectiva de comunicación neopública.** Disponível

em http://www.seeci.net/revista/index.php/seeci/article/view/9/pdf_1, Acessado a 12 de outubro de 2017.

_____ (2012). **Investigación en comunicación municipal: estudios y aportaciones académicas.** Disponível em:

<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/vivataca/numeros/n117E/PDFs/CCampi.pdf>,

acessado em 12 de outubro de 2017.

_____ (2010). **Comunicación pública y administración municipal. Una propuesta de modelo estructural. Pensar la Publicidad**, IV, n 1, pp. 45-62. Disponível em:

<http://revistas.ucm.es/index.php/PEPU/article/view/PEPU1010120045A>,

acessado em 12 de outubro de 2017.

_____ (2010). **La comunicación pública: una delimitación conceptual a partir de su objeto Concepción.** Disponível em:

https://rua.ua.es/dspace/bitstream/10045/59733/1/2016_Campillo_Opcion.pdf. Opción,

Año 32, No. Especial 7 (2016): 291 - 312 ISSN 1012-1587 acessado a 12 de outubro de 2017

ALVES. A. Maria Vara (2005). **As rádios comunitárias em Moçambique Estudos de caso.** Dissertação de mestrado em estudos africanos, faculdade de letras da universidade do Porto. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53820>

AMARC. (1998). **O que é a rádio comunitária? – Um guia Prático**. Publicado por AMARC África e Panos África Austral.

AMMAN, B.S. (1997). **Participação Social**. São Paulo: Corez e Moraes.

AMORES, José Ángel Bergua.(2009)**Sociología de la política**. Mira editores, Zaragoza, España

ARRAES, N. M. (2002). **Desenvolvimento Sustentável e a participação popular nos processos de agenda 21 local brasileiros**. Tese de Doutorado. Faculdade de Engenharia Civil. Unicamp. Campinas.

ARENDT, Hannah. (1997) **A condição humana**. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 8a Edição Revista.

ARTUR, Domingos R. (1999). **Cidade de Chimoio: Breve ensaio histórico-sociológico**. Publicação Instituto de investigação Sócio-Cultural (ARPAC).

Banco Mundial. (2009). **Desenvolvimento municipal em Moçambique: As lições da primeira década**. (Online) Consultado a 10 de junho de 2019. Disponível em <http://siteresources.worldbank.org/INTMOZAMBIQUE/Resources/MunicipalPort.pdf>

BAUMAN, Zygmunt e MAY Tim. (2010). **Aprendendo a pensar a sociologia**. Rio de janeiro: Zahar editor,.

BORDIGNON, Genuíno e GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: Município e Escola. in FERREIRA, N.S. e AGUIAR, M.A. (Orgs.)(2004)**Gestão de Educação: Impasses, Perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez.

BORDENAVE, J. E. D. (1986). **O que é participação**. São Paulo. Editora Brasiliense.

BORDENAVE, Juan E.D. (1994). **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense.

BOGDAN, S. J. Taylor (1994), **introducción a los métodos cualitativos de investigación**, ediciones Paidós ibérica-Barcelona -Espana.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação Pública. In: DUARTE, Jorge (org.) et al.(2007). **Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público**. São Paulo: Atlas.

BOUER, Martin W. Et. al. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. IN: BOUER, Martin W. e GASKELL, George. (2002). **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som**, trad.

CAMILO, E. (1998). **Estratégias de Comunicação Municipal: Uma reflexão sobre as modalidades de comunicação nos municípios**. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

_____. (2006). Para uma planificação do trabalho comunicacional nos municípios. Obtido em 30 de março de 2017, de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/camilo-planificacao-trabalho-comunicacional-municipios.pdf>

_____. (2010). Dimensões corporativas da comunicação local: uma proposta de modelo. In E. Camilo, **Ensaio de Comunicação Estratégica** (pp. 29-50). Covilhã: LabCom Books.

CARBONE, P.P. **Cultura organizacional no setor público brasileiro. Desenvolvendo uma metodologia de gerenciamento da cultura**. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro. v. 32n.6. PP. 97-111, Nov./Dez. 1998.

CASTELLS, Manuel (1999). **O poder da identidade**. Editora Paz e Terra, São Paulo. Traduzido por Klaus Brandin Geshardt.

CORREIA, J.C. et al (orgs.)(2010). **Conceitos de comunicação política**. Labcom Books, Covilhã. Disponível em: WWW.livroslabcom.ubi.pt, Acessado em 17 de julho de 2017

D'ANCONA, María Ángeles Cea (1999). **Metodología Cuantitativa: estrategias y técnicas de investigación social**, editorial Síntesis, S.A. Vallehermoso-Madrid, España. Capítulo 7: la investigación social mediante encuesta.

DELIBERADOR, M.; Luzia M.Y; VIEIRA, Ana C.R. (2005). **Comunicação e educação**

para a cidadania em uma cooperativa de Assentamento do MST. Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa em Comunicação para a cidadania no XXVIII congresso Brasileiro de Ciências de Comunicação, promovido pela INTERCOM e Realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro de 5 a 9 de Setembro.

DUARTE, Jorge (org.) et al.(2007).**Comunicação Pública: Estado, governo, mercado, sociedade e interesse público.** São Paulo: Atlas.

DI PIETRO. M. S. Zanilla (2003). **Direito Administrativo.** 16 ed. São Paulo: Atlas, 2003, p.48.

_____ (2014) .**Direito Administrativo.** 27a Edição. São Paulo: Atlas S.A.

_____ (2015). **Direito Administrativo.** 28a Ed. São Paulo: Atlas S.A.

DUSSAULT, G. (1992). **A gestão dos serviços públicos de saúde: características e exigências.** *Revista de Administração Pública.* Rio de Janeiro. V.26, N.2, p.8-119, abr/jun. 1992.

DORNELLES, Beatriz (2006). *Imprensa Local.* In José Marques de Melo, Maria Cristina

Gobbi e Luciano Sathler (orgs). (2006). **Midia cidadã: Utopia brasileira.**

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. (2010). **Cartografias dos estudos culturais-uma versão latino americana.** Edição on-line. Belo Horizonte. Autentica.

ESCUADERO, Manuel Chaparro (1998). **Radio pública local.** Ed. Fragua. publicación IMEDEA. Andalucía-España.

FARIA, Fernandes. & CHICHAVA, Ana. (1999). **Descentralização e Cooperação descentralizada em Moçambique.** Documento de reflexão. Consultado em 10 de junho de 2019. Disponível em

http://adelsofala.org.mz/pdfs/descentraliza%E7%E3o_e_coopera%E7%E3o_descentraliz_ada_em%20mo%E7ambique.pdf.

FARIA, José Henrique de. (1987). **Comissões de fábrica: poder e trabalho nas unidades produtivas**. Curitiba: Criar.

FARIA, José Henrique de. (2001). **Teoria das formas de governo. Material do curso de Estado, Poder e Formas de Gestão**. Curitiba.

FESTA, Regina. Movimentos sociais, comunicação popular e alternativa. IN: FESTA, Regina Silva, Carlos Eduardo Luís (orgs). (1986). **Comunicação popular e alternativa no Brasil**. São Paulo: Paulinas.

_____. (1984). **Comunicação popular e alternativa: realidade e utopias**. São Bernardo do Campo; IMS, 1984. (Dissertação de Mestrado-comunicação)

FLICK, Uwe (2009). **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed.

FILHO, Marçal Justen. (2012). **Curso de direito administrativo**. 8ª edição. Belo Horizonte. Editora Fórum.

FONT, Nuria. (1998). **Democràcia i participació ciutadana**, Fundació Jaume Bofill-Barcelona-Espanha.

FURTADO, Lucas Rocha. (2013). **Curso de Direito Administrativo**. 4ª Edição. Belo Horizonte: Editora Fórum.

GASTER.L. (1999). **Quality in public services: manages choices**. Buckingham: open University press.

GASKELL, George Entrevistas individuais e grupais, IN: BOUER, Martin W. e GASKELL, George. (2002). **Pesquisa qualitativa, com texto, imagem e som**, trad.

GIDDENS, Anthony. (1989). **Sociología**. ed. Cast.: Alianza editorial, S. A., Madrid. Versión española de: Teresa A. et. al 1991.

GISBERT, Carlos Diego. La necesidad de informar en democracia. In: VARAS, José Zepeda e BOGADO, Benjamín Fernández (orgs.) (2009). **La Radio entre la comunicación y el Poder**. Rádio Nederland Wereldomroep.

GOHN. Maria da Gloria. (2005) **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo. Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol.123)

_____. (2004). **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. In: saúde e Sociedade. São Paulo, V.13, n 2, p.20-31, maio/ago 2004.

GÓMEZ. Julio Alguacil (2005), **Los desafíos del nuevo poder local: la participación como estrategia relacional en el gobierno local**.<https://polis.revues.org/5614>

<https://books.google.co.mz/books?id=jKw386jnjX4C&pg=PA25&dq=comunicaci%C3%B3n+municipal+de+gesti%C3%B3n+de+la+vida+local&hl=ptPT&sa=X&ved=0ahUKEwj2z8nvlrvWAhVLVxoKHdqTCz8Q6AEIJTAA#v=onepage&q=comunicaci%C3%B3n%20municipal%20de%20gesti%C3%B3n%20de%20la%20vida%20local&f=false>

[Acessado a 12 de julho de 2017](#)

GÓMEZ, Gregorio Rodríguez, FLORES Javier Gil y JIMÉNEZ, Eduardo García (1996). **Metodología de la investigación cualitativa**, ediciones Aljibe S.L Málaga-España.

GOLDENBERG, Mirian (2004). **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais**, 8 ed. Rio de Janeiro: Record.

HABERMAS, Jürgen (2003). **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro.

HENRIQUES, Márcio S. e WERNECK, Nísia M.D (orgs.) (2008). **Visões de futuro, responsabilidade compartilhada e mobilização social**. Belo Horizonte, Autêntica.

HENRIQUES, Márcio S. (2010). **Comunicação e mobilização Social na pratica da polícia comunitária**. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

_____ (org.) (2007). **Comunicação e estratégias de mobilização Social**. Belo Horizonte: Autêntica.

_____. (2012). **A comunicação e a condição pública dos processos de mobilização social**. Revista Ação Midiática- Estudos em comunicação, sociedade e cultura. Universidade Federal de Paraná. V.2, no2, 2012. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/acaomidiatica/article/view/29000/19281>. Acesso 18. jun.2013

HERMEL, Philippe (2000, 1990). **La gestion Participativa**. Barcelona: Gestion.

ILAL, Abdul et al. **Governança e Integridade em Moçambique: Problemas práticos e desafios reais**. Maputo, Centro de Integridade Pública.

ICS (1999) **Estratégias para o desenvolvimento das rádios comunitárias em Moçambique-Maputo**.

JANE, Tomas José (2006). **Comunicação para o desenvolvimento: o papel das rádios comunitárias na educação para o desenvolvimento local em Moçambique**, tese apresentada na Universidade Metodista Unida de São Paulo, Brasil. Disponível em: http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/876/1/Tese_Tomas_Jane_final_1_.pdf

JUAREZ, Paula (2016). **Desenvolvimento & Gestão Compartilhada**. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT0404201191736.pdf> Acessado em: 23 de Abril de.

KAPLÚN, Mário (1985). **El Comunicador Popular**. Quito: CIESPAL.

_____ (1978). **Producción de Programas de Radio, el guion la realizacion**. México, Cromocolor, CIESPAL.

KAUARK, Fabiana et. al. (2010) . **Metodologia da pesquisa : guia prático**. Itabuna : Via Litterarum.

KUPER, Adam (2002). **Cultura: a visão dos antropólogos**. São Paulo: Atlas. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/262822089/KUPER-Adam-Cultura-A-Visao-Dos-Antropologos-Caps-3-5-6-7>

Lendrevie, J. et. al. (2010). **Publicitor** (7 ed.). D. Quixote.

MADAUAR. Odete (2005). **Direito administrativo moderno**. 9 ed. São Paulo. Revista dos tribunais, 2005 pp.273-276.

MACLVER, R.M e PAGE, Charles. Comunidade como níveis da organização social. IN: FERNANDES, Floreston (org).(1973). **Comunidade e Sociedade**. São Paulo: Nacional.

MÁRIO, Viera T. et. al. (2010). **Rádiodifusão pública em África**. Uma publicação das fundações da Open Society, Johannesburg-África do sul.

MATOS. F. Gomes De (1980). **Gerência participativa**. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército.

MATEUS. Samuel(2001). **Publicidade e Consumo nas Sociedades Contemporâneas**. Labcom Books 2011. Disponível em: WWW.livroslabcom.ubi.pt, acesso em 28 agost. 2018.

MELLO. C. A. B. De (2005). **Curso de direito Administrativo**. 18 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2005:837.

MELLO, Celso António BandeiraDe.(2009).**Curso de Direito Administrativo**. 26 Ed. São Paulo: Malheiros Editores..

MERCER, B.E. (1986). *The american community*. New York; R.House,1956. In: FGV. **Dicionário de ciências sociais**. Rio e Janeiro, FGTV.

MICHEL, Maria H (1968). **Metodologia e pesquisa Científica em ciências sociais**. São Paulo. Editora Altas AS, 2009. MILLS, Wright. A elite do poder. Rio de Janeiro, Zahar editores.

MKAIMA, R. F. da Costa (2011). **As Rádios Comunitárias em Moçambique: Contributo para uma Análise**. Dissertação submetida como requisito para a obtenção do grau de mestre em comunicação, cultura e tecnologias de informação, no instituto universitário de Lisboa 2011, disponível em: <https://repositorio.iscte->

iul.pt/bitstream/10071/4330/1/Tese%20Renato%20Costa%20Mkaima%2C%2011565.pdf

MOÇAMBIQUE (2004). **Constituição da República de Moçambique**. Disponível em: <http://www.minec.gov.mz/index.php/documentos/legislacao/1-constituicao-da-republica-de-mocambique/file>, Acessado em Set. 2017.

_____ (1990). **Constituição da República de Moçambique de 1990**. Disponível em: [http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_\(as%20amended\)_pt.pdf](http://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Mozambique_Constitution_1990_(as%20amended)_pt.pdf), Acessado em 10 de Fev. 2016.

MOTTA, F. C. P. (1996). **Participação e cogestão: Novas formas de administração**. 29. ed. São Paulo: Ed. Brasiliense.

MOTTA, P. R.(1991) **Gestão contemporânea: a ciência e a arte de ser dirigente**. Rio de Janeiro: Record.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling (2004) . **Vozes cidadãs: Aspectos Teóricos e Análises de Experiências de Comunicação Popular e Sindical na América Latina**. São Paulo: Angellara Editora.

_____ (2004). **Comunicação no Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. 3ª edição, Petrópolis: Editora Vozes,.

_____ (2007). **Rádio Comunitária, Educomunicação e Desenvolvimento**. In PAIVA, 2007.

_____.Comunicação comunitária e educação para a cidadania. **Revista PCLA-Pensamento Comunicacional Latino Americano**. São Bernardo do Campo. Cátedra da UNESCO-UNESP V n° 1, 2002, Disponível em www.metodistaunida.br/unesco/pclas.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, Mary Jane (org.). (1997). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortês.

Projecto de Desenvolvimento dos Media UNESCO/PNUD MOZ 01003. Outubro (2004). **Rádios Comunitárias e Educação Cívica Eleitoral: a experiência das rádios comunitárias nas eleições municipais de 2003 em Moçambique, casos concretos de: Dondo, Chimoio e Cuamba.**

POGREBINSCHI, Thamy. (2005). **Pragmatismo: teoria social e política.** Rio de Janeiro, Editora Dumará Distribuidora de Publicações LTDA.

RÁDIO COMUNITÁRIA DE SUSSUNDENGA (MANICA), (2001). **Breve resenha histórica sobre o seu percurso e experiência.** Manica- Sussundenga.

RÁDIO COMUNITÁRIA DE SUSSUNDENGA (MANICA). **Informação por ocasião à visita do Consultor da FAO em Moçambique a Rádio.** Manica- Sussundenga.

RODDICK, A. (2002). **Meu jeito de fazer negócios.** Rio de Janeiro: Campus.

RODRÍGUEZ, Laura. (2011). **Ponele Onda. Herramientas para producir radio con jóvenes.** Ediciones la Tribu. Buenos Aires.

ROCHA, José António Oliveira & ZAVALE, Gonçalves Jonas Bernardo. (2015). **O Desenvolvimento do Poder Local em África: O caso dos municípios em Moçambique.** Cadernos de Estudos Africanos (Online) consultado a 10 de junho de 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1879>

SANTOS, Patric R. (2016). **Usucapião dos bens públicos.** Monografia apresentado na Faculdade Integradas Santa Cruz de Curitiba.

SANTOS, Suely Xavier dos. (2012). **Organização do Terceiro Sector.** Universidade de Potiguar. Núcleo de Educação a Distância.

_____ ; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2005.

SERRANO, G.P. (1998). **Investigación cualitativa. Retos e interrogantes. I. Métodos.** Madrid, La Muralla S.A.

SHEPHUD. G e VALÊNCIA. S.(1996). **Modernizando a administração pública na America latina: Problemas comuns sem soluções fáceis.** *Revista do serviço público.* v.120, n.3, PP.103-128 set/dez.

SOARES, Ana T.N e MONTEIRO, Luisa da Silva. O contexto das Organizações: uma leitura sobre suas configurações e seus processos comunicacionais pp.55-57. In: SOUZA C.S.J. (1978).**A crise da democracia no Brasil: aspectos políticos.** Rio de Janeiro, Forense.

SPINK, Peter. Análise de documentos de domínio público. In: SPINK, Mary Jane (org.).(1997).**Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortês. pp. 123-151.

SELLER, Enrique Pastor. (2009). **Participación ciudadana y gestión de las políticas sociales municipales.** Universidad de Murcia. Servicio de publicaciones. Disponível em: https://books.google.co.mz/books?id=9xcjX6m7Rk0C&pg=PA5&dq=gestión+de+la+vida+local&hl=ptPT&source=gbs_selected_pages&cad=3#v=onepage&q=gesti%C3%B3n%20de%20la%20vida%20local&f=false, Acessado em 24. Set. 2017

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.).(2000).**Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, p. 73-102.

TÖNNIES, F. (1942). **Princípios de Sociologia.** México: Fondo de Cultura Económica.

TÖNNIES, F. (1947). **Comunidad y Sociedad.** Buenos Aires: Losada.

THOMPSON, John B.(1998). **A mídia e a modernidade.** Petrópolis: Vozes.

_____. (1995). **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na**

era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes.

_____. (2002). **O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia.** Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes.

TORO, A. José Bernardo e WERNECK, Nísia M. D. (1996). **Mobilização Social: Um modo de construir a democracia e a participação.** UNICEF-Brasil. Disponível em: <http://www.aracati.org.br/portal/pdfs/13_Biblioteca/Publicacoes/mobilizacao_social> acesso em: 10 Mai. 2018.

TOURAINÉ, A. (1996). **O que é democracia.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes.

UNIETHOS. (2005). **Rumo à mudança de mentalidade- Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Material do curso Uniethos- Educação para a responsabilidade social e desenvolvimento sustentável,** realizado em maio/p.26-51.

UNESCO (2004). **Diretório das Rádios Comunitárias de Moçambique-Maputo.**

UKAID. (2017). **Desafios da municipalização em Moçambique: em Breve análise.** Edição programa diálogo.

YIN, Robert K. (2001). **Estudo de caso: planejamento e métodos,** Trad. Daniel Grassi- 2ed-Porto Alegre, Bookman.

_____. (1994). **Case Study Research: Design and Methods** (2a Ed) Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

WEBLER, T.; RENN, O; ASTENHOLZ, H.(1995).**Public participation in impact assessment: a social learning perspective.**Environmental Impact Assessment Review, v. 15, p. 443- 463.

VARAS, José Zepeda e BOGADO, Benjamín Fernández (orgs.) (2009). **La Radio entre la comunicación y el Poder.** Rádio Nederland Wereldomroep.

ZÉMOR, Pierre (1995). **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je ? Paris. Tradução resumida do livro: Prof. Dra. Elizabeth Brandão disponível em: <http://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf> acesso em 04 Nov.

8.1. Legislação usada

Constituição da República de Moçambique. (1975). Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Constituição da República de Moçambique. (1990). Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Constituição da República de Moçambique. 2004. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei de Imprensa de Moçambique (1991)-Lei n° 18/91 de 10 de Agosto. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei do Direito à Informação (2014)-Lei n° 34/14 de 31 de Dezembro. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que altera a lei n° 2/97, de 18 de fevereiro, que estabelece o quadro jurídico-legal para a implantação das autarquias locais. (2018). Lein° 6/2018, Boletim da República, I Série n.º 152 de 3 de Agosto. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que altera a lei n° 7/2013, de 22 de fevereiro, republicado pela lei n° 10/2014, de 23 de Abril, relativa à eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais. (2018). Lei n° 7/2018, Boletim da República, I Série n.º 152 de 3 de Agosto. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que estabelece princípios e normas de organização, competências e de funcionamento dos órgãos locais do Estado nos escalões de Província, Distrito, Posto Administrativo e de Localidades (2003) - Lei n.º 8/2003, Boletim da República, I Série n.º 3 de 19 de Maio. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que estabelece o Regime Jurídico-Legal das Finanças e do Patrimônio das Autarquias. (1997) - Lei n.º 11/97, Boletim da República. I Série, n.º 22, de 31 de Maio. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que cria o quadro jurídico para a implementação das Autarquias locais. (1997). Lei 2/97 de 18 de Fevereiro. Boletim da República, I Série, n.º 7, 2.º Suplemento. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que cria os Distritos Municipais. (1994)-Lei n.º 3/94, Boletim da República, I Série n.º 37, 2.º Suplemento. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Decreto-Lei que estabelece a nova divisão administrativa de Moçambique. (1975)-Decreto-lei n.º 6/75, de 18 de Janeiro. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Decreto-lei que aprova o Regulamento da Lei dos Órgãos Locais do Estado. (2005)-Decreto n.º 11/2005, Boletim da República, I Série n.º 23 de 10 de Junho. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Diploma que aprova o guião sobre a organização e funcionamento dos órgãos locais entre o MAE e MPD. (2009)-Diploma Ministerial n.º 67/2009, de 17 de abril. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei da política nacional de descentralização e a respetiva estratégia de implementação denominada - Política e Estratégia de Descentralização. (2012)- Resolução n.º 40/2012, de 20 de Dezembro. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que cria os conselhos executivos das assembleias municipais e conselhos executivos das assembleias das cidades. (1978)-Lei n.º 7/78, de 22 de abril. Boletim da República, I Série, n.º 48. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei que Altera o regime jurídico da tutela administrativa sobre as autarquias locais estabelecido na lei n.º 11/97, de 31 de Maio. (2007)- Lei n.º 6/2007. Boletim da República, I Série, n.º 6, Suplemento, 9 de fevereiro de 2007. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei da revisão pontual da Constituição da República de Moçambique. (2018)- Lei n.º 1/2018. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

Lei da alteração da Lei n.º 2/97 de 18 de Fevereiro, que cria o quadro jurídico para a implementação das Autarquias locais. (2018)- Lei n.º 6/2018 de 3 de Agosto. Maputo. Imprensa Nacional de Moçambique.

8.2.Outras referências

Declaração Universal do Direitos Humanos: Disponível em:
http://direitoshumanos.gddc.pt/pdf/Ficha_Informativa_2.pdf

<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>

Carta africana dos Direitos humanos e dos Povos. Disponível em:
http://www.achpr.org/files/instruments/achpr/achpr_instr_charter_por.pdf

http://provedordejjustica.cv/phocadownload/Legislacao/Carta_africana_dos_direitos_humanos_e_dos_povos.pdf

<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002147/214765por.pdf>

Carta Africana de Declaração de Princípios de Liberdade de Expressão em África.

http://library.fes.de/pdf-files/bueros/angola/hosting/upd11_05princip_liberdade.pdf

http://observatoriadaimprensa.com.br/download/Liberdade_de_Expressao_PORT.pdf

PARTE V-ANEXOS

9. ANEXOS-PARTE I. (ENTREVISTAS)

9.1. Entrevista aos membros do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio.

Manuel Sueta (MS), Presidente da Assembleia Municipal de Chimoio.

RESPOSTA (MS):Presidente da Assembleia Municipal nesta 4ª legislatura, estamos a falar a partir do dia 06 de Fevereiro de 2014, quando nós assumimos a direcção da mesa da Assembleia Municipal, estando nesse momento a dirigir esta Assembleia Municipal que comporta, portanto 40 membros nesta 4ª legislatura da nossa Assembleia Municipal de Chimoio.

PERGUNTA: Destes 40 como é estão divididos em termos de bancada?

RESPOSTA (MS):Estamos aqui com 40 membros, são duas bancadas: bancada da Frelimo que é a bancada maioritária temos a bancada do MDM, são 21 membros por parte da bancada da Frelimo e 19 membros por parte da bancada do MDM.

PERGUNTA: Como é feita a participação dos munícipes na gestão municipal, sendo a Assembleia Municipal a porta para essa participação?

RESPOSTA (MS):Na verdade, nós, como mandatários do povo a principal missão que temos é de deliberar matérias que versam sobre a satisfação das preocupações e necessidades quer de forma colectiva quer de forma individual dos nossos munícipes, daí que na verdade se estamos aqui somos mandatados pelos munícipes.

Em termos da participação dos munícipes juntos temos feito equipas, quando na verdade temos que deliberar sobre matérias que dizem respeito ao nosso município de Chimoio, temos que manter contactos com os nossos munícipes, dando-lhes a conhecer as matérias que vão ser levadas portanto ao debate, estamos a falar de vários instrumentos, estamos a falar de instrumentos do Conselho municipal, assim como da Assembleia Municipal, com maior realce estamos a falar de planos económicos e sociais, em que antes do ano de que vai vigorar, a Assembleia Municipal em sessão própria

estamos a falar da última sessão de cada ano, onde nós aprovamos aquilo que é o plano económico e social do Conselho Municipal, onde contempla várias actividades, estamos a falar de actividades que tem a ver com aspectos de urbanização, estamos a falar de planos que tem a ver com os mercados, com os transportadores semicolectivos de passageiros, com assuntos que versam sobre infra-estruturas, vias de acesso, estamos a falar da questão também que tem a ver com o saneamento, portanto o Plano Económico e Social que aprovado é acompanhado do orçamento.

O orçamento é a parte que garante a execução das actividades que são arroladas pelo Conselho Municipal, nessa perspectiva o que nos fazemos é na verdade darmos a conhecer a população por exemplo, em relação ao ano passado de 2018, as actividades que Conselho Municipal programou versaram nestas e naquelas pilares e o seu orçamento é este, então porque nós temos seis comissões de trabalho, são comissões especializadas estamos a falar de comissões que tem a ver com as matérias de construção e urbanização, de saneamento, de segurança e ordem pública, de desenvolvimento Plano e orçamento, de legalidade, de petições, são essas comissões de trabalho que se deslocam ao encontro da nossa população para lhes fazer entender de que a sessão da Assembleia municipal vai reunir e vai debruçar-se sobre essa matéria.

Com base nesses contactos então os nossos munícipes também dão as suas contribuições em relação a essas matérias que vão sendo levadas ao debate da sessão da Assembleia Municipal, assim como depois da deliberação, também os munícipes devem conhecer que daquela proposta que o Conselho Municipal submeteu a Assembleia Municipal, então o que foi deliberado foi esta, deliberou-se sobre este e aquele aspecto é mais ou menos neste sentido em que nós temos estado em interacção com a nossa população, os nossos munícipes, não só as nossas sessões da Assembleia municipal são abertas ao público o que significa que nas vésperas da realização das nossas sessões elas são publicitadas nos órgãos de comunicação social, estamos a falar da Rádio Moçambique, estamos a falar da Rádio Comunitária Gesom, onde damos a conhecer que de acordo com aquilo que está plasmado na lei número 2/97 de 18 de Fevereiro e nos termos do regimento para quem quiser participar pode-se dirigir a nossa secretaria da assembleia Municipal inscrevendo-se e participando naturalmente.

PERGUNTA: Existe um plano de comunicação que traça as estratégias de interação entre a Assembleia Municipal e os Municípios?

RESPOSTA (MS):Na verdade o plano de interacção é este que é feito através da comissões de trabalho, este é um dos canais de comunicação que nós temos estado a fazer.

As nossas comissões vão ao encontro, como me referi anteriormente, dos nossos municípios, promovem encontros com os nossos municípios, onde partilhamos a informação sobre o dia-a-dia do nosso município, assim como também a mesa da Assembleia Municipal na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal, ele, estabelece contactos com vários segmentos da sociedade, estamos a falar de municípios no geral mas estamos também a falar os outros segmentos, estamos a falar de líderes comunitários, contactos com os conselhos consultivos, estamos a falar de encontros com os empresários, estamos a falar também de outras camadas em que na verdade nós como mandatários do povo temos que estabelecer esta interacção que é para ouviremos aquilo que são as suas sensibilidades, preocupações e daí levaremos as preocupações que são canalizadas para que com base nas competências, se são assuntos que são digamos assim, dirigidas ao órgão deliberativo então a assembleia municipal trata caso a caso ver até que ponto essas questões devem ser portanto resolvidas, e se são assuntos que tem haver com o executivo são levados esses assuntos, canalizados para o órgão executivo para o seu cumprimento, cabendo naturalmente este órgão que recebe através deste canal de comunicação com a nossa população e vários seguimentos possam fazer um retorno as pessoas a que recebemos essas reclamações que é para dar a entender o grau de cumprimento dessas preocupações são canalizadas.

PERGUNTA: Que meio de comunicação a Assembleia Municipal usa para a promoção das suas actividades, projectos, programas, ou mobilização das comunidades na participação da gestão municipal, para além da rádio comunitária e da rádio Moçambique?

RESPOSTA (MS):Os nossos meios disponíveis para a comunicação, nesse momento, nós temos estado a privilegiar os media da Rádio Moçambique, estamos a falar da rádio comunitária, estamos a falar da televisão de Moçambique, estamos a falar também dos

outros meios televisivos. Como é que isso se faz? Quando nós temos a nossa sessão agendada, o que fazemos é formular convite para esses meios de comunicação social e cabe a esses meios de comunicação social virem fazer a cobertura, eles têm estado ao longo da realização das sessões, estamos a falar se é uma sessão programada para dois dias, na sessão de abertura, onde se regista as comunicações que são feitas os discursos neste caso de abertura e encerramento do presidente da Assembleia Municipal, as comunicações das chefias das bancadas, as comunicações do presidente do Conselho Municipal e das nossas tutelas administrativas, estamos a falar do representante do governo provincial que tem estado por direito, participa nas nossas sessões, estamos a falar de representante do governo do distrito e não só, claro dos debates que são produzidos nas intervenções, os meios de comunicação social reportam esses debates dentro digamos da sessão, assim como ao longo das sessões os meios de comunicação social fazem entrevistas aos intervenientes dependendo daquilo que é de cada órgão de comunicação estabelece para fazer a sua reportagem, também a imprensa escrita estamos a falar do Jornal notícias, do Diário de Moçambique também são os canais que a assembleia municipal temos estado a utilizar para fazer a cobertura dos nossos trabalhos.

PERGUNTA: Que estratégias são frequentemente usadas pela assembleia municipal para engajar os munícipes a participar na políticas publicas municipais e inclusive as que promovam a cidadania?

RESPOSTA (MS):As estratégias que nos temos estado a promover visado a que os munícipes assim como os segmentos da sociedade participem no desenvolvimento da nossa autarquia assenta no seguinte , em que na verdade se estamos a falar do município, o município a sua gestão portanto os órgãos que são encarregues os responsáveis pela gestão municipal estamos a falar em primeira mão do conselho municipal que são os gestores do município, estamos a falar de um órgão deliberativo, mas temos que ter em conta que é preciso estabelecer um triângulo de acção, onde temos os órgãos municipais , mas temos essa parte fundamental que são os nossos munícipes, os nossos munícipes jogam um papel importante no desenvolvimento do Município, são eles que devem ter a sua participação activa, estamos a falar da participação no sentido de terem a sua

contribuição, a contribuição se assenta primeiro em dar-nos aquilo que é a sua visão, as suas iniciativas, darem portanto as suas experiencias em termos da contribuição que devem dar aos órgãos quer executivo ou deliberativo, nessa perspectiva o que nos temos estado a fazer e na equação visando fazer que o nosso município tenha um desenvolvimento sustentável é priorizaremos uma planificação participativa, o que significa que nos planos de desenvolvimento estamos a falar do Plano Economico e Social e Plano estratégico do Município tem que contar com a participação dos munícipes são eles os munícipes que jogam um papel importante para que nesta planificação porque eles digamos assim são as pessoas que sentem no sentido de que nos que estamos no bairro Trangapasso, nos que estamos no bairro por exemplo Agostinho Neto em termos de necessidades temos essas necessidades e no role das necessidades temos que ter em conta que na verdade nem tudo o que nos sentimos como preocupações pode ser resolvido tudo ao mesmo tempo e cabe naturalmente aos nossos munícipes nessa perspectiva de que os planos de desenvolvimento devem contar com a participação de todos os munícipes definir no role das preocupações as prioridades nesse contexto em que nesta estratégia a que temos estado a desenhar quer por parte do Conselho Municipal assim com da Assembleia nos que somos mandatários do povo é incentivar os nossos munícipes para que elas percebam de que devem fazer parte integrante de desenvolvimento do nosso município, avançando ideias porque nos podemos ter um plano que não é envolvente e quando não temos um plano envolvente, significa que isto que os munícipes não podem estar satisfeito, mas não na totalidade, nos podemos planificar por exemplo num bairro Textafrika ou um bairro Stanha abertura de fontes de água, quando a propriedade para os munícipes daquele bairro já não se centra digamos assim basicamente nas fontenárias de água, se calhar a prioridade para eles mediata é a iluminação publica naquele bairro porque eles sentem de que com a iluminação publica pode minimizar o problema da criminalidade e os problemas diferem de um bairro para o outro bairro, enato é preciso de facto, o que nos temos estado a fazer é de veremos esta planificação estratégica que envolve a participação dos munícipes na planificação, e isto ajuda os gestores também na prestação de contas porque quando se vai fazer a prestação de contas os nossos munícipes que são empoderados nesses plano que é executado pelo Conselho Municipal, quando chegamos a fazer a prestação de contas, eles na verdade

serão testemunho de dizer que nos estamos satisfeito ou não pela execução ou não do plano económico e social porque fomos nos que dissemos que o plano para este e aquele bairro deve contemplar isto e mais aquilo ai e não só também em termos estratégicos, estamos a caminhar para que o orçamento seja participativo o que significa que com base naquilo que é a contribuição de um bairro os munícipes que estão lá, na divisão do bolo orçamental então é preciso que haja a descentralização do orçamento mediante a comparticipação daquele bairro, esta é uma perspectiva que julgamos que quando se assenta nesta, esta perspectiva de orçamento participativo abre uma competitividade, na perspectiva de se um bairro por exemplo não tem uma comparticipação digamos assim notável se mostra a alguma fraqueza então este bairro, se ver que este bairro por exemplo, estamos a falar do bairro Centro Hípico ele tem uma contribuição em termos de volume de orçamento para as receitas do município e depois as actividades que devem ser direccionadas naquele bairro também devem ter correspondência com o volume da contribuição, então isto leva aqui de facto as pessoas sintam que na verdade de nos temos alguma obrigação para o desenvolvimento do próprio município.

PERGUNTA: Quanto ao relacionamento com os meios de comunicação, existe uma parceira entre o conselho municipal e a rádio comunitária Gesom para a promoção da gestão compartilhada? Se SIM, como se manifesta?

RESPOSTA (MS):Na verdade nos como assembleia municipal nesta quarta legislatura quando entramos aqui uma das questões que nos chamou atenção veremos de que ao nível do território municipal temos uma rádio comunitária, se é a rádio comunitária esta portanto aqui nesse espaço de jurisdição municipal e é uma rádio da comunidade de Chimoio, esta rádio que joga um papel social para os próprios munícipes porque os próprios estatutos dessas rádios comunitárias o seu papel é basicamente social, não é uma rádio comercial, uma rádio com carácter digamos assim económico que versa para buscar receitas, então o que nos chamou atenção é como é que esta rádio pode contribuir cada vez mais para os nossos munícipes é uma rádio joga um papel social em termos da educação cívica dos nossos munícipes, neste contexto o que nos fizemos logo a partida é estabelecer uma parceria que não chegou a parceira que digamos assim que não teve um tempo de vida que nos desejamos que fosse. Era na perspectiva de a rádio comunitária

promover a transmissão em directo das sessões da nossa Assembleia Municipal, em 2016 tivemos sessões da assembleia Municipal que foram transmitidos em directo e produziu um impacto bastante positivo aos nossos munícipes, porque na verdade os nossos munícipes começaram a sentir que se temos uma assembleia municipal e nos como munícipes mandatamos os que estão lá para nos representar estamos a sentir que o calor dos debates que são produzidos, porque os meios de comunicação social quando vão fazer a cobertura e depois saem, cada meio de comunicação social de acordo com as suas políticas editoriais tem um pequeno espaço para a transmissão ou da notícia ou da reportagem ou da entrevista que não é desenvolvida essa reportagem, mas quando se trata de uma transmissão em directo, os assuntos são transmitidos quase que na íntegra, então isto ajuda que na verdade tenhamos um testemunho daquilo que está sendo feito aqui na Assembleia Municipal e não só para nos a rádio comunitária Gesom constitui para nos um interlocutor bastante importante, um veículo de transmissão bastante importante olhando para o espaço tanto para o Conselho Municipal e Assembleia Municipal na perspectiva de que a divulgação nos aprovamos uma postura municipal, onde são estabelecidas as regras jurídicas e administrativas que regem a convivência de todos os munícipes da nossa cidade de Chimoio, então estamos a olhar para a rádio comunitária como um parceiro importante na divulgação dos aspectos que são contidos neste código de postura. Em relação a educação ambiental por exemplo, como é que os munícipes devem lidar com resíduos sólidos, como a participação dos munícipes nesta questão da gestão ambiental, em relação ao uso e aproveitamento de solo urbano, em relação questões que tem haver com vários aspectos então, para nos a rádio comunitária Gesom é nessa perspectiva que estamos a realizar estamos a fazer o dialogo com o conselho municipal para abraçar o entendimento com a rádio comunitária Gesom para nos ajudar a divulgação por exemplo das taxas, impostos temos varias digamos assim taxas, imposto pessoal autárquico, predial autárquico, de veículos sem a divulgação, sem que os munícipes entendam a importância da sua, participação, os que exercem a actividade económica, as vezes tem havido fuga ao fisco, porque as vezes falta-lhes a esta cultura para que exercer actividade económica aqui na nossa cidade tem que cumprir com as suas obrigações fiscais, então para nos é verdade que nos como Assembleia Municipal e os membros da assembleia temos estado a fazer trabalho de educar os nossos munícipes,

mas estamos a falar de 40 membros para um universo de 33 bairros estamos a falar de uma população que de acordo com este ultimo censo, os dados preliminares indicam que nos já saímos de 340 mil habitantes agora estamos a mais de 500 mil habitantes, então é muita gente e é preciso que os nossos munícipes que estão aqui entendam que há balizas que são estabelecidas que devem ser cumpridas, e para nos tendo uma rádio comunitária como a Gesom na verdade é um parceiro muito importante e é na perspectiva em que também, temos essa perspectiva de que haja a realização de emissões ao vivo, havendo emissões ao vivo periódicas essas emissões, se este mês estamos na zona numero 1, com abordagem de matérias diversas, no âmbito de educação física aos nossos munícipes e periodicamente fazendo por tanto essa escala por postos administrativos esta é uma das estratégias em relação a rede e emissões ao vivo, assim como realização de debates onde o nossos vereadores os pelouros que nos temos de acordo com a programação temática, vão a rádio Gesom para falar daquilo que é o trabalho que esta sendo realizado pelo Conselho Municipal e nos como Assembleia também, o espaço que se reserva a participar nesses debates que a rádio Gesom pode realizar e a rádio Gesom na verdade tem estado aberto para nos acolher, porque é uma rádio que nos temos e naturalmente para sustentar a essas actividades é preciso que haja a comparticipação, estamos a falar da comparticipação financeira e é nessa perspectiva que nos estamos por exemplo, temos este memorando com a rádio Gesom que desde em 2017 estamos a tentar viabilizar este memorando em que nos estávamos a ver, se a rádio Gesom vai prestar serviços ao Conselho assim como na Assembleia Municipal e tendo em conta que ao nível do conselho Municipal temos a parte que diz respeito as receitas próprias e uma das fontes para as receitas próprias são os nossos munícipes, naturalmente que contribuem para essas receitas próprias, então era na perspectiva de se estabelecer uma taxa e essa taxa com base numa proposta proveniente do Conselho municipal , podia-se estabelecer em termos percentual ainda não esta estabelecidos que deveria ser tirado alguma percentagem daquilo que é a contribuição dos munícipes no ângulo das receitas próprias para que essa percentagem seja paga a rádio Gesom em relação a prestação de serviços naturalmente que possa vir a fazer e acaba beneficiando os nossos munícipes, a todos neste caso ao Conselho e a Assembleia e aos nossos munícipes ajudando naturalmente para que a nossa rádio trabalhe de uma forma sustentável do que nos temos estado a

sentir é que a rádio comunitária Gesom esta trabalhar com muitas dificuldades fazer uma rádio é um exercício muito complicado , trabalha com pessoas que estão lá são pessoas que estão lá se entregam de forma voluntária, são os equipamentos que devem ser portanto frequentemente entrar em manutenção o próprio edifício, infra-estruturas, a água a energia, então na verdade nos estamos a sentir que temos que fazer alguma coisa, nos como órgãos municipais temos que fazer alguma coisa e é este memorando que nos achamos que temos que fazer para de facto sentir que a rádio comunitária se na verdade estamos aqui e nesta autarquia, então os órgãos municipais devem prestar algo para ajudar.

PERGUNTA: Actualmente, a Assembleia Municipal tem algum programa passado na rádio comunitária Gesom sobre a gestão municipal compartilhada?

RESPOSTA (MS):Em termos de programa nos já tínhamos este programa da cobertura das nossas sessões, mas ficou interrompido este programa naturalmente a espera, mas por parte do Conselho Municipal algo esta sendo feito, a alguma coisa que o Conselho Municipal, a um espaço na rádio comunitária, eu não sei em que estagio esta neste momento onde os vereadores tem estado de forma regular para divulgar as realizações, participam em debates onde os ouvintes participam, não é, apresentado uma e outra questão pertinente aos que tem estado nos painéis de debates lá.

PERGUNTA: Actualmente, a Assembleia Municipal apoia a rádio comunitária e de que forma se revela esse apoio?

RESPOSTA (MS):A assembleia municipal falando honestamente neste momento, com Assembleia não temos estado a prestar algum apoio e o apoio que nos estamos a visualizar que tenhamos que prestar é na perspectiva de acolher para abrir este espaço para que a rádio comunitária Gesom preste-nos serviços e com base nesses serviços, então tirar algum apoio por parte do Conselho Municipal, tendo em conta que, a Assembleia Municipal por aquilo que esta na lei não é autónoma financeiramente, nos dependemos do Conselho Municipal, se na verdade tivéssemos alguma autonomia financeira podíamos abrir alguma janela para apoiar a nossa rádio comunitária Geson, mas por esta limitação não só por parte da Assembleia Municipal de Chimoio, mas por

própria lei numero 2/97, não abre esta digamos assim tem esta limitante em termos de autonomia financeira.

PERGUNTA: Como define o relacionamento entre a Assembleia Municipal e a Rádio Comunitária Gesom, actualmente?

RESPOSTA (MS):Para nos a relação é de salutar, na medida em que temos estado frequentemente em dialogo com os gestores da rádio comunitária Gesom , a duas semanas aqui mesmo no gabinete da assembleia Municipal estivemos aqui e o próprio vereador de plano e finanças e o senhor coordenador da rádio comunitária Gesom estivemos aqui para flexibilizar este entendimento deste memorando que ficou em algum momento encalhado para ver se na verdade podemos remover os obstáculos entre as partes que estão a travar este andamento, mas resumindo queríamos dizer que entre a Assembleia Municipal e a rádio comunitária Gesom temos estado numa coordenação frequente e uma coordenação salutar no sentido de que temos estado a trocar informações.

PERGUNTA: Como presidente da assembleia Municipal, como define a rádio comunitária Gesom?

RESPOSTA (MS):Como presidente da assembleia Municipal definido aquilo que é a rádio comunitária Gesom é uma rádio comunitária que é um meio de comunicação social, digamos assim como posso definir de um meio de comunicação social bastante valente, é um parceiro nosso que nos temos que assegurar com as duas mãos, a rádio comunitária Gesom é uma rádio que esta inserida nas massas, que esta inserida nos nossos municípios, olhando para aquilo que é a sua grelha de programas temos estado a acompanhar, a escutar a rádio comunitária Gesom tem uma grelha de programa aglutinadora em que ouvindo a rádio comunitária Gesom você como um ouvinte fica com sensação de que tenho que estar ao lado do meu rádio para sintonizar a rádio comunitária Gesom por ter programas atractivos, tem programas informativos, onde nos temos estado a beneficiar da informação, tem programa educativos em que na verdade eles tem estado a transmitir mensagens bastantes valentes, sobre matérias que tem haver com a saúde, que tem haver com a prevenção de doenças endémicas, casamentos prematuros, a questão tem haver

com o papel dos municípios na prevenção de índices de criminalidade e tem também programas de carácter recreativo e em termos de capital humano a rádio comunitária Gesom tem profissionais muito dinâmicos eu tenho estado a gostar da dinâmica profissional dos nossos profissionais que estão lá, estamos a falar de locutores, estamos a falar de jornalistas e é uma rádio que tem uma política editorial flexível na perspectiva de que é verdade que uma rádio tem uma grelha de programa em que estão estabelecidas as balizas em relação os programas que devem correr durante o dia, mas por exemplo que tenho estado a gostar e olhando para aquilo que é a perspectiva de interação com os órgãos municipais, eles estão em altura de abraçar um programa que se julgue que é um programa pontual ou de emergência porque eles são autónomos em relação a gestão a própria sua gestão editorial, são flexíveis em enquadrar o programa que apesar de que guia-se por um programa , mas eles integram o programa se julga que é pertinente, se uma mensagem pontual para chamar atenção sobre algum aspecto aos municípios da cidade são flexíveis na transmissão na hora exacta, então isto é extremamente importante, eu olho para aquela rádio apesar dos desafios que esta a atravessar, mas é uma rádio que da para apostar e tudo depende de todos nos que somos os consumidores do produto que a rádio Gesom nos oferece, se estamos a receber digamos assim um produto de forma gratuita temos que saber ajudar também está rádio, este que é o problema, porque a rádio Moçambique por exemplo o ouvinte para consumir este produto da rádio Moçambique tem a taxa de radiodifusão onde o ouvinte tem a sua participação, mas para a rádio Gesom nos que estamos aqui somos municípios não estamos a dar nada, então acho que a uma necessidade de dar algo que seja da nossa contribuição e eu volto a frisar é nessa perspectiva que os órgãos municipais devem estabelecer uma taxa daquela contribuição que os municípios dá, por exemplo os impostos pessoais autárquicos em que cada um tira anualmente estabelecer-se alguma taxa para que essa taxa, olhando para essa rádio comunitária fazermos a sua canalização para a rádio comunitária Gesom, é uma rádio para mim não é ceia de muita energia de um futuro com uma camada jovem engajada com uma política editorial que da para dizer que na verdade todos pilares estão ali estabelecidos.

PERGUNTA: Os programas produzidos pela Rádio Comunitária Gesom contribuem para a participação activa da comunidade na produção de postura municipal e instrumentos de governação municipal? De que forma?

RESPOSTA (MS): Sim. Na verdade eles tem uma grelha de programa que move as massas que digamos assim, faz com que os nossos munícipes percebam que a uma necessidade de seu envolvimento no desenvolvimento desta autarquia, tem programas educativos, tem programas informativos e esses programas ajudam muito eles tem tido programas recreativos com os munícipes de acordo com o tema se estabelece, se se pretende falar de uma gestão ambiental sustentável, se estabelece linhas onde os contactos onde os munícipes dão a sua visão, seu pensamento, sua iniciativa, estamos a falar de programas de jovens, programas de criança, são esses programas que de facto a rádio comunitária Gesom quando transmite em que puxam as massas e faz com que os nossos munícipes abram a mente e tenham a visão própria se estamos a viver espaço territorial temos que prestar alguma ajuda.

PERGUNTA: Qual é o grau de participação dos Munícipes nos assuntos municipais?

RESPOSTA (MS): O grau de participação dos munícipes é positivo tendo em conta que primeiro para vários aspectos se o conselho municipal constroem as infra-estruturas estamos a falar de vias de acesso, estamos a falar de mercados, estamos a falar de fontenárias, os próprios munícipes é que tem estado a assumir responsabilidade de melhor uso dessas infra-estruturas, a sua participação através de conselhos que são criados de manutenção de infra-estruturas fazem a sua comparticipação, nos mercados que o Conselho Municipal tem estado a construir a forma adequada do seu uso por exemplo, faz com que na verdade agente sinta que a participação dos munícipes é positiva, as receitas municipais estamos a falar de receitas próprias tem estado a subir ano pós ano , isto é graças a maturidade que esses munícipes tem, em saber que se estamos a exigir que o Conselho municipal faça algo este algo deve ser feito com base em dinheiro e este dinheiro o conselho municipal naturalmente a sua fonte é com base nos munícipes que dão a sua contribuição então isso só pode, digamos assim quer nas receitas, quer na

manutenção de infra-estruturas e da boa forma de convivência que os nossos munícipes tem estado a dar então na verdade leva-nos a concluir de que a participação dos munícipes na vida no dia a dia dessa autarquia é positiva.

PERGUNTA: A produção do código de postura municipal e dos demais instrumentos de governação municipal são publicitados pela rádio comunitária? Se sim quais as línguas que se difundem esses instrumentos?

RESPOSTA (MS):Na verdade depois de nos termos aprovado o código de postura que depois passou , foi aprovado em 2016 e que esta a vigorar a partir de 2017 onde estão estabelecidas essas regras e normas e em com base na rádio comunitária Gesom assim como também na rádio Moçambique em que o conselho Municipal tem uma parceira na rádio Moçambique onde são transmitidas varias normas administrativas e jurídicas que estão neste código de postura e em termos de línguas, para mim as línguas devem ser em todas as línguas devem ser todas as línguas, apesar das línguas predominantes na cidade de Chimoio, estamos a falar de língua portuguesa que é a língua que abraça a todos, ao nível do Município de Chimoio a língua que é utilizada que é a língua mãe daqui que é a língua Chiute, mas temos que ter em conta também que a falantes de outras línguas estão aqui falantes de Sena, Ndau, Barué todos falantes estão aqui essas camadas, então na perspectiva de que por exemplo a rádio Moçambique tem a língua portuguesa, tem a língua Chiute, Chimayica, Chibarue, Chindau nessa perspectiva creio que esta parceira do conselho municipal tem com a rádio Moçambique então s mensagens são transmitidas nessas línguas assim como também na rádio Gesom se na perspectiva em que estamos a falar creio que e essa perspectiva deste entendimento vamos priorizar que as mensagens sejam transmitidas nessas línguas porque a rádio Gesom transmite nessas línguas , a rádio Gesom transmite nas línguas em Chimayica e em Chiute enato são essas línguas que nos achamos que as mensagens devem ser radiodifundidas nessas línguas para permitir que haja uma maior abrangência e tendo em conta o volume e a complexibilidade dos conteúdos que estão nestas posturas municipais.

PERGUNTA: Qual é o retorno que Assembleia municipal recebe dos munícipes na recepção do código de conduta municipal e dos demais instrumentos de governação municipal?

RESPOSTA (MS):O retorno é na perspectiva de que antes de este código de postura o role desses assuntos que estão ali antes de serem aprovados o que foi feito foi levar esses assuntos para a comunidade para dizer que o que era antes já não se adequa ao contexto actual, então o que significa que queremos rever os assuntos tendo em conta o contexto e o desenvolvimento do próprio município de Chimoio. As comissões de trabalho desceram a base para explicar o conteúdo das coisas as matérias e não só tivemos dois seminários de capacitação, onde estiveram aqui empresários, religiosos, a sociedade civil, jornalistas, estudantes, políticos na perspectiva de que antes da provação todos nos devemos estar entendidos nesta matéria que vai a deliberação para não depois deliberarmos os assuntos em que depois a nossa população e vários segmentos da sociedade depois nos dizer o que compreende e não estão familiarizados, outros não estão alinhados com aquilo que foi aprovado e depois das consultas que nos fizemos, o documento foi submetido a assembleia municipal para a sua deliberação tendo em conta que já tinha sido feitas as consultas os vários segmentos da sociedade e nessa perspectiva eu queria sublinhar o apoio que nos tivemos da SOLEDAR-SUICA, uma organização que esta a trabalhar connosco na implementação de um memorando de entendimento que nos temos que esta a vigorar, ajudou-nos muito na realização desses dois seminários e na deslocação dos membros da Assembleia Municipal para auscultar os munícipes, o código de postura foi aprovado esta sendo implementado e ainda nesta perspectiva deste memorando que esta em vigência com a SOLEDAR-SUICA a um expediente que remetemos na semana passada para o desembolso de fundos que vai permitir que aquele código de postura que já esta sendo implementado e que já é do conhecimento da nossa população os nossos membros devem descer a base para de novo auscultar a eles como é estão a encarar aqueles assuntos em que apesar de terem sidos auscultados agora esta sendo implantado que dificuldades em que estão a ter já na pratica o que que estão a sentir, julgo que até ao fim do ano já teremos o retorno em termos daquilo que os nossos munícipes estão a sentir neste momento, em relação já a implementação deste código de postura que esta em vigor, mas os munícipes estão familiarizados porque foram consultados.

9.1.1. Entrevista com o coordenador do gabinete de comunicação do Conselho Municipal de Chimoio: Siridzai Alberto Mussa

PERGUNTA: Olhando para a questão da participação, mobilização dos munícipes na gestão municipal, existe ao nível do Conselho Municipal um plano de comunicação que traça estratégias de interacção entre o município e os munícipes?

O conselho municipal não tem o gabinete de comunicação o que nos fazemos como temos pouco de conhecimento da área de comunicação, então nos acabamos fazendo essas actividade uma e outra, plano de comunicação uma vez não temos um gabinete de comunicação não existe mas temos trabalhado na divulgação de realizações do Conselho Municipal e a divulgação dessas actividades do Conselho Municipal são feitas através dos órgãos de comunicação social, entramos em contacto com os órgãos de comunicação social e esses vem cobrir aquilo que são os eventos do município não só também usamos uma plataforma que é o website para comunicar com a comunidade e basicamente são essas áreas, mas também temos o boletim informativo local e esses instrumentos nos possibilitam divulgaremos aquilo que são as realizações do conselho municipal e não só interagiremos com os munícipes.

PERGUNTA: Não havendo um gabinete de comunicação como é que o município traça e mensura essa comunicação com os munícipes?

É possível ver essas coisas através dos órgãos de comunicação social eles vem cobrir nossos eventos e os mesmos são divulgados pelos órgãos de comunicação social, não só em algumas outras actividades nos temos deslocado ao campo e lá temos tido uma participação maior dos munícipes, que também é um sinal que mostra que a uma coordenação entre o município e a comunidade e não só a nossa página do website também regista as pessoas que visitam essa página que tem sido um numero maior, aliás

estava a esquecer do outro instrumento o facebook, o conselho municipal tem uma página no facebook é uma página que também as pessoas tem visitado e deixam os seus comentários.

PERGUNTA: Como é feita a participação dos munícipe na gestão municipal?

Os munícipes participam através dos programas que são feitos e assim como o município se desloca a comunidade basicamente também estarão a participar na gestão do conselho municipal.

PERGUNTA: Que meios de comunicação o município usa para a promoção das suas actividades, projectos, programas, mobilização das comunidades para a à participação na gestão do próprio município?

São esses que acabei de mencionar que é o facebook do conselho municipal, o website, o boletim informativo e os órgãos de comunicação social.

PERGUNTA: Que estratégias são frequentemente usados pelo município, pelo gabinete de comunicação ou pelos coordenadores da comunicação para engajar os munícipes na sua gestão?

Temos suportado pelo programa denominado por atendimento em audiência que é a ASA (atendimento sem audiência) em que os munícipes eles deslocam ao campo e com vários serviços e a comunidade aparece para ter mais informações porque em algum momento nos sentimos que a comunidade tem tido receio ou algumas barreiras para ter alguma informação com as vereações ou com o presidente, então agente desloca ao terreno e as pessoas vem ao encontro das vereações e ai eles tem acesso a informação e tem acesso a outros programas do município e saem felizes pelo menos é aquilo que já fizemos.

PERGUNTA: Quanto ao relacionamento com os meios de comunicação, existe uma parceira entre o conselho municipal e a rádio comunitária para a promoção da gestão compartilhada? Se SIM, como se manifesta essa parceria?

Sim temos a parceira com a rádio Gesom, temos a parceira com a rádio Moçambique e nos enviamos alguns programas que devem ser difundidos pelos um destes órgãos de comunicação social estes divulgam essas informações e agente vem os resultados disso em caso do pagamento do IPRA, e não so a divulgação do código municipal são programas que são feitos nesses dois órgãos de comunicação social, é verdade que queremos estender isso para a a televisão mas devido os custos não tem sido fácil.

PERGUNTA: O município sendo pertença das comunidades tem algum programa por si produzido com vista a mobilização e participação da s comunidades na sua gestão?

Sim , o programa de saneamento.

PERGUNTA: O município enquanto entidade do governo local, exerce algum controlo sobre a rádio comunitária Gesom? Se NÃO como são estabelecidos relacionamentos com os meios de comunicação social existentes na província em especial a rádio comunitária Gesom?

Com a rádio Gesom e o Município nos olhamos que é o nosso parceiro directo porque a maior parte das nossas actividades são divulgadas na rádio Gesom não só o município fez a questão de oferecer aquela casa onde esta trabalhar agora a rádio Gesom, então olhamos que é uma boa parceira, no entendimento, é verdade que nunca se dá sem o dinheiro mas nada nem ,mas nos deixamos os programas lá eles produzem e eles tem tido um certo valor para o caso das actividades que temos divulgado.

PERGUNTA: O município apoia a rádio comunitária Gesom? De que forma se revela esse apoio?

Sim. Há minutos estava a falar o apoio em casa, aquela casa em que estão a funcionar é do município não paga., não só na reabilitação daquela casa, estamos a falar do material de construção, cobertura, barrotes foi o município a apoiar.

PERGUNTA: Esse apoio não condiciona a programação da rádio comunitária? Isto é a rádio não fica refém do governo municipal?

Não. Porque nós temos como objectivo divulgar as nossas realizações e a rádio Gesom tem também a obrigação de publicar, então não há.

PERGUNTA: Como define o relacionamento entre o município e a rádio comunitária Gesom?

O relacionamento é bom.

PERGUNTA: Como coordenador da área de comunicação do conselho municipal da cidade de Chimoio como define a rádio comunitária Gesom?

A rádio GESOM é uma rádio que tem vantagens porque ela tem 3 línguas que é português, Chiute e Chimayica e é a rádio mais escutada ao nível da cidade, no entanto para nos é um grande ganho termos esse relacionamento de a parecer uma rádio que é mais escutada ao nível da cidade, uma vez que também o município tem os seus limites territoriais e a rádio cabe neste território, achamos que não há problemas.

PERGUNTA: Os programas produzidos pela rádio comunitária Gesom contribuem para a participação das comunidades na gestão municipal ? Se SIM de que forma?

Sim, no caso do programa de saneamento nos queremos ver a nossa cidade limpa, bela e acolhedora no entanto a rádio Gesom ela divulga essas actividades, nos mandamos lá o nosso código de postura para a comunidade pautar pela limpeza ao nível da cidade e não só pagando os impostos para mantermos as estradas e entre outras infra-estruturas que na verdade a comunidade precisa colaborar para que essas acções sejam realizadas.

PERGUNTA: Como coordenador mais uma vez da área de comunicação como avalia o grau de participação dos munícipes na gestão municipal?

Positivo.

PERGUNTA: Os programas que tentaram da vida municipal são produzidos pelo município ou pela rádio comunitária Gesom?

A rádio comunitária Gesom é que produz.

PERGUNTA: O código de postura municipal e os demais instrumentos da governação municipal como são publicitados para o conhecimento dos munícipes?

Publicamos essas informações no website, facebook, assim como usando a própria rádio Gesom e a rádio Moçambique para publicar com maior destaque para o código de postura municipal.

PERGUNTA: O código de postura municipal que acaba de referenciar em que língua é feita a publicitação?

A língua oficial, estamos a falar a língua portuguesa, no caso da Gesom lá tem 3 línguas então em todas essas três línguas ela passa, Português, Chiute e Chimayica, na rádio Moçambique também passa em Português , Chimayica, Chibarue e Chiute.

PERGUNTA: Então esse código de postura municipal esta escrita nessas 3 línguas ou não?

Não, esta escrita em língua portuguesa, então os locutores lá eles depois traduzem.

PERGUNTA: Qual é o retorno que o município recebe dos munícipes da percepção da postura municipal e dos instrumentos de governação municipal?

Nos achamos ser bom, apesar que muitas pessoas não tem domínio desse documento, mas conseguimos perceber que as pessoas estão a acompanhar as informações porque estão à contribuir e as nossas receitas estão a incrementar e queremos acreditar que o trabalho da divulgação desses instrumentos a importância de pagamentos de taxa os impostos e não só a cidade também esta a mostrar um outro visual, nos queremos acreditar que é fruto da publicação desses instrumentos.

Anexo 2

9.2. Entrevista aos membros da Rádio GESOM

9.2.1. Entrevista com Edgar Sabonte: voluntário da Rádio Comunitária GESOM

PERGUNTA: Nome completo?

Edgar da Conceição Sabonete.

PERGUNTA: A quanto tempo esta na rádio comunitária Gesom?

Estou a sensivelmente dois anos e meio.

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio comunitária Gesom?

Em primeiro lugar é uma rádio comunitária que difunde geralmente informação do nível comunitário é claro que nem toda informação que lá é veiculada é comunitária, alguma tem dimensão nacional, principalmente quando se trata de quando são as visitas presidenciais, vistas ligadas ao ministros e por ai fora.

PERGUNTA: Como chegou a rádio comunitária Gesom?

Cheguei a rádio comunitária Gesom através da iniciativa, de um colega da turma Gelacio Rapieque ele que reuniu um grupo de estudantes da Escola Superior de Jornalismo, de modo a fazermos parte de alguns programas ligados ao desporto que visam informar tudo mais alguma coisa sobre o desporto e também para fazer relatos desportivos de todas as modalidades desportivas principalmente o futebol e de lá para ca temos vindo a fazer esses gravados principalmente no futebol.

PERGUNTA: Participa no desenho de alguns programas da rádio, se SIM, de que forma? Se NÃO, que é o responsável pelo desenho dos programas?

Participo sim no desenho do programa PENÁLTI, um programa meramente ligado ao desporto que passa nas segundas feiras das 20 as 20:30. Eu estou mais ligado no processo de recolha, analise e processamento e divulgação de dados, é claro que numa e outra vez tenho participado na própria produção na parte técnica e na maior parte das vezes estou virado na parte da própria recolha de dados e divulgação em forma noticiosa.

PERGUNTA: Esse programa que esta a referir vocês é que desenharam ou já encontram desenhado na rádio?

Nos entramos na rádio, eles disseram que houve um tempo que se fez relatos ao nível da rádio Gesom por um grupo e depois desapareceu, houve a necessidade de redefinir tudo como que isso seria feito porque fazia relatos naquela altura faziam em indirecto, faziam em Chiute e Chimayica, nos viemos reestruturar tudo para português, a maior parte que fazemos esses relatos não somos da província de Manica, não temos o domínio das línguas locais e acabamos fazendo em português e não só mudou-se o itinerário das línguas locais para o português como também a estrutura organizacional da própria programação, porque antes as informações era feitas de forma desfasada, não havia uma hierarquia de como as informações deveriam ser lançadas, mas quando nos passamos para a rádio os as informações passaram a ter uma hierarquia, tínhamos sempre as notícias que abriam e as notícias que fechavam o programa.

PERGUNTA: Tem conhecimento de algum programa desenhado pela comunidade que tem em vista a promoção da participação desses na gestão de bens públicos ou da própria rádio?

Não tenho, se que existe não conheço, duvido que exista.

PERGUNTA: Como avalia a relação entre a rádio Gesom e o município da cidade de Chimoio?

Acho que é boa, isso pelo feedback que a rádio tem recebido dos próprios ouvintes da rádio porque a rádio comunitária Gesom tem criado espaço de interacção com o próprio ouvinte no momento de eleições é que abrem as linhas e estes por sua vez ligam para deixar o seu parecer naquilo que pensam sobre a rádio.

PERGUNTA: Conhece um programa pela rádio Gesom e o Município da cidade de Chimoio, se SIM, qual e o como é coordenado?

Até aqui não conheço nenhum programa do género.

PERGUNTA: Tem participado em fórum que discutem a questão da gestão compartilhada de bens públicos a nível da comunidade que faz parte?

Lá na comunidade nunca participei, mas na rádio já. Sabe-se que a prior a rádio esta ao serviço da comunidade e particamente a rádio é da comunidade, a nível da rádio Gesom tem encontros realizados de 15 em 15 dias para discutiremos assuntos ligados a rádio, a rádio não só ligada a rádio, assuntos que tem haver com a própria comunidade também em como a rádio pode trabalhar para chegar a comunidade e o que é que a comunidade pode chegar a própria rádio e são esses encontros discutidos ao nível da rádio comunitária Gesom, mas também costumam-se discutir assuntos sobre a própria estrutura organizacional em termos de hierarquia gestora, em termos dos que gerem a própria rádio comunitária, isso é feito de forma transparente no sentido em que a própria rádio sempre, fazem a questão de convidar algumas assembleias para discutir esses aspectos e no caso de haver eleições, no caso de mudanças de avançar-se com um novo gestor da rádio, isso é feito com base nesses nossos encontros e geralmente são feitas eleições.

PERGUNTA: Dos programas radiodifundidos pela rádio comunitária Gesom quais os programas que conhece que participam na mobilização das comunidades para participar na gestão municipal?

Programas existem só que agora me fogem os nomes dos programas, se eu avançasse agora estaria numa situação de fazer confusão, mas os programas existem ligados a esse tipo de assuntos mas agora me fogem os nomes.

PERGUNTA: Como jornalista e locutor o que tem feito para que a rádio comunitária seja uma rádio de promoção da gestão compartilhada do Município e da própria rádio?

Eu como jornalista tenho a missão de ir a comunidade trazer o que a comunidade espera da rádio e não só trazer também aquilo que a comunidade necessita, espera de mim.

PERGUNTA: A rádio participa na gestão da rádio comunitária, como e de que forma?

É meio complicado responder essa questão porque não estou muito abalizado, mas é assim da abertura que a rádio costuma criar principalmente nos momentos de emissões em que abre as linhas principalmente nas noites para os ouvintes deixar os seus pareceres não sobre a emissão, mas sobre aquilo que a própria rádio em si, trazer o seu contributo, mas do que trazer o seu contributo se tiver algumas indagações, algumas preocupações o ouvinte pode expor, acredito que tem um espaço criado para o ouvinte de uma forma geral, chama-se de espaço fúnebre em que quando por exemplo quando determinado ouvinte perde um parente ou casos em que o ouvinte pode perder um filho, em termos de desaparecimento ou outra qualquer coisa que pode acontecer a rádio abre espaço para que o ouvinte a aproxime a rádio e deixe lá inscrito, ou se o ouvinte preferir pode entrar em directo ou fazer em gravado a falar daquilo que lhe apoquento naquele determinado momento e geralmente que aparecem para isso são os que perdem alguns familiares e também os que costuma perder documentos para esse tipo de situações.

PERGUNTA: Tem liberdade de produzir programas para a comunicação e mobilização social da comunidade com vista a gestão compartilhada?

Para o programa que fazemos nos temos essa toda liberdade, uma vez que, por algumas vezes já fizemos programas e a uma vez que fiz o programa sozinho não havia pessoal para fazer programa, então que acabou criando o modelo de produção daquela programa sou eu e os scripts que escolheu sou eu o jingle de entrada, quer dizer todo quem desenhou foi a minha pessoa. Acho que existe essa liberdade e na tive nenhum problema e acabei tendo no final um bom *feedback* por isso não vejo limitações principalmente para o nível de programas que fazemos e mas do que isso importa referir também que o nosso programa não é feito de forma uniforme, definimos isso no início do ano e definimos isso até ao fim, a casos em que somos obrigados, ou quando sempre que há necessidade temos que alterar uma e outra coisa e ao logo da produção dessa nossa programação, acho que isso sou acontece que a essa liberdade senão tivemos essa liberdade não seria possível chegaremos até lá.

PERGUNTA: Como você classifica a rádio comunitária Gesom?

É completamente diferente porque para além de ser uma rádio ao serviço da comunidade em termos da própria estrutura organizacional por aquilo que eu tenho acompanhado a rádio SIRT a alguma diferença sim, eu falava do nível de organização, acho que a Rádio Moçambique em termos de organização, esta mais organizada em termos a rádio comunitária Gesom isso porque é claro que esses órgãos tem chefes de redacção, na rádio Gesom a casos que tem acontecido o chefe da redacção esta mais para figurante do que para qualquer outra coisa e para a Rádio Moçambique o chefe da redacção excerece o seu papel, quando falo de figurante falo no sentido de que por exemplo as coisas acontecerem ao nível da redacção sem o chefe da redacção e o subchefe da redacção esteja lá, a casos que eu como jornalista traga uma certa informação passa sem antes ter passado pelas mãos do chefe da redacção ou o subchefe da redacção da própria redacção, e em termos decondicoes também é um ponto muito forte a rádio comunitária Gesom em termos de condições financeiras, esta no nível muito baixo de tal forma que tem se verificado níveis alargado de abandono por parte dos próprios jornalistas, um jornalista chega na rádio comunitária Gesom é recebido é apresentado a casa, mas depois de um tempo acaba abandonado porque não tem condições de trabalho, enato quando não se tem condições de trabalho, é obrigado a fazer o seu próprio sacrifício tira dinheiro de chapa, gravador, próprias coisas para fazer o trabalho, chega um tempo em que fica esgotado e acaba fugindo em quanto a Rádio Moçambique é diferente eles fazem aquilo porque são pagos e é um trabalho que lhes ajudam nalguma coisa.

PERGUNTA: A comunidade tem voz na gestão da rádio comunitária Gesom?

Abre-se espaço para que a comunidade, mas a própria comunidade não tem se posicionado como aquela que de certa forma tem voz na rádio não que de uma forma geral não diga alguma coisa sobre a rádio, não manifesta uma indagação, não participa de certa forma a rádio em termos do feedback que se esperava que da própria comunidade não corresponde a próprias expectativas mas em termos de abertura a rádio abre espaço para que isso aconteça.

PERGUNTA: A Gesom tem informado a comunidade de que a rádio comunitária Gesom pertence a comunidade?

Como simples colaborador não posso dizer SIM ou NÃO. Isso talvez as instancias mais superiores é que sabem se de facto é feita ou não porque nem estaria o próprio mobilizador da rádio, estaria talvez no próprio chefe da redacção na ultima instancia chefes das emissões.

PERGUNTA: Nos vossos programas vocês tem dito a comunidade para que a permanência que a rádio possa sobreviver precisa do apoio da comunidade, porque é da comunidade?

Nos programas que temos feito não temos feito isso.

PERGUNTA: Qual é o seu papel na rádio comunitária Gesom?

É sou um jornalista colaborador como havia dito trabalho na área de pesquisa, analise e processamento de dados, mas nos primórdios minha missão na rádio não era essa, entrei na rádio para fazer relatos só, mas por falta de pessoal sobre a rádio principalmente na redacção, houve a necessidade de sermos indicados a redacção para que juntos possamos trabalhar de modo a trazer mais informações, quer dizer para além de fazermos relatos temos que recolher certos dados que serão depois processados analisados na redacção e serem divulgados, agora estou a desempenhar principalmente esta tarefa.

PERGUNTA: Em linhas gerais como o que é uma rádio comunitária para si?

Para mim rádio comunitária é aquela que esta virada para o serviço comunitário procura divulgar informações que estão ligadas ao nível comunitário, quer dizer um serviço comunitário para a sociedade que esta inserida.

PERGUNTA: No seu ponto de vista, a rádio comunitária depende do Município de Chimoio para o seu funcionamento?

Depende sim do Município de Chimoio para o seu funcionamento porque só o espaço que a rádio comunitária Gesom Ocupa hoje pertence ao município e não só espaço a rádio se consegue sobreviver hoje não dira que é graças ao município, mas o município esta

sempre lá contribui de certa forma porque so quando as publicidades passam na rádio o valor não seria suficiente para manter a rádio e até que muito boa parte do município para poder continuar a sobreviver.

PERGUNTA: Essa dependência não pode estar a condicionar de uma certa forma a independência na produção de programas?

Acho que não, maior parte dos jornalista da traído comunitária Gesom são simples colaboradores não tem direito a subsidio nem nada é dificil pressionar alguém a fazer uma certa coisa ou a ser dependente de alguém, enquanto essa mesma pessoa não faz nada para aquela outra pessoa então, vou falar uma coisa particular eu nunca fui influenciado a nada, ninguém já chegou a me influenciar em nada por qualquer coisa ou para tentar escrever beneficiado fulano em detrimento de fulano, o problema disso acontecer na Gesom é menor, maior parte dos que estão lá são colaboradores e não dependemos de da rádio para sobreviver, estamos lá por amor a camisola não porque recebemos ou ganhamos alguma coisa.

PERGUNTA: Não existe casos em que vocês escrevem algo que não beneficia o município e os gestores da rádio dizerem isso não?

Nunca aconteceu não rádio. Até porque cria-se muita liberdade para que haja a diversidade de opiniões na rádio, até os próprios chefes da redacção nos aconselham a trazer diferentes opiniões não interessa a cor partidária, o nível de formação da pessoa, ou o cargo que a pessoa ostenta toda a informação desde que seja levada ao nível de noticia passa na rádio comunitária.

PERGUNTA: O programa que você coordena como tem sido a participação da comunidade?

Poucas veze nos criamos condições para que a comunidade participe do programa, mas das poucas vezes que criamos condições para que isso aconteça a comunidade sempre esteve lá e sempre enviando sugestões de melhoramento da própria transmissão do nosso programa, só que nos nunca esperávamos isso porque isso não depende muito de nos

depende muito da própria rádio, o material da rádio não ajuda muito na própria programa e difusão da informação que passa na rádio.

PERGUNTA: Qual é o programa que apresenta e esse programa espelha a realidade da comunidade?

Eu apresento o programa desportivo penáti espelha a comunidade na medida em que é um programa procura buscar informações ligada a própria comunidade, é claro que são informações que são retirada da própria comunidade e de novo são passadas para a própria comunidade e acho que contribui de certa forma com o nosso programa.

PERGUNTA: Qual é o objectivo desse programa?

O objectivo do programa é informar a comunidade sobre o desporto no geral ou seja sobre todas as atualidades desportivas é claro o futebol aparece em primeiro lugar, mas nos temos ido ao ter buscar também o basquetebol, o voleibol e outras modalidades que são movimentadas ao nível das comunidades.

PERGUNTA: Acredita que a Rádio Comunitária GESOM seja um bem publico?

Acredito sim que seja um bem publico na medida em que de certa forma traz alguma informação para o benefício de uma sociedade que formam a sociedade.

9.2.2. Entrevista com Paulina Paulino Morteiro (PM): voluntária da Rádio Comunitária GESOM

PERGUNTA: Como é que se chama?

Resposta (PM): Paulina Paulino Morteiro

PERGUNTA: A quanto tempo está na rádio comunitária Gesom?

Resposta (PM): 3 anos sensivelmente.

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio Gesom, quanto ao seu funcionamento, a sua estrutura?

Resposta (PM): Toda casa tem os seus problemas nem, mas à prior quando chamamos de Rádio Comunitária Gesom nos vem em mente que é uma rádio como objectivo de difundir conteúdos assuntos locais que tenham mesmo a haver com a comunidade ou seja a fonte primaria deste tipo de rádio é a comunidade em que os colaboradores se deslocam até aos bairros para perceber ao fundo o que inquieta aquela comunidade, então a prior é esse entendimento que temos, mas por um e outro motivo pode se até um certo motivo tem-se desviado do nosso principal objectivo que é ter a nossa principal fonte a comunidade e acabamos nos dirigindo a locais que não é para uma rádio comunitária lá estar, isso estou a falar mais das coberturas, acabamos saltar como o comunitário para pegar algumas vezes conteúdos se calhar para a comunidade não seja tão relevante assim.

PERGUNTA: Participa no desenho dos programas da rádio?

Resposta (PM): Sim, alguns particularmente que faço e na área em que estou.

PERGUNTA: Qual é o programa que coordena?

Resposta (PM): Simultâneo, um programa de entretenimento.

PERGUNTA: Tem conhecimento de algum programa desenhado pela comunidade tem em vista a promoção da participação destes na gestão do município?

Resposta (PM): O programa não é a comunidade que desenha, mas é um programa que é difundido na rádio Gesom, o programa a “voz do povo” o próprio nome já diz o programa esta destinado mesmo tentar pegar a participação dos ouvintes de um tema escolhido que tem haver com a comunidade, o que apoquent a comunidade, então eles vao participando via mensagem (SMS) dando suas opiniões, então em estúdio também tem estado os entrevistados para tentar explicar algumas questões que tem haver coma comunidade.

PERGUNTA: Como avalia a relação entre a Rádio Comunitária e o Município? Se é que existe?

Resposta: Boa. Por ser comunitária ainda que não tivesse uma parceria tal dita, uma parceria, mas por ser comunitário alguns aspectos, alguns programas o município tem estado lá a dar o apoio e a rádio vice-versa.

PERGUNTA: Conhece um programa que foi produzido pelo Município ou o Município pediu para que a rádio produzisse programa especificamente coordenado pelo Município?

Resposta (PM): Não.

PERGUNTA: Tem participado em fórum que discutem a gestão compartilhada de bens públicos ao nível das comunidades que faz parte ?

Resposta (PM): Não.

PERGUNTA: Dos programas radiodifundidos e produzidos pela rádio comunitária Gesom, qual deles é que funciona como um programa de mobilização para a participação dos munícipes na gestão municipal?

Resposta (PM): Tranquilidade pública é um programa que além de ensinar o cidadão a se saber fazer na estrada, na condução trás também alguma dicas de como o cidadão pode comportar na sociedade no geral, saber ser estar, então tranquilidade publica esta mais virado para condução do automobilista mais tem dado algumas dicas como o cidadão pode se portar na sociedade.

PERGUNTA: Sendo que é jornalista é locutora e é voluntária da rádio o que tem feito para que a rádio seja uma rádio de promoção da gestão compartilhada do município da própria rádio comunitária?

Resposta (PM): O primeiro aspecto tem mesmo haver com a produção dos conteúdos, eu promover essa tal dita cidadania tenho que antes pensar no que produzir, como produzir, em que assuntos eu devo fazer a cobertura, a partir deste momento, tem uma com dificuldade a título de exemplo de 7 de Abril por exemplo esta passar problemas de água,

então a mecanismo que podemos usar para difundir esse mal que apoquento esta comunidade, através de uma noticia ou mesmo através de programa debatendo, tem tudo haver com o que pretendemos produzir, como fazer essa cobertura e depois ir avante com assuntos que tem haver com a comunidade.

PERGUNTA: A comunidade na qual você reside e a comunidade de Chimoio em geral participa na gestão da Rádio ou apenas os gestores da comunidade e ouvintes?

Resposta (PM): A comunidade em si não, mas o líder comunitário sim, leva as preocupações dos moradores e participa o líder comunitário.

PERGUNTA: Mas ele não é nenhum Gestor?

Resposta (PM): Não.

PERGUNTA: Só apenas leva as demandas da população para a rádio, não participa da gestão?

Resposta (PM): Exactamente. Sim

PERGUNTA: Tem liberdade para produção de programas para a comunicação e mobilização social para a comunidade com vista a gestão do município e das rádios comunitárias? De que forma?

Resposta (PM): Sim. Desde que apresento um projecto a rádio esta aberta.

PERGUNTA: Como classifica a rádio comunitária, sendo que temos muitas rádios comunitárias ao nível da cidade de Chimoio?

Resposta (PM): Como eu havia dito os conteúdos difundidos, rádio comunitária Gesom devem estar virada a conteúdos que estejam ligados ao dia a da população, não que os outros assuntos tenham haver com grandes individualidades não tenham haver com a população, mas que seja a nossa raiz essa população, é claro que alguns momentos

podemos interpelar as grandes individualidades e as grandes fontes, mas o essencial reside nesta população.

PERGUNTA: Participou ou participa na eleição dos gestores da rádio comunitária?

Resposta (PM): Eleição sim.

PERGUNTA: Qual é o seu papel nesse lugar?

Resposta (PM): Colaboradora.

PERGUNTA: Em linhas gerais o que é uma rádio comunitária para você?

Resposta (PM): Uma rádio comunitária é aquele lugar onde o povo se sente a vontade, livre de expressar o seu sentimentos, para expressar aquilo que apoquento o coração a vivencia o dia a dia, é aquele advogado que o povo vai lá, fala que sabe que vão receber sem represálias, então é aquele lugar onde o povo a população, a comunidade busca confronto.

PERGUNTA: No seu ponto de vista a rádio Gesom pertence a comunidade ou é uma rádio que esta na comunidade e tem pessoas que se autointitulam donos?

Resposta (PM) : Pertence a comunidade, é da comunidade.

PERGUNTA: Quem patrocina a rádio comunitária em termos de suporte financeiro, tem algum conhecimento de como a rádio se suporta financeiramente?

Resposta (PM): Tenho, o principal suporte são as publicidades, mas o desenho de projectos lá existe laboratórios, lá os próprios dirigentes desenham projectos e com o desenhar desses projectos buscam parcerias e o bom disso são aceites e a maior parte dos projectos submetidos pela rádio comunitária Gesom são aceites a titulo de exemplo recente projecto é com a fundação MASC que visa estudar os casos de desnutrição crónica na província de Manica, então esse projecto já esta a ser difundido e em breve vai ao ar.

PERGUNTA: A rádio depende do Município para o seu funcionamento?

Resposta (PM): O município está na sociedade tem como uma rádio comunitária estar a caminhar diferentemente do município, então de certa forma depende sim.

PERGUNTA: Isso não condiciona a produção de programas por parte da própria rádio sendo que o município tem uma perspectiva de que a rádio comunitária tem outra perspectiva, sendo todas as duas são entidades da comunidade?

Resposta (PM): Tem objectivos bem diferentes. Condiciona até certo ponto porque o município quer gerir a cidade os problemas e a rádio comunitária por outro lado trás aquilo que o município esta aqui a reclamar, então quando fomos confrontar com o município logicamente vai ter este choque, isto é inevitável.

PERGUNTA: Acredita na independência editorial da rádio comunitária na produção de conteúdos face ao município e ao poder publico?

Resposta (PM): Independência total acredito que não mas a aqui uma força maior que pode fazer com que os conteúdos sejam produzidos independentes, mas como mesmo disse aqui, mencionei aqui forças políticas interesses por de trás então a liberdade não esta no seu todo.

PERGUNTA: Sendo que a comunidade participa no programa que gere, ou os outros programas que conhece da rádio, quando se pensa na gestão dos bens públicos ou na participação deles naquilo que é publico?

Resposta (PM): A comunidade quando participa por exemplo é por insatisfação raramente participa para aqueles elogios todos, é insatisfação as estradas os problemas de água energia são mais esses problemas que mais canalizam quando participam.

PERGUNTA: Qual é o programa que você apresenta e essa grelha espelha a realidade da comunidade?

Resposta (PM): Espelha acredito, porque todos os temas trazidos em debate de certa forma nasceram dos próprios intervenientes deste cidadão, através da mensagem, acompanham os temas, então estamos a discutir o que em vírgulas altas o município agendou, estamos a discutir a insatisfação deles, não acordamos num belo dia e achamos que hoje iremos falar acerca dos casamentos prematuros, de certa forma uma mensagem, uma chamada, uma sugestão ajudou para elaboração daquele tema.

PERGUNTA: Qual é o objectivo do teu programa?

Resposta (PM): Além de informar, educar e entreter é deixar semear nesse ouvinte nesse município o espírito democrático, ser cidadão é o principio de tudo, então saber ser cidadão é algo que muitos não tem noção, porque cidadão é conhecer seus direitos e seus deveres, então quando estamos inseridos numa sociedade não temos essas duas componentes fica difícil avançaremos.

PERGUNTA: O que pensa que deve ser feito futuramente para que a rádio comunitária seja efectivamente da comunidade, isto é, a comunidade ter a possibilidade de participar na sua gestão, não apenas como ouvinte, como colocadora de problemas, mas também como gestora?

Resposta (PM): Esse processo não acontece de dia para noite porque a questão do problema esta mesmo na sustentabilidade da rádio nos queremos ter uma base que seja a comunidade, mas em contrapartida existe outro mito, não sei se assim posso usar, que esta aberto a colaborar para o sustento da rádio, fica difícil daqui a pouco eu publicar um conteúdo que fira com os interesses desse que esta a participar, a comunidade não tem aquele todo apoio para dar a rádio Gesom, mas esse outro patrocinador de fora, esse singular tem, fica difícil dizer como desenhar porque cria um conflito.

PERGUNTA: Esta a dizer que há falta de conhecimento da comunidade de que a rádio não é dos políticos, mas sim da comunidade?

Resposta (PM): Exactamente. Este espírito de cidadania que eu estava a falar se de certo eles soubessem de que a rádio Gesom é nossa casa, eu acho que a postura seria totalmente diferente.

PERGUNTA: O que a rádio está a fazer para que as pessoas saibam que a rádio comunitária é da comunidade?

Resposta (PM): O que esta a fazer é difícil, mas o que deve fazer seria melhor, difundir esse conhecimento, guardando eles não tem como adivinhar, a rádio o que tem que fazer é entender que vocês podem vir cá e serão recebidos, difusão.

9.2.3. Entrevista do coordenador da Rádio Comunitária GESOM Narciso Ernesto

PERGUNTA: Como se chama e qual é o cargo que ocupa na GESOM?

Resposta (NE): Eu chamo-me Narciso Ernesto e sou o coordenador da rádio?

PERGUNTA: A quanto tempo exerce a função de coordenador da rádio gesom?

Resposta (NE): A 7 anos.

PERGUNTA: Qual é a área de abrangência da Rádio Gesom?

Resposta (NE): 75 quilómetros (km)

PERGUNTA: Qual é a potencia do transmissor da rádio Gesom?

Resposta (NE): 100 watts.

PERGUNTA: Qual é a frequência da rádio Gesom?

Resposta (NE): 106.1 megahertz.

PERGUNTA: Quando a rádio Gesom começou a operar?

Resposta (NE): Em Maio de 2002.

PERGUNTA: Foi neste ano de 2002, que a rádio Gesom teve a autorização do GABINFO?

Resposta (NE): Sim.

PERGUNTA: Qual é o horário de funcionamento da rádio de segunda a domingo?

Resposta (NE): Das 05:55 as 22 horas.

PERGUNTA: A sede onde funciona a rádio comunitária Gesom é própria ou alugada?

Resposta (NE): Não é própria, pertence ao Conselho Municipal de Chimoio.

PERGUNTA: Isso tem algum impacto no funcionamento da rádio?

Resposta (NE): Claro que tem impacto, qualquer bem que não lhe pertence, o tratamento difere daquilo que é o seu património, não só também a rádio paga uma renda, pesem Bora, seja uma renda bonificada e de alguma forma isto trás uma grande diferença se estivessem numa instalação própria.

PERGUNTA: Quais as principais despesas que a emissora tem hoje?

Resposta (NE): As despesas são aquelas contínuas previstas dentro de uma instituição , estamos a falar de pagar água, energia e consumíveis, incluindo subsidio do pessoal e para além de responder a outros encargos que advêm do próprio funcionamento das maquinas, é isto que podemos assumir que sejam grandes encargos, em termos de despesas.

PERGUNTA: Qual é a media mensal das dispensas da rádio?

Resposta (NE): Mas ou menos rondam nos noventa mil meticais (90.000, 00 mts), mensal.

PERGUNTA: Quantas pessoas fazem parte da direcção da rádio Gesom?

Resposta (NE): 11 pessoas.

PERGUNTA: Quem são?

Resposta (NE): Estamos a falar do coordenador, do mobilizador, o adjunto, o chefe do laboratório e a pessoa responsável pela administração e três chefes da ferente das emissões, estou a falar deste caso das línguas, como a rádio tem as três línguas, então a cada responsável desta língua, então incorpora a direcção.

PERGUNTA: Para além dessas 11 pessoas, quais as entidades que fazem parte da rádio comunitária?

Resposta (NE): Em termos de entidade singulares tanto como colectivas não temos, senão mesmo a estes que me referir anteriormente.

PERGUNTA: A rádio tem um conselho comunitário, ele é actuante e fiscaliza a emissora e a sua programação?

Resposta (NE): Sim. A rádio tem um comité de gestão , então tem sua estrutura, tem as suas politicas de funcionamento, desenhado pelo mesmo comité e realmente o seu papel principal, não é só de fiscalizar, mas de contribuir com aquilo que é necessário para o desenvolvimento do próprio organismo porque não confere apenas em trazer aqui a figura da fiscalização, tem de fiscalizar aquilo que o próprio órgão fiscalizador tem a consciência de que tenha por ela contribuindo, no entanto consideramos até então, que é um conselho que esta fazer o seu papel da melhor maneira.

PERGUNTA: A rádio é sua única fonte de renda?

Resposta (NE): Para mim não, não porque sou professor, para além de ser professor, faço pequenas actividades de carácter lucrativa, então, não é a única fonte nesse caso, a rádio.

PERGUNTA: Dedicar-se a tempo inteiro aos serviços da rádio?

Resposta (NE): Evidentemente que sim, é mesmo tempo inteiro.

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio comunitária Gesom, em termos da caracterização e o seu papel?

Resposta (NE): Em termos da caracterização, a rádio Gesom é mesmo uma rádio comunitária com as suas políticas viradas para própria comunidade, onde os seus programas, são escolhidos, ou seja é o fruto da própria comunidade, em termos do seu contributo, visto que a rádio realiza anualmente uma pesquisa de audiência, então é com base nessa pesquisa, que os próprios donos da rádio, que é a comunidade, eles contribuem com aquilo que é o seu pensar sobre o como a sua rádio pode impulsionar o desenvolvimento e incluindo as políticas estamos a falar da política, grelha de programação também é virada na própria comunidade e não só é uma rádio feita dos membros da comunidade para comunidade, mas com regime contratual voluntário, o maior numero de pessoas que fazem essa rádio são pessoas não assalariadas, que de alguma forma isto também trás consigo vários prejuízos, em termos da formação, em termos de competência, em termos de poder, porque é difícil atribuir poderes acrescidos a uma pessoa que no final de toda as estatísticas a pessoa nada ganha por aquilo e é difícil exercer uma pressão sobre uma determinada qualidade necessária para uma pessoa que não recebe, portanto trabalhar com uma pessoa que não recebe é vulnerável a rádio estar sempre a perder os potenciais quadros, por esta razão não só o profissionalismo em si, porque numa altura em que você já tem um bom profissional na rádio já conta com ele e já é admirada essa pessoa no seio da comunidade, mas essa voz de um dia para o outro pode-se apagar porque essa pessoa acabou-se aventurando naquilo que lhe dá o pão de cada dia, então dificilmente podemos ter profissionais de qualidade nas rádios, sobretudo na capacidade de reter a eles por causa mesmo da ausência de condições para o pagamento.

PERGUNTA: Dos programas radiodifundidos pela rádio comunitária Gesom, quais que foram propostos pela comunidade?

Resposta (NE): Todos programas conforme como eu dizia que faz os programas desta rádio são os membros da comunidade ou seja é a própria comunidade. Eu por exemplo pertenço a comunidade, eu vim aqui porque a voz comunitária chamou-me para vir abraçar a essa causa e quando ca cheguei os voluntários decidiram que deveriam ter a mim pela frente como o líder desta rádio e todos os programas, conforme como eu dizia são acreditados pela própria comunidade, quando saímos para fazer as pesquisas, as comunidades determinam o que querem ouvir e o porque de querem ouvir aquilo e em quais os horários, e dali produz-se uma grelha de programação em função daquilo que foram as escolhas ou em função daquilo que é o resultado da pesquisa, portanto, todos os programas são oriundos mesmos da comunidade.

PERGUNTA: Quais são os mecanismo da participação da comunidade na gestão da rádio comunitária?

Resposta (NE): Os mecanismos é através dos comités de gestão, não é, aquele comité de gestão também é composto por pessoas da comunidade e não só temos aqui um outro fórum que se denomina de clube de amigos da rádio comunitária Gesom, para além daquele comité de gestão e a outra maneira naqueles debates por exemplo, de procura de mecanismos de sobrevivência da rádio a arbitragem de determinados conflitos, nos temos envolvido a própria comunidade ou seja a um espaço aberto para qualquer membro da comunidade seja lá quem for, desde que esteja disponível para dar o seu contributo em função daquilo que é chamado e é desta maneira que os membros comunitários tem sido envolvidos.

PERGUNTA: Sendo a rádio comunitária parte da comunidade municipal da cidade de Chimoio, existira programas ao nível desta que contribuam para gestão municipal compartilhada? Se sim, quais e como são articulados?

Resposta (NE): Evidentemente, uma rádio comunitária conforme eu explicava o objectivo é de difusão, não é quer dizer difundir de uma forma saturada informações que trazem alguma mudança na comunidade estamos a falar de programas de educação e falaremos do programa de educação, educação é um campo muito maior vamos encontrar, educação por exemplo sobre saneamento , educação sobre saúde, educação sobre escola e educação sobre cidadania, sobre direitos humanos, sobre justiça , segurança, então esses programas numa e de outra maneira acabam estando encaixados em diversas caixas de gestão municipal porque temos lá algumas vereações, se estamos a transmitir um programa ligado ao saneamento logicamente esta já lá, respondida a questão, se estamos a falar por exemplo de educação sobre o meio ambiente, educação por exemplo sobre segurança estamos a falar da segurança rodoviária, estamos a falar da segurança nas próprias estradas, estamos a falar da segurança de vários patrimónios não é, estamos a falar dos bens privados tanto como bens do estado municipal numa e de outra maneira sendo uma rádio que esta numa cidade municipal , de alguma forma contribui directamente ou seja acaba preenchendo todos os programas que o próprio município prevê.

PERGUNTA: A rádio tem alguma parceira com o município com vista a promoção gestão compartilhada? Se sim, de que forma se operacionaliza e se a equilíbrios de interesse de modo a que a rádio não se torne municipal e que mantenha o seu estatuto de comunidade?

Resposta (NE): Em termos de parceira, a que se discutir muito o conceito parceria, eu penso que de alguma forma as parceiras tem classificações, então alguns confundem prestação de serviços como parceira, então quando há troca de serviços no meu entender não assumo a presença da parceira senão apenas o interesse de cada parte e pese embora também que numa parceria a o cruzamento de vontades, quer dizer a um encontro preenchido de vontades entre a pessoa que propõem um projecto e a pessoa que é destinatária desse projecto, ele esta interessado naquela causa e todos estão abraçados pela mesma causa, quando se trata por troca de serviços, pese embora haja o cruzamento de vontades mais a quem quer pagar porque quer ver alguma coisa resolvida e o outro quer difundir aquela informação porque precisa de receber alguma a partir dai, então em termos de parcerias com o conselho municipal assumiria eu em dizer que neste momento

temos uma parcerias, esta parceira tem haver com a divulgação do condigo e postura camarária e mais ou menos isso.

PERGUNTA: Quanto a programação a rádio tem uma grelha de programação fixa e quantos programas a emissora tem actualmente?

Resposta (NE): Neste momento temos uma gelha de programação fixa é uma rádio comunitária é impossível que ela funcione com ausência de uma grelha de programação, porque aqui que é o instrumento fundamental. Temos vários programas aproximadamente num universo de 20, estamos a falar de programas por exemplo de educação, programas de tranquilidade rodoviária, programas culturais, programas da mulher, direitos humanos, programa da criança, programa do jovem, por ai em diante. Mas todos esses programas naquilo que eu mencionava acabam directa ou indirectamente desaguando na educação, enato dentre esses programas existem aqueles programas insubstituíveis estamos a falar do programa por exemplo de saúde, programa de educação, direitos humanos, justiça social, são programas que de algum modo não devem ser substituídos por algum outro programa, mas já é diferente por exemplo de digamos de um programa sobre desporto por exemplo pode ser substituído por algum outro porque o desporto pese embora seja uma actividade permanente, a momentos por exemplo que não há desportos, não há campeonato por exemplo. Então se não há campeonato a matéria prima que alimenta esse programa são os campeonatos se não há campeonatos o programa. Este tipo de programa pode oscilar, aprece ora não aparece, já da saúde não a saúde sempre esta lá, a educação no meu entender é aquela que nos temos nas nossas casas, temos a educação e a educação não para porque as escolas estão fechadas eu acho que não, não é bem, educação é sempre educação.

PERGUNTA: Alguma entidade participa da programação. Caso positivo qual e quais e como é que participam?

Resposta (NE): Em termos de entidade temos por exemplo a DPS participa e incluído a direcção do combate a droga também participa trazendo consigo aquilo que são as suas

políticas prioritárias de trabalho, então a rádio abre porta para estas entidades, difundirem as mensagens sobre as suas áreas de actuação.

PERGUNTA: Quem decide sobre a programação da rádio Gesom hoje, é o coordenador é o mobilizador, o adjunto, o chefe de programas ou as pessoas?

Resposta (NE): Quem decide sobre a programação é o conselho de direcção no seu todo não compete ao coordenador, não compete ao mobilizador, o mobilizador tanto como o mobilizador vive mais na parte política, na parte da programação no entanto, o conselho de direcção chama a todos esses intervenientes, mobilizador, coordenadores, chefes das emissões, membros da comunidade, portanto a uma mesa redonda para discutir-se acerca específica do que estamos a referir.

PERGUNTA: A rádio tem noção da sua audiência? SIM ou NÃO.

Resposta (NE): Claro que tem , conforme eu dizia a rádio promove pesquisas, então essa pesquisa visa aferir, quer dizer ele é um termómetro para avaliar o grau da sua audiência, não é só uma pesquisa de recolha de dados, mas também é uma pesquisa que tem por essa finalidade.

PERGUNTA: Como é feita essa pesquisa?

Resposta (NE): A pesquisa é feita por conta de um inquérito, são formados os voluntários na área de recolha de informação, e saem vão a rua com as fichas em cada família vão fazendo o levantamento das informações e com base disso complica-se essas informações.

PERGUNTA: Quanto as ligações e cartas de ouvintes tem alguma ideia de quantos recebe semanalmente ou mensalmente?

Resposta (NE): Semanalmente é acima de 100 ouvintes.

PERGUNTA: Quais os programas de maior audiência que a rádio tem e o locutor que faz esse programa é contratado ou voluntário e de onde ele é e também o programa é ao vivo ou gravado?

Resposta (NE): Os programas com muita audiência ou seja programa com maior audiência é o programa sobre governação e a pessoa que promove este programa é um voluntário, provem da comunidade e ele que é responsável por conduzir os destinos deste mesmo programa.

PERGUNTA: Existe algum programa produzido entre a rádio comunitária e o município da cidade de Chimoio para a promoção da gestão de bens públicos? Se SIM que é que coordena e quem é que produz?

Resposta (NE): Não temos este programa.

PERGUNTA: Transmitem as campanhas municipais a rádio comunitária Gesom. E se transmite, cobram por isso?

Resposta (NE): Não. A rádio nunca teve, bem não diria que nunca teve porque eu sou da terceira geração dos coordenadores que passaram pela rádio Gesom, provavelmente os antecessores tenham privilegio de abraçar essa parte, mas desde que eu estou em frente dessa rádio, não me lembro ter havido uma divulgação das eleições , talvez este ano venha a ser o ano pioneiro nisto, mas nunca senão aquela coberturas normais, estamos a falar da cobertura como informação quotidiana, o nosso boletim informativo, então a sua gordura é mesmo informação recolhida, então a entrarem nesse tipo de processo como as outras informações que a rádio tem recolhido sobretudo na maneira de tratamento e muito mais.

PERGUNTA: A rádio já foi procurada por alguns políticos?

Resposta (NE): Certamente que sim porque a rádio comunitária Gesom a sua grelha a sua bandeira é mesma de vender as informações, de alguma forma sim, a nossa grelha de programação esta virada, quer dizer para o bem da comunidade, então informação é

sempre informação e é entendida de outra maneira por alguns, a informação é um código quem vai descodificar a informação da sua maneira e a quem que vai ficar indiferente com informação e de alguma forma isto tem trazido um pouco de “sarana” para determinadas figuras no campo da política.

PERGUNTA: Sendo a rádio comunitária encontra-se no município da cidade de Chimoio, a assembleia municipal ou o conselho municipal tem procurado a rádio para usar esta como mecanismo de mobilização das comunidades?

Resposta (NE): Tem mas de uma forma fraca.

PERGUNTA: Com que frequência os deputados ou o presidente da assembleia municipal ou os vereadores tem visitado a rádio comunitária Gesom?

Resposta (NE): zero.

PERGUNTA: Qual é a participação do Município na programação da rádio comunitária

Resposta (NE): Eu diria que é fraca, porque durante as discussões que a própria rádio tem tido, falo da rádio, estou a falar daqueles que estão em frente do processo, tem convocado a estes intervenientes, muitas das vezes quando o convite é de um órgão de comunicação, então já sabe voa nas margens uma sombra de qualquer coisa de mal parada, pese embora no assunto do convite esteja claro, mas a sempre quem supõem acaba adicionando, acaba supondo aquilo que não é, e depois não temos a presença dessas figuras, então de alguma forma eu diria que o contributo é muito fraca.

PERGUNTA: A mesma coisa acontece com a Assembleia Municipal?

Resposta (NE): Evidentemente que sim.

PERGUNTA: A comunidade tem acesso a rádio comunitária Gesom para propor produzir programas que contribuam para participação da comunidade na gestão municipal ?

Resposta (NE): Conforme eu me referia nas locuções anteriores que os nossos programas são acreditados pela comunidade, portanto, é esta mesma comunidade que são professores, policias, enfermeiros, são vereadores, a comunidade é composto por estes intervenientes todos então, duma e de outra maneira contribuem sim com o seu saber para esses tipos de programas com o Conselho Municipal.

PERGUNTA: Quais são as formas de arrecadação de recursos para a rádio?

Resposta (NE): As formas de arrecadação de receitas é com base na venda de iniciativas, ideias aos parceiros que estejam interessados em ver e ouvir divulgada a informação de forma mais abrangente dos seus serviços troca de serviços com publicidades, reparação, nos temos um laboratório de reparação de equipamentos electrónicos, neste caso, temos uma sala de informática e uma sala de copias, então basicamente isso são essas partes que contribuem insignificativamente para as recitas da rádio.

PERGUNTA: A comunidade tem apoiado a rádio comunitária, de que forma?

Resposta (NE): Para mim, o factor das comunidades a afluírem em virem fazer essa rádio sem remuneração para mim é um grande valor, o aderir que eles fazem tem nos encontros que são solicitados para discutirem sobre a rádio, para mim já é um bom apoio, então o factor de virem comparar um serviço como dedicatória por ai em diante já é um grande apoio, mas um apoio em concreto que diríamos que é um apoio permanente ante não existe mecanismo, mas na ultima assembleia tida com as comunidades , decidiu-se avançar com uma ideia de os munícipes contribuírem para a sua rádio, via conselho municipal, portanto é um projecto que já esta concebido pelo município esta faltar a parte política que a Assembleia Municipal e do município tentarem avaliar até que ponto esta preocupação dos munícipes e dos ouvintes da rádio possa ser abraçada e sendo abraçada, diríamos que as comunidades passariam a contribuir directamente para o funcionamento da sua rádio.

PERGUNTA: Qual é a ligação entre a rádio comunitária e as autoridades locais ?

Resposta (NE): A ligação diria eu que é boa, é a ligação no sentido de fontes, estamos a falar de fontes de informação e esta que é a maior ligação que nos temos com as autoridades locais por enquanto.

PERGUNTA: As autoridades locais interferem na programação da rádio comunitária Gesom? Se SIM, como?

Resposta (NE): Em alguns casos. Quando estamos a falar da interferência é insurgir-se contra um determinado programa ou porque desse programa deve ser transmitido de uma forma tendenciosa ou porque esse programa deve deixar de existir então conforme eu respondi na questão anterior, de que a rádio uma vez a outra tem parado nas barras da justiça, nas autoridades judiciais porque a instituição, estado xis não gostou daquilo, enfim informação veiculado sempre pelos midias que divulgam a informação em massa, a sempre essas margens de conflitos, eu considero de conflitos normais.

PERGUNTA: Quais os principais problemas que a rádio enfrenta hoje?

Resposta (NE): Insustentabilidade

PERGUNTA: A rádio é filiada a uma associação de radiodifusão? Se SIM, qual?

Resposta (NE): A rádio é filiada no FORCOM que é Fórum Nacional das Rádios Comunitárias, ao nível do país e é membro.

PERGUNTA: Feita essas falas todas, como define a rádio comunitária Gesom hoje?

Resposta (NE): Bem defino a rádio Gesom hoje como uma rádio extremamente democrática, democrática no sentido de equidade no tratamento de informações, uma rádio que tem portas abertas para todas as pessoas de diversas faixas etárias, não é , qualquer artista musical ao nível da província se hoje é conhecido, assumo eu que é mesmo por causa da rádio comunitária Gesom e não só a rádio Gesom também foi e continua a ser responsável em formar muitos quadros que estão espalhados por quase

todo o país e a rádio Gesom defino hoje como uma rádio Gesom como uma grande escola que não trouxe solução, mas sim trouxe uma alternativa no sentido de que o que era impossível ouvir aparentemente já é possível ouvir, então não existem assim palavras para preencher o conceito completo sobre o que é hoje a rádio Gesom dar por essas palavras assumo eu que a rádio Gesom no meu entender deveria ser uma rádio que veio para ficar.

PERGUNTA: Que meios de participação que a rádio desmobiliza para as comunidades?

Resposta (NE): Os meios de participação estamos a falar de carta, estamos a falar de telefones, as cartas que me referia, são cartas que podem ser enviadas para a nossa própria caixa, telefone, são meios expostos para quem quiser deixar ficar o seu sentimento, sua opinião, sobre a rádio, sobre o desenvolvimento, sobre o dia-a-dia, então estamos lá. São nesse momento os únicos meios, um dos meios que nos temos é mesmo rádio ao vivo nas comunidades é um dos outros meios mais que deixamos de não dar valor, mas de não materializar esta parte porque acarreta custos para movimentar uma rádio móvel e mas assumo eu que era um dos meios.

PERGUNTA: Qual é o grau de participação da comunidade na gestão da rádio e na produção dos conteúdos radiofónicos?

Resposta (NE): Eu assumiria que o grau nas escala de zero a dez eu diria que estamos na casa oito e é muito positiva porque a rádio Gesom quando para por alguma razão minutos depois estamos a renascer ligações com pessoas que chegam aqui para saber o que podem dar, estamos a falar de pessoas singulares e a rádio Gesom ela pode estar parada por um motivo muito forte ou porque a avaria, ou porque a corrente eléctrica, não porque a um descontentamento dos voluntários porque não estão a ser pagos, eles já estão mobilizados que a bandeira deles é esta rádio e é esta rádio pelo qual se identificam, no entanto, clamamos apenas de certos apoios e de existem pessoas que possam conhecer verdadeiramente o papel da comunicação, porque a comunicação por aquilo que saiba, pese embora em pouca escola é de que é um dos mecanismo que ocupa poder para

desenvolver, mesmo uma família , casa na ausência da comunicação, na ausência de informação tem um lar extremamente conturbado e é preciso que tenhamos de alguma forma esta pessoas esclarecidas sobre que valor tem a comunicação, então graça a Deus, diria assim que o nosso governo acabou abrindo escolas, por exemplo de jornalismo e algumas universidades oferecem esses cursos ligado a comunicação, então assumo eu que viu-se q necessidade do facto de que é preciso termos quadros da informação.

PERGUNTA: O facto da rádio estar a funcionar nas instalações alugadas pelo Conselho Municipal Isso não interfere de alguma forma naquilo que é a imparcialidade da própria rádio no trato dos assuntos municipais?

Resposta (NE): Se colocar essa pergunta sob ponto de vista individual, isso só pode acontecer quando existe uma ausência total da maturidade política, só as pessoas imaturas é que podem trazer esses tipos de confusões, ou seja o factor de eu viver a custa de meu vizinho, quer dizer não me isenta a ter que deixar uma critica sobre um determinado comportamento deste mesmo vizinho , quer dizer essa ajuda não é para poder silenciar a minha opinião, a rádio é um meio de opinião publica através dos próprios munícipes, portanto graças a Deus diria eu isso não tem pelo menos acontecido com o nossos município, pese embora que isso tem haver com as pessoas que estão em frente, porque qualquer dia a mudança do governo ou não há mudança do governo mas temos a mudança dos próprios quadros, hoje é o João amanhã é o Manuel é o mesmo governo, mas o Manuel pode ter uma apreciação diferente do João em termos de informação, por enquanto nos não temos razões de queixa, mas de alguma forma a rádio Gesom por exemplo é responsável na formação de outras varias rádios que nasceram ao nível do país e a rádio Gesom até ajudou o nascer de varias outras rádios, para além do nascer, esses tipos de conflitos existem em grande medida, mas não é o nosso caso, é aquilo que estava dizer quando existe uma imaturidade política então acabamos de encontrar de alguma forma uma ignorância total e completa, porque este é um outro campo o factor de eu estar a dar de vestir o meu filho não estou a silenciar aquilo que é a opinião dele, se eu estiver a fazer coisas a margem incomum ele pode dizer que não é assim que as coisas são e eu não tenho como dizer que eu lhe dou tudo e você assista aquilo que estou a fazer, mas entretanto é mesmo assim.

**9.2.4. Entrevista com Siridzai Alberto Mussa Adjunto Mobilizador da Rádio
Comunitária GESOM**

PERGUNTA: Como se chama?

Resposta (SM): Siridzai Alberto Mussa.

PERGUNTA: Qual é a abrangência da rádio comunitária Gesom?

Resposta (SM): A rádio Gesom tem um raio de 75 Km ela abrange a cidade de Chimoio e também tem aquelas ondas perdidas que alcança fora da cidade, estamos a falar de Sussundenga, Gondola assim como Vanduzi.

PERGUNTA: Qual é a frequência da rádio?

Resposta (SM): 106.1. megahertz.

PERGUNTA: Quando a rádio começou a operar?

Resposta (SM): A rádio começou no ano 2000 e agora passamos para a exposição feira de Chimoio.

PERGUNTA: Quanto teve a autorização definitiva outorgada pelo GABINFO para o funcionamento?

Resposta (SM): Provavelmente lá para 1998, não só como rádio , mas como Gesom mesmo era Grupo de Educação Social de Manica, onde envolvia a própria rádio e tinha o estúdio móvel, divulgava informações que tem haver com o combate a HIV/SIDA e também tinha um Centro Cultural, então nesses 3 projectos faziam parte do Grupo de Educação Social de Manica, mas também dentro disso acabou a parecendo a própria rádio mas como grupo já existia e a rádio apareceu já mais tarde.

PERGUNTA: Qual é o horário de Funcionamento da rádio de segunda a domingo?

Resposta (SM): É das 05: 55 até as 22, reduzimos dantes íamos até as 00, mas devido custos financeiros acabamos reduzindo para 22 horas.

PERGUNTA: A sede onde funciona a rádio é própria, emprestada ou alugada?

Resposta (SM): É um lugar onde nos fomos disponibilizados com o Conselho Municipal de Chimoio, então eles nos disponibilizaram a casa onde esta funcionar a rádio actualmente, mas antes o espaço próprio.

PERGUNTA: Sendo um espaço emprestado qual é o impacto para a própria rádio?

Resposta (SM): É verdade que por enquanto não registamos problema nem, mas é sempre bom termos um espaço e isso já falamos com o Conselho Municipal e eles estão por tramitar esse processo por forma a termos um espaço próprio porque a qualquer momento tratando-se de uma casa que não é da pertença da rádio pode ser solicitada a casa e podemos correr esse risco de não termos um lugar para poderemos funcionar?

PERGUNTA: Quais são as principais despesas que a emissora enfrenta hoje?

Resposta (SM): Na verdade tratando-se de uma rádio comunitária ela tem a filosofia de trabalhar com voluntários, mas dentro dessas pessoas tem algumas que ganham alguma coisa nesse caso um subsidio estamos a falar mais ou menos de 5 a 6 mas não tem sido fácil para poder dar esse subsidio para essas pessoas e esse subsidio não sai frequentemente devido ausência dos próprios valores, esta é a dificuldade que nos encontramos mas também tem a parte da luz e tratando-se de uma rádio ainda da comunidade ela não tem fundos para poder funcionar plenamente, no entanto acabamos tendo dificuldades para poder pagar a própria luz, pagar água com poucos recursos que nos conseguimos tentamos minimizar essa situação mas não tem sido assim tão fácil.

PERGUNTA: Tem ideia da media mensal das despesas da própria rádio ?

Resposta (SM): Actualmente não, talvez com as finanças ou a administração ou mesmo o coordenador actualmente.

PERGUNTA: Quantas pessoas fazem parte da direcção da rádio e quem são?

Resposta (SM): O numero exacto não tenho em mente mais esta o Coordenador que é o Narciso; esta o mobilizador, o adjunto mobilizador, temos chefe da redacção e o seu adjunto, temos o chefe técnico e o seu adjunto e depois temos o chefe das emissões que são 3, estamos a falar de 10.

PERGUNTA: Quais as entidades que fazem parte da rádio?

Resposta (SM): Nos temos o conselho da rádio tem um presidente que é alguém que esta fora da rádio então, ele tem também participado da vida diária da própria rádio e o seu funcionamento e temos amigos da rádio é um grupo criado para poder também ajudar a própria rádio, estes também fazem parte.

PERGUNTA: O conselho comunitário da rádio ele é actuante?

Resposta (SM): Não.

PERGUNTA: A rádio é única sua fonte de renda?

Resposta (SM): Para mim não porque o que sai dela não é grande coisa nem é uma rádio que não tem fundos então tenho outras formas de como conseguir o valor faço outras actividades por forma a responder as minhas necessidades.

PERGUNTA: Qual é a sua actividade profissional para além da rádio?

Resposta (SM): Sou técnico afecto no conselho municipal.

PERGUNTA: Dependendo das respostas que deu, significa que não se dedica a rádio a tempo integral?

Resposta (SM): Sim.

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio comunitária?

Resposta (SM): A rádio esta num bom passo é verdade que há estas dificuldades financeiras mas eu olho a rádio que esta a desempenhar aquilo que é o papel que é de divulgar a informação a comunidade e isso esta sendo feito é verdade que temos problemas financeiros, não so o material também não é aquele de qualidade precisa de ser trocado e não podemos fazer isso devido os fundos estamos a falar do emissor, temos problemas do emissor já queimaram, já não é o emissor de 100 watts relativamente aos outros anos tínhamos emissor de 250 watts mas devido finanças não temos como agente conseguir um emissor de longo alcance.

PERGUNTA: Como é gerida a rádio Gesom?

Resposta (SM) : A própria gestão da rádio e feita pela comunidade e não só o pessoal interno também participa na gestão da própria rádio.

PERGUNTA: Disse me que a rádio é gerida pela comunidade. A comunidade, ela que elege os membros da direcção da rádio ou a uma outra forma de eleição?

Resposta (SM): Os membros da direcção são eleitos com o pessoal interno estamos a falar os voluntários que saem da comunidade então eles participam em fórum para poder eles aqueles que são os dirigentes da própria rádio, mas também a certos programas que agente faz e procuramos saber dos ouvintes eles nos dão o que deve ser feito dentro da rádio e assim fazemos a censura da própria informação e avançaremos, então aquilo que é parte da comunidade aquilo que é da rádio e agente avança naquilo que nos precisamos.

PERGUNTA: De que forma é desenhada a grelha da rádio?

Resposta (SM): Temos uma gelha, essa grelha depende dos anos, mas nos temos uma grelha fixa é verdade que alguns programas acabam não indo ao ar porque um programa teria que se fazer ao programa já encontrou outro emprego e prontos acaba não tendo aquele impacto e os ouvintes ligam, que tal se colocássemos o programa X então agente analisa esse programa se da para passar ao ar ou não e em algum momento alguns programas passam, mas a própria gelha nos fazemos uma pesquisa, uma auscultação e com o saber os ouvintes e da comunidade quais são os programas gostariam de

acompanhar então com essa pesquisa nos permite actualizar a nossa grelha, agente temos actualizado segundo as próprias necessidades.

PERGUNTA: Dos programas redifundidos pela rádio comunitária quais os programas propostos pela comunidade?

Resposta (SM): Temos o programa designado por “TCHAFUQUIDZA” trata assuntos ligados a casamentos, os conflitos, então eles pediram para que esse programa fosse difundido não só o programa sobre a bíblia é um programa religioso um programa que também esta passar na rádio e o programa educação a rapariga por causa de varias situações que a rapariga deixa de estudar por causa de situações de gravidez, então temos esse programa tem passado temos outro programa da agricultura também sugerido pela própria comunidade, então temos esses e outros.

PERGUNTA: Quais são os mecanismos de participação da comunidade na gestão da rádio comunitária?

Resposta (SM): Eles participam dependo do assunto, em alguns minutos convidamos para poder participar nos nossos encontros não só também por vai telefone que a rádio tem , eles também deixam a sua opinião.

PERGUNTA: Existem programas ao nível da rádio que contribuem para a participação das comunidades na gestão municipal? Se SIM quais e como são articulados?

Resposta (SM): Na gestão municipal nos estamos a falar do a um programa de saneamento este programa que o município tem divulgado e a comunidade tem participado com vista a pagar o imposto para a recolha de resíduos sólidos, então agente vem a comunidade a cooperar nisso, e não só esses programas educativos sobre a distribuição de terra porque tem havido problemas lá na comunidade, este tem sido um dos programas que a rádio Gesom tem difundido e própria comunidade tem participado, enato agente vem que há uma colaboração efectiva.

PERGUNTA: A rádio tem alguma parceira com o município da cidade de Chimoio com vista a promoção da gestão compartilhada?

Resposta (SM): Sim tem. A um memorando que foi assinado com o município e nos desenhamos esse projecto e esse projecto foi submetido pelo Conselho Municipal foi aprovado e começamos a trabalhar na área de saneamento e na área da urbanização é verdade que devido fundos a parceira acabou parando e estamos ainda a negociar para ver como podemos voltar a trabalhar com o Conselho Municipal havia ia propostas de como é que o Município poderia compartilhar nas despesas do conselho municipal mas um projecto que tinha que entrar na assembleia para ser aprovado e prontos tem seus procedimentos, mas o memorando entre o conselho municipal e a rádio Gesom sim existia, infelizmente parou um pouco.

PERGUNTA: Nesse memorando de entendimento a equilíbrio de interesse de modo que a rádio não se torne municipal, mantenha-se o seu estatuto de ser da comunidade?

Resposta (SM): Sim porque o memorando não visava a rádio perder aquilo que é a sua linha editorial ou ser da pertença do município mas era memorando virado ao serviço neste caso como vinha a falar é para poder divulgar aquilo que são as actividades do Conselho Municipal sobretudo o código de postura municipal, os munícipes não conhecem esse instrumento no entanto a rádio fez programas no campo, não só teatros por forma as pessoas passem a conhecer esse documento fundamental do conselho municipal e também divulgar no geral as suas realizações, então isso em nenhum momento nos fez sair daquilo que é a nossa linha editorial.

PERGUNTA: A rádio tem grelha de programação fixa? Quantos os programas a emissora tem?

Resposta (SM): Cerca de 16 a 17 programas.

PERGUNTA:Alguma entidade participa da programação da rádio, em caso positivo quais e como é que participam?

Resposta (SM): Temos a PRM ela tem um programa matinal que passa na rádio Gesom, eles passam para falar das ocorrências e não só temos o gabinete do atendimento a mulher vitima a violência também tem aparecido para poder dar aquilo que é o nível dos casos ao nível da província, basicamente são esses.

PERGUNTA: Quem decide acerca da programação?

Resposta (SM): É um trabalho que é feito de uma forma colectiva, tem o coordenador próprio mobilizador o adjunto, mas basicamente quem responde muito mais com a área da programação é o mobilizador e o adjunto mesmo os dois não podem tomar decisão sem o coordenador então partilhamos as informações.

PERGUNTA: A rádio tem noção da sua audiência sim ou não?

Resposta (SM): Sim.

PERGUNTA: Como pesquisa essa audiência?

Resposta (SM): Através de linha telefónica e também alguns questionários em que nos enviamos a comunidade.

PERGUNTA: Tem ideia de quantas ligações em media diária que a rádio tem ou quantas cartas semanais a rádio recebe?

Resposta (SM): Em termos de chamadas são muitas porque na nossa grelha de programação aparecem essas cerca de uma hora em que agente conversamos com o ouvinte e não só temos as cartas, neste caso cartas de dedicatória e as pessoas vem compram e depois trazem e isso são alguns itens que nos mostram que a alguma audiência de facto.

PERGUNTA: Quais os programas de a maior audiência?

Resposta (SM): Os programas de maior audiência é Escolha nos tocamos, o programa TCHACAFUKIDZA ; o programa educação; saúde; e o simultâneo que é o programa da juventude.

PERGUNTA: Os locutores desses programas são contratados ou são voluntários?

Resposta (SM): São voluntários.

PERGUNTA: De onde eles são? São das comunidades são das instituições de ensino ?

Resposta (SM): São da comunidade.

PERGUNTA: Esses programas são gravados ou ao vivo?

Resposta (SM): São gravados e outros ao vivo.

PERGUNTA: Existe um programa produzido entre a rádio comunitária e o município com vista a programação da gestão compartilhada? Se Sim de que forma se operacionaliza e que o produz?

Resposta (SM): Existe esse programa e quem era o apresentador era o Namani e também o Maganuso também fizeram parte deste programa.

PERGUNTA: Transmitem as campanhas municipais a rádio?

Resposta (SM): A rádio não transmite apenas faz a cobertura.

PERGUNTA: A rádio já foi procurada por políticos para a transmissão dos seus planos?

Resposta (SM): Sim, para divulgar as suas actividades já.

PERGUNTA: A rádio já foi procurada pela assembleia municipal pelo conselho municipal pelos deputados municipais no exercício das suas emissões?

Resposta (SM): Sim já foi, mas eles traziam os seus serviços para serem divulgados.

PERGUNTA: Com que frequência os deputados municipais e o presidente do conselho municipal participam da programação?

Resposta (SM): Sim , nos temos um plano e este plano já vem desenhado quais são as vereações que devem passar pela entrevista e quais são as vereações que devem participarem neste debate é um plano já feito e tem dias de acordo com o tema agente vê, qual o vereador que deve parecer ou então o presidente ou o próprio presidente então ele vem e fala sobre aquele tema.

PERGUNTA: Alguns elementos acima mencionado tem programas fixos na emissora, qual horário e se costuma colaborar financeiramente?

Resposta (SM): O horário fixo assim não, mas trabalhamos de acordo com a necessidade da rádio ou da área de produção, então agente marca um dia e nos encontramos com essas pessoas fazemos o debate.

PERGUNTA: Qual é a participação do município na programação e da assembleia municipal?

Resposta (SM): A assembleia municipal assim como o município eles participam normalmente quando eles realizam as suas actividades estamos falar daquelas sessões ordinárias extraordinárias no e tanto os nossos repórteres vão para lá buscam essas informações e agente divulga.

PERGUNTA: A comunidade tem proposto programa que contribuam para participação desta na gestão municipal?

Resposta (SM): Sim.

PERGUNTA: Como se operacionaliza essa produção uma vez que a comunidade não tem as técnicas de produção de conteúdos radiofónicos?

Resposta (SM): Os nossos colaboradores eles trabalham em coordenação, eles tem o produtor do programa mas tem os seus elementos e esses elementos fazem parte desta comunidade e eles quando participam vem como os outros fazem e acabam tendo esses conhecimentos, mas tem o produtor que é da rádio e tem os seus colaboradores que é da comunidade.

PERGUNTA: Quais são as formas de arrecadação dos recursos para a rádio?

Resposta (SM): Na verdade este é um assunto muito sério temos a venda de dedicatórias, que não é grande coisa, aluguer de espaço de antena, para debates para outras organizações e em algum momento agente elabora projectos para outras organizações e mas não tem sido fácil por isso que olhando para a rádio Gesom ela é uma potencia, mas na parte financeira é um grande problema.

PERGUNTA: A comunidade de Chimoio apoia a rádio comunitária?

Resposta (SM): Ela apoia apenas na área moral que a rádio deve continuar ela não pode desaparecer mas em termos financeiros se eles não vem comprar dedicatórias não temos como pagar a luz, não temos como pagar a água e esta é a área muito sensível na verdade nunca ouve, só me lembro uma vez nem em que fomos para lá elaboramos algumas cartas para algumas escolas os secretários dos bairros para poder se podia nos ajudar com 1 metical por cada cidadão e podemos levantar algumas paredes para conseguiremos angariar pouco valor e consegue-se levantar algumas paredes internas da própria casa., mas assim da comunidade organizarem-se e dizerem que não, mensalmente nos temos que tirar valor X na rádio não.

PERGUNTA: Como mobilizador o que vocês tem feito para que a comunidade perceba que a rádio comunitária não é nem do coordenador e nem dos mobilizadores mas sim da comunidade?

Resposta (SM): Das vezes que nos paremos de fazer de funcionar mostramos a comunidade que essa rádio não é de um singular esta rádio não é de uma entidade mas era da própria comunidade então cabia a comunidade criarem condições de como a rádio voltar a funcionar no entanto as pessoas ligavam traziam informações ali na rádio que nos estamos dispostos para apoiar, mas infelizmente não temos agora valores para poderem contribuir se calhar do nosso lado precisamos já com outras instancias para fazer sozinho, entrar no bairro e tiraremos algum valor por essa razão que existe uma vontade entre a rádio e o conselho municipal por forma que naquelas facturas tirar da água fossem acrescentado 1 metical e este valor deveria ser canalizado para rádio e para garantir o seu funcionamento estamos nesse jogo que sei que não vai ser assim tão fácil.

PERGUNTA: Qual é a ligação entre a rádio comunitária e as autoridades locais?

Resposta (SM): A ligação é boa apesar que não temos tido assim muito apoio na área financeira mas na área moral estamos juntos, mas na área financeira é pouco difícil.

PERGUNTA: As autoridades locais interfere na programação da rádio comunitária Gesom?

Resposta (SM): O interferir é eles trazerem as suas realizações e a rádio dar a conhecer a comunidade.

PERGUNTA: Quais os principais problemas da emissora actualmente?

Resposta (SM): Nos conseguimos minimizar alguns problemas financeiros baseando-se nesses projectos que acabei de frisar temos um projecto com MASC tem trabalhado connosco e a SAVE THE CHILDREAN era uma outra entidade que trabalhava com a rádio, então nesses pequenos projectos a rádio nos ajuda ou nos ajudava a melhorar algumas actividades agora problemas internos e outras coisas nos conseguimos ultrapassar sentamos e frente a frente e conseguimos ultrapassar.

PERGUNTA: A rádio é filiada a uma associação de radiodifusão?

Resposta (SM): Sim a rádio Gesom esta ligado a um órgão chamado de FROCOM que é Fórum das rádios Comunitárias de Moçambique então ela também esta dentro deste fórum e participamos das actividades que são feitas dentro desse fórum.

PERGUNTA: Como define a rádio comunitária em termos de propriedade?

Resposta (SM): A rádio Gesom pertence a comunidade lógico.

PERGUNTA: Que meios de participação a rádio disponibiliza para as comunidades?

Resposta (SM): Temos a linha telefónica, é um dos meios que nos ajuda a interagir com a comunidade.

PERGUNTA: Qual é o grau de participação das comunidades na rádio e na produção de conteúdos rádio fónicos?

Resposta (SM): É positivo.

9.2.5. Entrevista com Amadeu Massoco: Voluntário da Rádio Comunitária GESOM

PERGUNTA: Como se chama?

Resposta (AM): Amadeu da Graça Massoco.

PERGUNTA: A quanto tempo esta na rádio Gesom?

Resposta (AM): Estou na Gesom a sensivelmente 3 anos, desde Setembro de 2015.

PERGUNTA: Como chegou a rádio comunitária Gesom?

Resposta (AM): Cheguei a rádio comunitária Gesom através da Escola Superior de Jornalismo, porque sou estudante da Escola Superior de Jornalismo, mas natural de uma outra província, lá onde eu estava já fazia parte de uma outra rádio, quando chego a

cidade de Chimoio encontro a rádio comunitária Gesom e porque eu tinha vontade de continuar a fazer a actividade que eu fazia por outro lado acabei decidindo me juntar a uma rádio que assemelhava a aquela que eu fazia.

PERGUNTA: Como é que caracteriza a rádio comunitária Gesom?

Resposta (AM): A rádio comunitária Gesom fazendo uma comparação daquilo que é eu via na anterior rádio comunitária que eu faço parte em termos de estrutura organizacionais é melhor que aquela que eu comecei a fazer rádio pelo numero de voluntários não é fácil mobilizar tanta gente do jeito que a rádio comunitária Gesom consegue mobilizar neste caso a não de obra tem muita gente que trabalha por vontade própria de certa forma é impressionante as pessoas desde a fazer que lhes de alguma coisa para fazer uma actividade que é por amor a camisola , gostam de servir a comunidade afinal de contas o objectivo de uma rádio comunitária é este ai servir a comunidade.

PERGUNTA: Participa no desenho dos programas da rádio comunitária Gesom, se SIM de que forma, se NÃO que é responsável pelo desenho dos programas?

Resposta (AM): Participei por algumas vezes não de forma permanente participei em alguns programas onde eu fiz parte falo concretamente do programa *PENÁLTI* que esta agora a passar, o programa já passava mais quando voltou a passar agora na companhia dos outros colegas tivemos que fazer uma reestruturação tivemos que colocar outros condimentos que não faziam parte do programa também por ter feito parte de uma das vezes do programa Clube Estudantil fazia com uma outra colega, nos éramos os apresentadores dos programas e de alguma forma também tínhamos que delimitar como é que o programa deveria funcionar, de alguma parte a composição do próprio programa, então no tempo em que estou na rádio comunitária Gesom já fiz parte de dois programas são esses que acabei enumerado.

PERGUNTA: Tem algum conhecimento de programas desenhados pela comunidade que tem encista a participação deste na gestão dos bens públicos em especial do município e da própria rádio?

Resposta (AM): Tem sim um programa que passa as quartas-feiras que é o programa a voz do povo um programa que visa trazer as políticas publicas, em que os ouvintes ligam para interagir alguns assuntos que acontecem na cidade de Chimoio para além desses programas existem outros em línguas locais que tenho escutado com deficiências da própria língua na tenho comunicado bem, mas alguns conheço perfeitamente, em gesto de língua portuguesa de certa tem uma grande importância de sensibilizar o programa da a Rádio Moçambique o café da manha tem sido convidado alguém para falar sobre algum tema abrem-se as linhas os ouvintes consigam deixar ficar aquilo que é o seu entendimento do tema em debate.

PERGUNTA: Como avalia a relação entre a rádio comunitária e o município da cidade de Chimoio?

Resposta (AM): Existe uma relação, primeiro pelas informações que eu tive, a rádio começou o seu funcionamento num outro lugar que estava a funcionar na rua de Barué no centro da cidade o espaço onde a rádio comunitária Gesom funciona hoje pertence ao conselho municipal de Chimoio porque a uma boa relação quando o Conselho Municipal cede um espaço desta rádio é porque existe uma boa comunicação entre essas duas organizações neste caso.

PERGUNTA: Conhece um programa produzido em parceria entre a rádio comunitária e o Conselho Municipal, se SIM, qual e como é coordenado ?

Resposta (AM): Existia um programa que passava já não sei agora existe, parece que já não existe, em 2015 quando cheguei passava com certos soluços tanto que acho que acabou desvanecendo pela caminhada.

PERGUNTA: Tem participado em Fórum que discute sobre a gestão compartilhada de bens públicos ao nível da comunidade que faz parte , se SIM como se articula essa coordenação?

Resposta (AM): De forma presencial não através de programas de rádio sim, mas de forma presencial como tal não participo.

PERGUNTA: Dos programas radiofónicos produzidos pela rádio comunitária Gesom quais e qual que mobiliza a população a participar na gestão municipal?

Resposta (AM): Como já fiz referencia o programa “a voz do povo” é um dos programa que se formos a fazer referencia assim é um dos programas que se usa essa ferramenta de comunicação entre a comunidade e próprio programa para melhorar alguns aspectos dentro do município, então é o programa que ficou de cartaz desta comunicação entre os munícipes e a própria rádio comunitária.

PERGUNTA: Como jornalista e locutor como tem feito para que a rádio comunitária seja uma rádio virada para essa gestão compartilhada dos bens públicos?

Resposta (AM): Participando na tomada das decisões no que diz respeito na formação de certos programas que promovam essa cidadania do munícipe nos fórum que são abertos na rádio quinzenalmente tem tido um encontro que discute-se o programa que deve continua, de uma forma quando estou presente contribuo para o desenvolvimento da comunidade.

PERGUNTA: Tem percebido na prática que a comunidade tem percebido que a rádio comunitária é da sociedade?

Resposta (AM): Com certas lacunas, a uma coisa que deve ser feito com referencia, a rádio comunitária Gesom é uma rádio comunitária mas em algum momento tem feito se calhar exercido algumas funções acima de uma rádio comunitária, de certa forma a essa tendência de passar certas informações que não dizem respeito sobre a própria rádio,

porque a rádio comunitária tem uma certa jurisdição para sua actuação, mas a momentos que a reportes da rádio comunitária Gesom fazem suas coberturas fora da cidade de Chimoio, coberturas aos distritos como Guro, Sussundenga, de certa forma como regem as regras de uma rádio comunitária não é admissível uma rádio comunitária vá até a jurisdição de uma outra rádio principalmente em lugares onde tem outras rádios comunitárias difundem certas informações, a rádio comunitária é mais [para informar sobre assuntos que estão viradas aquela comunidade por isso a FORCOM uma organização de apoio as rádios comunitárias em vista a promover este processo de comunicação comunitária de certa forma acaba aparecendo esta lacuna, não ser por trabalho que tem empreendido tem sido acima daquilo se calhar é uma simples rádio comunitária.

PERGUNTA: Essa fuga do comunitário não é o desconhecimento por parte de algumas pessoas que fazem parte da rádio comunitária, o que que é uma rádio comunitária?

Resposta (AM): Eu quero acreditar que sim, mas ignoram algumas pessoas que fazem parte deste porque a FORCOM é uma organização que faz não passam dois anos não organiza esse tipo de eventos para capacitar as pessoas os repórteres comunitários os voluntários das rádios comunitárias em matéria daquilo que é matéria a serem transmitidos na rádio comunitária como uma rádio comunitária deve funcionar, as barreiras e limitações que uma dada rádio comunitária tem qual é a forma do seu procedimento eu acho que de alguma forma alguns ignoram para além de alguns por experiência mesmo porque a muito de que como nos já bem samos são lugares onde a remuneração quase não existe e quando existe esse tipo de saídas em que alguém vai representar a rádio são cenários que são remuneráveis, de alguma forma a são os dirigentes os chefes mas no fundo que faz a recolha de informação são as outras pessoas que desconhecem, que não teve uma capacitação que o chefe teve da FORCOM, talvez haja uma necessidade de haver assim que voltarem das capacitações voltarem a capacitar os seus membros.

PERGUNTA: A comunidade participa na gestão da rádio comunitária, como e de que forma?

Resposta (AM): Eu quero acreditar que não participam de forma muito activa porque se formos a ver a rádio comunitária esta na comunidade mas é muito difícil perceber que as pessoas estão a participar porque os próprios programas são abertos para que o cidadão interaja, são poucos que ligam com o conhecimento de causa muitos deles ligam só se calhar para saudar amigos e familiares, é típico de pessoas que fazem a interacção são pessoas que ligam por simplesmente porque ouviram porque ontem naquela mesma hora a um programa de entretenimento as pessoas ligam para saudar amigos e familiares, posso dizer que são pessoas que pouco escolarizadas que não entendem muito do tema a ser debatido num espaço de 15 minutos ligam 5 pessoas 3 pouco entendem da matéria, os dois entendem, então a percentagem acaba sendo reduzida pelo àquilo que é a contribuição daquilo que é o melhoramento.

PERGUNTA: Tem liberdade de produzir programas que contribuam para a comunicação e mobilização dos municípios naquilo que é a gestão compartilhada dos bens públicos?

Resposta (AM): A liberdade não existe para fazer isso, se calhar não exista essa abertura que os próprios cidadãos em participar e com já havia feito referencia o programa que funcionava de tal forma que agora não existe, abertura existe que a rádio comunitária tem ainda muito espaço para muitos programas se calhar haja uma necessidade de melhorar as condições que existem entre o município e rádio, eu acho que o conselho municipal podia levar a rádio comunitária Gesom como sendo única rádio que existe na cidade de Chimoio para servir de certa forma para a difusão de suas politicas publicas é única rádio que existe na cidade de Chimoio , eu acho que a política que é usada pelas rádios comunitárias, as organizações podem produzir os seus programas desde que paguem uma certa taxa das rádios, o conselho municipal pode fazer isso, mesmo que sejam programas a serem apresentados pelos seus funcionários para o espaço de antena, mesmo que sejam programas financiados pelo Conselho Municipal para a promoção das suas politicas publicas acho que seria pratico.

PERGUNTA: Como classifica a rádio comunitária Gesom?

Resposta (AM): Eu quero acreditar que é mais uma rádio na comunidade primeiro porque na é lá muito a comunidade que faz-se sentir na própria rádio então é mais uma rádio que esta na comunidade que muitos desconhecem se calhar é o facto de ter conhecimento aquilo que é uma rádio comunitária, o que é uma rádio comunitária deve fazer, qual é a vantagem de uma rádio comunitária para a população o cidadão esta abalizado sobre aquilo que são as vantagens ou o fim de uma rádio comunitária?

PERGUNTA: A um esforço por parte da rádio comunitária Gesom no sentido de dar a conhecer a comunidade que a rádio é da comunidade?

Resposta (AM): Faz-se sim um esforço em função dos programas produzidos em língua local como estava aqui a fazer referência , a muitos programas produzidos na língua local as pessoas tentam transmitir certos valores, na verdade o objectivo de uma rádio comunitária é esta aproximar mais a comunidade haver uma comunicação por isso é uma rádio comunitária para a comunidade por isso também é necessário se saber a jurisdição, não deve ser permitido que os repórteres saem façam coberturas em outros lugares, não é possível dentro da jurisdição da rádio Gesom não tenha informações suficientes para passarem na rádio para se levar a peito outras informações que diferem daquilo que é uma rádio comunitária.

PERGUNTA: Como voluntário, você tem mobilizado a comunidade a perceber que a rádio GESOM é pertença da comunidade e não do coordenador, do mobilizador e dos voluntários?

Resposta (AM): Eu particularmente faço nas minhas emissões tento fazer perceber que a rádio comunitária não é publica do mesmo jeito não é uma rádio privada e não é uma rádio que tenha um patronato é uma rádio que são só organizações internacionais que fazem a injeção de fundos então as rádios comunitárias para promoção dessa convivência na sociedade essas organizações por simplesmente montam e deixam as pessoas a]para gerir isso, mas para o bem da comunidade, talvez seja isso que esta a faltar nas pessoas, porque a pessoas que se calhar a rádio comunitária não é de Narciso porque é o

coordenador da rádio comunitária então seja o fraco conhecimento daquilo que é de verdade uma rádio comunitária, muitas das rádios comunitárias são rádios comunitárias financiadas por ONG's internacionais para o fim de promoção de certas actividades. Para a rádio comunitária Gesom tem os seus objectivos da sua criação como todas outras rádios comunitárias são criadas em função de um certo objectivo para suprir uma certa necessidade dentro da comunidade.

PERGUNTA: Nesse sentido a comunidade tem voz na rádio comunitária?

Resposta (AM): Quero acreditar que a percentagem é pouca se existirem uma e outra pessoa a possibilidade, que sente que a rádio é também tem conhecimento.

PERGUNTA: A comunidade participa na eleição do gestores da rádio?

Resposta (AM): As eleições dos dirigentes da rádio comunitária Gesom são eleições internas mesmos, não é a comunidade que elege os gestores da rádio.

PERGUNTA: Qual é o seu papel na rádio Gesom ?

Resposta (AM): Fazendo o meu trabalho como deve ser cumprindo com aquilo que é o meu dever sou locutor sou jornalista faço programas então, naquilo que me é incumbido para fazer, fazendo bem aquilo de certa forma a servir a comunidade por ser voluntário de alguma forma no momento de produzir alguma coisa que possa ter um rendimento faço alguma coisa por gosto para servir a comunidade e eu sinto que estou a fazer alguma coisa para o melhoramento daquilo que é a boa convivência da sociedade.

PERGUNTA: Em linhas gerais, o que é uma rádio comunitária para si?

Resposta (AM): Eu defino uma rádio comunitária como uma rede de comunicação criado para aproximar as comunidades de comunidade para a comunidade interacção entre eles para os cidadãos de uma determinada comunidade.

PERGUNTA: No seu ponto de vista a rádio comunitária Gesom depende do município de Chimoio para o seu funcionamento?

Resposta (AM): Eu acho que não, não depende porque a rádio comunitária Gesom não tem injeção de fundo, trabalha por conta própria publicidades e de alguns programas que são financiados e são poucos e acaba passando por algumas dificuldades.

PERGUNTA: Tem conhecimento de que ela funciona nas instalações do Conselho Municipal, isso não condiciona a independência editorial da própria rádio na produção de conteúdos ?

Resposta (AM): Estamos aqui a fazer referencia das politicas criadas por um órgão de comunicação em função daquilo que é o seu próprio sustento a imparcialidade o que sempre temos feito referencia que um órgão de comunicação que dependa de certa forma, de certa organização para o seu funcionamento acaba lesando aquilo que é a própria imparcialidade o que acontece sabendo que nos estamos aqui a trabalhar nas instalações da organização X acaba existindo um certo peso no que diz respeito na tentativa de se difundir uma informação que lese o próprio órgão com a própria organização e é um cancro que enferma quase toda camada jornalística do pais e não só em geral a rádio comunitária porque estamos aqui a fazer referencia a órgãos maiores que apresentam um telejornal que é patrocinado pela COCA-COLA ou por uma outra empresa e de alguma forma na própria apresentação fica difícil que escrever uma informação ma daquele órgão isso seria impossível de acontecer no momento em que as próprias rádios comunitárias e os próprios órgãos de comunicação sejam totalmente independente totalmente com fundos de sustento que não precise de um órgão para injectar fundos o que é muito difícil para a nossa realidade , então de certa forma isso riscando a própria imparcialidade aquilo que é a própria objectividade do jornalista.

PERGUNTA: O programa que você coordena como tem sido a participação da comunidade?

Resposta (AM): Particularmente os programas que eu já fiz parte não são programas que tenham uma interacção assim aberta para a comunidade, mas o programa que apresento

tem como objectivo educar a comunidade em certas matérias ligadas a educação principalmente no ensino superior em geral como funcionam o conselho de escola como funciona o órgão X dentro de uma escola e eventos que acontecem-se dentro da escola de certa forma educava aquilo que se calhar aquela informação que o estudante pode ver na vitrine da escola secundaria Samora Machel os objectivos do conselho de escola poderia ver e mudar e no programa nos fazíamos a questão de explicar o qual era o objectivo de conselho de escola. Então de certa forma eu acredito que faz, mas agora tem outros apresentadores, mas é um programa que tem uma grande valia para aquilo que é o ensinamento da comunidade.

PERGUNTA: Esses programas que fez referência que já passou por eles espelham a realidade da comunidade?

Resposta (AM): Eu quero acreditar que sim espelham porque as informações que são passadas pela rádio, são informações tiradas na comunidade e posterior passada no programa, não são criações dentro da redacção são programas que é preciso ir para o terreno colher as sensibilidades ouvir as pessoas que vivem determinada realidade e depois a sua produção o seu colocamento no ar, então é na verdade o espelho da realidade o que acontece dentro da sociedade.

PERGUNTA: Que desafios para transformar a rádio comunitária Gesom em uma rádio não só na comunidade mas para a comunidade e da comunidade?

Resposta (AM): O desafio que deve-se colocar a uma necessidade de criar um programa que difunda verdadeiramente a comunidade qual é o objectivo de uma rádio comunitária, o que é uma rádio comunitária? quais são as vantagens da existência de uma rádio comunitária? Isto porque muitos não sabem que a rádio comunitária tem uma grande valia dentro da comunidade. As pessoas pensam simplesmente que é uma rádio de alguém, então não sabem o que aquela rádio está a fazer aí, na verdade podem até pensar que aquelas todas pessoas que estão ali estão a fazer aquilo aí porque são assalariadas porque de certa forma se soubesse que aquelas pessoas fazem por amor próprio estão a trabalhar para todos dentro daquela comunidade poderia sentir um pouco mais de respeito com um colaborador de uma rádio comunitária, porque as pessoas não percebem que aquela

peessoa que esta ali esta fazer um trabalho para própria comunidade para desenvolver a própria comunidade mas porque não entendem então acabam não levando aquilo a peito, porque veio um colaborador de uma rádio não se preocupam, se calhar um colaborador de uma rádio comunitária deveria ter muitos benefícios na comunidade pelo trabalho que essa pessoa faz sem nenhuma remuneração porque esta fazer um trabalho da comunidade esta fazer porque gosta de fazer uma coisa esta fazer porque e uma pessoa que leva , se calhar estamos a falar de uma pessoa que entra por ai 18:55 até 22horas a pessoa que vive longe, a pessoa faz aquilo porque gostam fazer e não tem nenhuma remuneração.

PERGUNTA: Pensa que esse alheamento por parte da comunidade deve-se ao facto de não se saber que a rádio comunitária é uma rádio comunitária e confundi-la com uma rádio privada?

Resposta (AM): A falta de conhecimento daquilo que são os objectivos de uma rádio comunitária e pecar-se por esta parte porque a própria rádio não está a criar condições para que a própria comunidade tenha esse conhecimento, se calhar a uma necessidade de existir um programa que seja por simplesmente para divulgar aquilo que são as politicas de uma rádio comunitária fazer perceber a comunidade que esta rádio é mesmo para a comunidade e por ser uma rádio da comunidade para comunidade se calhar a eleição dos próprios dirigentes podia acontecer como acontece a eleição do presidente do Município em que cada um acaba excedendo o seu direito de cidadania por ser um bem publico eu acho que esta faltar este aspecto é o que faz com que as pessoas confundam, e alguns colaboradores não sabem com alguém chegou a ser coordenador chegou a ser mobilizador, fica complicado se dentro começam já isso. Na verdade até agora deveria estar ai dentro e tentar-se expandir para quem escuta lá fora, mas se até agora os que estão lá dentro não tem esta possibilidade, eu acho que esta num espaço muito longe de tornar isso uma realidade ainda a dificuldades de chegar até lá.

9.2.6. Entrevista com Tercio Viola voluntário da rádio comunitária GESOM

PERGUNTA: Como se chama?

Resposta (TV): Tercio José Viola.

PERGUNTA: A quanto tempo esta na rádio comunitária Gesom?

Resposta (TV): Desde 2015.

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio comunitária Gesom relativamente as outras rádios que operam na cidade de Chimoio?

Resposta (TV): Neste sentido diria que a rádio Gesom é uma rádio que a prior tendo carácter comunitário é acessível comparativamente a Rádio Moçambique e SIRT porque quando se olha normalmente para a Rádio Moçambique achamos que é uma rádio que esta fora do nosso alcance particularmente para a rádio Gesom é acessível.

PERGUNTA: Como chegou a rádio comunitária Gesom?

Resposta (TV): Cheguei a rádio comunitária Gesom a convite de uma colega de turma Eugenia Monte ela fazia alguns programas então, nos desses dias estávamos aqui na faculdade e eu acabei exibindo espécie de um relato então ela disse tem boa habilidade porque não quando fazes e demonstra o teu talento ca entre nos fica parecer que não estas a fazer nada, por isso vamos visibilizar esse talento, eu disse como visibilizar, podes ir a rádio e achei que na rádio seria complicado, quando cheguei lá disseram que o programa desportivo ainda deveria falar com o responsável, então por ser alguém que gostava de fazer a rádio não porque já teria feito mais sim existia essa vontade, então acabei fazendo um programa que era Rádio Novela, então foi ai onde entrei na rádio e comecei a fazer rádio novela.

PERGUNTA: Participa no desenho dos programas da rádio se SIM, de que forma, se NÃO quem é o responsável pelo desenho dos programas?

Resposta (TV): Não participei na elaboração do programa porque comecei no meio, mas depois venho fazendo outro programa que faço até hoje junto dos outros colegas que é o programa PENÁLTI programa desportivo, este também não foi na integra participar na elaboração, mas em parte participei porque o programa não ia ao ar quando chegamos,

nos que reactivamos o programa então nessa reactivação acabamos desenhando certos moldes como o programa teria de ser feito , quem deia ser os apresentadores, quais são os conteúdos que deveriam passar no programa, então acabei participando nesse sentido.

PERGUNTA: Tem conhecimento de alguns programas desenhado pela comunidade que tem em vista a promoção da gestão participativa dos bens públicos?

Resposta (TV): Não tenho conhecimento.

PERGUNTA: Como avalia a relação entre a rádio comunitária e o município da cidade de Chimoio?

Resposta (TV): Pode-se verificar em boa parte em termos desse relacionamento pode ser de independência pela rádio ser de carácter voluntária ou os voluntários não auferirem salário então a rádio acaba sendo dependente do município para certas actividades, mas também em parte pode ser troca de serviços em que o município tem algumas publicidades, anúncios faz passar na rádio, então estaríamos perante a troca de serviços, mas também podemos ter a situação de irmandade ou troca de favores quando ambos tem interesse promovem uma determinada coisa, caracterizo nesse sentido o relacionamento entre estes dois órgãos.

PERGUNTA: Conhece um programa produzido em parceria entre o conselho municipal e a rádio Moçambique? Se Sim, qual e como é coordenado?

Resposta (TV): Não sei, não tenho conhecimento de um programa especificamente produzido que conta com a participação directa do município na rádio nesse sentido não tenho conhecimento.

PERGUNTA: Tem participado na sua comunidade em debates sobre a gestão compartilhada de bens públicos?

Resposta (TV): Participar tenho, mas informar amigos e pelo facto de estar na rádio se calhar por ser único na minha zona para não dizer no meu bairro que tem frequentado a rádio, então os órgãos da comunidade acabam vendo como uma pessoa muito achegada a

rádio e acabam perguntado certas coisas e nesse sentido entra a discussão. Mas sim tenho presenciado certos debates apesar de informar e não visibilizar essas ideias.

PERGUNTA: Dos programas radiofónicos produzidos pela rádio comunitária qual ou quais que mobilizam as comunidades a participar na gestão municipal?

Resposta (TV): Poderia aqui dizer que tem um programa que é a Voz do Povo é um programa que estimula população a participar apesar de não ser na sua plenitude estimula sim a participar não de forma directa, mas a participarem em termos de ideias ou a comunidade faz o uso do telefone para dizer qual é a sua visão tudo mais, apesar de não ser na plenitude em parte acaba contribuído deste modo para a participação da comunidade naquilo que é a gestão da coisa pública.

PERGUNTA: Sendo a cidade de Chimoio igual as outras cidades moçambicanas em que o grau de analfabetismo é elevado esse programa tem incluído a outra parte da comunidade que não sabe a língua portuguesa?

Resposta (TV): A prior diria que não e incluso, se é a língua portuguesa os termos são técnicos e pautando desse princípio que boa parte da população da cidade não sabe escrever a própria língua portuguesa, vamos falar da própria língua podem até compreender mas sente-se inibido de participar não tem com o participar porque não se expressa nos moldes em que o programa é difundido, exactamente esse acaba sendo um obstáculo para a comunidade.

PERGUNTA: Como jornalista e locutor o que tem feito para que a rádio comunitária seja uma rádio que promova a gestão compartilhada do município e da própria rádio, isto é, quando tomamos as duas entidades como bens públicos que prestam serviço ao público?

Resposta (TV): Como jornalista e um dos membros é reportar assuntos que dizem respeito a própria comunidade ao reportar esses assuntos temos os que dizem respeito a comunidade seja de insatisfação eles acabam invocando aí certas entidades que devem responder a esta população particularmente estamos a falar de Município, por exemplo a

população possa reclamar mau estar das vias, do lixo quando reportam aquela situação tenho que veicular a informação antes de obedecer as famosa regra do ouro, envolver a outra parte tenho que ouvir o município ai o município estará a dar uma resposta a comunidade neste sentido estaria a fazer entender que a comunidade é importante quando se faz sentir na rádio, quando escuta suas opiniões a sua insatisfação a ser respondida por uma entidade que eles não tem acesso imediato, acaba sendo também uma mão aberta uma ajuda ou o papel que desempenho no sentido que a comunidade participe na gestão da coisa municipal.

PERGUNTA: Tem ideia de que a comunidade participa na gestão da rádio comunitária? Se SIM, como e de que forma?

Resposta (TV): É uma questão pouco complicada porque não iria aqui encontrar um meio termo directo para justificar de como realmente a comunidade participa nas atividades .

PERGUNTA: A comunidade tem a possibilidade de eleger os dirigentes da rádio comunitária?

Resposta (TV): Iria dizer não. Mas já argumentado em seguinte sentido pelo que eu sei a rádio comunitária é uma rádio da comunidade para a comunidade em termos burocráticos, em termos administrativos, porque existe uma Assembleia. Existe lá um Conselho Directivo que é eleito pela própria Assembleia pelos estatutos e assuntos administrativos é uma rádio comunitária mas fazer-se sentir presença física da própria comunidade diria que não, não consigo enxergar isso, o conselho directivo é eleito dentro da Assembleia o facto de participar da assembleia os colaboradores e nem todos os colaboradores fazem parte directamente da comunidade e por aquilo que é a rádio Gesom boa parte dos colaboradores só são colaboradores residem cidade de Chimoio, não porque em algum momento estão compromissados com aquilo que é a causa da cidade de Chimoio, ora vejamos a rádio comunitária Gesom tem maior participação de estudantes da Escola Superior de Jornalismo, tanto das outras instituições esses estudantes estão de passagem é diferente de um colaborador residente num determinado bairro que conhece

os problemas daquele bairro esta preocupado com aquilo a anos, então a uma diferença este só vai fazer o seu papel porque esta na rádio esta de passagem, quer uma ocupação é diferente ter um cidadão radical aquele que sente realmente as coisas e ele sabendo que é membro residente num determinado bairro tem ideia de que o bairro 3 de Fevereiro esta passar por mesmas situações, estes se realmente fossem directos colaboradores da rádio, acredito que muita coisa poderia mudar assim a comunidade poderia participar de forma directa.

PERGUNTA: Tem liberdade de produzir programas para a comunicação e mobilização social da comunidade para a gestão compartilhada de bens públicos?

Resposta (TV): Aqui há duas possibilidades, primeiro sim existe uma grelha que nos temos que nos expressar dentro daquela grelha e temos que dizer que sim queremos produzir este programa que já esta na grelha, propor até podemos propor, só que a dificuldade apesar de não permitir assim ca de fora ver colegas a ter iniciativas de gestão municipal mas dos outros programas, consigo ver a realidade temos enfrentado algumas dificuldades, quando queres propor um programa fora do que esta na grelha tem que justificar o porquê do programa e tudo mais então ainda não tomei essa iniciativa se calhar também porque existe um medo latente porque quando você chega diz que eu quero propor que faça com que a comunidade participe na gestão municipal a prior está dizer que não há melhor gestão municipal, então nos estamos a lidar directamente com entidades de forma directa ou indirecta possa prejudicar, então acabo ter esse medo não sei se e medo do colaborador e quando mais for um que não faz parte da coordenação, não é um colaborador pode ter algumas dificuldades, mas a liberdade pode existir mais terá que ser no sentido filosófico e no sentido documental, mas assim prática é complicado.

PERGUNTA: Em linhas gerais como defines uma rádio comunitária?

Resposta (TV): Uma rádio comunitária deve ser da comunidade feita pela comunidade para a comunidade tem que ter conteúdos que reflectem o carácter comunitário, na verdade o comunitário podemos entender em diversas perspectivas no país, no continente e tudo mais, mas estamos a olhar o comunitário no âmbito municipal tomado exemplo da

rádio Gesom, esta dentro da cidade de Chimoio, então uma rádio comunitária dentro deste raio terá que ser não que esteja proibida de noticiar acontecimentos fora deste raio pode sim até informações internacionais desde que tenham impacto directo na vida da própria comunidade eu entendo uma rádio comunitária nesse sentido uma rádio comunitária deve ser o advogado da população, advogado da própria comunidade é aquela que deve facilitar a comunicação com os órgãos políticos ou administrativos entre a comunidade e os órgãos deve ser aí um elo.

PERGUNTA: Acredita que a comunidade de Cidade de Chimoio tem a voz na gestão da rádio comunitária neste momento?

Resposta (TV): Seria em pouca percentagem, ou seja um número insignificante, isto porque temos que entender que a comunidade só tem voz quando é dada a atenção. O ter voz não basta simplesmente a comunidade falar. Falar todo mundo pode falar resta saber se o que fala realmente causa impacto naqueles que são os nossos dirigentes ou não, tantas vezes agente ou não, se o bairro X por exemplo carece de problemas X o município faz descaso disso, mesmo que o jornalista tenha dado voz, aqui a voz não deve ser simplesmente do jornalista, temos que dizer que a comunidade tem voz quando aquilo que eles dizem realmente causa um impacto ou os órgãos políticos possam parar e dizer realmente estamos a receber uma pressão, pressão num bom sentido aí sim diríamos que tem voz, a olhar nesse sentido diria que não tem voz de uma forma significativa.

PERGUNTA: Qual é a rotatividade da gestão da rádio, estamos a falar dos coordenadores, mobilizador. Existe uma mobilidade ou desde que a rádio foi criada os dirigentes continuam sendo os mesmos?

Resposta (TV): Desde que entrei até aqui a estrutura continua a mesma, por ter uma Assembleia obedecem a certos estatutos, então devem estar na vigência do seu próprio mandato, o conselho directivo que encontrei, mobilidade existe de forma formal ou documental porque temos lá o coordenador, administrativo, mobilizador, mas na pratica na essência essa actividade poderia até dizer que não se faz tanto sentir porque para ser sincero desde que entrei na rádio ainda não vi um que se diz que é da comunidade saiu de

casa vem directamente fazer um programa que interessa a comunidade, se esta ai porque tem um interesse pode não ser revelado por exemplo estou na cidade de Chimoio desde a minha nascença em 1997 daqui para cá estou a fazer um programa do meu gosto, a Escola Superior de Jornalismo tive a oportunidade de conhecer alguém e fui para lá, então ainda não vi alguém que disse sai de Francisco Mayanga e vai para rádio porque sentiu-se mobilizado, então se calhar há essa falta de mobilização, para termos as características das pessoas que devem fazer a rádio e que possam contribuir para a rádio preenchendo certos requisitos.

PERGUNTA: Qual é o seu papel na gestão da rádio comunitária?

Resposta (TV): Não iria-me reduzir em dizer que não tinha nenhum papel, tenho sim um papel mesmo de forma indirecta ou directa porque quando temos tido reuniões de assembleia todos temos a liberdade de expormos aquilo que são as nossas ideias e opiniões é neste fórum em que monstro a minha pertinência, porque quando estamos reunidos em assembleia, na assembleia funciona a democracia a minha ideia pode impactar de forma negativa ou positiva tenho algum papel , pese embora desde que estou na rádio tenha um papel assim de referência de uma determinada, mas desde que lá estou nos programas que produzo estamos na redacção, mas sim diria que participo na gestão da rádio, não poderia afirmar de forma categórica que é a cem por cento e existem certas pessoas indicadas que devem realmente velar pela gestão da própria rádio.

PERGUNTA: No seu ponto de vista a rádio comunitária GESOM depende do município da cidade de Chimoio para o seu funcionamento?

Resposta (TV): Acredito que sim, porque mesmo que a rádio tenha espaço de publicidade, queria primeiro explicar um sentido que se diz que a rádio comunitária não deve ter fins lucrativos e a rádio Gesom quando tem espaço de publicidade e anúncios quando cobra não estaria a fugir do comunitária, estaria a fugir se usasse o dinheiro para fins pessoais, mas se colectar o valor para administração ou gestão da própria rádio ai sim estaria dentro de um comunitário, numa primeira impressão é isso que acontece, então se depende do Município só que esta dependência ca de fora poderei não afirmar de forma

categorica que existe uma dependência estamos a dizer de que existe uma rádio feito por voluntários sem nenhum salário então, depende basicamente, materialmente, existe sim um grau de dependência por parte da rádio.

PERGUNTA: Acredita na independência editorial da rádio comunitária na produção de conteúdos na elaboração de programas do município?

Resposta (TV): É uma questão meio difícil de responder, porque desde que estou na rádio aquilo que se diz dificilmente se mostrana linha editorial, assim que o nosso estatuto editorial é este, mas acontece que dentro das actividades nos devemos nos expressar dentro da filosofia, a filosofia que vai nos mostrar que olha a linha editorial acaba sendo essa não aquela que você pensa ainda não tenho essa liberdade, essa oportunidade de ser apresentado qual é a linha editorial então nesse sentido é de que a linha editorial da rádio pode ser aquela de não ferir directamente com a sensibilidade do próprio município; já estaríamos a entrar em questões politicas não sei se diria que tenho a felicidade ou a infelicidade de ter muita inclinação com conteúdos desportivos porque em algum momento acaba não ferindo com aquilo que é a gestão municipal mas na dependência que já evoquei existe sim um grau de dependência da rádio para com o município.

PERGUNTA: O facto de estarem a funcionar nas instalações do Município isso de alguma forma impacta na própria programação da rádio ou nem por isso?

Resposta (TV): É óbvio que isso impacta sim porque essa justificação já vinha dando estar a funcionar nas instalações do município e se as instalações pertence ao município os conteúdos produzidos pela própria rádio não podem denigrarem aquilo que é a imagem do município, porque a rádio esta na posição de dependência terá que expressar-se dentro da vontade que é o próprio município por ter dado espaço, isso acaba tendo impacto directo naquilo que é a gestão da rádio.

PERGUNTA: Como tem sido a participação da comunidade no programa que você coordena?

Resposta (TV): A participação da comunidade não por estar a produzir mas importa dizer que é positiva, entrei na rádio em 2015 e antes fazia rádio novela e depois passei a fazer o programa vida saudável como minha colega Paulina morteiro mas em termos de participação, não abríamos espaço para a comunidade mas depois parou-se com este programa por questões de agenda já não conseguíamos gerir Escola e tudo mais, então a abordagem que faço do Programa PENÁLTI existe sim a participação da comunidade na medida em que agente abre as linhas telefónicas dizendo que hoje o programa vamos trazer um convidado, abrimos as linhas telefónicas do principio até ao fim a comunidade quer participar o tema desporto mexe com a parte da comunidade e não define a faixa etária, adolescentes, jovens e adultos e idosos participam no programa, então essa participação telefónica é que nos faz afirmar que a comunidade participa naquilo que é o andamento do programa, mesmo as fontes para o programa desportivo tem sido as fontes comunitárias para o programa desportivo.

PERGUNTA: Quais os desafios que a Gesom enfrenta hoje para ser uma rádio efectivamente comunitária que abara espaço a participação das comunidades na sua gestão?

Resposta: Bem desafios podem ser vários mais terei que destacar alguns, primeiro desafio é de qua a própria rádio deve ser independente, já vinha dizendo de que por estar a funcionar nas instalações do município tem realmente uma dependência, se a rádio for independente terá a autonomia de produzir certos programas não de atacar negativamente o município, mas terá uma credibilidade em produzir esses programas com a participação do próprio município para a gestão da coisa pública, depois dessa independência terá que haver boa vontade dos dois órgãos o município terá que mostrar que quer transparência na gestão da coisa pública e a rádio terá que mostrar que tem compromisso com o público que é uma rádio de carácter comunitário então nesse sentido, poderia se produzir programas que realmente visam atender aquilo que são os asseios da própria comunidade, não que actualmente não existe esses programas.

Na minha maneira de ver deve-se mudar aquilo de que uma rádio comunitária é de carácter voluntária sim, a rádio é feita por pessoas desde o momento que estou na rádio estou bem não tenho salário , deve existir um estímulo para que eu esteja comprometido

com a sociedade. A falta de meios circulantes, crédito todos esses elementos acabam limitando o funcionamento da própria rádio, então na minha maneira de olhar é uma rádio comunitária é feita por voluntários e nada obsta que haja um incentivo financeiro, moral já existe acaba não satisfazendo aquilo que é o espelho físico porque o tempo dos próprios fazedores, porque não havendo esse estímulo financeiro muitos vão a rádio como *outsaide* faço a rádio nos meus tempos livres porque se existir uma outra preocupação irei para outros lugares onde terei benefícios do que realmente estar na rádio, então é preciso estarem superadas essas dificuldades e que haja mais uma vez uma gestão que todo mundo possa perceber, não faz sentido estando na rádio comunitária sou colaborador desde 2015 tenho enfrentado certa dificuldades de como é feita a gestão. O outro desafio que é fundamental não olhem a rádio comunitária como se fosse de esquerda ou da oposição, olhem a rádio comunitária como um espaço para promoção da cidadania, a rádio comunitária é um meio que vai materializar a nossa democracia.

PERGUNTA: O que a rádio tem feito para fazer perceber a comunidade que na verdade a rádio é da comunidade?

Resposta (TV): Tem se dito que a rádio é da comunidade, informando a comunidade na participação, mas não basta dizer que a rádio é da comunidade estamos aqui para servir a comunidade é preciso que se crie meios que tem maior eficácia que a própria comunidade sintam-se que a rádio é nossa, se não existirem esses meios em nenhum momento a comunidade irá se sentir que esta rádio realmente para nos servir mesmo que se diga de 1 a 30 que a rádio é da comunidade fica para a comunidade vai ser simplesmente um silogismo filosófico, mas na prática não irá se materializar, deve haver mecanismo que faça com que a comunidade se sinta realmente que essa rádio é nossa.

PERGUNTA: A falta de eleição do corpo directivo não pode ser um dos factores que cria a distância entre a própria rádio e a comunidade?

Resposta (TV): Pode ser pelo facto de existir sistema de representatividade que não está a ser bem interpretada. Pelo conhecimento que tenho o presidente da assembleia que é o pastor Madeira não faz parte directamente da rádio é alguém que é tido como da

sociedade civil ou representa a comunidade, por outro lado existem certas pessoas que são apelidados de amigos da rádio resta saber qual é o critério que se usa para eleger estes como amigos. Também é necessário que se clarifique como é eleito o presidente da assembleia da raádio. Para além do Presidente da Assembleia da Rádio penso que deve haver clareza na eleição dos representantes da própria comunidade. Se isto for seguido ai sim podemos dizer que a comunidade está representada na Rádio e isso pode trazer o sentido de pertença.

9.2.7. Entrevista com Silvia Urena, Jornalista voluntária da RCG

PERGUNTA: Como se chama?

Resposta (SU): Silva Pedro Urena

PERGUNTA: A quanto tempo esta na rádio Gesom?

Resposta (SU): A mais ou menos 3 anos.

PERGUNTA: Nesses 3 anos como caracteriza a rádio comunitária comparada as outras rádios como a RM e a SIRT?

Resposta (SU): A rádio Gesom é muito dependente da ajuda externa diferente da Rádio Moçambique (RM) por exemplo, a rádio Gesom não têm muitas condições económicas, têm muitas deficiências também de material que usa quanto a própria estrutura como rádio, próprio espaço. Quanto a Rádio Moçambique e a Rádio Gesom , a rádio Gesom também gosta de ser como a Rádio Moçambique as vezes esquece-se sempre do que deve fazer que é trabalhar para a comunidade, tenta fazer aquilo que a rádio Moçambique faz, se a Rádio Moçambique hoje esta falar com governador a rádio Gesom também quer estar a falar com o governador, esquece-se que deve falar da comunidade para poder deixar as inquietações de que a comunidade tem suas inquietações para dar ao governador a rádio Gesom não faz isso, agora a rádio Gesom esta mais virada para aquilo que a rádio Moçambique esta a fazer.

PERGUNTA: Participa do desenho dos programas da rádio, se SIM de que forma? Quem é o responsável pelo desenho dos programas?

Resposta (SU): Não participo, os que tenho participado tem o coordenador tem os mobilizadores, a administrativa, tem os chefes de emissões e têm alguns chefes, chefes da redacção, nós as vezes recebemos os planos como por exemplo eu tenho um programa aos sábados, recebi o plano através do chefe das emissões, ele é que desenhou o programa e deu-nos um plano anual do programa, então nós não desenhamos nada, apenas temos os temas e depois damos seguimentos aqueles temas, investigamos e trazemos os programas e realizamos.

PERGUNTA: Tem conhecimento de algum programa desenhado pela comunidade que tem em vista a participação destes na gestão compartilhada do Municipal?

Resposta (SU): Na verdade, existe um programa só que foi desenhado pela própria rádio, o programa a voz do povo, esse programa passa nas terças-feiras anoite tem a participação de alguns dirigentes ao nível da província e abrem linhas para que a comunidade comece a participar, só que o programa em si foi desenhado com a rádio não foi a comunidade que esteve lá.

PERGUNTA: Como avalia a relação entre a rádio comunitária e o município?

Resposta (SU): É uma relação de dependência, visto que a rádio Gesom precisa muito de apoio e eles mostram que realmente precisam desse apoio ao município, mesmo para a participação nos assunto de interessa da comunidade se o município não participar o programa vai a baixo.

PERGUNTA: Existe algum programa produzido entre a rádio comunitária e o município, se SIM, como é coordenado ?

Resposta (SU): Existiam alguns, tem um programa que estava activo que o programa tranquilidade rodoviária, não foi bem o município, mas foi a polícia que eles queriam

alertar a comunidade sobre as formas de agir na estrada, sobre as regras que devem seguir e o que devem fazer.

PERGUNTA: Tem participado em fórum que discutem a questão da gestão compartilhada de bens públicos ao nível da comunidade que faz parte?

Resposta (SU): Não tenho participado muito, não tenho participado.

PERGUNTA: Dos programas radiodifundidos pela rádio comunitária qual ou quais mobilizam a comunidade a participar na gestão municipal?

Resposta (SU): A gestão municipal na verdade tem alguns, como já tinha dito, talvez estão parados temos um que falava sobre o saneamento do meio esta também parado, através do programa os munícipes nesse caso participavam e davam seu contributo sobre como deve ser gerido o lixo os resíduos sólidos ao nível da cidade, também tem o programa juvenil por exemplo o programa que tenho participado ali além de se trazer temas antes tinha aquela prerrogativa de haver opiniões, e dava-se a oportunidade do ouvinte dar a sua opinião de acordo com os temas.

PERGUNTA: Como jornalista locutor o que tem feito para que a rádio comunitária seja uma rádio que promove a gestão compartilhada do município e da própria rádio?

Resposta (SU): Primeiro promoção do município, uma das coisas que eu tenho feito, as vezes não temos tido uma reunião de pauta tal dita, quando eu saio de casa tento ver quais são as zonas que eu ainda não visitei, até digo me identifico muito com o jornalismo social porque eu vou lá ter com a comunidade através disso a comunidade vai lá diz-me quais são os desafios, os problemas que a comunidade tem enfrentado, então através dai eu vendo aquela dificuldade vou lá ter com o município e o município vai dar sua opinião quanto aquilo como e que poderá resolver o tal assunto , então como jornalista acho que do jeito que eu tenho exercido ir ao encontro da população é a forma que eu acho que tenho desenvolvido o município.

PERGUNTA: A comunidade participa na gestão da rádio comunitária? Como e de que forma?

Resposta (SU): Na verdade eles não tem participado, tem algumas pessoas que já foram para lá para visitar a rádio, para ver como a rádio funciona mas para fazer parte são poucas, as pessoas que vão para lá na verdade aquilo terá alguma remuneração e algumas acabam desistindo, esperavam que a rádio pudesse dar algum subsidio em si, mas a participação deles ainda, eles na verdade tem aquela interacção ao logo do programa assim e por vezes quando fazem essas vistas não tem feito muitas coisas.

PERGUNTA: Tem liberdade de produzir programas para comunicação e mobilização social da comunidade na gestão compartilhada da rádio como do Município?

Resposta (SU): Poderia ter essa liberdade se o programa fosse de acordo com o estatuto, programas que estão na linhagem da rádio vem desposto se não ter haver com aquilo que esta estatuído eu não poderei criar um programa por exemplo de entretenimento, o que que a rádio vai ganhar com isso, é a promoção da música, tem que trazer algo para rádio e para a comunidade, não deve ser simplesmente um programa, deve ser algo que também trás a identidade da rádio.

PERGUNTA: A comunidade tem voz na gestão da rádio comunitária?

Resposta (SU): Através da interacção a comunidade diz alguma coisa porque tem vezes em que dizem que por exemplo quando nos formos a falar de um programa que tem aver com HIV/SIDA estamos a falar de um programa de saúde, introduzimos o programa e o tal tema não é um programa juvenil assim em aberto, se a comunidade começar ai a mostrar que tem muito anseio que aquela coisa falasse mais depois da sua opinião ter pode se criar programas, através da participação no programa a voz do povo foi se criando o programa segurança rodoviária porque, porque muitos já reclamavam a postura dos motoristas ao logo das estradas, então voltavam a ser activo com o programa segurança rodoviária.

PERGUNTA: Qual é o seu papel na gestão da rádio comunitária?

Resposta (SU): Na verdade como alguém que faz parte da rádio Gesom não tenho um papel muito propendera-te, simplesmente estou lá como jornalista e locutora, quanto a gestão não tenho muito.

PERGUNTA: Em linhas gerais o que é uma rádio comunitária para você?

Resposta (SU): Uma rádio comunitária é aquela rádio que trabalha para a comunidade, aquela que vai atrás de assuntos que inquietam a comunidade e traz a tona para que o município por exemplo possa ver e possa resolver, um dos assuntos que eu pude perceber durante semanas, as ruas esburacadas no bairro centro hípico, falou-se tanto de buracos que o Município com uma pá escavadora tapou aqueles buracos, então a rádio comunitária tem o papel de trazer todas as inquietações do povo para que o município possa saber e possa resolver além disso também tem o dever de divulgar as leis que o município for a trazer as novas mudanças para que os munícipes possam ter conhecimento dessas leis e dos seus direitos e deveres.

PERGUNTA: E nessa perspectiva, a rádio comunitária Gesom interlocutora no sentido de transmitir essa leis, estas posturas camarárias e algumas actividades que o município tem feito?

Resposta (SU): Sim, em parte tem feito isso porque as vezes recebemos aquelas cartas deles haverá uma divulgação de assuntos X então trazem aquelas convocatórias através daquelas convocatórias nos vamos para lá e trazemos o que o município disse, vamos até a comunidade primeiro ao município o que aconteceu e o que a comunidade achou das novas leis, então acho que a rádio desempenha esse papel.

PERGUNTA: No seu ponto de vista a rádio comunitária Gesom depende do município para o seu funcionamento?

Resposta (SU):Depende muito do município, tanto financeira, depende muito de verdade tanto para a sua existência financeiramente quanto para outras coisas porque as vezes o

município que trás algumas coisas como por exemplo o município vai ajudar na reabilitação da rádio, o município que vai ajudar na reabilitação na manutenção do material lá existente mesmo que existam técnicos lá, a matérias que serão precisos lá comprados novos então se o município foi a fazer, a rádio depende sim.

PERGUNTA: Essa dependência não condiciona a produção de programas radiofônicos de que sendo uma rádio comunitária é da comunidade se há problemas que a comunidade conta com ela o município, isso não condiciona?

Resposta (SU): Há uma autocensura sim por parte da rádio sim porque há assuntos quando são trazidos a tona terá certeza mesmo se ter certeza antes da divulgação deve-se saber o que o município diz, então quando se esta a ir atrás das informações nem que eu tenha a vontade de publicar o que o povo deve saber tenho que antes saber o que o município vai dizer porque se eu for a divulgar posso ser considerado um traidor por detrás disso, tenho que ter a certeza de tudo que esta a se falar.

PERGUNTA: Sendo assim acredita na independência editorial da rádio Gesom na produção de programas e conteúdo fase ao município ou a outros poderes públicos?

Resposta (SU): A outros poderes públicos porque mesmo na elaboração de programas espera-se que e for a se elaborar um programa espera-se de financiamento dessas entidades.

PERGUNTA: O programa que você coordena tem tido a participação da comunidade?

Resposta (SU): Eu tenho interagido através de linhas telefônicas mas agora o programa já não tem essa abertura também por causa do horário como produtores temos dificuldades para nos locomovermos não temos viaturas para viremos para ca eu estou no Centro Hípico e a rádio esta no bairro 04 e eu tenho que fazer aquele trajecto de noite a aquela vontade das pessoas em particular em participar do programa mas por causa do horário já não tem como, mas antes já não havia, abriremos as linhas no programa e em directo havia uma participação grande.

PERGUNTA: Qual é o programa que apresenta e espelha a realidade da comunidade ?

Resposta (SU): O programa que apresento é encontro juvenil em parte espelha a realidade quando temos assuntos que a comunidade entende, tem vezes que se traz assuntos que a comunidade não entende e a comunidade não interage então deveria se saber se isso é relevante a comunidade ou não tem assuntos que traz sim, por exemplo podemos falar de, da ultima vez falamos de datas comemorativas muitos já não gostam de participar, quer falar sobre os principais problemas que estão a efectuar a sociedade então as datas comemorativas não são importantes, traga assuntos que os apoquentam ai haver mais de 20 ligações mesmo um programa de 30 minutos então eu acho que depende do tema mas, vendo o plano que nos é dado a temas que não tem a haver com a comunidade.

PERGUNTA: Qual é o objectivo do teu programa?

Resposta (SU): O objectivo do programa é de alertar a comunidade para mudar de atitudes principalmente para jovens, o programa é mais direccionado aos jovens, nos queremos que os jovens mudem de comportamento disse que a sociedade esta perder aquela seiva neste caso, então o nosso programa tem o intuito com que os jovens possam voltar a ser aqueles que mobilizavam a comunidade o que não esta a acontecer.

Anexo 3.

9.3. Transcrição dos dados dos inquéritos aplicado as Comunidades do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio

Questionário para a mensuração da participação dos munícipes na gestão compartilhada de municípios e rádios comunitárias com vista ao desenvolvimento e a construção da cidadania municipal.

Estimado (a) Munícipe!

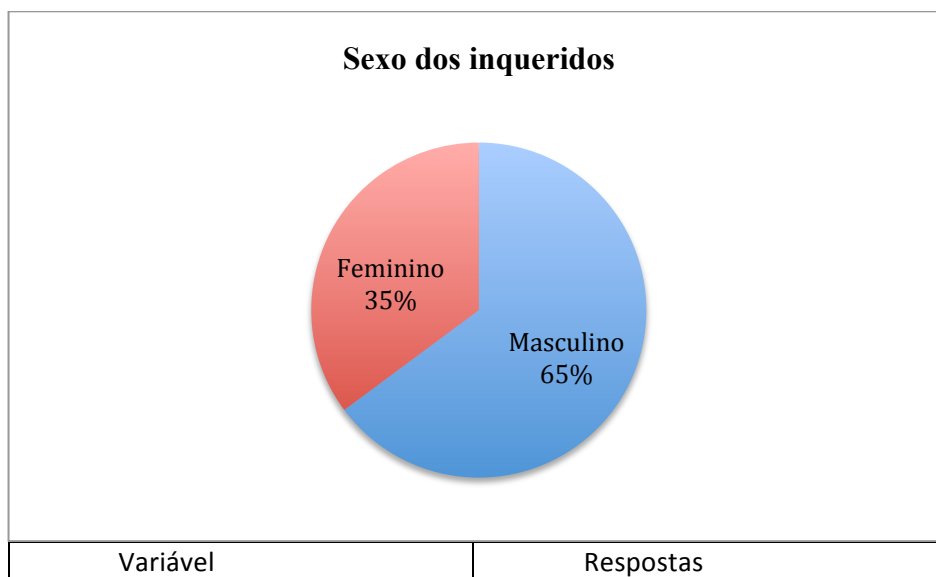
Este inquérito visa medir o grau de participação dos munícipes na gestão municipal e das rádios comunitárias e o seu papel no desenvolvimento tanto municipal como das rádios comunitárias com vista ao desenvolvimento municipal e a construção da cidadania municipal. O inquérito dá direito ao inquerido em não se identificar, salvaguardando a sua imagem.

Esperamos que responda de forma clara e objectiva as questões para facilitar a compilação e apuramento dos dados.

Aguardamos a sua contribuição.

Questionário

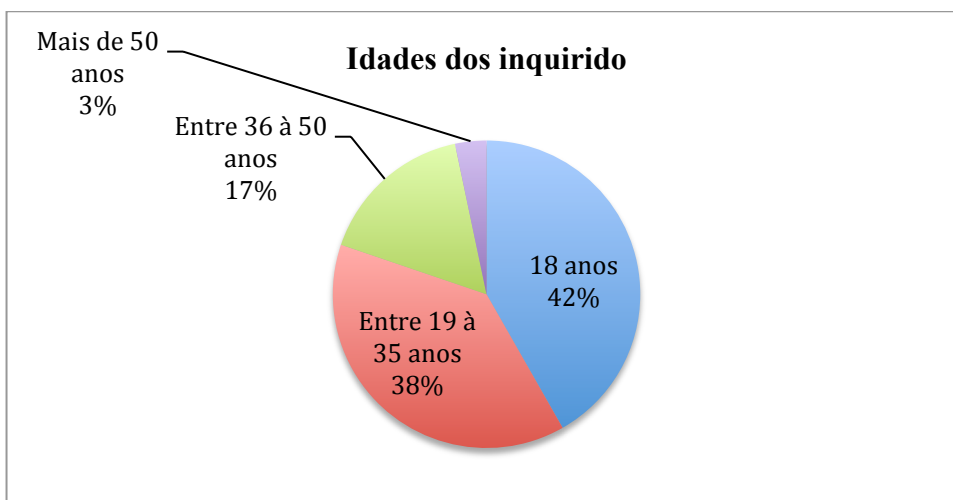
1. Sexo M F



Masculino	59
Feminino	32
Não responderam	0

2. Idade

- a) Menos de 18 anos
- b) Entre 19 à 35 anos
- c) Entre 36 à 50
- d) Mais de 50 anos

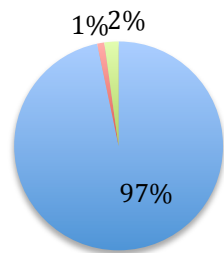


Variável	Respostas
18 anos	38
Entre 19 à 35	35
Entre 36 à 50	15
Mais de 50	03
Não responderam	00

3. É residente deste Município ? SIM Não

É residente deste Município?

■ Sim ■ Não ■ Não responderam



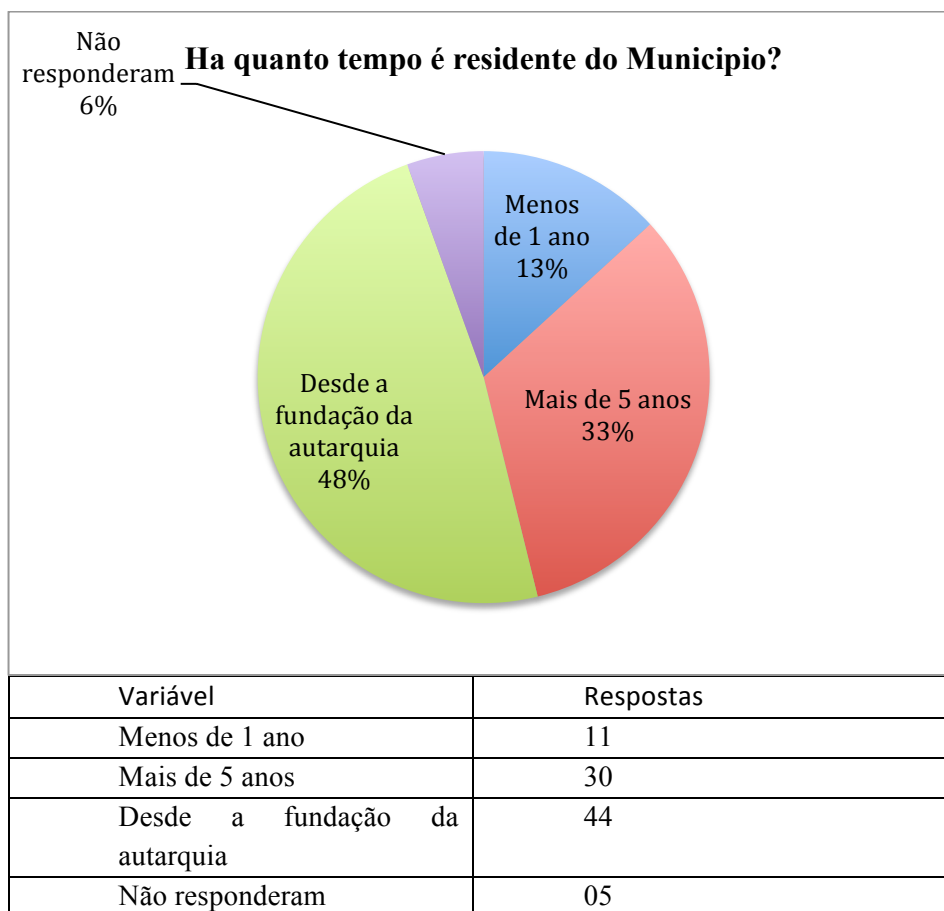
Variável	Respostas
Sim	88
Não	1
Não responderam	2

4. Há quanto tempo?

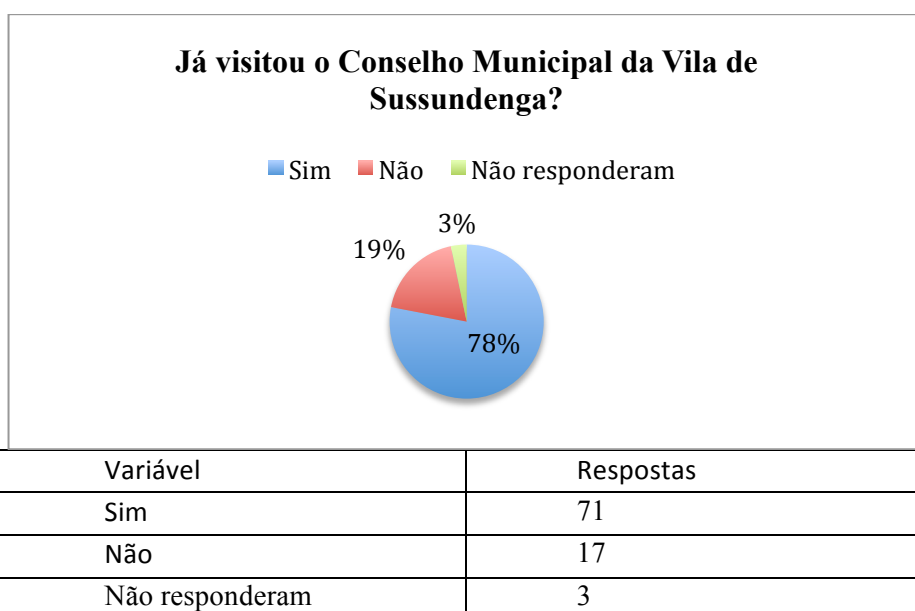
a) Menos de 1 ano

b) Mais de 5 anos

c) Desde a fundação do Município?

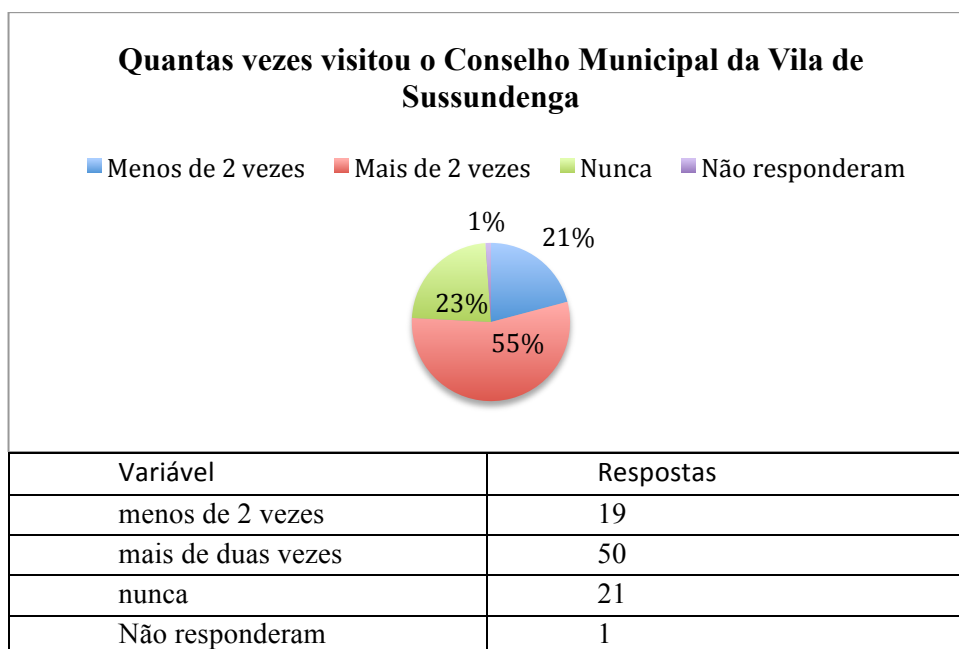


5. Já visitou Conselho Municipal da vila de Sussundenga? Sim Não



6. Quantas vezes visitou o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga?

- a) Menos de 2 vezes
- b) Mais de 2 vezes
- c) Nunca

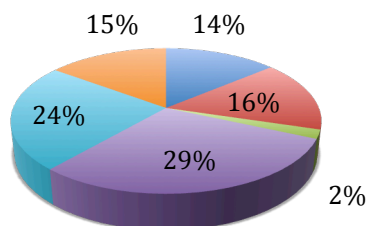


7. Qual é o serviço que lhe levou a visitar o Conselho Municipal da vila de Sussundenga?

- a) Fundo de iniciativa local
- b) Fundo Social
- c) Serviços Sociais
- d) Outros Serviços
- e) Pagamento de imposto

Qual é o serviço que lhe levou a visitar o conselho Municipal da Vila de Sussundenga?

- Fundo de iniciativa local ■ serviços sociais
- fundo social ■ outros serviços
- pagamento de imposto ■ gestão municipal



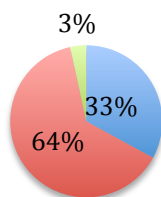
Variável	Respostas
Fundo de iniciativa local	14
Fundo social	2
Serviços sociais	16
Outros serviços	30
Pagamento de imposto	24
Não responderam	15

8. Participa para a formulação de políticas públicas municipais?

- a) Sim
- b) Não

Participa na formulação de políticas públicas municipais?

- Sim ■ Não ■ Não responderam



Variável	Respostas
Sim	29

Não	56
Não responderam	3

9. Que meios usa para se comunicar com o município?

a) Através de cartas

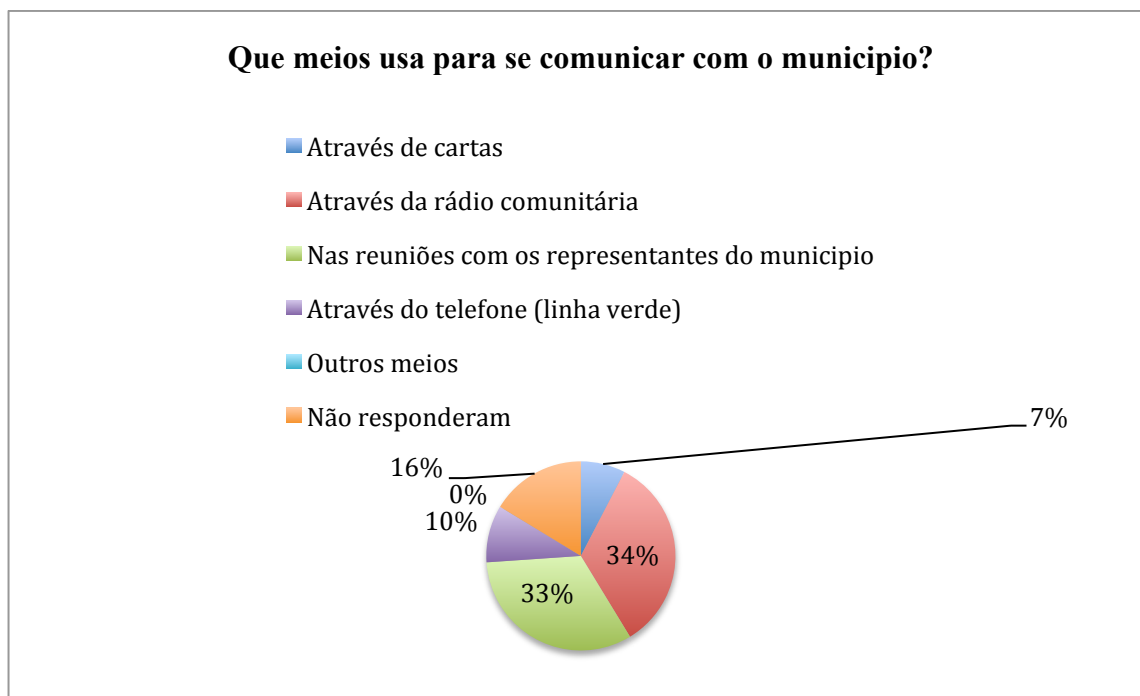
b) Através da rádio comunitária

c) Nas reuniões com os representantes do município

d) Através do telefone (linha verde)

e) Outros meios.

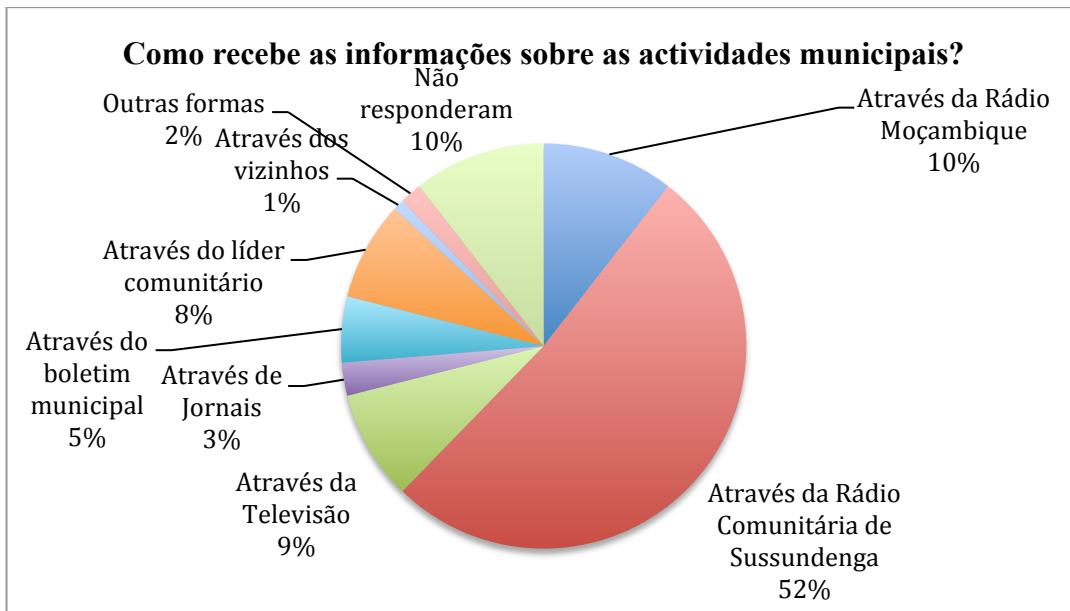
Quais _____



Variável	Respostas
Através de cartas	7
Através da rádio comunitária	31
Nas reuniões com os representantes do município	30
Através do telefone (linha verde)	9
Outros meios	0
Não responderam	15

10. Como recebe as informações sobre as actividades municipais?

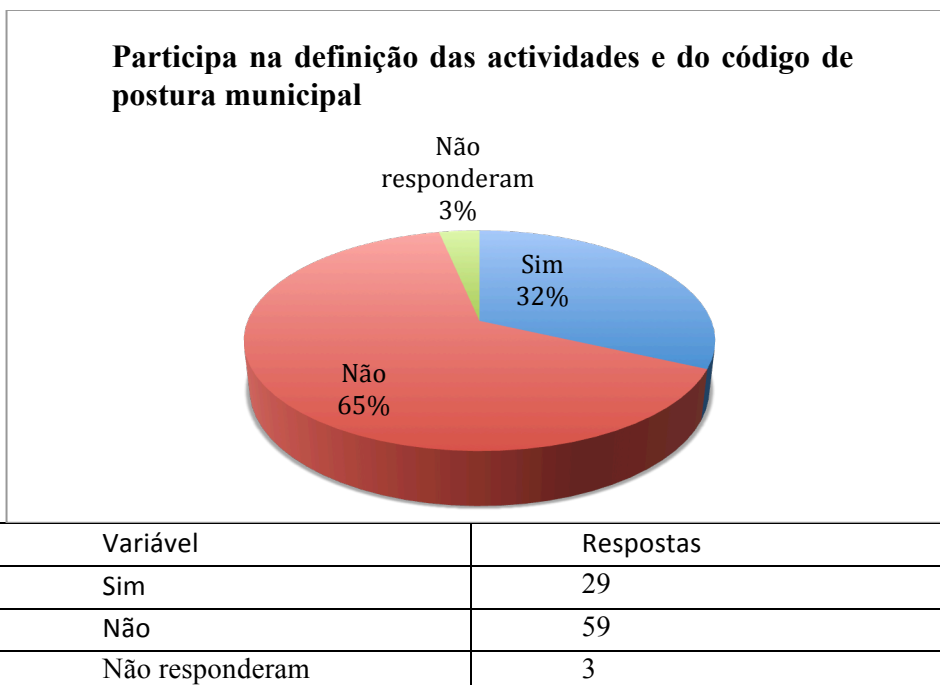
- a) Através da rádio Moçambique.
 - b) Através da rádio comunitária da vila de Sussundenga
 - c) Através da Televisão
 - d) Através de jornais
 - e) Através do boletim municipal
 - f) Através do líder comunitário
 - g) Através dos vizinhos
 - h) outras formas,
- quais. _____



Variável	Respostas
Através da rádio Moçambique	12
Através da rádio comunitária da vila de Sussundenga	59
Através da Televisão	10
Através de jornais	3
Através do boletim municipal	6
Através do líder comunitário	9
Através dos vizinhos	1
outras formas	2
Não responderam	12

11. Participa na definições das actividades e do código de postura Municipal?

- a) Sim
- b) Não

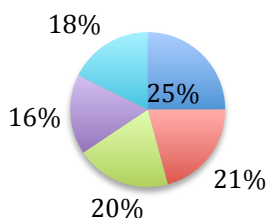


12. O que acha que o Conselho Municipal deve fazer de modo a criar espaços de participação dos munícipes na definição de políticas públicas municipais?

- a) Criar um Gabinete para atender assuntos relacionados com as políticas públicas
- b) Criar fóruns de participação municipal
- c) Divulgar mais as formas de acesso dos munícipes ao município
- d) Reduzir o processo burocrático

O que acha que o Conselho Municipal deve fazer de modo a criar espaços de participação dos munícipes na definição de políticas públicas municipais?

- Criar um gabinete para atender assuntos relacionados com as políticas públicas
- Criar fóruns de participação municipal
- Divulgar mais as formas de acesso dos munícipes ao município
- Reduzir o processo burocrático
- Não responderam



Variável	Respostas
Criar um Gabinete para atender assuntos relacionados com as políticas públicas	24
Criar fóruns de participação municipal	20
Divulgar mais as formas de acesso dos munícipes ao município	19
Reduzir o processo burocrático	16
Não responderam	17

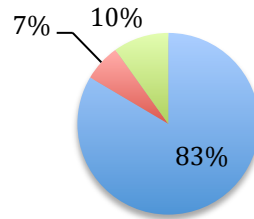
13. Sabe que o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga pertence a Comunidade?

a) Sim

b) Não

Sabe que o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga Pertence a Comunidade?

■ Sim ■ Não ■ Não responderam



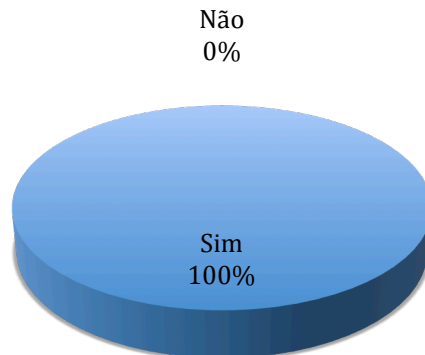
Variável	Respostas
Sim	76
Não	6
Não responderam	9

Quanto as rádios comunitárias

1. Conhece a rádio comunitária da vila de Sussundenga?

- a) Sim
- b) Não

Conhece a rádio Comunitária de Sussundenga?

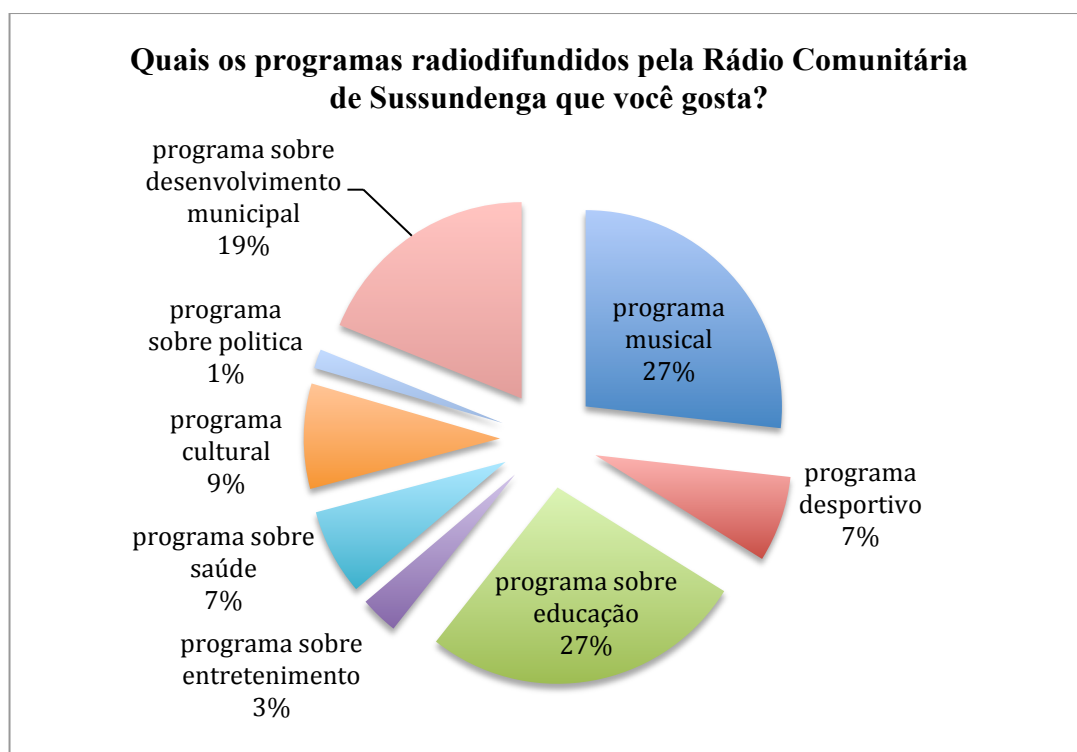


Variável	Respostas
Sim	100%
Não	0%

Sim	91
Não	0

2. Quais os programas radiodifundidos pela rádio comunitária que você gosta?

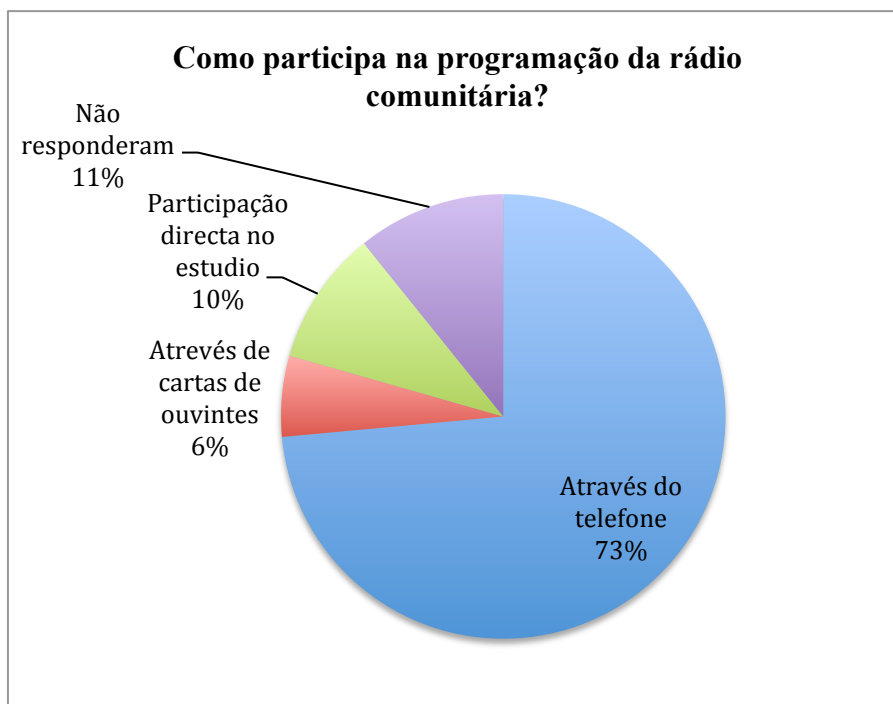
- a) Programa musical
- b) Programa desportivo
- c) Programa sobre educação
- d) Programa sobre entretenimento
- e) Programa sobre saúde
- f) Programa cultural
- g) Programa sobre política
- h) Programa sobre o desenvolvimento municipal



Variável	Respostas
Programa musical	34
Programa desportivo	9
Programa sobre educação	34
Programa sobre entretenimento	4
Programa sobre saúde	9
Programa cultural	11
Programa sobre política	2
Programa sobre o desenvolvimento municipal	24

1. Como participa na programação da rádio comunitária?

- a) Através do telefone
- b) Através de cartas de ouvintes
- c) Participação directa no estúdio da rádio

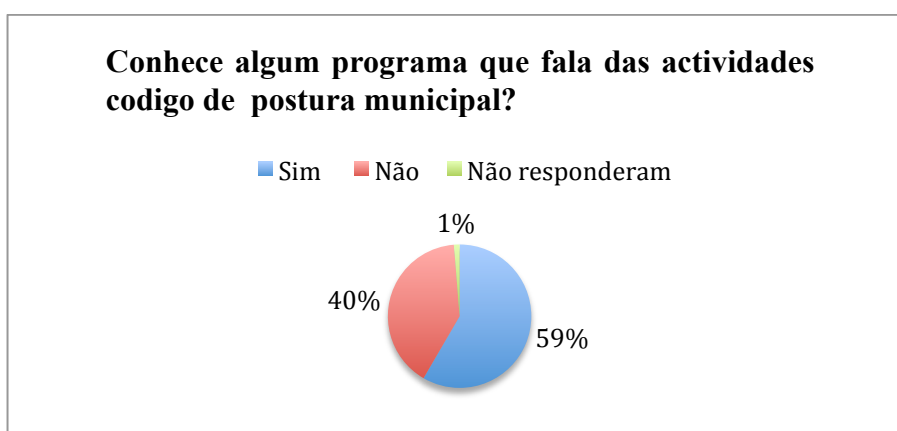


Variável	Respostas
Através do telefone	75

Através de cartas de ouvintes	6
Participação directa no estúdio da rádio	10
Não responderam	11

2. Conhece algum programa que fala das actividades ou do código de postura municipal?

- a) Sim
- b) Não



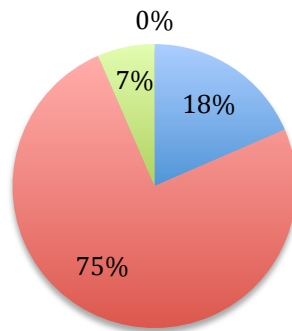
Variável	Respostas
Sim	52
Não	35
Não responderam	4

3. Participa na produção de programas da rádio comunitária?

- a) Sim
- b) Não

Participa na produção de programas da rádio comunitária de Sussundenga?

■ Sim ■ Não ■ Não responderam ■



Variável	Respostas
Sim	17
Não	69
Não responderam	5

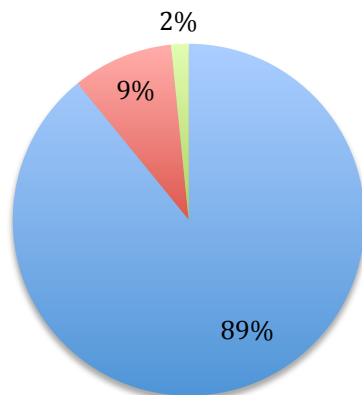
4. Sabe que a rádio comunitária pertence a comunidade?

a) Sim

b) Não

Sabe que a rádio comunitária pertence a comunidade?

■ Sim ■ Não ■ Não responderam



Variável	Respostas
Sim	77
Não	8
Não responderam	6

5. Conhece os gestores da rádio comunitária da Vila de Sussundenga

a) Sim

b) Não

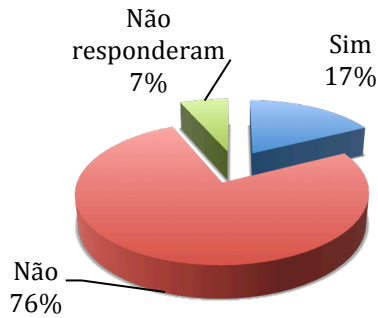
Variável	Respostas
Sim	58
Não	26
Não responderam	7

6. Participou da eleição desses dirigentes da rádio Comunitária de Sussundenga?

a) Sim

b) Não

Participou da eleição do comitê da comunidade para a gestão da rádio comunitária de Sussundenga

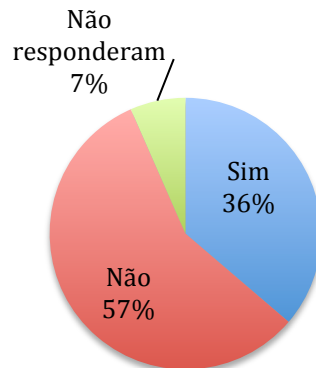


Variável	Respostas
Sim	
Não	69
Não responderam	

7. Conhece algum programa produzido pelo Conselho Municipal da Vila de Sussundenga que visa a estimular a participação da comunidade na gestão municipal.

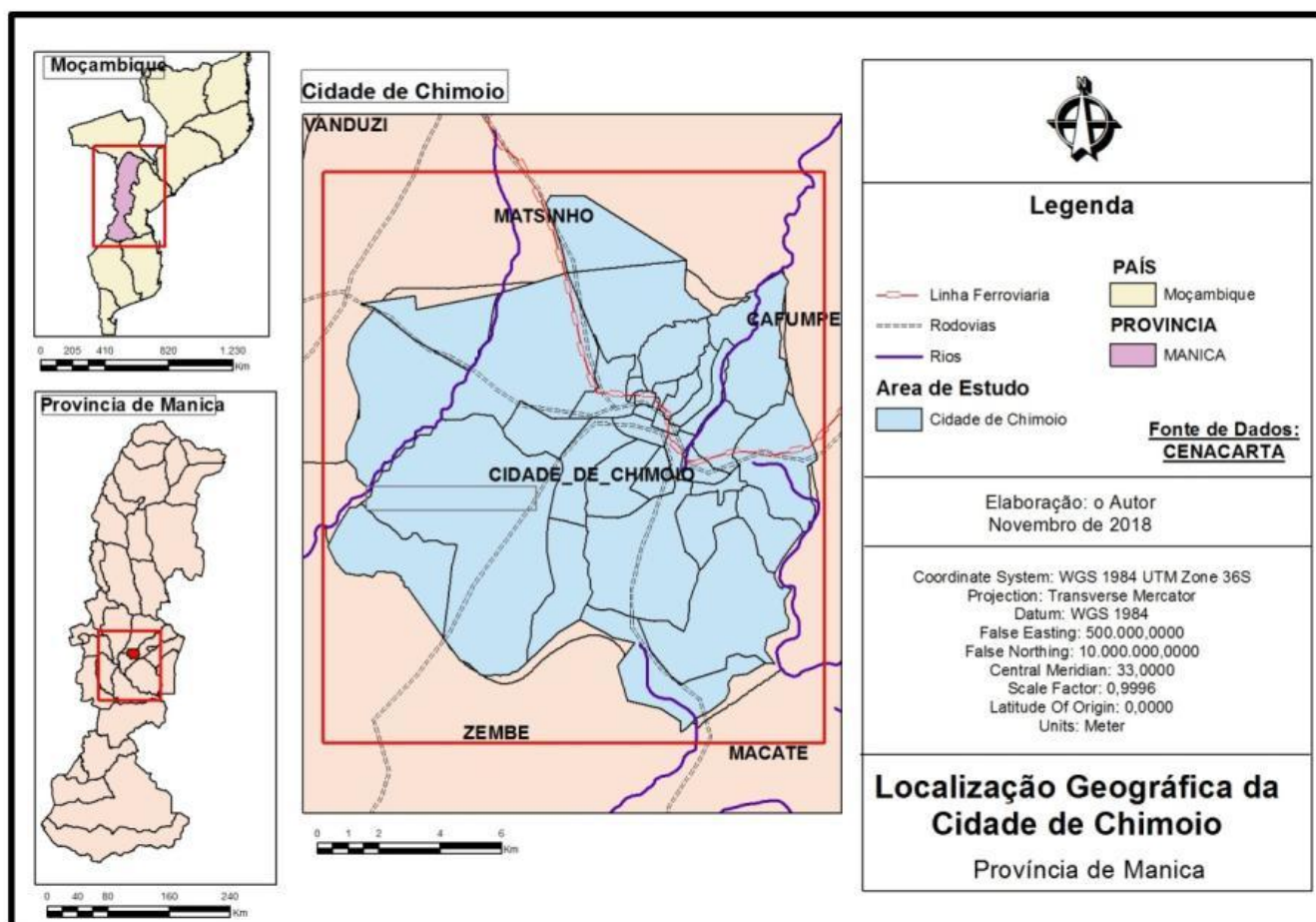
- a) Sim
- b) Não

Conhece algum programa produzido pelo Conselho Municipal da Vila de Sussundenga que visa estimular a participação das comunidades na gestão municipal?



Variável	Respostas
Sim	33
Não	52
Não responderam	6

Mapa descritivo do Conselho Municipal da Cidade de Chimoio



Anexo 4.

9.4. Entrevistas aplicadas aos membros do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga e dos membros da rádio Comunitária da Vila de Sussundenga.

9.4.1. Entrevista com o presidente do Conselho Municipal da Vila de Sussundenga: Venâncio Chacai Veremo

PERGUNTA: Como se chama?

Resposta (VV): Venâncio Chacai Veremo, presidente do conselho municipal da vila de Sussundenga resultado das eleições que tiveram lugar em 2013, município foi instalado no dia 07 de fevereiro de 2014, tomei posse e vereadores propostos tomaram posse, com 4 vereadores e presidente do conselho municipal.

PERGUNTA: Como é feita a participação dos munícipes na gestão municipal?

Resposta (VV): A participação dos munícipes na gestão municipal, primeiro depois da instalação do município e com o apoio e assistência da GIZ na província de Manica, e que o projecto também abrangeu a vila de Sussundenga foram instituídos os órgãos comunitários o que se chama de conselho consultivo municipal, que envolve 176 membros, este conselho consultivo municipal é representativo ao nível dos bairros e na instalação do município é constituído por 21 bairros cada bairro tem lá o conselho consultivo do bairro composto por 20 membros, são 21 conselhos consultivos dos bairros, e desses conselhos consultivos dos bairros foram eleitos alguns membros que fazem parte do órgão do conselho consultivo municipal somando um numero total de 76 membros. E esse conselho consultivo municipal tem (hehe) mais ou menos representa uma vereação, quer dizer que num bairro tem membros que estão ligados diretamente a uma vereação aqui no município, significa que temos membros que estão ligados a áreas de infraestruturas, ligados a vereação de urbanização e infraestruturas que tem lá membros no bairro todos os assuntos que têm a ver com infraestruturas, estradas, obras, talhões está representado naquele bairro, também tem a vereação de saúde e saneamento,

todo o assunto que trata de saneamento, saúde, limpeza e higiene, também tem lá a comissão que está ligada directamente ao conselho municipal assim sucessivamente, significa que essa maneira é que constitui uma ligação directa à nível dos munícipes. Algumas preocupações que são sentidas lá nos bairros são trazidos através dessas comissões e essas comissões lá nos bairros são presididas pelos próprios líderes dos bairros, lidera as subcomissões e o conselho consultivo dos bairros e eles trazem as preocupações que temos semestralmente, cada semestre temos uma reunião do conselho consultivo municipal em que auscultamos antes de remetermos os nossos planos à assembleia municipal, convocamos o conselho consultivo municipal, colocamos o nosso pensamento na base daquelas informações que recolhemos nos bairros e tentamos priorizar em função dos limites orçamentais ou da capacidade dos fundos disponíveis. São tantas as questões que se colocam ao nível dos bairros, mas depois juntos dissemos temos este role de preocupações, mas neste momento a capacidade de execução na base de orçamentos disponíveis só podemos fazer isto. Então aonde podemos fazer as coisas e juntos discutimos, e desta vez vai acontecer neste ou naquele bairro e os outros bairros vão ter paciência de esperar também noutro momento e assim sucessivamente, abrangemos todos os bairros e isso esta a dar bons resultados e nós sentimos muito bem e depois dessa consulta melhoramos e fundamentamos a nossa preocupação ou alinhamento dos planos e assim remetemos ao nível da assembleia municipal e serve de base para depois aprovarmos os planos.

PERGUNTA: Existe um plano de comunicação que traça estratégias de interacção entre o município e os munícipes?

Resposta (VV): Além dessa linha também aproveitando todas as potencialidades existentes na área do nosso município nós celebramos um contrato de entendimento com a rádio comunitária de Sussundenga e nós celebramos contrato em que periodicamente também contribuimos com alguma coisa em termos financeiros na base das receitas que colectamos ao nível do município, colocamos fundos mínimos, e juntos definimos dias em que o conselho municipal pode usar. A rádio na base desse contrato disponibiliza algum tempo semanalmente para o conselho municipal qualquer coisa que tiver para divulgar ou para anunciar usamos a rádio, nessa altura não precisa prontamente tirar

dinheiro, porque pagamos periodicamente, contribuimos periodicamente para a rádio comunitária, mas todos os programas que nós temos a rádio comunitária vai fazendo a sua divulgação de todos os programas que nós queremos fazer chegar rapidamente aos munícipes, portanto tem impacto muito forte essa parte de comunicação, o conselho municipal usando a rádio comunitária Sussundenga, a informação chega mais rápido possível e há muita gente, é muito abrangente isso está a dar grande resultado para nós como conselho municipal sentimos que até algumas vezes se calhar através da sobreposição de algumas tarefas alguns tempo não conseguimos ocupar todo tempo, mas vamos fazer esforço para usar efectivamente todo o tempo disponibilizado pela rádio comunitária.

PERGUNTA: Para além da rádio comunitária de Sussundenga, existem outros meios que o município usa para comunicar-se com as comunidades, para mobilizar as comunidades a participarem na vida do município?

Resposta (VV): Para além da rádio comunitária outros meios que é a comunicação directa, nos usamos via formal, via documentos, há casos de eventos, nós fazemos via documental para comunicar aos munícipes através dos líderes, endereçamos expedientes que vai comunicar o que vai acontecer tanto ao nível do município como ao nível do bairro e essa maneira também ajuda, mas também usamos outra via, usamos o meio de telemóveis ou telefones, também temos contactos de todos os líderes ao nível dos bairros. Mas também abrimos uma linha verde ao nível do município que permite que qualquer um pode ligar a qualquer hora e aqui ao nível do gabinete do presidente do conselho municipal. A outra linha é a linha física, há caso em que os líderes ou representantes dos munícipes vêm directamente marcar audiências. Outra linha também nós marcamos reuniões a nível dos bairros para interagir, aquilo que nós chamamos de governação municipal aberta, deslocamos, tenho um calendário, fazemos um calendário de trabalho, deslocar a todos os bairros do nosso município. Nos bairros reunimos, expomos os nossos planos, expomos nossas actividades, mas também aproveitamos fazer uma auscultação aos munícipes o que têm para melhorar o nosso desempenho, quais as preocupações que têm, nós também explicamos as nossas capacidades de execução ou de resposta em relação as preocupações dos munícipes.

PERGUNTA: O município sendo pertença das comunidades municipais tem algum programa radiofónico por si produzido com vista a mobilização da participação das comunidades da sua gestão?

Resposta (VV): Nessa vertente, nós temos tido debates radiofónicos, nós vamos lá na rádio falamos, divulgamos, mas abre-se espaço para os munícipes dialogarem directamente por via telefone a partir dos microfones da rádio comunitária Sussundenga, fazemos debates e os municípios colocam e nos respondemos também, apesar de ser um alguém que liga mas o impacto vai para todos os ouvintes da vila municipal.

PERGUNTA: O município enquanto entidade de governo local, exerce algum controlo sob a rádio comunitária? Se não como são estabelecidos os relacionamentos com os meios de comunicação existentes na província em especial a rádio comunitária.

Resposta (VV): Neste momento nós não fazemos nenhum controlo efectivo se não apenas uma contribuição financeira, a rádio comunitária de Sussundenga além pertencer aos cidadãos e munícipes desta vila tem um número limitado que são funcionários públicos que estão directamente ligados ao estado através do Instituto de Comunicação Social, mas os restantes colaboradores são realmente voluntários que não têm subsídios mensal, mas simplesmente eles colaboram como munícipes e eles obedecem um certo calendário de participação de prestação de serviços lá na rádio comunitária, mesmo sem salários eles colaboram e participam efectivamente, eu aproveito saudar a coragem que esses jovens têm, porque mesmo sem subsídios a rádio esta sempre ocupada, eles estão lá a fazerem promoção de vários programas da rádio comunitária, portanto eu quero saudar aos nossos munícipes voluntários que desde sempre eles conseguem suportar um funcionamento normal da rádio comunitária.

PERGUNTA: O município apoia a rádio comunitária? De que forma se revela esse apoio?

Resposta (VV): Apoiamos a rádio comunitária financeiramente.

PERGUNTA: Esse apoio não condiciona a programação da rádio comunitária Gesom, isto é, a rádio não fica refém do governo municipal?

Resposta (VV): Não... não fica refém, nós não temos nenhuma cláusula de obrigações, aí é simplesmente um entendimento aberto, não diz se não fazer isto vamos fazer aquilo, não... não fazemos é apenas um entendimento (...) não temos nenhuma cláusula de sanções que *epha* tem que fazer isto já que se não fazer isto vai acontecer isto, não... não. Mesmo aquilo que como município fazemos entrega a rádio comunitária é simbólico também não é pagamento efectivo é mesmo contribuição, não podia suportar todos os custos da rádio comunitária, mas é uma contribuição que isso acontece, portanto não pode acontecer situações de refém, a rádio ficar refém com o governo municipal por causa de valores simbólicos, porque é uma questão quase voluntária.

PERGUNTA: Como define o relacionamento entre o município e a rádio comunitária da vila de Sussundenga?

Resposta (VV): Eu defino o relacionamento, muito saudável, sempre que nós solicitamos alguma colaboração a rádio comunitária responde imediatamente, mesmo solicitando para fazer cobertura dos nossos programas, há vários programas que nós solicitamos para fazer cobertura, até que não pagamos, a rádio comunitária vem fazer cobertura e contribuimos quando for necessário, mas também em caso da rádio precisar alguma coisa ao nível do conselho municipal aquilo que estiver ao nosso alcance nós fazemos, sem precisar trocas de valores ou directamente dizer que fazemos troca, mas prestação de serviço apenas para fazer chegar as preocupações aos nossos munícipes.

PERGUNTA: Como presidente do Conselho Municipal como define a rádio comunitária Gesom?

Resposta (VV): Eu defino a rádio comunitária da vila de Sussundenga como de facto, como um grande bem e património dos munícipes, todas as pessoas daqui de Sussundenga ficam satisfeitos com a nossa rádio, principalmente pela dedicação e qualidade do trabalho que a nossa rádio oferece aos munícipes e cidadãos de Sussundenga e acaba não sendo só para os munícipes da vila de Sussundenga, o raio de cobertura da rádio de Sussundenga é muito maior abrange até distritos vizinhos, abrange quase maior parte dos nossos distritos mesmo alguns pontos fora de Sussundenga escutam a rádio comunitária de Sussundenga, portanto eu defino como um grande

património da comunidade e como de uma maneira geral está entregue a gestão, essa gestão está entregue aos cidadãos e a comunidade.

PERGUNTA: Os programas produzidos pela rádio comunitária Gesom contribuem para a participação das comunidades na gestão municipal? De que forma?

Resposta (VV): Contribuem porque, primeiro alerta para os munícipes poderem ultrapassarem certos problemas que estão a enfrentarem, mas também a dedicação, aquelas dedicatórias que as pessoas fazem, como pagam algumas taxas pequenas nem, fazem uma contribuição indirecta, eles vão divulgar sua informação, mas também aproveitam contribuir em termos de receitas para a rádio comunitária, de uma maneira geral acho eu que é mesmo da comunidade.

PERGUNTA: Através da rádio comunitária o município tem conseguido difundir mensagens para o pagamento dos impostos, por exemplo do IPA e das posturas municipais?

Resposta (VV): É verdade nós fazemos o uso da rádio comunitária e as pessoas se apercebem rapidamente o que devem fazer, nós temos feito o uso como também os programas são vastos nós tiramos parte daqueles programas possíveis para serem divulgados e, portanto, fazemos uso para os códigos de postura, as taxas.

PERGUNTA: Qual é o grau de participação dos munícipes na gestão municipal, actualmente?

Resposta (VV): Acho eu, de uma maneira geral a gestão comunitária ocupa uma maior parte, não posso definir com precisão, mas podemos observar que os que trabalham lá dentro da rádio comunitária, os funcionários são muito poucos, o maior numero são colaboradores, significa que quase 70% dos gestores ou de participantes para fazer funcionar aquilo são voluntários.

PERGUNTA: O presidente esta feliz com a participação dos munícipes na gestão do município, naquilo que é a proposta de programas por parte dos munícipes, a proposta do que deve ser feito, senhor presidente hoje se sente satisfeito?

Resposta (VV): Eu estou satisfeito, porque os munícipes estão a compreender gradualmente, como é que começamos, como estamos a caminhar e o que pretendemos fazer, porque o nosso município é novo, mas o objectivo final é para ser uma vila bem

urbanizada, no futuro ser cidade também. Para isso é preciso que as pessoas entendam conceitos de zonas urbanas e que existem regras, mas as pessoas estão a compreenderem gradualmente é um conceito que temos que trabalhar muito e é normal ainda hoje encontrar pessoas com dificuldades na gestão de resíduos sólidos, algumas pessoas continuam tendo o conceito de comer banana lançar na estrada, comeu maçaroca e deixou mesmo fora do lixo, mas existe uma parte boa dos munícipes que esta a entender onde depositar, todo o que é resíduo sólido que produz na sua casa deve depositar no contentor ou lugar disponível próximo da casa dele e muitos já estão a fazer isso, portanto estou feliz, muita gente já sabe que precisa estrada, para facilitar a circulação de pessoas e bens, tanto para levar os bens para a sua casa como tirar seus bens, muita gente também já sabe que precisa iluminação, energia, muita gente esta preocupada com água canalizada, ter energia, ter boa estrada, tudo isso, nós é que estamos apertados dar resposta, não conseguimos responder tudo isso com grande facilidade porque precisa recurso geralmente o cidadão as vezes até quase que não fica muito feliz rapidamente “porque diz eu quero energia na minha casa, quero estrada, quero água canalizada” nós não conseguimos responder imediatamente porque precisa recursos avultados, estamos a responder gradualmente, é o sinal de que as pessoas estão a compreender que há evolução e é necessário estaremos organizados para termos vias de acesso, termos água...tudo isso.

PERGUNTA: Os programas que tratam da vida municipal que passam na rádio comunitária são produzidos pelo município ou pela rádio comunitária?

Resposta (VV): Nós preparamos o material daquilo que nós queremos que seja divulgado e entregamos a rádio, maior parte de nós, felizmente o município tem um dos colaboradores que trabalha directamente, um dos voluntários que trabalha na rádio comunitária, e muitas das vezes quando ele vai lá com os nossos programas ele ocupa-se dos microfones, dos estúdios, ele faz o uso é permitido fazer isso, portanto os nossos programas nós produzimos, fornecemos material e a rádio ajuda, resumimos e rádio faz uso daquilo, o funcionário da rádio também pode fazer o uso directamente .

PERGUNTA: O código de postura municipal e os demais instrumentos de governação municipal como são publicitados para o conhecimento dos munícipes? Se sim em que línguas são publicitados esses instrumentos?

Resposta (VV): Exactamente, aqui em Sussundenga, nós temos os instrumentos de funcionamento dos órgãos municipais, nesse caso a assembleia municipal, temos o conselho municipal, que depois passou pela aprovação por parte da assembleia que é o código de postura, são regras da nossa vila e nós fazemos o uso, usa-se portanto três línguas fundamentais, português, Chiuté e Chimanika, são três línguas que são usadas normalmente para a divulgação dessas mensagens e aqui na zona onde estamos é uma zona que geralmente a língua predominante é Chiuté, mas também se usa Chimanika e também português.

PERGUNTA: Qual é o retorno que o município recebe dos munícipes da percepção da postura municipal e dos demais instrumentos de governação municipal.

Resposta (VV): O retorno que sentimos que temos dos munícipes quando vão tratar questões de talhões, construção de infraestruturas, residências e outras casas ou serviços ou das bancas eles pagam taxas e nós consideramos isso como retorno e as pessoas, os munícipes entendem e fazem pedidos para lojas, residências, bancas e pagam as taxas essas taxas é retorno, mas também fazem actividades comerciais, há muitas pessoas que vendem, tem vários negócios que acontecem e as pessoas estão pagando as taxas para nós isso esta a ser o retorno para o município, mas também dessas taxas nós construímos as infraestruturas que vão directamente aos munícipes é o caso das vias de acesso, construção de travessias, melhorar vias de acesso nos lugares onde as condições de acesso não são boas e também melhoramos muito as bombas de água, caso de avarias através das taxas que o munícipes pagam nos reparamos as avarias, nos cobramos taxas mas depois devolvemos aos munícipes através dessas obras de reparação das bombas de água.

9.5. Entrevistas aplicadas aos membros da rádio comunitária da Vila de Sussundenga

**9.5.1. Entrevistas ao adjunto coordenador da rádio comunitária de Sussundenga:
Augusto Carvalho**

PERGUNTA: Como se chama e qual é a posição que ocupa aqui na rádio comunitária?

Resposta (AC) : Sou Augusto Carvalho sou chefe da redacção desta instituição.

PERGUNTA: Qual é a área de abrangência da rádio comunitária de Sussundenga?

Resposta (AC): A área de abrangência que fomos cedidos seria de 45 km, mas na realidade estamos a atingir um raio de mais de 150 km, estamos a nível de todo o distrito de Sussundenga, o distrito de Macate, Mossurize, Gondola, uma parte do distrito de Machaze, Manica e no Zimbabwe na zona de Mutidire.

PERGUNTA: Qual é a frequência da rádio?

Resposta (AC): É 98.6

PERGUNTA: Quando é que a rádio começou a operar?

Resposta (AC): Nós começamos a trabalhar no regime experimental, quando entrou a primeira voz no ar foi em 2000, e durante 3 anos em regime experimental, em 2003, precisamente no dia 1 de maio foi inaugurada a rádio, estamos precisamente a 15 anos oficialmente inaugurada.

PERGUNTA: Qual é o horário de funcionamento da rádio de sábado a domingo?

Resposta (AC): De segunda a domingo nós abrimos as 4 horas e 50 minutos em língua Chiuté, ate 9 horas interrompemos, ate as 11 e 50 abrimos na língua portuguesa ate as 14 e 55 minutos entra a língua Chimanika que vai ate as 19 e 20 minutos das 19 e 20 entra de novo a língua portuguesa ate as 22 horas interrompemos.

PERGUNTA: O sítio onde funciona a rádio é próprio ou é alugado?

Resposta (AC): Estas instalações são próprias, não são alugadas, foi mesmo o instituto de comunicação social em parceria com a fundação FORD que construiu este edificio

PERGUNTA: Quais as despesas principais que a emissora tem?

Resposta (AC): Nós temos o que podemos chamar de despesas correntes, são papéis A4, pilhas, pagamento de energia mensalmente, água. Temos as despesas que são as avarias grossas, que consistem na reparação de equipamentos, emissores estúdios.

PERGUNTA: Quantas pessoas fazem parte da direcção da radio e quem são?

Resposta (AC): Neste momento a rádio não tem coordenador, funciona uma comissão que foi criada quase no fim do ano passado que é liderada, esta equipa por Samisson este colega que diz que falou consigo e eu Augusto Carvalho, está é a equipa que foi indicada para liderar a radio.

PERGUNTA: Quais as entidades que fazem parte da direcção da rádio para além do senhor carvalho e do senhor Samisson, há outras entidades que fazem parte da direcção da rádio?

Resposta (AC): Sim temos a pessoa ligada as finanças, voluntários apesar de não serem da direcção fazem parte do comité de gestão da própria rádio.

PERGUNTA: Qual é a dependência que rádio tem face ao instituto de comunicação social?

Resposta (AC): A dependência que a gente tem primeiro é que o próprio instituto de comunicação social é que tutela a rádio, o que nós dependemos agora do instituto de comunicação social é o salario que dá aos funcionários que são seis (6), que estão aqui e a outra dependência é a própria assistência técnica, porque estas questões de vulto suscitam a intervenção do próprio instituto de comunicação social.

PERGUNTA: A rádio tem um conselho comunitário, esse conselho comunitário é atuante, estamos a falar dos elementos, não aqueles que foram nomeados pelo ICS, ou assalariados, estamos a falar dos membros da comunidade?

Resposta (AC): Existe um comité de gestão, no momento foi criado um comité de gestão, só que nesta altura este comité está quase inoperante, não está a operar e estava a preparar uma

revitalização desse comité porque muitos que faziam parte desse comité de gestão já perderam a vida, mas nesse comité de gestão tínhamos a representação de todos os postos administrativos e todas as camadas sociais e até os partidos políticos estavam lá representados neste comité.

PERGUNTA: A rádio é sua única fonte de renda?

Resposta desenquadrada (AC): a radio a única fonte ou seja não são fontes assim salvo alguns serviços que presta aqui que são fotocópias, inclusive a plastificação de documentos digitação de documentos, prestação de serviço de anuncio e de publicidade, a venda de dedicatórias são essas as fontes de receitas que a gente tem.

PERGUNTA: Para além de ser profissional da rádio tem outra profissão ou outra actividade exerce.

Resposta (AC): Eu sou profissional de comunicação social e faço machamba própria, também dou aulas num dos institutos daqui, somente isso.

PERGUNTA: Dedicar-se a radio a tempo integral, ou seja esta 100% na, ou seja esta 100% na rádio?

Resposta (AC): Estou a 100% na radio.

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio comunitária de Sussundenga, como você concebe a radio comunitária de Sussundenga?

Resposta (AC): Eu concebo a rádio comunitária de Sussundenga como um meio de comunicação existente nesta comunidade que está virada mesmo para o desenvolvimento dessas mesmas comunidades, a sua grelha de programas também é uma grelha que saiu da própria comunidade e o que faz a rádio é apenas cumprir com aquilo que a comunidade deu proposta de que nós queremos isto, isto, queremos isto, a tantas horas, eu caracterizo de uma forma geral como um meio de comunicação social que veio ajudar esta comunidade de Sussundenga na mudança de algumas praticas de alguns comportamentos do bom para melhor de algum momento, e também permitiu que haja muita troca de experiencia entre os habitantes deste distrito. Temos alguns programas em que há uma interacção telefónicas em que saúdam-se entre os que estão em Dombe e os que estão aqui, essa troca de experiência em algum momento é facilitado pela rádio comunitária.

PERGUNTA: De que forma é desenhada a grelha dos programas da rádio comunitária de Sussundenga?

Resposta (AC): É isso que estava a dizer, primeiro fez se uma pesquisa com a comunidade, veio uma equipa da direcção geral do instituto de comunicação social ligada mesmo a pesquisa para saber desta comunidade de Sussundenga a hora que queria em que os programas deviam passar, a língua, os conteúdos dos programas, então depois disso é quando se elaborou a grelha segundo os resultados da pesquisa que havia sido feita.

Dos programas radiodifundidos pela radio comunitária de Sussundenga qual ou quais foram propostos pela comunidade?

Resposta (AC): Temos o programa de saúde, programa informativo, falo de noticias, programa de recreação, programa de criança todos esses programas eles propuseram.

PERGUNTA: Quais são os mecanismos de participação da comunidade na gestão da rádio comunitária de Sussundenga.

Resposta (AC): Naquela altura quando estava em funcionamento o comité de gestão eles tinham as suas sessões em que algum momento se reuniam, depois quando reuniam decidiam, falavam nas suas comunidades de que forma se podia ajudar a rádio, neste caso mesmo nas igrejas mobilizavam para fazerem contribuições como se fosse o dizimo, uns vinte e cinco meticais para ajudar a rádio e faziam naquela altura, agora não temos essa ajuda porque o próprio comité de gestão não está, está parado. Nós sobrevivemos somente pelas receitas que fizemos aqui, e os salários são provenientes do fundo do estado.

PERGUNTA: Sendo a rádio comunitária parte da comunidade municipal da vila de Sussundenga existirá programas a nível desta que contribui para gestão ou participação das comunidades na gestão municipal? Se sim quais e como são articulados/

Resposta (AC): O conselho municipal da vila de Sussundenga assinou um memorando com a radio comunitária de Sussundenga no primeiro ano até o segundo ano, apos o primeiro ano da existência deste município em que a rádio deveria emitir alguns programas e esses programas eram produzidos pelo conselho municipal, traziam os temas de interesse do conselho municipal o que nós fazíamos aqui é apresentar o programa, fazer a montagem do programa depois difundimos para os receptores para a comunidade ouvir, são programas por exemplo relacionados com a gestão do lixo, pagamento das taxas, também vieram aqui...estávamos a divulgar o código de postura municipal, então a radio estava a difundir todos os programas.

PERGUNTA: Sendo que acaba de dizer que existia essa parceria entre o conselho municipal da vila de Sussundenga e a radio comunitária.

Resposta (AC): Até hoje existe

PERGUNTA: Há equilíbrios de interesses de modo que a rádio não se torne municipal e mantenha o seu estatuto de ser da comunidade nesse relacionamento com o conselho municipal?

Resposta (AC): Transferir a rádio para a comunidade...entrevistador: Não nesse relacionamento entre o município e a radio comunitária há equilíbrio de interesse para que a radio não seja tomada pelo município mas sim continue como sendo da comunidade. Sim...sim há equilíbrio, não há interferências, o que a gente faz aqui é prestar alguns serviços que eles nos solicitam, nisso a rádio continua como é como da comunidade.

PERGUNTA: Ok! Já disse que a rádio tem uma grelha de programação fixa, quantos programas a emissora tem?

Resposta (AC): Agora não posso detalhar depois a entrevista posso mostrar a grelha.

PERGUNTA: Alguma entidade participa da programação em caso de positivo, quais entidades e como é que participam?

Resposta (AC): É a própria rádio em coordenação com o instituto de comunicação social, atendendo o resultado da pesquisa.

PERGUNTA: Quem decide sobre a programação, é o coordenador, e o adjunto coordenador, são os chefes dos programas são os editores, quem é que decide sobre os programas?

Resposta (AC): Aqui temos vários grupos, todos esses fazem programas e editam, mas todos eles tem que ir apresentar, seja programa informativo, seja de recreação, alguém que é de direito que é o chefe da redacção para ver se os conteúdos que irão ser radiodifundidos estão bem alinhados ou não e é daí que se decide se podem ir ao ar ou não.

PERGUNTA: A rádio tem noção da sua audiência?

Resposta (AC): Noção sim, temos. Como é que vocês conseguem mensurar essa audiência? Nós temos duas formas de como distinguir isso aí, primeiro porque aqui nós prestamos alguns serviços, dedicatórias por exemplo, por isso agente vê o volume de dedicatórias que compram então esse volume de dedicatória que compram faz nos entender de que a rádio esta a chegar tao longe e também existem alguns programas que são interativos, que nós fazemos via telefone, alguns momentos somos surpreendidos por indivíduos que estão em Chimanimani ligam para cá, até outros estão no chicuca no Zimbabwe ligam para cá para nós fazem nos entender que a nossa audiência é maior.

PERGUNTA: Tem noção de quantas ligações diárias ou em media a rádio recebe, ou quantas cartas semanas em media a rádio recebe.

Resposta (AC): Essa questão de interacção telefónica não é diária, existem programas específicos, nós temos aqui o programa por exemplo como vai passar o seu fim-de-semana e como passou o seu fim-de-semana esse programa entra na sexta-feira e na segunda-feira também entra o programa como passou o seu final de semana eles aí ligam do início ate fechar.

PERGUNTA: Quais são os programas de maior audiência?

Resposta (AC): São programas recreativos, informativos, e o programa da criança.

PERGUNTA: O locutor ou o jornalista que faz esse programa é contratado ou é voluntário?

Resposta (AC): É voluntário.

PERGUNTA: O programa é ao vivo ou gravado?

Resposta (AC): É gravado

PERGUNTA: Existe algum programa produzido entre a rádio comunitária e o município com vista a promoção da gestão compartilhada. Se sim de que forma se operacionaliza, quem produz, quem coordena?

Resposta (AC): Os programas que a gente tem em relação ao município é aquilo que eu estava a falar que nós temos alguns programas relacionados com a gestão do lixo, conservação do meio ambiente. Eles dão-nos os temas e nós produzimos o programa, algumas vezes que estão aí são vozes de alguns técnicos, ou de pessoas mais inteiradas nas matérias, e também tem vozes de munícipes que são as pessoas que se servem desse programa e daí se faz a montagem, inserimos e tiramos o programa.

PERGUNTA: Transmite algumas campanhas municipais. Se sim cobra por isso.

Resposta (AC): Campanhas, temos feito algumas campanhas municipais sim, eles vêm aqui, costumam pedir para fazermos algumas campanhas, por exemplo campanha relacionada a educação policial, eles dizem que queremos que façam isto aqui em tantos dias e tantos meses, nós prestamos o serviço e cobramos pelo serviço prestado.

PERGUNTA: A rádio já foi procurada por alguns políticos.

Resposta (AC): Sim,

PERGUNTA: Com que propósito?

Resposta (AC): Com muitos propósitos, alguns vêm porque querem deixarem uma informação de onde foram trabalhar, ou de uma reunião que fizeram, e outros vêm, algum

momento pensam que a rádio em algum momento é o tribunal, vêm apresentar questões quase de conflito de interesse com o outro partido, pensam que se formos a rádio apresentar isto aqui, a rádio vai difundir. Eles vêm aqui para dizer que partido X foi na zona X, onde a gente tem nossa bandeira fez isto, aquilo...vêm aqui para nós tirarmos no ar isso aí.

PERGUNTA: A rádio já foi procurada pelos membros da Assembleia Municipal, pelo Conselho Municipal ou pelos deputados municipais.

Resposta (AC): Já

PERGUNTA: Com que frequência os membros da Assembleia Municipal, pelo Conselho Municipal ou pelos deputados municipais têm vindo a rádio participarem da programação?

Resposta (AC): Nós temos, neste contrato programa que nós temos com o conselho municipal, nós fazemos em cada mês vinha ca uma vereação, vinha as vezes a vereação de educação prestava serviço, ou mesmo no fim o próprio presidente, vinha prestar algumas coisas para os munícipes saber o que se está a fazer na realidade.

PERGUNTA: Alguns elementos acima mencionados, estou a falar dos deputados, do presidente do conselho municipal têm um programa fixo na emissora? Se sim qual, costumam colaborar financeiramente

Resposta (AC): Não têm...

PERGUNTA: Qual é a participação do município na programação.

Resposta (AC): Do munícipe? Entrevistador: Se o município tem alguma participação na programação da rádio?Resposta: Não... Não tem...**entrevistador:** e a assembleia municipal...não...não tem.

PERGUNTA: A comunidade tem acesso a rádio comunitária para propor e produzir programas que contribuam para a participação.

Resposta (AC): Tem-tem... Entrevistador: como se operacionaliza sendo que maior parte dos membros da comunidade não têm domínio das técnicas de produção radiofónica.

PERGUNTA: A comunidade actualmente apoia a rádio. De que forma?

Resposta (AC): Isso penso que não tem muito interesse porque temos técnicos o que vale é a ideia que esse individuo, esses membros da comunidade têm, porque podem chegar aqui, nós temos aqui um grupo de mães que fazem o programa da mulher, são mães que não sabem ler nem escrever, mas têm ideia, tem alguma coisa a dizer, qual é a educação que se deve dar para a mulher, para a criança, elas poem na sua língua, local, elas falam aquilo ali na sua língua local, nós que entendemos o que é a língua traduzimos para a língua portuguesa, ou mesmo editamos na própria língua, para as outras pessoas que não entendem a língua possam entenderem.

PERGUNTA: Qual é a ligação entre a rádio comunitária e as comunidades locais?

Resposta (AC): A ligação é boa, nós temos a ligação com o próprio governo distrital, até os partido políticos temos uma boa relação pese embora em algum momento tem havido quase tendência de interferência dos assuntos que a gente deve por ate algum momento basta ouvir uma informação que você tirou uma informação de um partido vai ser solicitado no administrador não sei aonde são assuntos que se resolve assim...

PERGUNTA: Quais os principais problemas que a emissora enfrenta?

Resposta (AC): Não tem problemas sérios, as avarias não são assim tantos, só talvez a própria instituição tem o problema de falta de fundo de maneio. O ICS só garante o salario não garante as outras despensas, como agua, luz, resma, toner, não garante isso.

PERGUNTA: A rádio comunitária de Sussundenga é filiada a alguma associação de radiodifusão? Se sim qual?

Resposta (AC): Nós, primeiro estávamos filiados a FROCOM, penso eu que já não existe essa ligação com a FROCOM, portanto nós só estamos entre as rádios comunitárias geridas pelo ICS.

PERGUNTA: Como define a rádio comunitária de Sussundenga em termos de propriedade?

Resposta (AC): A rádio comunitária de Sussundenga é uma rádio de difusão de pertença do ICS e que é um órgão de comunicação quase, não quase que é do Estado.

PERGUNTA: Que meios de participação a rádio disponibiliza para as comunidades.

Resposta (AC): Meios como assim? Estamos a falar de como a rádio abriu espaço para que as comunidades, que meios que a rádio tem para que as comunidades possam participarem?

Resposta (AC): A pouco dei exemplo de grupo de senhoras que fazem programas aqui, temos esse programa então há pessoas interessadas e aproximam e não só...temos aqui aquilo que chamamos chitsacafo guamatenda, que são pessoas da comunidade que estão aí para ajudar a resolver os problemas, são indivíduos que conhecem o dia-a-dia da comunidade, o que se passa com as pessoas que querem casar, querem divorciar-se são essas pessoas que vêm resolver esses problemas aqui dentro da emissora. (Entrevista feita no dia 07 de julho de 2018).

9.5.2. Entrevista com o coordenador da rádio comunitária de Sussundenga Samisson Manuel Macone.

PERGUNTA: Boa tarde, gostaria de saber como se chama e qual é a posição que ocupa aqui na rádio comunitária de Sussundenga?

Resposta (MM): Eu sou Samisson Manuel Macone, o coordenador da Rádio comunitária de Sussundenga.

PERGUNTA: Qual é a área de abrangência da RCS?

Resposta (MM): A área de abrangência são mais ou menos 75 Km que se estendem até 150 Km estamos a falar do raio onde a rádio abrange.

PERGUNTA: Qual é a frequência que a rádio usa?

Resposta (MM): 99.6 mega hertz

PERGUNTA: Quando é que a rádio começou a operar?

Resposta (MM): Em regime experimental desde 2000, 2003 oficialmente inaugurado.

PERGUNTA: Qual é o horário de funcionamento da rádio de segunda a domingo?

Resposta (MM): Talvez vou detalhar, abrimos as 4 e 50 minutos em língua local, o que chamamos de Chiuté, ate as 9 horas interrompemos e passamos a transmitir o sinal da antena nacional, 11 e 50 voltamos a reabrir até as 22 horas diariamente.

PERGUNTA: Quando fazem a interrupção vocês conectam a rádio nacional?

Resposta (MM): Conectamos a Rádio Moçambique.

PERGUNTA: O sítio onde funciona actualmente a rádio é alugado, é emprestado ou é próprio?

Resposta (MM): É própria...sim

PERGUNTA: Quais as principais despesas que a emissora tem hoje?

Resposta (MM): São muitas, pagamento de consumo de energia, água, manutenção dos equipamentos e outras.

PERGUNTA: Tem ideia de qual pode ser a despesa mensal?

Resposta (MM): Ya...é que, por enquanto eu posso dizer que só com a energia, dependendo, o valor se estima em cerca de 30 mil meticais e alguma coisa, as vezes 40 mil e alguma coisa dá para entender que mensalmente podemos ter uma média de despesas que atingi 50 mil e alguma coisa.

PERGUNTA: Quantas pessoas fazem parte da direcção da rádio e quem são?

Resposta (MM): Por enquanto a parte da direcção da rádio são duas pessoas, estamos a falar do comando não, sim são duas pessoas eu e assim como o outro colega também (senhor Carvalho). Mas não significa que a rádio tem apenas dois funcionários não temos mais outros funcionários.

PERGUNTA: Quantas entidades fazem parte da gestão da rádio, fora de vocês que fazem parte da gestão de comando da rádio?

Resposta (MM): O próprio governo, serviços distritais...quando fala dos serviços distritais está a falar dos serviços distritais de? Educação e desenvolvimento humano, estamos a falar de cultura e turismo, SIDAIE, serviços distritais de saúde e o governo a todos os níveis.

PERGUNTA: A rádio tem um conselho comunitário. Se sim ele é atuante, ele fiscaliza a emissora e a programação.

Resposta (MM): Sim...esse conselho é responsável pela fiscalização do que acontece na emissora? Do que acontece na rádio, sim exatamente de tudo o que acontece.

PERGUNTA: Quais são as entidades que compõem esse conselho?

Resposta (MM): Os líderes comunitários, também faz parte o comité de gestão...Esse comité de gestão ainda funciona? Ainda funciona sim, acabamos até de revitalizar a pouco.

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio comunitária de Sussundenga?

Resposta (MM): Bom, esta num bom ritmo, apesar de ter outras dificuldades, estamos a falar de falta de equipamentos, meio de transporte, fundo de funcionamento, não temos fundo de funcionamento o Estado apenas garante o pagamento do salário dos funcionários, nós estamos num bom ritmo, porque perante essas dificuldades conseguimos, daquilo que é a receita que conseguimos produzir localmente, conseguimos fechar aquilo que for necessário para cobrir as nossas despesas.

PERGUNTA: Como é gerida actualmente a rádio comunitária, em termos de gestão mesmos, já dissemos que para além de vocês da direcção há um comité de gestão como isso se articula? Sendo que disse que actualmente existe o conselho comunitário, os coordenadores como é que é feita essa gestão da rádio, como é feita a coordenação entre o conselho consultivo e os coordenadores para a gestão da rádio?

Resposta (MM): Temos mantido um encontro, mesmo amanhã teremos um encontro que vai também incluir uma parte dessas pessoas, onde estão alguns líderes comunitários para dizer alguma coisa, fiscalizar alguma coisa que não está bem.

PERGUNTA: De que forma é desenhada a grelha de programas da RCS?

Resposta (MM): Fazemos pesquisa na comunidade, tem que se fazer a pesquisa para se saber quais são os programas que podem entrar, o tempo, o período.

PERGUNTA: Do programas radiodifundidos pela RCS, qual ou quais foram propostos pela comunidade?

Resposta (MM): A maioria dos programas, maior parte desses programas.

PERGUNTA: Quais são os mecanismos de participação da comunidade na gestão da RCS?

Resposta (MM): Não estou em condições de responder a essa pergunta

PERGUNTA: Sendo a rádio comunitária parte da comunidade municipal de Sussundenga, existirão programas ao nível desta que contribuam para a participação das comunidades na gestão municipal. Se sim como são articulados.

Resposta (MM): Existem sim, estamos a falar como se fosse

PERGUNTA: A rádio tem alguma parceria com o Conselho municipal da vila de Sussundenga.

Resposta (MM): Sim tem uma parceria ...como se operacionaliza essa parceria? Normalmente nós abrimos espaço de antena para poderem produzir ou fazer debates inerentes ao que tem a ver com assuntos que interessam para o desenvolvimento municipal da vila de Sussundenga, e eles são os promotores dos próprios debates.

PERGUNTA: Nisso que está a dizer há um equilíbrio entre os interesses do município e da rádio para que o município não transforme a rádio comunitária em rádio municipal.

Resposta (MM): Não ... não

Quanto a programação

PERGUNTA: A rádio tem uma grelha fixa de programas? Quantos programas tem actualmente a emissora?

Resposta (MM): Na cabeça não tenho

PERGUNTA: Alguma entidade participa na programação da radio?

Resposta (MM): Sim, os líderes comunitários, a maior parte dos programas contamos com a participação dos líderes comunitários, assim como também outros representantes dos serviços distritais.

PERGUNTA: Quem decide sobre a programação da RCS?

Resposta (MM): A rádio assim como a comunidade em conjunto.

PERGUNTA: A rádio tem noção da sua audiência?

Resposta (MM): Ya tem... como é feita essa pesquisa de audiência? Via telefone principalmente, via telefone principalmente, e também o encontro com os líderes para saber o que pensam da rádio, mas principalmente via telefone.

PERGUNTA: Tem ideia de quantas ligações a rádio tem recebido mensalmente?

Resposta (MM): Não sei quantas, mas talvez poderia dizer milhões. E as cartas de ouvintes tem alguns números? Também não.

PERGUNTA: Quais os programas de maior audiência

Resposta (MM): Os programas de maior audiência, bem quase todos, estou a dizer quase todos porque, basta haver a linha telefónica aberta em qualquer programa os ouvintes participam, quase todas.

PERGUNTA: Os locutores que fazem esses programas são voluntários ou contratados?

Resposta (MM): A maior parte são voluntários, são voluntários assim como quadros, não temos contratados.

PERGUNTA: Esses programas são gravados ou ao vivo?

Resposta (MM): Ao vivo, principalmente quando estamos a usar pesquisas nem.

PERGUNTA: Existe algum programa produzido entre a rádio comunitária e o município com vista a promoção da gestão compartilhada. Se sim de que forma se operacionaliza quem produz, quem coordena?

Resposta (MM): Não... não

PERGUNTA: Transmitem campanhas municipais?

Resposta (MM): Não também

PERGUNTA: A rádio já foi procurada por políticos?

Resposta (MM): Sim, muitas vezes!

PERGUNTA: E quando esses políticos procuram a rádio, o que eles procuram exactamente?

Resposta (MM): Dependendo do assunto pode ser que são comunicados, cobertura dos seus eventos, encontros dependendo.

PERGUNTA: A rádio já teve algum contacto com a assembleia municipal, ou com os deputados da AM,

Resposta (MM): Sim já teve....nesse contacto qual tem sido a colocação desses membros municipais face a rádio?Resposta: São pessoas que não estudaram

PERGUNTA: E por parte do presidente do conselho municipal da vila de Sussundenga, ele tem procurando a rádio comunitária?

Resposta (MM): Muitas vezes

PERGUNTA: Como é que avalia a relação hoje ente a rádio comunitária e o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga?

Resposta (MM): É positivo, cada vez mais, apesar de que nem sempre podemos fazer esses trabalhos a qualquer custo nem, é positivo porque uma e outra vez ele tem nos ajudado custeando aquelas que são as nossas despesas aqui localmente.

PERGUNTA: Como coordenador da RCS como é que define a rádio comunitária da vila de Sussundenga?

Resposta (MM): Bom... é uma rádio que tem, principalmente o objectivo de comunicar e informar, entreter a comunidade. (13 de julho 2018).

9.5.2. Entrevista com o voluntario da RCS: Marcos Matamba Trambuco

PERGUNTA: Como caracteriza a rádio comunitária da vila de Sussundenga?

Resposta (MT): Eu caracterizo a rádio comunitária como pilar de dar informações as comunidades locais, provinciais do país como do mundo em geral.

PERGUNTA: Como chegou a esta rádio comunitária

Resposta (MT): Cheguei a esta rádio porque eu sempre me inspirava de fazer a rádio, usei todos os caminhos até eu estar onde estou agora.

PERGUNTA: Tem participado no desenho dos programas da rádio

Resposta (MT): Nos programas, em algumas vezes costumo participar, mas não frequente porque a lei da rádio, eu sou funcionário estou inclinado ao serviço, só que me inspiro em fazer a rádio é por isso estou aqui.

PERGUNTA: É funcionário de que empresa, de que instituição?

Resposta (MT): Educação e desenvolvimento Humano

PERGUNTA: Tem participado nos programas de que forma.

Resposta (MT): Directa e indirectamente costumo participar na organização da rádio em geral, sou convidado nalgumas vezes para elaborar todas as directrizes que guiam o funcionamento da rádio.

PERGUNTA: Tem conhecimento de algum programa que tenha sido desenhado pela comunidade

Resposta (MT): Ya o programa, é o programa agricultura tenho algum pouco de conhecimento sobre este programa. Este é um programa desenhado pelas comunidades... obviamente, são as comunidades que desenharam, além do programa que eu faço “hora jovem” tem tido participar neste programa agricultura na contribuição das ideias.

PERGUNTA: Como avalia a relação entre a rádio comunitária e o município?

Resposta (MT): Tem uma ligação entre a rádio comunitária e o município, eles sempre trabalham juntos, tem conexão, tem uma ligação e tem uma ajuda em suma.

PERGUNTA: E conhece algum programa produzido em parceria entre a rádio comunitária de vila de Sussundenga e o município?

Resposta (MT): Por enquanto não, porque como teria dito ainda sou muito novo, sobre esse conhecimento do programa do município e a rádio se a memória não me falha e sobre o desporto.

PERGUNTA: Tem participado me fóruns que debatem a questão da gestão compartilhada de bens públicos a nível da comunidade que faz parte?

Resposta (MT): Não... não

PERGUNTA: Dos programas radiofónicos produzidos pela rádio comunitária de Sussundenga. Qual ou quais os que mobilizam as comunidades a participarem na gestão municipal?

Resposta (MT): Na gestão municipal o programa muito mais é de “hora jovem” em português tal como em língua local incentiva muito as comunidades porque abordam-se os acontecimentos do distrito, os comportamentos da comunidade em geral.

PERGUNTA: E como locutor o que tem feito para que a rádio comunitário seja uma rádio de promoção da gestão compartilhada do município e da própria rádio?

Resposta (MT): Para isso a rádio tem que ter um investimento muito pouco avançado para mais elevação da rádio precisa investimentos.

PERGUNTA: A comunidade participa da gestão da rádio comunitária?

Resposta (MT): Nalgumas vezes participam, como direta ou indiretamente na escritura das dedicatórias, a rádio costuma arrecadar alguns fundos monetários por isso a comunidade tem tido participar.

PERGUNTA: E esta comunidade tem liberdade de produzir programas para a comunicação e mobilização social das comunidades para uma gestão compartilhada tanto da rádio como do município.

Resposta (MT): Esta livre, a rádio sempre dá espaço a comunidade, a comunidade como a mim estou aqui, tenho espaço para toda a comunidade, tem espaço tem muitos programas, se a memória não me falha outros programas estão a pedir pessoas para ocupar.

PERGUNTA: No seu entender a comunidade tem voz na gestão da rádio comunitária

Resposta (MT): Tem voz porque sem a comunidade não há rádio, é por isso a comunidade tem voz.

PERGUNTA: E você qual é o seu papel na gestão da rádio comunitária

Resposta (MT): O meu papel é de fazer a rádio como deve ser é de dar informação, de fazer programas com que as comunidades saiam do mal, ou de divulgar as novas inovações

PERGUNTA: E em linhas gerais o que é uma rádio comunitária

Resposta (MT): A rádio comunitária é, a rádio comunitária é o pilar de dar as informações as populações locais do distrito como no sítio em que se localiza a própria rádio.

PERGUNTA: No seu ponto de vista a rádio comunitária depende do município para o seu funcionamento

Resposta (MT): Não depende do município porque esta rádio comunitária de Sussundenga foi fundada antes do município existir por isso até agora está a funcionar, não depende do município

PERGUNTA: Acredita na independência editorial da rádio comunitária na produção de conteúdos e na elaboração de programas.

Resposta (MT): Ya... acredito porque a rádio qualquer programa que pretender com mensagens, com interesse para a população em geral é abordado

PERGUNTA: No programa que você apresenta ou coordena como tem sido a participação da comunidade

Resposta (MT): A comunidade participa com coerência, participam com toda a vontade porque durante o programa aborda-se muito mais sobre os acontecimentos de casa, acontecimentos do distrito, em geral comportamental, do serviço e muito mais por isso a comunidade sempre tem tido participar.

PERGUNTA: Qual é o programa que apresenta?

Resposta (MT): Eu apresento o programa “hora jovem”

PERGUNTA: Este programa espelha a realidade da comunidade

Resposta (MT): Obviamente espelha, quando abordamos um tema que inclina muito mais o comportamento, como os acontecimentos do nosso distrito é ali.

PERGUNTA: Qual é o objectivo do programa “hora jovem”?

Resposta (MT): O programa é de incentivar “hora jovem” para muito mais aconselhar os jovens para sair do mal e fazer um bom papel na sociedade.

Palavras do locutor voluntário Trambuco

9.5.3. Entrevista com o ex coordenador da rádio comunitária de Sussundenga e actualmente técnico de comunicação social, responsável por alguns programas e pela manutenção da rádio senhor: Domingos Alberto Matai,

PERGUNTA: Seu nome e sua função aqui na RCS?

Resposta (DM): Domingos Alberto Matai, e sou técnico da rádio e sou técnico profissional de comunicação social, mas a tarefa que estou a executar agora é de técnico de manutenção da rádio.

PERGUNTA: Como é que caracteriza a rádio comunitária?

Resposta (DM): Eu caracterizo a RCS como foi feita para atender as comunidades locais e segundo o feedback que estamos a ter o acesso daquilo que foi feita a rádio comunitária para poder atender as comunidades daqui de Sussundenga.

PERGUNTA: Acha que os objectivos para os quais esta rádio foi implantada aqui na vila de Sussundenga estão a ser alcançados.

Resposta (DM): Estão a ser alcançados no sentido em que o projecto era do transfronteiriço de Chimanimani, mas era não só para Chimanimani, mas também para as comunidades locais, mas segundo o feedback que estamos a ter, segundo os telefonemas as pessoas estão de bem vinda para esta rádio.

PERGUNTA: Como é que o técnico Matai chegou nesta rádio comunitária?

Resposta (DM): É uma historia muito grande porque eu fui formado como técnico de mecanização agrícola no exterior, mas quando chego aqui não encontro emprego, mas um

ano depois da minha chegada fui fomentado a um curso de jornalismo em Tete de 45 dias dai viemos ficar em 1997, viemos e ficamos só que de 1997 até 2000 que foi instalada esta rádio eu não estava a exercer nenhuma função, eu tinha que ir na educação, na educação fui professor, dali quando foi instalada a rádio, nós é que começamos com esta rádio até a inauguração foi em 2000.

PERGUNTA: Neste caso é um dos fundadores desta rádio

Resposta (DM): Exactamente somos fundadores... neste caso vai nos contar muita experiência.... Eu tenho muita experiência porque além de ser o coordenador cessante eu fui formado para ser técnico desta rádio e agora eu já participei em muitos cursos para ser técnico em manutenção da rádio, eu fui coordenador e cessei o ano passado, mas eu tenho toda a história desta rádio.

PERGUNTA: E como funciona a técnica nesta RCS

Resposta (DM): a técnica está, agora que eu estou aqui, cessei as funções, está a fazer se um desequilíbrio daquilo que devia ser, porque nós somos três, e dos três uma é senhora que anda incomodada, mas o serviço esta a ser colaborado só que há questões em que nós as vezes confiamos mais dos colaboradores do que dos funcionários isso é que estraga. Eu fui ver isso hoje mesmo, eu não estou capacitado para fazer a edição digital, mas temos colegas que podem fazer, mas por causa de ambição do serviço não podem fazer nada antes de ter alguma coisa, mas se fosse um funcionário iria fazer aquilo gratuitamente, mas alguns não quiseram se fazer presente porque reclamam "valores" mas assim o trabalho não vai andar. Agora o que eu achava de pertinente, actualmente era que a coordenação mesmo sentasse e ter uma reciclagem para os técnicos não incluindo os colaboradores, mas os técnicos poderem, por que na ausência de um colaborador o trabalho para.

PERGUNTA: E neste caso falou de colaboradores e funcionários, qual é a diferença entre colaboradores e funcionários.

Resposta (DM): A diferença que existe é que os funcionários auferem salários do aparelho do estado enquanto colaboradores não tem salários só podem ter algum

incentivo quando a rádio tiver algum valor é quando dão aos colaboradores, enato eles sentem-se lesados para usar a eles para um serviço, até alguns deslocam por que *epha* este trabalho não vou ter nada, enato vale apenas eu fazer um biscate lá, então se fosse um técnico já da rádio ele não iria exigir isso.

PERGUNTA: No seu entender os colaboradores trabalham mais do que os funcionários afectos a esta rádio?

Resposta (DM): Não é bem assim, não trabalham bem, é que alguém tem uma capacitação que ele teve lá e tem mais habilidades em relação ao próprio técnico da rádio, ao funcionário da rádio. O que eu estava a pedir é que o ICS pudesse promover mais cursos para os técnicos para poderem aderir a essa versão digital, exactamente, para capacitar aos técnicos para poderem ficar a...faltando um está o outro...faltando o outro pode haver o outro pode haver o colaborador que devia ser a ultima alternativa não ser a primeira alternativa ser o colaborador assim estaremos a falhar.

PERGUNTA: Senhor Matai tem participado no desenho dos programas da RCS

Resposta (DM): Participo, só que eu não vou fugir dela, temos tido encontros só que agora há uma coisa que está a acontecer, as vezes aparecem informações que deveriam ser de conhecimento de todos mas aparecem assim...assim.

PERGUNTA: Dá a entender que alguns programas são desenhados fora da rádio?

Resposta (DM): Exactamente, não fora da rádio so que a informação vem mais tarde, só se diz vai fazer isto, vai fazer aquilo, sem o seu consentimento pessoal.

PERGUNTA: Mas quem tem sido o responsável da elaboração dos programas

Resposta (DM): A coordenação em que está em frente disso, a coordenação é que deve saber como gerir

PERGUNTA: Dá a entender que há falta de comunicação numa rádio de comunicação

Resposta (DM): Exactamente, mas não porque na nossa legislação não vê, só que as pessoas que estão a frente desse programa fazem coisas individualmente

PERGUNTA: Tem conhecimento de algum programa desenhado pela comunidade com vista a promover a participação dos mesmos na gestão de bens públicos e em especial do município e da radio comunitária.

Resposta (DM): Tenho conhecimento, até que o município é que está a apoiar muito porque o município tem tido muitos programas para financiar a rádio e tudo isso está a acontecer.

PERGUNTA: Algum programa que lhe marcou.

Resposta (DM): Há um programa que me marcou quando estávamos nas vésperas das eleições, agora que estamos nas vésperas das eleições, mesmo antes eles vinham aqui fazer trabalhos, eles davam um valor para custear esses trabalhos e aquilo sustentava a rádio em termos financeiros, porque a rádio não tem fundo de funcionamento. Funciona através das suas receitas e são essas receitas que nós usamos para pagar energia, água, papel e tudo, mas tenho conhecimento.

PERGUNTA: Ainda se recorda do título desse programa que fez com que a rádio tivesse mais valores monetários

Resposta (DM): O título, o título é que a rádio promove as actividades do governo do distrito, não só daqueles que necessitam os serviços da rádio, a rádio promove, basta vir e dizer que quero promover meu serviço a rádio tem um valor e aquele valor vai ajudar para a rádio

PERGUNTA: Como avalia a relação entre a rádio comunitária de Sussundenga e o município?

Resposta (DM): A avaliação que faço é positiva, digo isso porque foi o município o primeiro a vir pedir os serviços que a rádio fazia e eles tinham os seus serviços a serem prestados. Dali nós dissemos para prestar este serviço tem que pagar este valor, esse valor, esse valor para a rádio poder progredir.

PERGUNTA: Conhece algum programa produzido em parceria entre a rádio comunitária e o município.

Resposta (DM): Temos muitos programas, mas os programas que o município tem produzido são programas informativos e educativos também.

PERGUNTA: Existe um bom relacionamento e o próprio município

Resposta (DM): O município está a dar um progresso muito grande para a rádio poder desenvolver até agora eu digo que é graças ao município que a rádio conseguiu pagar uma parte da dívida que a rádio tinha com a EDM, porque o município prestava serviços a rádio e eles pagavam e pagam esse é o relacionamento que acho muito positivo

PERGUNTA: Tem participado em fóruns que debatem a questão da gestão compartilhada de bens públicos a nível da comunidade que faz parte

Resposta (DM): Não bem assim porque, eu participava como coordenador participava em todos os fóruns que o governo providenciava para que a rádio participasse, só que agora que estou assim como técnico simples apenas tenho participado nos fóruns de reparação dos meios de comunicação.

PERGUNTA: Dos programas radiofónicos produzidos pela RCS qual ou quais os que mobilizam as comunidades a participarem na gestão municipal.

Resposta (DM): São muitos, tem o programa que fala de gestão do saneamento do meio ambiente, gestão da água, prevenção do combate ao HIV/SIDA esses são os programas que eu vejo que dão mais ênfase para que a população se adere mais aos serviços do município.

PERGUNTA: E como técnico afecto nesta rádio comunitária o que tem feito para que a RCS seja uma rádio de promoção da gestão compartilhada do município e da rádio?

Resposta (DM): Eu como técnico participei numa formação em Gaza

PERGUNTA: Acha que a comunidade participa da gestão da RCS?

Resposta (DM):Participo, temos o comité de gestão da rádio, mas que essa comissão de gestão da rádio agora não está nitidamente completa, porque alguns membros já pereceram, alguns foram transferidos, mesmo o presidente também, já foi transferido o que estava em causa era para a revitalização do próprio comité de gestão e para a revitalização do comité de gestão é necessário um fórum e que esse fórum participam pessoas que vêm de várias comunidades, Dombe, Moua, Rotanda, e aqui na sede e isso carece custos e agora o que fizemos pedimos ao próprio governo distrital que até agora não temos uma saída, porque a rádio não tem esse dinheiro para poder convidar, porque o que devem fazer aqui é uma assembleia, portanto devem ficar aqui 2 ou 3 dias, um dia de chegada, outro da realização da assembleia e o outro para o regresso, agora são custos e a rádio não possui esse valor, então nós tentamos pedir ao governo que até agora não temos uma resposta, mesmo para o ICS também diz que dentro das vossas possibilidades façam isso, mas não vamos conseguir fazer.

PERGUNTA: Mas qual tem sido o papel deste comité de gestão

Resposta: O papel do comité de gestão ele está, porque tem um organigrama, tem um presidente, tem o vice-presidente, tem o comité de programação, tem de finanças e outras comissões, agora tendo esses é que podiam assistir e fazer a gestão da rádio, mas o que não acontece em muitas vezes, mesmo desde a fundação desta rádio mesmo o comité de gestão nunca fez a programação, a programação fez, sob a gestão nunca fez e saber como funciona a rádio, quais são as dificuldades que a rádio tem, nunca aconteceu. Por isso que era necessário a revitalização desse comité de gestão para saber cada órgão qual é o papel que deve assumir só assim é que podíamos ter um comité de gestão eficaz. Eu já participei em muitos eventos a nível nacional, o que está a acontecer mesmo é que não há nenhum comité de gestão formado só para criar uma rádio e eles ficarem em vão sem nenhum benefício.

PERGUNTA: E este comité de gestão tem tido a liberdade de produzir programas para a comunicação e mobilização social da comunidade para uma gestão compartilhada tanto da rádio como do município.

Resposta (DM): Eles têm, porque eles é que têm a autonomia de dizer este programa pode entrar, este programa não pode entrar, porque quem decide é o comité de gestão.

PERGUNTA: E como classifica a rádio comunitária.

Resposta (DM): Eu classifico de um sentido positivo, isso digo porque temos um feedback que vem das diferentes comunidades e não só ao nível do distrito, mas a nível da província, conforme o meu colega estava a dizer que nós atingimos todo o distrito e uma parte de Manica, Gondola, Macate, Mossurize, Messica, eu classifico como positivo.

PERGUNTA: A comunidade tem voz na gestão da rádio comunitária?

Resposta (DM): Tem voz porque, digo isso porque quando, a rádio tem o seu dia que foi inaugurado que é o dia 1 de maio de 2003, pelo então governador de Manica Soares Nhaca, que depois disso fez se um encontro em que todos disseram de que iam participar na gestão da rádio, e por isso qualquer coisa que não é boa para a rádio, eles comunicam via telefonicamente. Este programa da forma que esta a ir nós não estamos a gostar, e nós também convocamos um encontro que informa como devia se fazer o program ir no ar. E que tipo de programas a população gosta daqui de Sussundenga e assim temos caminhado, por isso que digo que a comunidade participa.

PERGUNTA: Qual tem sido o seu papel na gestão desta rádio comunitária

Resposta (DM): O meu papel é fazer uma manutenção preventiva do equipamento, mas não na íntegra, porque normalmente quando há uma avaria grossa eu é que tenho o papel de comunicar as entidades superiores a dizer que temos esta avaria, mas não temos como solucionar e lá na sede e que irão dizer, sede digo na província nem, é quando eles dizem faça isso, faça isso.

PERGUNTA: Em linhas gerais o que é uma rádio comunitária para você?

Resposta (DM): Uma rádio comunitária é uma rádio que tem o interesse de desenvolver, divulgar as necessidades e as preocupações das próprias comunidades e para que elas se desenvolvam.

PERGUNTA: A rádio comunitária depende do município para o seu funcionamento.

Resposta (DM): Não depende do município, o município só apoia para que a rádio possa desenvolver, porque o município apareceu agora e a rádio já existia. Então o que nós fazemos pedimos a ajuda porque a rádio não tem fundo de funcionamento, ela funciona através das suas receitas, então o que nós pedimos, quando temos uma preocupação pedimos ao município, não que dependemos do município.

PERGUNTA: Acredita na independência da rádio na produção de conteúdos e na elaboração de programas?

Resposta (DM): Eu acredito, porque de todos os conteúdos que nós produzimos não necessitamos de uma censura de um órgão ou de uma entidade do governo não sei o quê...quê, produzimos e difundimos, não há uma censura por isso que digo que há uma independência.

PERGUNTA: E tem participando em algum programa.

Resposta (DM): Eu participo, sou locutor, e sou produtor de programa HIV/SIDA e para além dos noticiários eu sou jornalista.

PERGUNTA: No programa que você coordena ou apresenta como tem sido a participação da comunidade.

Resposta (DM): A participação é positiva, eu digo positiva porque nós avaliamos as preocupações das pessoas através da via telefónica, estes ligame dizem isto devia ser assim, se o programa não esta mal eles ligam e dizem que queremos que o programa continue, porque está a educar nos para que possamos desenvolver.

PERGUNTA: Qual é o programa que você apresenta e esse programa espelha a realidade da comunidade.

Resposta (DM): Eu estou agora no programa de HIV/SIDA e também faço parte do jornalismo, eu vou recolho o material, para a produção de blocos informativos...qual é o tempo do programa? 20 minutos. Como fazem a recolha do material? Nós saímos ao campo, vamos a uma instituição recolhemos o material e viemos aqui redigimos e

fazemos o programa. Qual é o maior objectivo do programa? É para educar a comunidade para que se previna das infeções que anualmente estão a aumentar é no sentido de diminuir e aquelas pessoas que já têm para elas poderem ir as unidades sanitárias para fazer o teste para poderem levar um pouco de vida porque o SIDA agora não tem cura, mas se eles têm aquelas noções podem ter mais tempo de vida em relação a uma pessoa que não vai a unidade sanitária

PERGUNTA: Falou que a rádio não tem uma sustentabilidade, algum plano em manga para que a rádio possa ser sustentável?

Resposta (DM): Sim...sim, o plano existe, nós temos feito projectos, para além dos projectos para as organizações não-governamentais, já fizemos um pedido para a direcção provincial de planos de finanças para que a radio tivesse financiamento, mas para esse das finanças não tivemos resultado positivo, mas para os projectos nós temos tido resultados positivos, porque nós desenhamos um projecto e eles dão financiamento, depois daquele financiamento, nós é quando, para além das saídas que nós fazemos, levamos uma parte para podermos cobrir as despesas que são da rádio.

PERGUNTA: Trabalham com quantos parceiros?

Resposta (DM): Do momento estamos com o núcleo provincial de combate à SIDA, FDI360, DMI, Agencia de desenvolvimento de moçambique, Ademo, para além do governo distrital, o município, e mesmo a saúde que tem tido os próprios programas de saúde.

Anexo 5.

9.6. Questionário para a mensuração da participação dos munícipes na gestão compartilhada de municípios e rádios comunitárias com vista ao desenvolvimento e a construção da cidadania municipal.

Estimado (a) Munícipe!

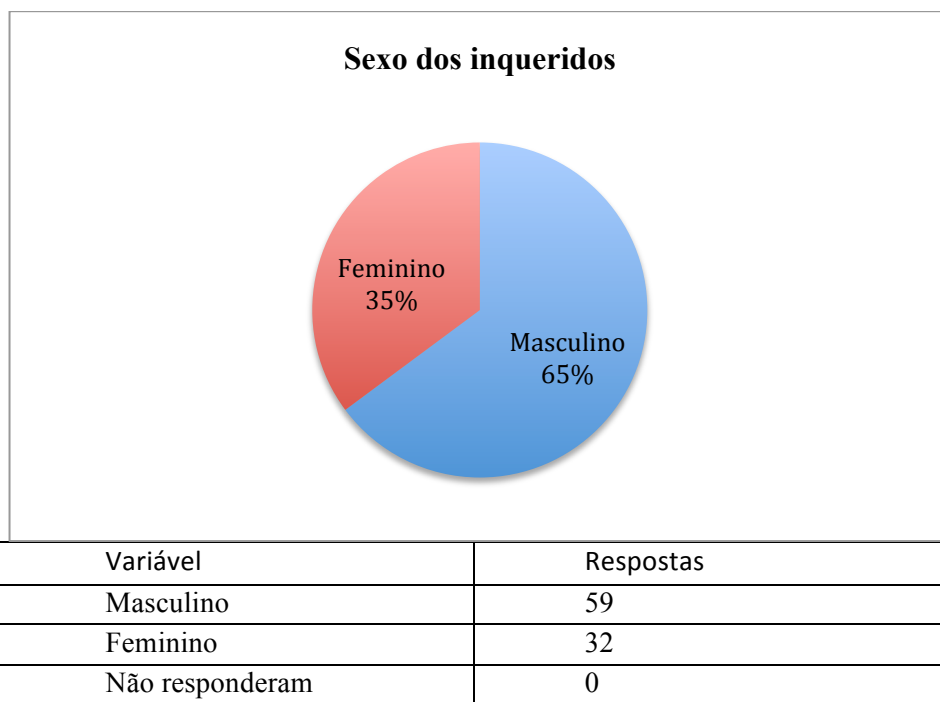
Este inquérito visa medir o grau de participação dos munícipes na gestão municipal e das rádios comunitárias e o seu papel no desenvolvimento tanto municipal como das rádios comunitárias com vista ao desenvolvimento municipal e a construção da cidadania municipal. O inquérito dá direito ao inquerido em não se identificar, salvaguardando a sua imagem.

Esperamos que responda de forma clara e objectiva as questões para facilitar a compilação e apuramento dos dados.

Aguardamos a sua contribuição.

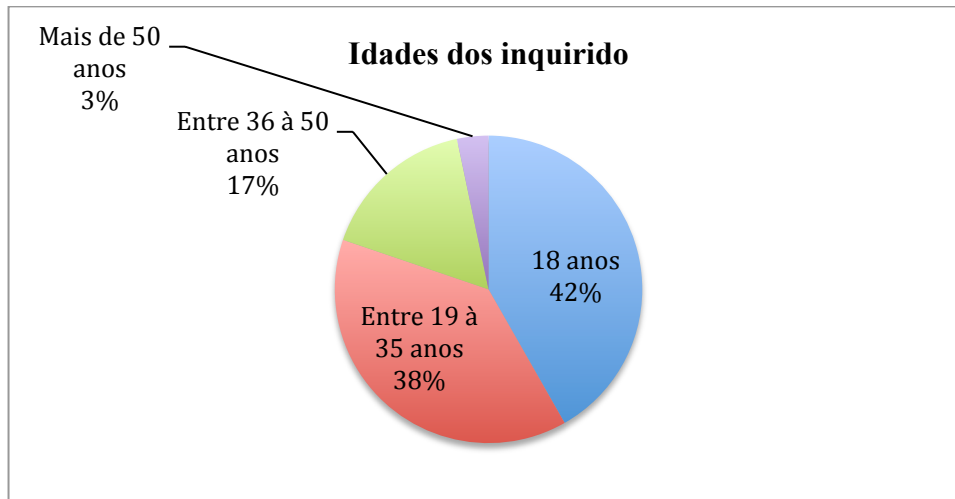
Questionário

1. Sexo M F



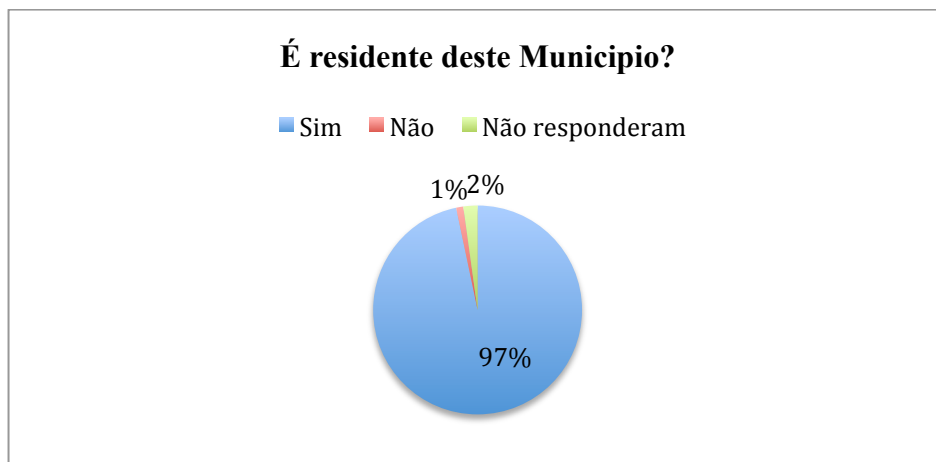
2. Idade

- a) Menos de 18 anos
- b) Entre 19 á 35 anos
- c) Entre 36 á 50
- d) Mais de 50 anos



Variável	Respostas
18 anos	38
Entre 19 à 35	35
Entre 36 à 50	15
Mais de 50	03
Não responderam	00

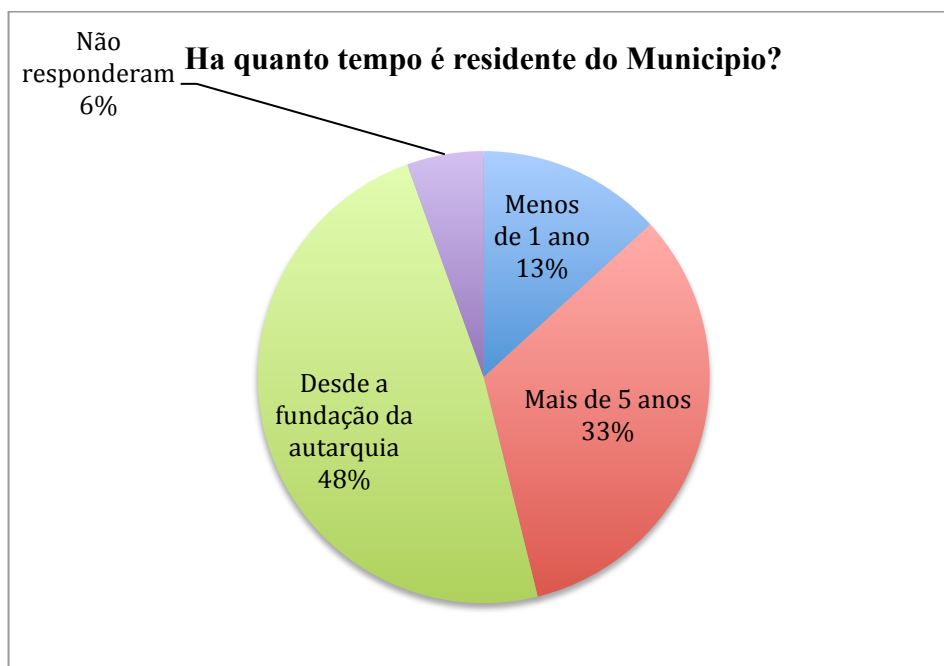
3. É residente deste Município ? SIM Não



Variável	Respostas
Sim	88
Não	1
Não responderam	2

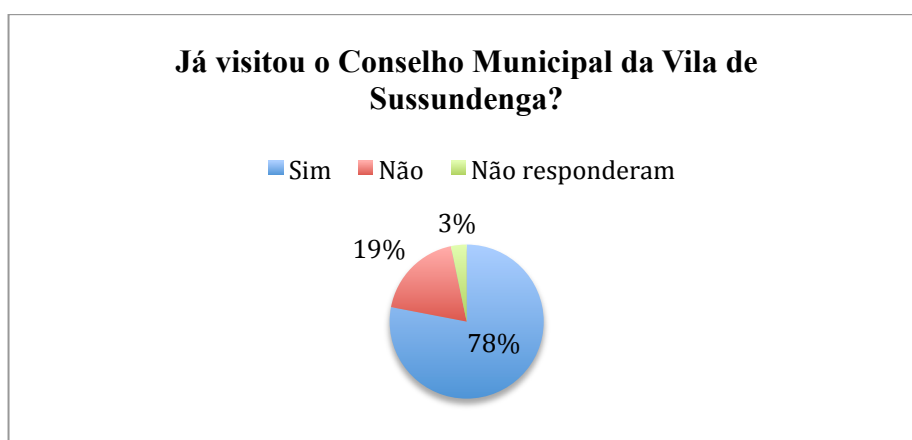
4. Há quanto tempo?

- a) Menos de 1 ano
- b) Mais de 5 anos
- c) Desde a fundação do Município



Variável	Respostas
Menos de 1 ano	11
Mais de 5 anos	30
Desde a fundação da autarquia	44
Não responderam	05

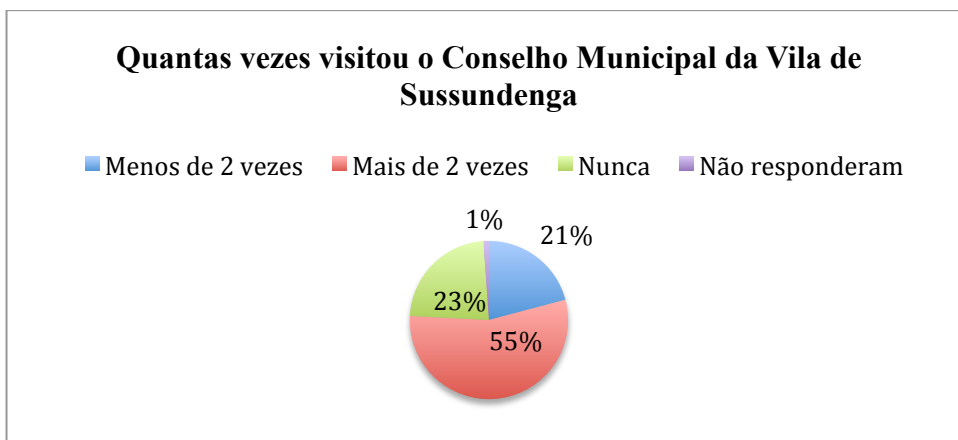
5. Já visitou Conselho Municipal da vila de Sussundenga? Sim Não



Variável	Respostas
Sim	71
Não	17
Não responderam	3

6. Quantas vezes visitou o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga?

- a) Menos de 2 vezes
- b) Mais de 2 vezes
- c) Nunca



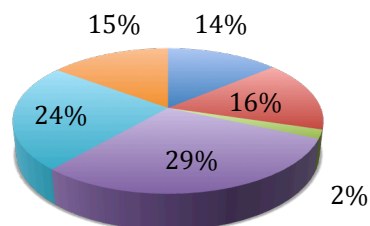
Variável	Respostas
menos de 2 vezes	19
mais de duas vezes	50
nunca	21
Não responderam	1

7. Qual é o serviço que lhe levou a visitar o Conselho Municipal da vila de Sussundenga?

- a) Fundo de iniciativa local
- b) Fundo Social
- c) Serviços Sociais
- d) Outros Serviços
- e) Pagamento de impostos

Qual é o serviço que lhe levou a visitar o conselho Municipal da Vila de Sussundenga?

- Fundo de iniciativa local
- serviços sociais
- fundo social
- outros serviços
- pagamento de imposto
- gestão municipal



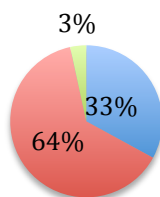
Variável	Respostas
Fundo de iniciativa local	14
Fundo social	2
Serviços sociais	16
Outros serviços	30
Pagamento de imposto	24
Não responderam	15

8. Participa para a formulação de políticas públicas municipais?

- a) Sim
- b) Não

Participa na formulação de políticas públicas municipais?

- Sim
- Não
- Não responderam



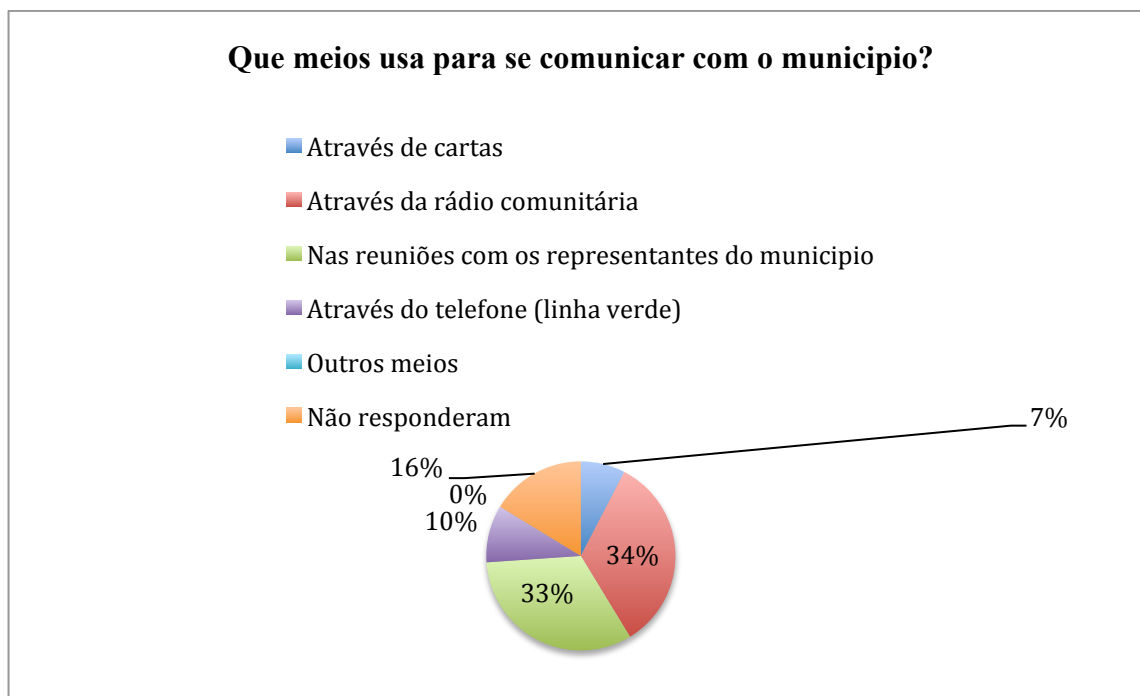
Variável	Respostas
Sim	29

Não	56
Não responderam	3

9. Que meios usa para se comunicar com o município?

- a) Através de cartas
- b) Através da rádio comunitária
- c) Nas reuniões com os representantes do município
- d) Através do telefone (linha verde)
- e) Outros meios.

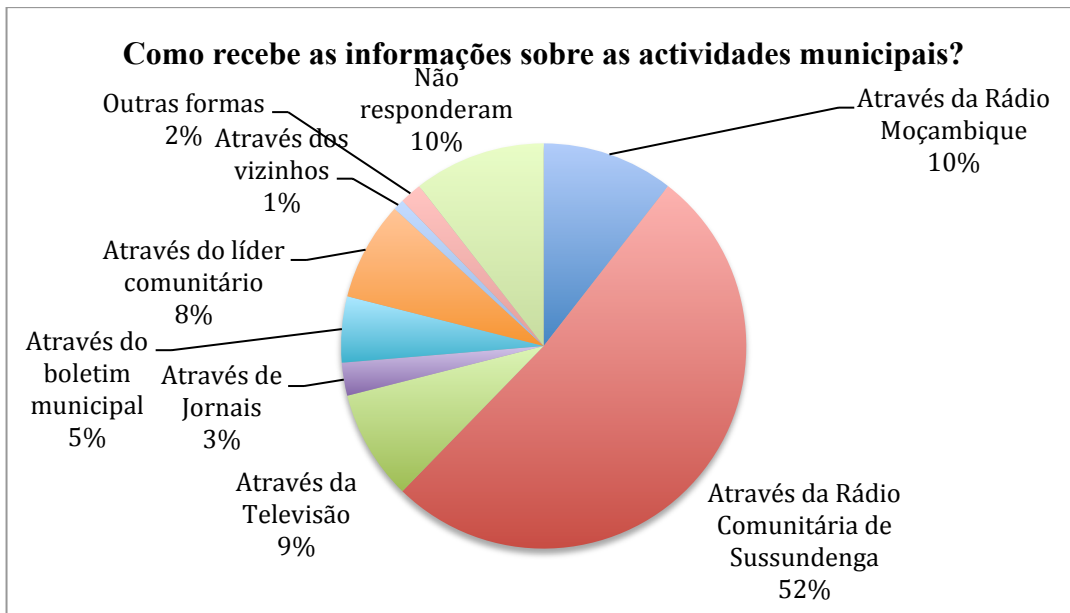
Quais _____



Variável	Respostas
Através de cartas	7
Através da rádio comunitária	31
Nas reuniões com os representantes do município	30
Através do telefone (linha verde)	9
Outros meios	0
Não responderam	15

10. Como recebe as informações sobre as actividades municipais?

- a) Através da rádio Moçambique.
 - b) Através da rádio comunitária da vila de Sussundenga
 - c) Através da Televisão
 - d) Através de jornais
 - e) Através do boletim municipal
 - f) Através do líder comunitário
 - g) Através dos vizinhos
 - i) outras formas,
- Quais. _____

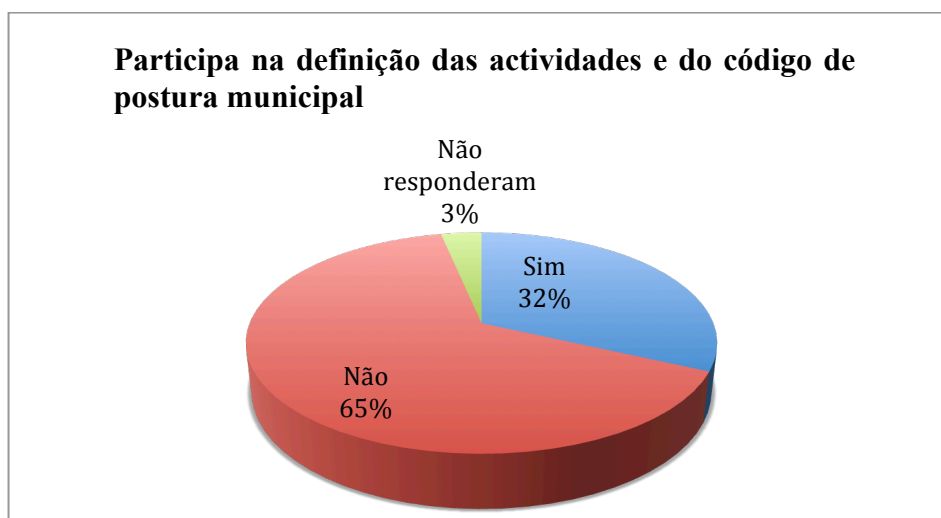


Variável	Respostas
Através da rádio Moçambique	12
Através da rádio comunitária da vila de Sussundenga	59
Através da Televisão	10
Através de jornais	3
Através do boletim municipal	6
Através do líder comunitário	9
Através dos vizinhos	1
outras formas	2
Não responderam	12

11. Participa na definições das actividades e do código de postura Municipal?

- a) Sim
- b) Não

Porquê? _____



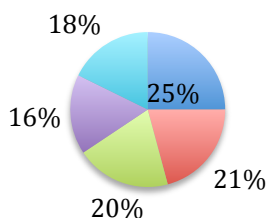
Variável	Respostas
Sim	29
Não	59
Não responderam	3

12. O que acha que o Conselho Municipal deve fazer de modo a criar espaços de participação dos munícipes na definição de políticas públicas municipais?

- a) Criar um Gabinete para atender assuntos relacionados com as políticas públicas
- b) Criar fóruns de participação municipal
- c) Divulgar mais as formas de acesso dos munícipes ao município
- d) Reduzir o processo burocrático

O que acha que o Conselho Municipal deve fazer de modo a criar espaços de participação dos munícipes na definição de políticas públicas municipais?

- Criar um gabinete para atender assuntos relacionados com as políticas públicas
- Criar fóruns de participação municipal
- Divulgar mais as formas de acesso dos munícipes ao município
- Reduzir o processo burocrático
- Não responderam



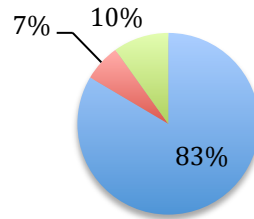
Variável	Respostas
Criar um Gabinete para atender assuntos relacionados com as políticas públicas	24
Criar fóruns de participação municipal	20
Divulgar mais as formas de acesso dos munícipes ao município	19
Reduzir o processo burocrático	16
Não responderam	17

13. Sabe que o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga pertence a Comunidade?

- a) Sim
- b) Não

Sabe que o Conselho Municipal da Vila de Sussundenga Pertence a Comunidade?

■ Sim ■ Não ■ Não responderam



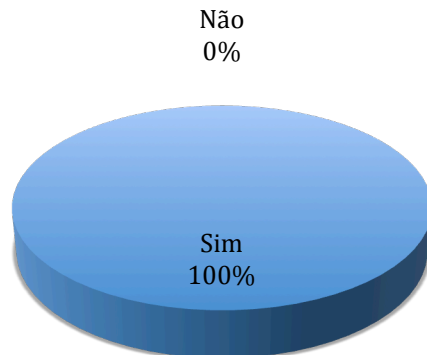
Variável	Respostas
Sim	76
Não	6
Não responderam	9

Quanto as rádios comunitárias

3. Conhece a rádio comunitária da vila de Sussundenga?

- a) Sim
- b) Não

Conhece a rádio Comunitária de Sussundenga?

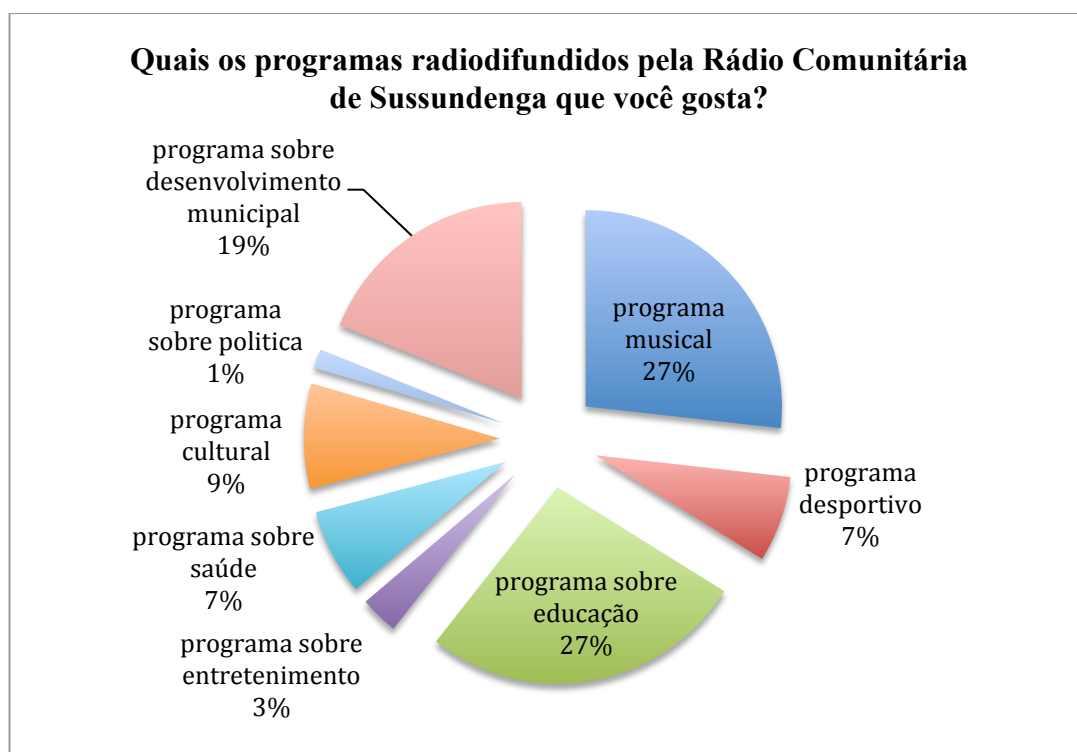


Variável	Respostas
Sim	100%
Não	0%

Sim	91
Não	0

4. Quais os programas radiodifundidos pela rádio comunitária que você gosta?

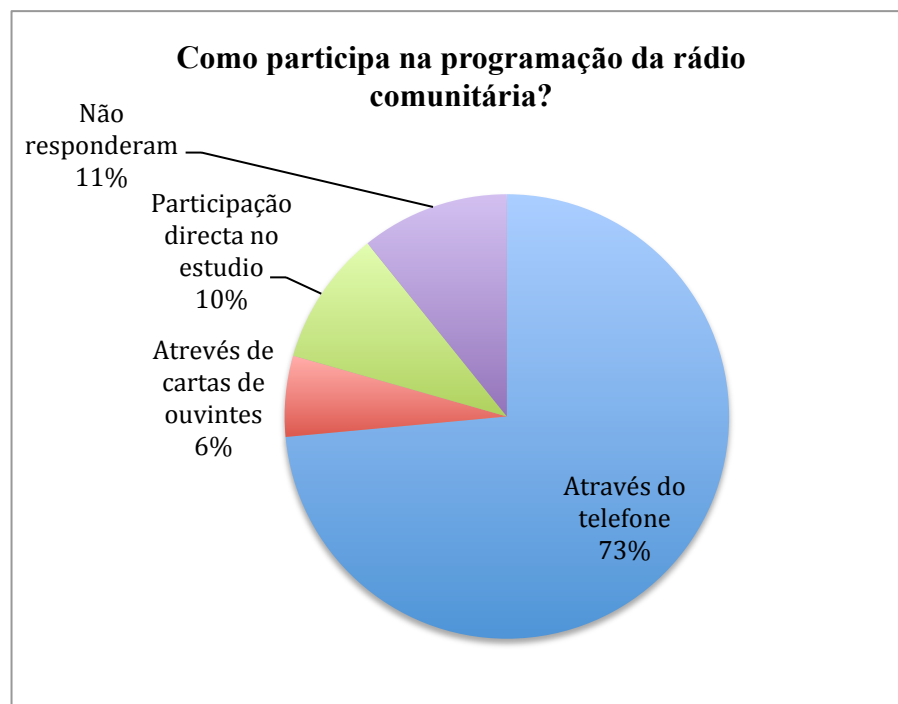
- a) Programa musical
- b) Programa desportivo
- c) Programa sobre educação
- d) Programa sobre entretenimento
- e) Programa sobre saúde
- f) Programa cultural
- g) Programa sobre política
- h) Programa sobre o desenvolvimento municipal



Variável	Respostas
Programa musical	34
Programa desportivo	9
Programa sobre educação	34
Programa sobre entretenimento	4
Programa sobre saúde	9
Programa cultural	11
Programa sobre política	2
Programa sobre o desenvolvimento municipal	24

5. Como participa na programação da rádio comunitária?

- a) Através do telefone
- b) Através de cartas de ouvintes
- c) Participação directa no estúdio da rádio



Variável	Respostas
Através do telefone	75

Através de cartas de ouvintes	6
Participação directa no estúdio da rádio	10
Não responderam	11

6. Conhece algum programa que fala das actividades ou do código de postura municipal?

- a) Sim
- b) Não



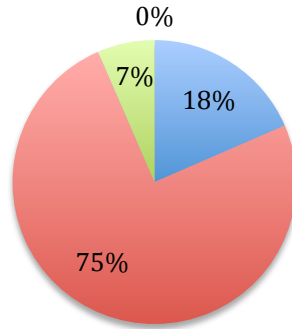
Variável	Respostas
Sim	52
Não	35
Não responderam	4

7. Participa na produção de programas da rádio comunitária?

- a) Sim
- b) Não

Participa na produção de programas da rádio comunitária de Sussundenga?

■ Sim ■ Não ■ Não responderam ■



Variável	Respostas
Sim	17
Não	69
Não responderam	5

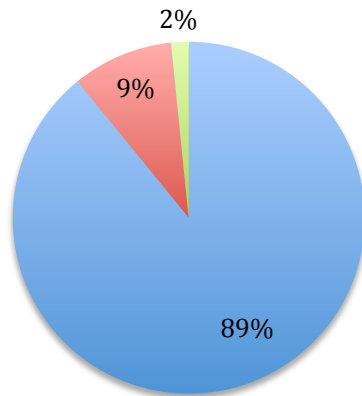
8. Sabe que a rádio comunitária pertence a comunidade?

a) Sim

b) Não

Sabe que a rádio comunitária pertence a comunidade?

■ Sim ■ Não ■ Não responderam

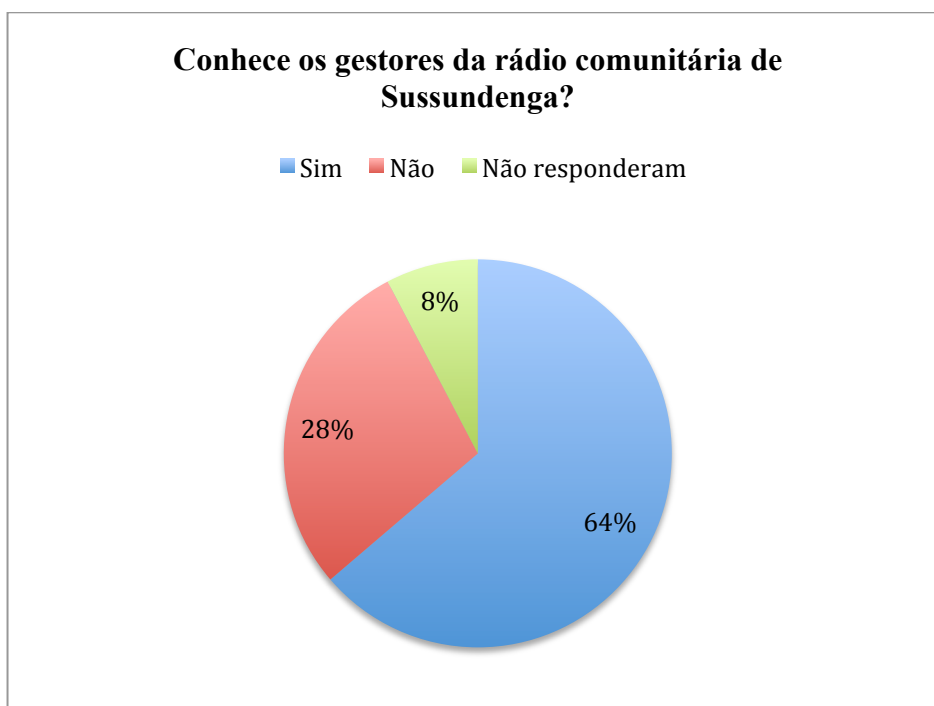


Variável	Respostas
Sim	77
Não	8
Não responderam	6

9. Conhece os gestores da rádio comunitária da Vila de Sussundenga

a) Sim

b) Não



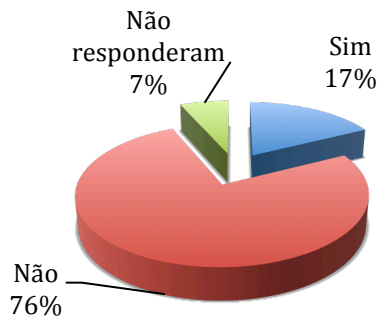
Variável	Respostas
Sim	58
Não	26
Não responderam	7

10. Participou da eleição desses dirigentes da rádio Comunitária de Sussundenga?

a) Sim

b) Não

Participou da eleição do comité da comunidade para a gestão da rádio comunitária de Sussundenga

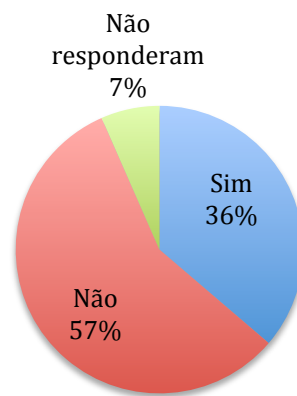


Variável	Respostas
Sim	16
Não	69
Não responderam	6

11. Conhece algum programa produzido pelo Conselho Municipal da Vila de Sussundenga que visa a estimular a participação da comunidade na gestão municipal.

- a) Sim
- b) Não

Conhece algum programa produzido pelo Conselho Municipal da Vila de Sussundenga que visa estimular a participação das comunidades na gestão municipal?



Variável	Respostas
Sim	33
Não	52
Não responderam	6